

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO**

Gilciana Paulo Franco

**Juventude, ciberativismo e religião: um estudo sobre a movimentação de jovens
umbandistas e candomblecistas nas redes sociais**

Juiz de Fora

2024

Gilciana Paulo Franco

**Juventude, ciberativismo e religião: um estudo sobre a movimentação de jovens
umbandistas e candomblecistas nas redes sociais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, com área de concentração em Religião, Cultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Religião.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Regina Corrêa Lages

Juiz de Fora

2024

Paulo Franco, Gilciana.

Juventude, ciberativismo e religião: : um estudo sobre a movimentação de jovens umbandistas e candomblecistas nas redessociais / Gilciana Paulo Franco. -- 2024.

216 p.

Orientador: Sônia Regina Corrêa Lages

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, 2024.

1. Juventude. 2. Candomblé e umbanda. 3. Ciberativismo. 4. Racismo Religioso. I. Corrêa Lages, Sônia Regina , orient. II. Título.

Gilciana Paulo Franco

**Juventude, ciberativismo e religião: um estudo sobre a movimentação de jovens
umbandistas e candomblecistas nas redes sociais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, com área de concentração em Religião, Cultura e Sociedade do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Religião.

Aprovada em _____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Sônia Regina Corrêa Lages – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Volney José Berkenbrock – Membro titular externo
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª. Dra. Stela Guedes Caputo – Membro titular externo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Emerson Sena da Silveira – Suplente interno
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Robert Daibert Junior – Suplente interno
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico esse trabalho aos meus ancestrais, ao meu querido pai Gilson, a minha irmã Gilcilene (ambos *in memoriam*)

Não é somente sobre a importância de terminar um trabalho acadêmico e sim valorizar os caminhos que foram abertos pelos meus ancestrais com muita luta, dignidade e coragem.

Gilciana Franco

AGRADECIMENTOS

Eu sou porque nós somos! Ubuntu!

Gratidão define o sentimento que tenho por cada pessoa que contribuiu para que eu chegasse até aqui. O acolhimento, a partilha e a generosidade foram sentimentos compartilhados durante essa caminhada. A conquista desse título é uma vitória de muitas pessoas, principalmente aquelas que lutaram bravamente contra o sistema machista, racista, preconceituoso, discriminatório e excludente que sempre dificultou a chegada de mulheres pretas em alguns segmentos sociais. Sem o movimento daqueles que vieram antes de mim, nada disso seria possível. Sou imensamente grata a todos que tiveram coragem de protagonizar as lutas por direitos da população afro-brasileira, em especial ao movimento negro unificado.

Não vou dizer que foi uma caminhada tranquila. Porém, nos momentos de desânimo, encontrei forças naqueles que acreditaram no meu potencial, para que eu conseguisse caminhar até aqui. Se hoje eu posso pisar em uma universidade, eu agradeço principalmente a todos aqueles que me antecederam e tiveram coragem para enfrentar um sistema violento, excludente, racista e misógino.

Quero agradecer aos meus familiares e aos meus verdadeiros amigos que, durante esses quatro anos, me apoiaram e souberam compreender a minha ausência. Agradeço a família Hermenegildo Vilaça pelo carinho e companheirismo.

Aos meus pais, eu agradeço pela minha vida, pelos valores que me foram passados e que contribuíram para a minha formação identitária. Ao meu pai (*in memoriam*), sei que sempre esteve comigo e esse título eu lhe ofereço de coração. Obrigada por sempre me incentivar a estudar e a buscar uma vida melhor, seguindo caminhos honestos e confiando na minha coragem e capacidade.

Agradeço o apoio da minha irmã, carinhosamente chamada de Mara. Sei que a minha estrelinha Gilcilene, lá do céu, segue me acompanhando e me protegendo.

A minha avó materna, Geralda (*in memoriam*), eu agradeço pela ajuda para custear a minha faculdade, todo carinho e amor que a senhora sempre dedicou a minha pessoa. Também sou muito grata a todo carinho e amor recebido da minha avó paterna, a Dona Ana.

Ao meu companheiro, Frederico, eu agradeço o apoio e o companheirismo durante a minha jornada.

A professora Sônia, eu agradeço por ter me acolhido como orientanda. Sou grata pela compreensão que teve comigo nos momentos que precisei me afastar da minha tese, para resolver algumas situações referentes a minha vida pessoal. Gratidão professora!

Agradeço ao querido professor Volney, por todas as contribuições que me foram dadas durante o meu percurso acadêmico. Serei sempre grata! Ouvir que o senhor percebeu que durante o meu percurso acadêmico eu passei por um processo de transformação me descobrindo como uma mulher preta foi um grande presente. Nunca me esquecerei da sua forma respeitosa e carinhosa de compartilhar o seu conhecimento.

A professora Stela Caputo, por quem sempre tive uma grande admiração, eu agradeço pelas suas contribuições na minha qualificação e também por ser uma pessoa que me inspira demais com o seu trabalho juntamente com as crianças e adolescentes presentes nos terreiros.

Professores Êmerson e Robert, gratidão por fazerem parte da minha trajetória, como pesquisadora, e por comporem a minha banca, nesse momento tão importante da minha vida acadêmica.

Andiara e Ana, as minhas amigas doutoras, vocês foram tão importantes nessa trajetória! Obrigada por acreditarem em mim e por me incentivarem, durante toda a minha caminhada, por não me deixarem desistir de lutar e conseguir passar na seleção de doutorado. Os momentos que vivemos juntas, durante o nosso percurso acadêmico, sempre estarão presentes, com muito carinho, na minha memória.

Ao amigo Ernani, eu agradeço o apoio, as conversas e todas as trocas. Seguiremos juntos e sempre torcendo para que consigamos cumprir as nossas metas, alcançando os nossos objetivos.

Dedico um agradecimento especial a Karol, Manu e Rafael, meus queridos colaboradores que, gentilmente, contribuíram para o caminhar da minha pesquisa de campo. Axé Zuri, Ayo, Dayo, Adila, Oyá e Amara, gratidão, pois vocês trouxeram vida para a minha pesquisa.

Porém, nada seria possível sem a interação com o meu campo de pesquisa, formado pelos grupos de jovens JTES, JCENARAB/NM e JRENAFRO. Muito obrigada por tudo que aprendi com vocês!!!

Aos meus amigos e colegas da Escola Hermenegildo Vilaça, eu agradeço o apoio durante essa jornada. Gratidão por ouvirem os meus lamentos e por compartilharem comigo a caminhada para que chegasse a concluir essa etapa do meu Projeto de Vida.

RESUMO

Compreender como a juventude de terreiro vem utilizando as redes sociais como um instrumento de valorização das tradições religiosas de matriz africana e, ao mesmo tempo, como um meio de combate ao racismo nas suas diversas facetas foi a principal motivação da nossa pesquisa. As redes sociais se tornaram o nosso campo de pesquisa onde passamos a observar, descrever, interagir e analisar as postagens feitas por três grupos de jovens pertencentes as religiões afro-brasileiras como a umbanda e o candomblé: O Juventude de Terreiro do Espírito Santo (JT-ES), o Juventude de Terreiro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileira e Saúde (JREANAFRO), e o Juventude Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-brasileira/Norte de Minas Gerais (JCENARAB/NM). Os jovens estão cada vez mais conectados com as redes sociais que tem se tornado um local de comunicação ativa, onde deixamos de ser expectadores e passamos a interagir com as postagens através de comentários, curtidas e comentários. Podemos dizer que as redes sociais também se tornaram um local de luta por direitos negados a determinados grupos que ainda sentem na pele os efeitos do colonialismo, onde a sociedade foi estruturada sob os pilares do machismo, do racismo, do apagamento de culturas, dos silenciamentos, das inviabilidades e exclusões dos negros, dos indígenas, das mulheres e as suas vivências socioculturais. No que se refere a metodologia de pesquisa, optamos pela etnografia virtual utilizando como uma importante referência a tese de Borges (2019) que destaca a importância do ciberativismo na luta contra o racismo/racismo religioso. Com o campo de pesquisa determinado passamos a observar, interagir e analisar as publicações feitas pelos três grupos de jovens no *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. Como ferramentas de abordagem utilizamos questionários, conversas via *Whatsapp*, trocas de mensagens através do *Direct* no *Instagram*, observação do campo e participação em reuniões juntamente ao Juventude de Terreiro do Espírito Santo. Outro método utilizado foi a revisão bibliográfica buscando compreender melhor sobre temáticas como conceitos sobre o tema juventude, ciberativismo, racismo, intolerância religiosa, ambos importantes para responder a questionamentos relevantes da tese. A análise de documentos também foi um método utilizado, com o objetivo de descrever a história de cada um dos grupos envolvidos na pesquisa. Pretendemos compreender como tem sido protagonizada, no âmbito das redes sociais, a relação da juventude com a sua religiosidade e como a mesma tem utilizado o ciberativismo como um caminho plausível para denunciar e lutar contra o racismo religioso responsável por diversas violências sofridas pelos praticantes de religiões de matriz

africana, como por exemplo, a verbal, a simbólica, a física e a psíquica. . Após a coleta de dados, a observação do campo, a interação com os três grupos de jovens envolvidos na pesquisa e a análise dos dados coletados, chegamos à conclusão que as redes sociais têm sido um espaço muito utilizado como um importante instrumento de combate ao racismo/racismo religioso e ao mesmo tempo como um local de dialogo e troca de conhecimento em prol da valorização das crenças religiosas de matriz africana. O ciberativismo emergiu como um movimento de suma importância no que se refere a ampliação das vozes dos jovens de terreiro se estendendo do espaço físico para o espaço virtual. Porém não podemos deixar de mencionar que as redes sociais também têm sido muito utilizadas como um local para reforçar os discursos de ódio contra as Ctto (Comunidade Tradicional de Terreiro) o que confirma assim a necessidade de haver movimentos que lutem pela consolidação de políticas públicas voltadas para o combate a intolerância religiosa e o desrespeito a liberdade de expressão e crença, ambas, garantidas pela Constituição brasileira.

Palavras-chave: Juventude; Umbanda; Candomblé; Ciberativismo; Racismo religioso.

RIASSUNTO

Comprendere come i giovani del Terreiro stanno utilizzando i social network come strumento per valorizzare le tradizioni religiose di matrice africana e, allo stesso tempo, come mezzo di lotta contro il razzismo nelle sue molteplici forme è stata la principale motivazione della nostra ricerca. I social network sono diventati il nostro campo di ricerca, dove abbiamo iniziato a osservare, descrivere, interagire e analizzare i post pubblicati da tre gruppi di giovani appartenenti alle religioni afro-brasiliane come l'Umbanda e il Candomblé: Il Juventude del Terreiro dell'Espírito Santo (JT-ES), il Juventude del Terreiro della Rete Nazionale delle Religioni Afro-Brasiliana e Salute (JREANAFRO), e il Juventude Centro Nazionale delle Africanità e Resistenza Afro-brasiliana/Nord di Minas Gerais (JCENARAB/NM). I giovani sono sempre più connessi ai social network, che stanno diventando luoghi di comunicazione attiva, dove non siamo più solo spettatori ma interagiamo con i post attraverso commenti, mi piace e commenti. Possiamo dire che i social network sono diventati anche luoghi di lotta per i diritti negati a determinati gruppi che ancora subiscono gli effetti del colonialismo, in cui la società è stata strutturata sui pilastri del maschismo, del razzismo, della cancellazione delle culture, del silenziamento, delle impossibilità e delle esclusioni di neri, degli indigeni, delle donne e delle loro esperienze socioculturali. Per quanto riguarda la metodologia di ricerca, abbiamo optato per l'etnografia virtuale, prendendo come importante riferimento la tesi di Borges (2019), il quale sottolinea l'importanza del cyberattivismo nella lotta contro il razzismo/razzismo religioso. Con il campo di ricerca definito, abbiamo iniziato a osservare, interagire e analizzare le pubblicazioni fatte dai tre gruppi di giovani su Instagram, Facebook e WhatsApp. Come strumenti di approccio abbiamo utilizzato questionari, conversazioni via WhatsApp, scambi di messaggi attraverso il *Direct su Instagram*, osservazione sul campo e partecipazione a riunioni insieme al gruppo Juventude del Terreiro dell'Espírito Santo. Un altro metodo utilizzato è stata la revisione bibliografica, cercando di comprendere meglio temi come concetti di gioventù, cyberattivismo, razzismo, intolleranza religiosa, i quali sono importanti per rispondere a interrogativi rilevanti della tesi. L'analisi dei documenti è stata anche un metodo utilizzato, con l'obiettivo di descrivere la storia di ciascuno dei gruppi coinvolti nella ricerca. Intendiamo comprendere, nell'ambito dei social network, come si sta manifestando il rapporto dei giovani con la propria religiosità, e come loro stanno utilizzando il cyberattivismo come un percorso plausibile per denunciare e combattere il razzismo religioso responsabile di varie forme di violenza subite dai praticanti delle religioni di matrice africana,

come ad esempio la violenza verbale, la simbolica, la fisica e la psichica. A partire dalla raccolta dei dati, dall'osservazione sul campo, dall'interazione con i tre gruppi di giovani coinvolti nella ricerca e dall'analisi dei dati raccolti, abbiamo concluso che i social network sono stati ampiamente utilizzati come strumenti importanti nella lotta contro il razzismo e il razzismo religioso. Inoltre, questi spazi virtuali si sono dimostrati luoghi di dialogo e scambio di conoscenze, promuovendo la valorizzazione delle credenze religiose di matrice africana. Il cyberattivismo è emerso come un movimento cruciale per amplificare le voci dei giovani di terreiro, espandendo la loro azione dallo spazio fisico a quello virtuale. Tuttavia, è importante sottolineare che i social network sono stati anche utilizzati per rafforzare i discorsi di odio contro le Comunità Tradizionale di Terreiro, il che evidenzia la necessità urgente di movimenti che lottino per la consolidazione di politiche pubbliche. Queste politiche devono concentrarsi sulla lotta contro l'intolleranza religiosa e sulla difesa del diritto alla libertà di espressione e di credo, entrambi garantiti dalla Costituzione brasiliana.

Parole chiave: Gioventù; Umbanda; Candomblé; Cyberattivismo; Razzismo religioso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Campanha “Quem é de Axé diz que é! O censo está nas ruas, não negue a sua fé”.....	84
Figura 2	“Nada para nós, nós!”.....	87
Figura 3	Pertença religiosa.....	125
Figura 4	Desde 2019 na luta pelos jovens e pelas CTTro.....	128
Figura 5	Todos serão bem vindos!.....	130
Figura 6	Cadastro de Membros JTES.....	131
Figura 7	Comunicado.....	132
Figura 8	Votação identidade visual.....	133
Figura 9	Enquete: votação logotipo.....	134
Figura 10	Identidade visual do grupo.....	135
Figura 11	Página no <i>Instagram</i>	136
Figura 12	Perfil <i>Facebook</i>	137
Figura 13	5ª Reunião Ordinária da JTES.....	138
Figura 14	Documentos básicos.....	139
Figura 15	Sétima reunião ordinária JTES.....	140
Figura 16	Reunião sobre diversidade religiosa.....	141
Figura 17	Nota oficial de repúdio ao ataque a Casa Preto Velho de Oxalá.....	143
Figura 18	TBT para lembrar que as nossas lutas são permanentes.....	144
Figura 19	Direitos dos Povos de Terreiro.....	145
Figura 20	Ata de fundação da diretoria de Juventude Regional do	

	CENARAB – Norte de Minas Gerais.....	147
Figura 21	Destaques no <i>Instagram</i>	147
Figura 22	Identidade visual do grupo CENARAB/Norte de Minas.....	148
Figura 23	6ª Marcha contra o Racismo e a Intolerância Religiosa.....	150
Figura 24	Convite.....	151
Figura 25	8ª marcha contra a intolerância religiosa & racismo!.....	152
Figura 26	O povo de candomblé exige respeito!.....	153
Figura 27	Tire o racismo do caminho!.....	154
Figura 28	Marcha contra o racismo religioso.....	155
Figura 29	Nunca irão nos calar!!.....	156
Figura 30	Posse no Conselho Municipal de Igualdade Racial de Montes Claros.....	156
Figura 31	Juventude de Terreiro Renafro – GT Nacional.....	158
Figura 32	Página no <i>Facebook</i>	159
Figura 33	Agenda JRENAFRO.....	160
Figura 34	Tema: Terreiro lugar de criança, adolescente e jovens: uma conversa sobre o racismo religioso.....	162
Figura 35	A hora é essa! Vacine-se! Campanha em prol da vacinação contra o COVID-19.....	162
Figura 36	Vídeo postado pela ebómi Gabriela de Oxum e compartilhado pela Juventude RENAFRO.....	164

Figura 37	Resistência e respeito às religiões de matriz africana.....	165
Figura 38	6ª <i>live</i> Juventude RENAFRO.....	166
Figura 39	Figurinhas para comunicação no <i>Whatsapp</i>	176
Figura 40	Conversa no <i>Whatsapp</i> JTES.....	177
Figura 41	Recursos federais.....	178
Figura 42	Direitos dos povos de terreiro.....	179
Figura 43	Performance itinerante: combate ao racismo religioso.....	180
Figura 44	Beca Barreto sofre intolerância religiosa nas redes sociais.....	183
Figura 45	Colóquio internacional.....	184
Figura 46	Vai ter povo de branco e fio de conta na academia sim!.....	185
Figura 47	Unidos lutaremos contra o racismo religioso!.....	187
Figura 48	Comentários, curtidas e compartilhamentos.....	188
Figura 49	Justiça por Iyá Bernadete.....	189
Figura 50	Respeite o nosso povo, cultura, fé e tradição!.....	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Casos de intolerância: Rio de Janeiro, 2021.....	57
Tabela 2	Comunidades religiosas atingidas.....	57
Tabela 3	Casos de intolerância no Brasil.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCIR	Comissão de Combate à Intolerância Religiosa
CENARAB	Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira
CTTro	Comunidades Tradicionais de Terreiro
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EST	Escola Superior de Teologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAFRO	Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras
JTES	Juventude de Terreiro do Espírito Santo
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
RE	Recurso extraordinário
RENAFRO	Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras
RIVIR	Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa
STF	Supremo Tribunal Federal
UNEAFRO	União dos Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora Brasil
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: contextualização histórica, resistência e luta contra o racismo religioso.....	26
2.1	CANDOMBLÉ E UMBANDA: resistência e preservação da memória ancestral no contexto da colonialidade.....	36
2.2	INTOLERÂNCIA OU RACISMO RELIGIOSO: uma análise antropológica baseada na epistemologia do terreiro.....	36
2.3	EU NÃO JULGO A SUA FÉ, ENTÃO RESPEITE O MEU AXÉ: os reflexos do racismo estrutural nas redes de sociabilidade do povo de terreiro.....	53
2.3.1	O caso Kaylane Campos: “minha fé vai sempre continuar”.....	73
2.3.2	Lutar e resistir: o povo de terreiro tem se organizado para garantir os seus direitos constitucionais.....	76
3	JUVENTUDE AFRORELIGIOSA E MÍDIAS SOCIAIS: visibilidade, afirmação identitária, luta e resistência.....	91
3.1	REFLEXÕES A RESPEITO DO TERMO JUVENTUDE: um grupo social plural e diverso.....	91
3.2	JUVENTUDE DE TERREIRO, ESPAÇO PÚBLICO E RELIGIÃO: uma abordagem descritiva.....	97
3.3	AÇÕES PROTAGONIZADAS PELOS TRÊS GRUPOS DE JOVENS NAS REDES SOCIAIS.....	105
3.4	JUVENTUDE E CIBERESPAÇO: uma breve descrição das ações protagonizadas por três grupos de jovens no Instagram, no Facebook e no Whatsapp.....	114
4	JOVENS, CIBERATIVISMO E RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: uma análise qualitativa dos dados coletados no campo.....	118

4.1	DETALHES SOBRE O CAMPO: uma breve descrição do campo pesquisado e dos grupos de jovens envolvidos na pesquisa.....	118
4.1.1	Os primeiros contatos: a aproximação com o campo de pesquisa.....	121
4.2	CARACTERÍSTICAS, HISTÓRIA E AÇÕES DOS TRÊS GRUPOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	127
4.2.1	Juventude de Terreiro Espírito Santo – JTES: “Unidos pela ancestralidade fortalecemos as nossas raízes e direitos”.....	127
4.2.2	Ações protagonizadas pelo JTES.....	141
4.2.3	Juventude de Terreiro CENARAB – Norte de Minas: “A fé pela qual eu me ajoelho, é a mesma que coloca de pé”.....	146
4.2.4	Ações protagonizadas pelo Juventude de Terreiro do CENARAB-Norte de Minas.....	149
4.2.5	Juventude de Terreiro RENAFRO: “Respeite o nosso povo, cultura, fé e tradição”.....	157
4.2.6	Ações protagonizadas pelo Juventude de Terreiro do RENAFRO.....	161
4.3	DA CASA DE AXÉ AO CIBERESPAÇO: uma análise sobre o reflexo das ações protagonizadas pelos três grupos de jovens umbandistas e candomblecistas nas mídias sociais.....	158
4.4	ENTRE A TRADIÇÃO E A CONTEMPORANEIDADE: como os mais velhos analisam a utilização das mídias sociais pela juventude de terreiro.....	169
4.5	VIVÊNCIAS, SOCIALIZAÇÃO, REIVINDICAÇÕES E AFIRMAÇÃO DA PERTENÇA RELIGIOSA NAS REDES SOCIAIS: avanços, retrocessos e conquistas.....	174

5	CONCLUSÃO.....	192
	REFERÊNCIAS.....	200
	ANEXO A – Parecer de Aprovação da Plataforma Brasil.....	212
	ANEXO B – TCLE Aprovado.....	215
	ANEXO C – Carta de Princípios da Juventude de Terreiro do Espírito Santo.....	216

1 INTRODUÇÃO

Puro Axé – Se eu fosse só, não estaria mais aqui

Tantas batalhas eu venci
 Muitas ainda eu vou enfrentar
 Muitas vezes vou cair
 Mas sempre vou levantar
 Meu escudo é minha fé
 Minha espada é o orixá
 Tenho meu corpo fechado
 Nas rezas do Jacutá!
 Quando eu caí, meu pai Ogum me levantou
 Quando eu sofri mamãe Oxum me amparou
 Me vi perdido, Exú veio me guiar
 Estava com fome, Oxóssi me ensinou a caçar
 Fui humilhado e Xangô me defendeu
 Fui perseguido, Oya com os ventos me escondeu
 Cai doente Omulu quem me curou
 Estava sujo Iemanjá quem me banhou!
 Eu vi a morte, mas Nanã lhe afastou
 Cuidou de mim e o meu pranto ela secou
 Desesperado eu vi a minha fé vacilar
 Fui renovado com as palavras de Oxalá
 Se eu fosse só, já não estaria mais aqui
 Meu orixá, quem me ajudou a persistir
 Na noite escura, nos caminhos me guiou
 E na umbanda eu retribuo o seu amor!
 (Henrique de Oxóssi, s./d.)

A música “Puro axé – Se eu fosse só, não estaria mais aqui!” retrata a importância da crença nos orixás na preservação da vida da população escravizada que veio da África para o Brasil. A união entre os povos escravizados e, na atualidade, os afrodescendentes têm sido de suma importância em vários quesitos sociais, entre eles, manter a própria existência. Os orixás, além de serem protetores, possuem diversas formas de acolhimento: eles curam, guiam, ensinam, cuidam, ajudam o sujeito de fé a se erguer, amparam, levantam. Enfim, sempre têm uma ação que ajude a renovar o espírito, manter a coragem e a ter força para seguir em frente. Com a força dos orixás o povo preto foi criando estratégias para vencer as batalhas que perpassam o seu cotidiano como, por exemplo, preservar os seus elementos culturais, lutar contra o racismo, a exclusão social, a intolerância religiosa, a falta de oportunidades, as violências, a violação dos seus direitos enquanto cidadãos, os preconceitos e as discriminações.

Enquanto mulher negra, pesquisar sobre a origem das religiões de matriz africana é buscar compreender sobre a minha própria essência, a minha história e, acima de tudo, dar

importância e ter gratidão por cada gota de sangue derramada pelos nossos ancestrais, que juntamente com a força dos orixás, buscaram vários meios de resistir à opressão, imposta pelo colonizador europeu na América portuguesa.

A escrevivência¹ negra ainda é vista como algo fora de um padrão acadêmico, pautado nas regras do mundo ocidental, de organizar a escrita, onde ainda não podemos externar os nossos sentimentos. Mas, peço licença para fugir desse padrão, pois não tenho como trazer os resultados da minha pesquisa sem mencionar as transformações ocorridas na minha vida pessoal, durante mais de uma década dedicada à pesquisa sobre algumas temáticas relacionadas as religiões de matriz africana. Em algum momento ocorreu um entrelaçamento entre a pesquisa e a minha existência. A pesquisa acadêmica me permitiu conhecer várias formas de compreender e escrever sobre as religiões de matriz africana, me possibilitou visitar terreiros, colocar em prática o meu olhar etnográfico, mas ela também me permitiu fazer uma viagem pelo meu interior e me trouxe uma grande descoberta que me enche de orgulho: eu sou uma mulher preta, eu tenho orgulho da minha origem e se hoje cheguei até aqui foi porque os meus ancestrais, juntamente com a crença nos orixás, buscaram diversos meios de combater o sistema patriarcal, opressor, misógino, racista e excludente. Entrar dentro de um terreiro e se sentir mais próxima da África é algo inexplicável. Uma emoção muito grande toma conta do nosso coração e, por alguns instantes, esquecemos de fato qual é a nossa função dentro dos espaços sagrados. Esse contato mais íntimo com as religiões de matriz africana começou a preencher uma lacuna em relação a minha existência.

Passei a maior parte da minha vida sem saber de fato quem eu era, qual era a minha identidade e quais eram as minhas raízes ancestrais. A sociedade é tão injusta com a população preta que até a nossa identidade é roubada e adulterada pelo sistema. A primeira violência acontece quando somos obrigadas a alisar o nosso cabelo para nos enquadrar no sistema, pois o “cabelo de bombril”, o “cabelo duro” não é, ou ainda continua sendo, um padrão aceito pela sociedade. Na escola, aprendemos somente sobre a escravidão, como se não houvesse aspectos positivos para serem falados em relação a história da população negra. As músicas que ouvíamos traziam falas preconceituosas sobre os negros, a representação artística nas telenovelas, por muito tempo, insistiu em mostrar as pessoas negras fazendo papéis de bandidos ou ocupando postos de trabalhos braçais e/ou aqueles que não cabem às pessoas brancas. Submetidos a inúmeras violências, as pessoas negras acabavam se afastando das suas raízes e perdendo a própria identidade, pois sempre será o outro que dirá quem

¹ Termo utilizado por Luzineide Miranda Borges (2019).

somos e como devemos ser. Não havia de fato o que hoje chamamos de representatividade negra nos diversos âmbitos sociais, políticos, educacionais, entre outros aspectos.

Nesse processo envolvendo a questão identitária, muitas vezes, quando ouvia que eu não era preta, e sim “moreninha”, eu sentia um alívio, pois estava me afastando de uma cultura com a qual eu não me identificava, devido a todos os estereótipos que foram destinados a população negra. Falar sobre essas questões é tocar em uma ferida que ainda não está totalmente curada, pois essa crueldade feita com a população negra reflete, de uma forma muito pesada, nas nossas vidas. Sim, dói muito falar sobre tudo isso!

A escritora Bianca Santana, em seu livro “Quando me descobri negra”², traz alguns relatos que externam a história de inúmeras mulheres negras que, assim como eu, vivem quase a vida toda sem saber de fato quem são. O tempo todo somos estimuladas a nos afastar da nossa verdadeira origem. Eu tenho 45 anos e ainda não há nem uma década que descobri que sou uma mulher negra, pois antes eu era moreninha. Esse redescobrimento foi, ao mesmo tempo, doloroso e libertador. Foi doloroso, pois descobri que passei uma vida toda sendo o que outros determinavam e libertador pois ainda me resta tempo para buscar viver, seguindo os meus próprios padrões, sem me preocupar com a fala do outro.

Hoje, sinto que sou uma mulher que inspira outras meninas, dentro das escolas, onde atuo como docente. Sim, eu me orgulho de ser inspiração para muitas estudantes negras. Eu precisava fazer esse relato, pois além de títulos acadêmicos, a academia também me permitiu reencontrar a minha própria identidade e conhecer e me orgulhar da história do povo negro, na África e no Brasil.

Ainda sobre a importância das minhas pesquisas e sobre o trabalho que desenvolvo nas escolas, no ano de 2023 eu fui homenageada no Dia da Consciência Negra na minha cidade natal, chamada Argirita. Senti-me muito orgulhosa de receber esse reconhecimento, dentro de um clube que, até mais ou menos meio século atrás, as pessoas pretas não podiam frequentar. Esse reconhecimento não é só meu e eu o dedico a todos que vieram antes de mim e preparam os caminhos para que hoje eu pudesse chegar até aqui. A placa que recebi veio com uma frase muito marcante, que me fez refletir sobre o que eu tenho construído até agora e como as minhas ações tem impactado na vida das pessoas que buscam uma referência. A

² O livro de Bianca Santana traz relatos de experiências pessoais ouvidas de homens e mulheres negras. A autora divide o livro em três partes: “Do que vivi”, “Do que ouvi” e “Do que pari”. Menciona sobre o racismo velado, a questão envolvendo o alisamento do cabelo, a opressão policial, as profissões subjugadas, a omissão das escolas no que se refere a história do povo negro, etc., em suma, a história relatada pela escritora fala um pouquinho da história de vida cada mulher negra no Brasil (Santana, 2015).

frase referida é: “A liberdade de um povo é adquirida quando este passa a produzir referências”.

A presente pesquisa, de cunho qualitativa e etnográfica, tem como principal objetivo analisar como três grupos de jovens afroreligiosos têm utilizado as redes sociais como um espaço de diálogo, valorização das religiões matriz africana e de mobilização em prol da luta contra a violência causada pelo racismo estrutural, que resulta no denominado racismo religioso. As redes sociais, como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Whatsapp* serão o nosso campo de pesquisa. As mídias sociais nos permitem estar presentes em diversos locais, numa mesma semana, sem sair de casa. O ciberespaço, com a sua natureza fluida, permite que os jovens consigam explorar e experimentar diferentes expressões religiosas, de forma virtual.

Adotando a netnografia ou etnografia virtual³, podemos coletar os dados, através de interações comunicacionais e fazendo entrevistas particulares, com membros do grupo pesquisado. Também vale ressaltar que a coleta de dados online é mais rápida e econômica do que nos métodos tradicionais, onde precisamos nos deslocar para fazermos as entrevistas presenciais e também para acompanhar o calendário de eventos dos terreiros. Sobre a netnografia:

Uma das características da etnografia virtual é o redimensionamento do tempo e do espaço ocupado pelo pesquisador. Utilizando-se de suporte digital, o pesquisador não precisa se deslocar para estar no campo de pesquisa. O tempo de comunicação com os participantes da pesquisa não será tradicional. Eles podem combinar o melhor horário para conversar (Borges, 2017, p. 176).

Resumindo, as redes sociais nos ajudam a economizar tempo e nos permitem fazer uma comunicação com pessoas de diversos locais do mundo, utilizando apenas a internet e um dispositivo, como por exemplo, o *smartphone*. Com o avanço da tecnologia, as religiões passaram a usar as mídias digitais para interagir com um público bem diversificado, pois a expansão da internet e o acesso a aparelhos como *tablets*, celulares e *notebook* possibilitou que milhares de pessoas pudessem estar conectadas, ao mesmo tempo.

Os jovens navegam pelo ciberespaço, encontram as comunidades que lhes despertam interesse e passam a fortalecer o ativismo digital, mediante o grupo com o qual se identificam. Estar conectados e ter várias redes sociais é algo bem característico dos jovens. Por isso, optamos por observar como os grupos de jovens envolvidos na pesquisa utilizam as suas redes sociais para tratarem de diversos assuntos, que perpassam o seu cotidiano, entre eles: os

³ É uma extensão da etnografia adaptada para o ambiente virtual.

aspectos da sua religiosidade, o dia a dia do terreiro, as pautas relacionadas aos direitos da juventude, o combate ao racismo religioso, a busca por políticas públicas de interesse das Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) e o calendário de ações protagonizadas pela juventude.

Além dessa introdução, no segundo capítulo faremos uma contextualização histórica, mencionando como ocorreu a chegada dos africanos ao Brasil, no período colonial, e como se deu a formação das religiões de matriz africana, fazendo um pequeno resgate da importância do Calundu que muito contribuiu para o surgimento do candomblé e da umbanda. Destacamos que não tem como compreender a trajetória das religiões de matriz africana no Brasil sem antes fazermos uma discussão a respeito do racismo, que opera de forma estrutural no nosso país. O racismo reproduz o discurso colonialista e segue invisibilizando e desconsiderando os elementos culturais que fogem do padrão eurocêntrico, presentes na cultura africana e indígena.

Neste contexto, destacaremos como ocorreu o processo de resistência contra as imposições colonialistas que, utilizando de um discurso dominador/dominado, passou a marginalizar todos os aspectos culturais vindos da cultura africana, inclusive a religião. Levando em consideração dados estatísticos, os membros das religiões afro-brasileiras são os que mais sofrem com a violência no nosso país. A discussão envolvendo a temática racismo, racismo religioso ou intolerância religiosa também se fará presente. Buscaremos fontes que nos levarão a traçar qual é a terminologia correta a ser utilizada para classificar as violências sofridas pela população afroreligiosa. Por fim, falaremos sobre os ataques sofridos pelos povos de terreiro e como os mesmos têm buscado se organizar para dar mais força e visibilidade à luta pela garantia dos direitos estabelecidos pela Constituição brasileira. Citaremos algumas estratégias de resistência propostas pelos povos de matriz africana, mediante os impactos do racismo estrutural e religioso, na sua vivência cotidiana.

No terceiro capítulo iremos trazer a discussão sobre a temática juventude afroreligiosa e mídias sociais. Faremos uma reflexão sobre o que podemos compreender como juventude, destacando a importância desse segmento social, que é um grupo plural e heterogêneo. A juventude representa uma fase crucial da vida, onde acontece a exploração dos diversos espaços, sejam eles *online* ou *offline*, e vários questionamentos em busca da construção identitária. Destacaremos a importância de sabermos ter olhares diferentes para cada jovem, levando em consideração alguns aspectos, como por exemplo, o social, o político e o econômico, no qual o mesmo se encontra inserido.

Mediante tal situação, passamos a questionar se o correto é usar a palavra juventude ou juventudes quando mencionamos esse grupo social. Iremos definir termos importantes para a pesquisa como ciberativismo, rede social, cibercultura e buscaremos descrever os impactos do uso das redes sociais, abordando os seus lados positivos e negativos. Finalizando esse capítulo descreveremos como os três grupos de jovens envolvidos na pesquisa – JTES, JCENRAB/MG e JRENAFRO – têm utilizado o *Instagram*, o *Facebook* e o *Whatsapp* para protagonizarem ações relacionadas às pautas defendidas e debatidas por cada um dos grupos, dando ênfase às práticas que visam combater o racismo religioso.

No quarto capítulo faremos uma abordagem descritiva dos dados coletados no campo de pesquisa e mencionaremos quais foram os métodos utilizados para coleta e análise dos dados. Descreveremos os métodos de pesquisa com maior riqueza nesse capítulo, acatando uma sugestão de um dos membros da banca de qualificação. Optamos por fazer uma pesquisa qualitativa, utilizando a etnografia virtual, a revisão bibliográfica, e as entrevistas estruturadas, visando assim fazer o levantamento dos dados que respondem os questionamentos propostos pela nossa tese. Descreveremos a história dos três grupos envolvidos na pesquisa, mencionando como surgiram, as suas ações, como os mesmos se encontram estruturados e quais são as suas ações que buscam preservar e valorizar os laços ancestrais com as matrizes religiosas. Buscaremos compreender qual foi a importância da expansão das ações dos grupos do terreiro para o espaço virtual. Levando em consideração que os terreiros são espaços onde o conhecimento é transmitido de uma forma mais restrita, pretendemos analisar como tem ocorrido o encontro entre a tradição representada pelos mais velhos do terreiro e a modernidade representada pela expansão das atividades do terreiro para o espaço virtual. Procuraremos compreender de que forma os mais velhos analisam essa utilização das redes sociais como um espaço de compartilhamento das práticas realizadas dentro dos terreiros.

Abordaremos qual é a contribuição das redes sociais no que se refere a popularização dos saberes tradicionais e as lutas contra o racismo religioso, protagonizadas pelos jovens no âmbito das comunidades virtuais. Analisaremos de que forma a intolerância religiosa ou o racismo religioso têm afetado a vida das pessoas que são praticantes das religiões de matriz africana e como esses religiosos têm buscado meios para garantir os seus direitos, assegurados pela Constituição Federal do Brasil. Ao mesmo tempo, investigaremos qual tem sido a função das redes sociais no que se refere ao compartilhamento da movimentação contra o racismo religioso e em prol da liberdade de crença.

Nesta tese, adotamos uma abordagem interseccional que integra os estudos envolvendo as temáticas religião de matriz africana, juventude e ciberespaço, buscando compreender como ocorrem as complexas interações protagonizadas pelos jovens pertencentes às religiões de matriz africana, no âmbito das redes digitais, através das narrativas, das práticas *online* e da formação de comunidades virtuais.

Por fim, no quinto e último capítulo, analisaremos os dados coletados, buscando compreender quais foram os avanços, as conquistas e os retrocessos observados pelos jovens, após passarem a utilizar as redes sociais como um espaço de diálogo, de luta contra o racismo religioso e de valorização da religiosidade de matriz africana. Acreditamos ser de suma importância trazer para dentro do espaço acadêmico os resultados de uma pesquisa focada no protagonismo juvenil, que vem utilizando o espaço virtual como um local de mobilização, luta, troca de informações, valorização da sua religiosidade, militância e também um espaço de interação e reivindicação de direitos das CTTro.

2 RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: contextualização histórica, resistência e luta contra o racismo religioso

2.1 CANDOMBLÉ E UMBANDA: resistência e preservação da memória ancestral no contexto da colonialidade

Neste capítulo abordaremos a chegada dos africanos ao Brasil, os reflexos do colonialismo na vida do sujeito negro e de que forma surgiram as religiões de matriz africana na América portuguesa. O culto aos orixás chegou ao Brasil juntamente com os diversos grupos étnicos africanos⁴ que atravessaram o Atlântico para serem escravizados aqui, na América portuguesa. Santos (2008) ressalta que, juntamente com a diáspora, motivada pelo processo de escravidão no Novo Mundo, vieram as crenças de origem africana, que deixaram raízes profundas em nossas terras e acabaram por constituírem elementos essenciais para a construção e o entendimento da identidade brasileira. Os grupos africanos que vieram para o Brasil desempenhavam diversos tipos de trabalho e, mediante o cenário de escravização, tiveram que reformular a sua vivência cultural, social e religiosa no denominado Novo Mundo:

Os diversos povos africanos desembarcados no Brasil para trabalhar nos engenhos de produção de açúcar, nas lavouras de café, fumo, algodão, nas minas de extração de ouro, etc. trouxeram consigo costumes, línguas, valores, deuses e crenças. Diante das contingências que viriam daí por diante, foram obrigados a negociarem com os poderes dominantes (Igreja e senhores de escravos) e a dialogar com as culturas indígenas da nova terra. Forçados a diáspora migratória, que conduziu ao desconhecido Novo Mundo, encontraram ainda estratégias para aproximar as suas divindades e reelaborar os seus mitos, ritos e sistemas religiosos (Santos, 2012, p. 11).

As primeiras manifestações religiosas protagonizadas pelos africanos no Brasil, inicialmente, ficaram conhecidas como calundus⁵ e nasceram no seio das senzalas durante o processo de escravização dos diversos grupos de africanos, que foram forçados a deixarem a África, rumo ao Brasil:

⁴ [...] Bantos que vieram de regiões atualmente conhecidas como Angola, Congo, Guiné, Mocambique, Zaire, etc. Os fons provenientes do Benin, antigo Daomé. Do Togo foram trazidos os Ewes. Os iorubas de cidades da atual Nigéria, como Ilexá, Oyó, Ketu, Abeokutá, Ekiti, Ondô, Ijexá, Egbá, Egbado, etc. Da região de Gana vieram os ashantis, os minas. E trouxeram com eles milênios de diferentes culturas e de religiosidades que aqui se organizaram, criando o candomblé (Maurício, 2014, p. 32).

⁵ [...] Até meados dos séculos XVIII era o mesmo que candomblé ou macumba, festa religiosa dos africanos escravos, com canto, dança ao som de batuques (Cascudo, 2012, p. 163-164).

Em fins do século XVI, as paredes das senzalas testemunharam o nascimento das primeiras manifestações religiosas de origem africana no Brasil. Envoltos ao sincretismo religioso, principal forma do povo preto escravizado manter vivas as suas crenças e tradições religiosas, nasceram os chamados calundus (Prado, 2021, p. 19).

De acordo com Mattos (2012), a prática do calundu ou curandeirismo traz influências das tradições da África Centro-Occidental, nas quais, além dos ancestrais, outros indivíduos são dotados de caráter sagrado. É o caso dos reis, chefes, pais e os ligados a religião, como aqueles que praticam adivinhação ou curandeirismo. Os arquivos sobre calundus encontram-se nos registros policiais, jornais e, principalmente, nos documentos relacionados ao Tribunal do Santo Ofício. O processo inquisitorial da praticante de calundu Luzia Pinta⁶, uma mulher angolana que possuía uma vasta clientela em Sabará/MG, tornou-se uma importante fonte de pesquisa sobre as práticas do denominado calundu. O processo de Luzia Pinta é uma das referências para se compreender as práticas religiosas introduzidas pelos africanos no Brasil Colônia. Ainda sobre a influência do calundu nos cultos de origem africana, analisemos:

As oferendas e homenagens aos ancestrais eram oferecidas em lugares sagrados, em geral, no meio da natureza, debaixo de árvores, num bosque, em rios, ou mesmo em suas tumbas, nos cemitérios e altares construídos nas aldeias e encruzilhadas, preces e rituais fúnebres, objetivando a manutenção da energia vital mesmo depois da morte (Matos, 2012, p. 158).

Nota-se que alguns elementos dos rituais religiosos de origem africana, conhecidos como calundus, ainda se encontram bem presentes nos diversos terreiros espalhados pelo Brasil, como por exemplo, a adivinhação, as oferendas, as danças, o uso de instrumentos como o atabaque, a manipulação e a utilização de ervas, a possessão, a cura, entre outros elementos. Ainda sobre os rituais de calundus:

As cerimônias de calundus eram regadas a canto, dança, batuque, além do cozimento de determinadas ervas. Os batuques, a dança, o canto eram essenciais na realização dos cultos, pois esses elementos eram responsáveis por levarem os participantes, sobretudo “médium”, a um estado de transe e êxtase, podendo culminar até num desmaio. Era durante esse estado de transe seguido do desmaio que o médium fazia uma viagem a terra natal, a África, trazendo de lá todas as respostas das perguntas feitas pelos participantes dos cultos, além de adquirir poder de cura a doenças, quando finalmente recobrava a consciência (Prado, 2021, p. 5).

⁶ Para uma leitura detalhada sobre o processo e uma maior compreensão sobre a religiosidade africana na colônia portuguesa na América, sugerimos Daibert (2015, p. 7-25) e Melo e Souza (1986).

Os elementos presentes nos Calundus contribuíram para a formação das denominadas religiões de matriz africana que atualmente encontramos no Brasil. Prado (2021, p. 13) “constatou que os Calundus não se extinguíram, eles se transformaram, originando o candomblé e, posteriormente, outras religiões de matriz africana”. Também vale ressaltar que o encontro cultural entre os elementos das três matrizes formadoras da sociedade brasileira, o indígena, os africanos e os europeus foram de suma importância para a constituição das chamadas religiões afro-brasileiras. O sincretismo religioso foi uma estratégia utilizada pelos africanos para continuarem cultuando os seus deuses africanos, mediante o processo de catequização imposto pelo colonialismo. Sobre a estratégia da aceitação do sincretismo religioso:

O sincretismo religioso foi então, a arma do povo preto para manter vivas as suas crenças e culturas, ao possibilitar o surgimento da primeira manifestação religiosa de raiz africana no Brasil, os Calundus, ao qual viria originar as outras religiões de matriz africana existentes hoje (Prado, 2021, p. 9).

Por outro lado, Borges (2019, p. 99) ressalta que, em alguns terreiros, “o sincretismo religioso não é mais usado, pois o povo de axé não se vê na obrigação de cultuar os santos católicos, principalmente por reconhecerem a perseguição sofrida, durante anos, pela igreja católica”. Sob o mesmo ponto de vista em relação ao assunto mencionado:

O sincretismo no passado, para que a religião pudesse ter continuidade ao permitir que ela se estabelecesse. Porém, nos dias de hoje ele já não é mais necessário e não pode mais ser aceito e utilizado. Já afirmamos e nos impomos como religião! o sincretismo foi necessário e útil a 300 anos atrás! (Maurício, 2014, p. 35).

Porém, sabemos que o sincretismo ainda é uma realidade em muitos terreiros, no vasto território brasileiro, uma vez que agregaram elementos que ajudaram a constituir as denominadas religiões de matriz africana. No Brasil, as religiões afro-brasileiras recebem vários nomes, de acordo com as heranças culturais herdadas dos grupos étnicos vindos da África e que ocuparam as várias regiões do nosso país. Entre os nomes mais conhecidos podemos citar: candomblé, candomblé de caboclo, umbanda, quimbanda, tambor de mina, jurema, omolocô, umbandomblé, entre outros. Um fato muito importante que devemos

destacar, mediante a criação e a institucionalização das religiões de matriz africana, é a relevância do papel protagonizado pelas mulheres pretas⁷. Sobre o assunto:

Fomos “institucionalizados” por mulheres, mães pretas, classe que até hoje é considerada a mais estigmatizada em um país racista e misógino. Mulheres que tiveram a força e a sensibilidade de recriar a família preta destruída pelo tráfico. Mulheres que restituíram os nomes africanos aos seus, que tiveram os seus nomes nativos roubados pela Igreja Católica. Não precisaram ler sobre conceito de identidade para ajudar no refazimento da identidade preta dos seus, pois a noção de empoderamento pessoal e coletivo pela manutenção da comunidade lhe era um saber nativo. A noção de fortalecimento pela pertença, pela renovação de vínculo com a ancestralidade, o despertar do Eu divino dos seus como forma de tentativa de sobreviver frente à violência do sistema opressor (Nogueira, 2020, p. 131).

Também pode-se dizer que “a terra mãe” foi recriada em cada terreiro. No modo de vida, nos costumes, na memória e na cultura dessa gente, a África revive. As populações submetidas à escravidão e ao genocídio tiveram que elaborar uma série de mecanismo de sobrevivência. “E, entre todos os mecanismos de sobrevivência, a religião foi um dos que mais colaboraram para manter vivas as tradições de origem africanas” (Berkenbrock, 2012, p. 62; William, 2019, p. 44 e 172).

Os terreiros podem ser compreendidos como um espaço de existência, resistência e re(existência). Um terreiro de candomblé é uma comunidade com a intenção de preservar pensamentos, crenças e tradições herdadas da África. É uma comunidade religiosa de fato e de direito, com laços simbólicos profundos e tão fortes quanto os de sangue. É importante ressaltar que os terreiros de Candomblé não devem ser descritos ou lembrados apenas como um espaço sagrado de culto aos orixás, mas também como um espaço de resistência cultural, que mantém viva as tradições dos diversos povos africanos que aqui desembarcaram (Nogueira, 2020; Eugênio, 2017; Melo, 2012). Sobre a importância dos terreiros na construção ou reconstrução da identidade do povo preto:

Resgatando a sua potência econômica, cultural, histórica e científica, os terreiros construíram uma imagem positiva dos nossos antepassados ao preservar a identidade de que somos descendentes de reis e rainhas com os saberes fazeres e suas próprias histórias, contadas por nós e não pelo colonizador. [...] Aprendemos que a África não é atrasada como insistem

⁷ [...] no sistema escravocrata, especialmente no âmbito urbano, as mulheres negras tiveram maior independência econômica e mobilidade social que os homens. Elas obtinham com maior facilidade a alforria e chegavam a se converter em pequenas e médias empresárias, sobretudo no setor alimentício. Nesse caso, a hegemonia na liderança religiosa refletiria o maior status social as mulheres (Parés, 2007, p. 136).

alguns pesquisadores bem intencionados e a mídia de massa racista (Borges, 2019, p. 93).

Compreender herança africana através de uma óptica descolonizada é de suma importância para o fortalecimento identitário do sujeito afro-brasileiro que passa a compreender que não somos descendentes de escravizados e sim de povos africanos que possuem um passado histórico anterior e posterior à escravização.

Em relação ao surgimento do candomblé não só como uma religião marcada pela resistência, Parés (2007) nos chama a atenção para o seguinte fato:

A gênese do candomblé não pode ser reduzida a oposição de “classe” ou a uma simples resposta de resistência à escravidão, e deve também ser encarada como um resultado ou efeito intra-africano possuindo uma relativa autonomia em relação à sociedade mais abrangente decorrente da sua própria dinâmica interna. A ritualização das práticas religiosas africanas podia responder as estratégias contra o infortúnio, que ia além da escravidão, ou satisfazer as necessidades de solidariedade grupal ou complementariedade dialética inerentes a micropolítica africana (Parés, 2007, p. 127).

Não podemos negar a importância do candomblé como um sistema religioso, com foco na resistência contra o sistema opressor imposto pelos colonizadores. Mas, também precisamos enxergá-lo como uma denominação religiosa focada na inclusão social, principalmente no que se refere aos clientes, que poderiam ser pardos, brancos, pobres, ricos, livres, libertos e escravizados. Berkenbrock (2012) descreve o candomblé como uma religião afro-brasileira que cultua os orixás. Os orixás são forças da natureza divinizadas e cultuadas pelos africanos de etnia iorubá⁸.

Sobre o candomblé, o seu local de surgimento, a relevância cultural, as suas denominações regionais e a importância dessa religião para os escravizados e ex-escravizados, como um meio de preservar e manter vivas as memórias ancestrais e, ao mesmo tempo, encontrar forças para resistir às imposições coloniais, Reginaldo Prandi (2004) descreve:

O CANDOMBLÉ – religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX – e demais modalidades religiosas conhecidas pelas denominações regionais de xangô, em Pernambuco, tambor-de-mina, no Maranhão, e batuque, no Rio Grande do

⁸ Povo sudanês que habita a região de Yorubá (Nigéria, África Ocidental), que se estende, de Lagos para o norte, até o rio Níger, (Oya) e, do Daomei para o leste, até a cidade de Benin. Sua capital política é Oyó e a religiosa Ifé, onde a humanidade foi criada, segundo os mitos. São chamados no Brasil como nagôs (Cacciatore, 1988, p. 149).

Sul, formavam, até meados do século XX, uma espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes, resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura. Eram religiões de preservação do patrimônio étnico dos descendentes dos antigos escravos (Prandi, 2004, p. 223).

Ainda sobre a definição de candomblé, a sua função e o conhecimento adquirido e preservado dentro dos terreiros:

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazidas pelos africanos escravizados, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar a novas condições ambientais. É a religião que tem como função principal o culto as divindades-inquices, orixás ou voduns, seres que são a força e o poder da natureza, sendo os seus criadores também os seus administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também discernir melhor as verdades e mentiras, permitindo assim definir conceitos. No candomblé nada se inventa ou se cria, só se aprende e se aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática no dia-a-dia, com o tempo, a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender (Maurício, 2014, p. 29).

Enquanto o candomblé busca preservar os traços africanos, a umbanda é considerada uma religião tipicamente brasileira. Para Prandi (1991), a umbanda nasceu não como uma simplificação do Candomblé, tampouco como uma ritualização do Kardecismo. Ao contrário, a umbanda, já no seu primeiro momento, nasceu como uma enorme transformação. Rivas Neto (2013) deixa claro que a umbanda é uma unidade aberta em construção. A constante da sua tradição é a contínua mudança e a diversidade de elementos, rituais e simbologias. Ribeiro (2013), em seu livro “Umbanda e teologia da felicidade”, menciona que cada grupo de entidades possui uma maneira singular de trabalhar, com gestuais e linguagens próprias e finalidade bem estabelecidas. Em relação à diversidade na formação da umbanda, a pesquisadora ressalta:

A principal expressão de diversidade na umbanda se refere a própria formação. Ela nasceu do encontro de três etnias diferentes em solos brasileiros: os negros que vieram com a escravidão durante o Período Colonial, os brancos europeus que vieram também com a colonização e os indígenas autóctones (que já viviam em terras brasileiras) (Ribeiro, 2013, p. 96).

A umbanda nasceu ressignificando elementos herdados dos três principais grupos étnicos que colaboraram para a formação da sociedade brasileira. Vagner Gonçalves da Silva (2005) deixa claro que as origens da umbanda remontam aos cultos das entidades africanas, aos caboclos (espíritos ameríndios), aos santos do catolicismo popular e também pela influência kardecista. Sobre a contribuição dos africanos, dos indígenas e da cultura europeia na formação da umbanda vale a pena compreender a contribuição de cada grupo cultural presente no território brasileiro de acordo com a descrição a seguir:

Herdamos das culturas indígena e africana a forte ligação com a natureza, o uso de ervas, cachimbos (maracás para os indígenas), os rituais de cura, as danças, os cânticos sagrados, as vestimentas, o transe, a crença na vida após a morte e a comunicação com os mortos, a crença nos ancestrais, a diversidade de deuses (indígenas), ou orixás (africanos), os preceitos ofertados aos ancestrais (oferendas), a magia. Da cultura europeia, herdamos alguns elementos de concepção cristã católica, como a ligação com os santos no sincretismo são relacionadas com os orixás, as rezas, as imagens, o maniqueísmo (bem e mal), dentre outros. E, ainda de uma influência do Kardecismo: ligação com os mortos, crença na encarnação, rituais de cura (Ribeiro, 2013, p. 98).

Já Francisco Rivas Neto (2013) esclarece que a umbanda surgiu principalmente da mistura afro-ameríndia, com as mínimas influências (pelo menos na essência) do catolicismo. Ele também nos alerta que precisamos fazer uma nova leitura a respeito do mito fundante da Umbanda, que relaciona a criação da religião com o médium Zélio Fernandino de Moraes:

Precisamos repensar quando afirmamos que a umbanda surgiu no século XX, em 1908, no Rio de Janeiro com o médium Zélio Ferdinando de Moraes. Há quem afirme que a primeira manifestação se deu na Federação Espírita de Niterói, o que foi negado pelos registros dessa instituição, alegando que no dia do possível evento não houve culto e não há nenhum registro sobre o episódio. Isso não quer dizer que haja algo contra o trabalho desenvolvido por Zélio de Moraes e a sua entidade espiritual, o Caboclo Sete Encruzilhadas (o chefe), que muitos afirmam ter sido em reencarnações passadas o padre Católico Gabriel Malagrida (Rivas Neto, 2013, p. 84).

Enquanto pesquisadores, torna-se necessário chamar a atenção para um processo eurocêntrico, que mais uma vez buscou branquear uma religião que possui as suas origens nos cultos dos calundus, cabula e na macumba⁹, que possuem surgimento muito anterior a

⁹ No início do século XX a Macumba no Rio de Janeiro, era uma grande mistura, ou seja, uma religião altamente sincrética, pois além do sincretismo com santos católicos, com elementos kardecistas, e com elementos indígenas havia a presença da magia europeia extraídas do Livro de São Cipriano capa preta. Também existia fusões com nações africanas diversas, destacando as etnias islamizadas, como por exemplo os haussás, os fulanes, os bornús, ou tapas, que eram conhecidos na Bahia por malês. Na macumba misturava-se Bíblia e Alcorão. [...] A

popularização do mito de surgimento da umbanda, envolvendo a narrativa do médium Zélio de Moraes e o seu mentor espiritual. Sobre a origem da umbanda:

A umbanda, como culto organizado segundo os padrões atualmente predominantes, teve a sua origem por volta das décadas de 1920 e 1930, quando kardecistas de classe média, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, passaram a mesclar com suas práticas elementos das tradições afro-brasileiras, e a professar e defender publicamente essa “mistura”, com o objetivo de torná-la legitimamente aceita, com o status de uma nova religião. Muito antes, porém, de adquirir um contorno mais definido, muitos elementos formadores da umbanda já estavam presentes no universo religioso popular do final do século XIX, sobretudo as suas práticas bantos. Na cabula, por exemplo, o chefe do culto era chamado de embanda – possível origem do nome da religião que se formou pelas ações desses líderes ou confundiu com as suas práticas. Cargos e elementos litúrgicos da cabula também preservam-se na umbanda, como o de cambone, auxiliar do chefe do culto, ou a enba (ou pemba), pó sagrado usado para limpar o ambiente dos rituais. Também na macumba, o termo umbanda designava do culto uma das suas linhas mais fortes (Silva, 2005, p. 106-107).

Ainda sobre o processo eurocêntrico da institucionalização da umbanda e o apagamento dos elementos culturais afro-indígenas e as suas tradições religiosas é importante fazermos uma análise crítica:

Mais uma vez há um processo eurocêntrico, pois Zélio era branco (europeu) e a sua entidade espiritual também. (...) Para nós parece algo que marginaliza o negro e o índio e ainda deixa a margem aqueles que desde áureos tempos cultuavam os espíritos divinos (Orixá, Inkice e Vodum) e espíritos ancestrais, que são o mote principal de qualquer religião afro-brasileira, e é isso que queremos enfatizar. Seria uma forma de fazer as religiões de indígenas e africanos subordinarem-se às classes dominantes na época (Rivas Neto, 2013, p. 84).

Em seu livro “Religiões Afro-brasileiras: uma construção teológica”, João Luiz Carneiro (2014), após analisar a opinião de acadêmicos, jornalistas e pesquisadores¹⁰ sobre a origem da umbanda, constatou que as evidências e argumentos acadêmicos e *insiders* apresentados afastam a ideia de que Zélio Ferdinando de Moraes teria fundado “a” umbanda, mas sim, “uma” umbanda. Fazendo o uso do aparato teórico analisado foi possível afirmar que o médium Zélio fundou uma de suas escolas, a denominada umbanda branca.

macumba carioca agregava, portanto, uma infinidade de nações africanas que influenciaram de sobremaneira os seus rituais (Costa, 2014, p. 85-86).

¹⁰ Para maiores detalhes consultar Carneiro (2014, p. 65-81).

Retomando a questão no que se refere as heranças culturais presentes nas religiões de matriz africana, Santos (2012), sob o mesmo ponto de vista defendido por Ribeiro (2013), relata que além das tradições culturais africanas, tais religiões também incorporaram, em graus variáveis, elementos católicos, espíritas, aspectos das cosmologias indígenas e o misticismo oriental e o neo-esotérico.

Sobre algumas diferenças existentes entre a umbanda e o candomblé, consideramos importante ressaltar:

Com efeito, pode-se opor umbanda e candomblé como se fossem dois pólos: um representando o Brasil e o outro a África. A umbanda corresponde à integração das práticas afro-brasileiras na moderna sociedade brasileira; o candomblé significaria justamente o contrário, isto é, a conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro. É claro que não devemos conceber o candomblé em termos de pureza africana; na verdade ele é um produto afro-brasileiro resultado da bricolagem desta memória coletiva, sobre matéria nacional brasileira que a história ofereceu aos negros escravos. Entretanto, pode-se afirmar que para o candomblé a África continua sendo fonte privilegiada do sagrado, o culto dos deuses negros se opondo a uma sociedade brasileira branca ou embranquecida. Desta forma, uma ruptura se inscreve entre a umbanda e o candomblé: para a primeira, a África deixa de constituir em fonte de inspiração sagrada; o que é afro-brasileiro se torna brasileiro. É necessário entender o que queremos dizer com a ruptura; não se trata de ressignificar com esta palavra a ausência do que é negro no seio da umbanda, pelo contrário, insistiremos em todo o nosso trabalho na importância da contribuição africana para a formação da religião umbandista (Ortiz, 1999, p. 16).

O candomblé foi criado visando reconstruir uma identidade africana, como uma forma de restabelecer uma família não sanguínea, mas de santo. Em contrapartida, a institucionalização da umbanda tinha como objetivo demarcar um território habitado por uma classe média que desejava fortalecer uma identidade nacional brasileira.

O desenvolvimento do candomblé, por exemplo, foi marcado, entre outros fatores, pela necessidade por parte dos grupos negros de reelaborarem sua identidade social religiosa sob as condições adversas da escravidão e posteriormente do desamparo social, tendo como referência as matrizes religiosas de origem africana. Daí a organização social e religiosa dos terreiros de certa medida enfatizaram a “reinvenção” da África no Brasil. No caso da umbanda, de formação mais recente, seu desenvolvimento foi marcado pela busca, iniciada por segmentos brancos da classe média urbana, de um modelo de religião que pudesse integrar legitimamente as contribuições dos grupos que compõem a sociedade nacional. Daí a ênfase dessa religião em apresentar-se genuinamente nacional, uma religião a moda brasileira (Silva, 2005, p. 15).

Ao analisar a importância das religiões de matriz africana, temos que pensar em resistência e garantia de sobrevivência, pois, mesmo com tanta opressão, e estando longe da pátria mãe, os escravizados mantiveram vivos os deuses africanos (os orixás)¹¹ e os mesmos continuaram sendo reverenciados e festejados, dando origem às diversas manifestações religiosas afro-brasileiras que existem em todo o território. Mesmo sofrendo ataques por parte de grupos que disseminam o ódio, a intolerância e não respeitam a diversidade de crenças, as religiões de matriz africana se fortaleceram e seguem preservando as suas tradições e lutando para garantir os seus direitos, no que se refere à liberdade de culto. Rodney William (2017, p. 61) “ressalta que os candomblés são espaços de resistência. Por vezes, fizeram uso da conciliação, sincretizaram e segredaram. Sofreram (e ainda sofrem) toda sorte de perseguição. Ainda que resignados, nunca se entregaram”. Mesmo diante da violência física, psíquica e simbólica, os afroreligiosos buscaram meios de resistir, e sem dúvida, a religião teve um papel de suma importância para os povos africanos que vieram para o Brasil e, conseqüentemente, para os seus descendentes.

Apesar de todas as dificuldades, opressões e silenciamentos, os povos das CTro seguem resistindo, mantendo as suas tradições religiosas e lutando para ter o direito de exercer as suas práticas religiosas no espaço físico do terreiro e no espaço público *online* e *offline*. Os orixás, inquices, eguns, preto velho, erês, boiadeiros, caboclos, entre outros, continuam habitando os terreiros e diversificando os rituais afroreligiosos. Parés (2007) relata que, no contexto dos africanos e afrodescendentes no Brasil, o campo da religião, das crenças e das práticas rituais, associadas ao mundo invisível, parece ter sido o domínio por excelência da resistência cultural.

Posteriormente abordaremos alguns dados que mencionam quais são as violências sofridas pelos praticantes de religiões de matriz africana e buscaremos compreender como são classificadas essas violências. Intolerância religiosa ou racismo religioso? Revisitaremos os textos acadêmicos que abordam o assunto e, ao longo da trajetória da pesquisa, saberemos qual é o posicionamento dos jovens sobre o assunto e a partir daí teremos mais um ponto de

¹¹ São divindades intermediárias iorubanas, excetuando Olórum, Deus supremo. Na África eram cerca de 600. Para o Brasil vieram talvez uns 50 que estão reduzidos a 16 no Candomblé (alguns com vários nomes e qualidades), dos quais só 10 passaram a Umbanda. Os orixás são intermediários entre Olórum, ou melhor, entre o seu representante (e filho) Oxalá e os homens. Muitos deles são antigos reis, rainhas ou heróis divinizados, os quais representam as vibrações das forças elementares da natureza – raios, trovões, ventos, tempestades, água, fenômenos naturais, como arco íris, atividades econômicas primordiais do homem primitivo – caça, agricultura – ou minerais como o ferro que tanto serviu a essas atividades de sobrevivência assim como as de extermínio – a guerra. E ainda as grandes ceifadoras de vidas, as doenças epidêmicas, como a varíola [...] (Cacciatore, 1988, p. 197).

vista, que nos ajudará a entender se a denominação mais adequada a ser utilizada é intolerância religiosa ou racismo religioso.

2.2 INTOLERÂNCIA OU RACISMO RELIGIOSO: uma análise antropológica baseada na epistemologia do terreiro

Quando se fala nas violências sofridas pela população de terreiro, torna-se necessário revisitar o nosso passado, tendo como ponto de partida a chegada do colonizador europeu que impôs os seus costumes, valores e tradições eurocêntricas nas terras brasileiras, desconsiderando, inicialmente, a cultura indígena e, posteriormente, a cultura africana com a implementação da escravidão no Brasil. Oliveira (2017) menciona que a nossa sociedade foi construída a partir de ideias e ideais capitalistas, racistas, misóginos e cristãos que se contrapõem às outras maneiras de ser e estar no mundo, constituindo assim uma sociedade hierarquizada, baseada na relação dominador/dominado. Simas e Rufino (2019) afirmam que a colonização é um trauma permanente, uma ferida aberta, uma sangria desatada.

Da mesma forma, Martins e Moita (2008) explicam que é dentro desse projeto de sociedade elaborada sob os pilares focados no binarismo dominante/dominador que o colonialismo criou identidades, assim legitimando umas e deslegitimando outras, construindo de modo desigual o poder de articulação e, até mesmo, o poder de existência, pois privilegiou certos grupos, em detrimento de outros. E, nesse jogo de poder, os portugueses assumiram o papel de seres dominadores, em detrimento da população indígena e africana, povos dominados e considerados sem civilização.

Sobre o processo colonialista, Rufino (2019, p. 7) nos deixa claro que a colonização acarretou o destroçamento dos seres subordinados a esse regime, os colonizados, mas também a bestialização do opressor, o colonizador. Sobre “a colonização não se ergue a civilização, mas sim a barbárie”. A colonização oprime, fere a alma e o corpo, violenta o sujeito psicologicamente e fisicamente, oculta identidades, coloca o sujeito dominado num papel de subordinação e cria caminhos para legitimar exclusões, reforçar preconceitos e discriminações. Dentre as variadas maneiras criadas para dominar e desarticular os povos africanos, os colonizadores implantaram as seguintes estratégias:

Os colonizadores misturaram os povos, misturaram os seus costumes, sua linguagem, seus saberes e, conseqüentemente, sua forma de compreender e se relacionar com o mundo, separaram pai e mãe dos seus filhos e também esposas dos seus maridos. Acreditaram que com esses desencaixes seria mais

fácil a dominação e o controle, não contavam com a criatividade e a inteligibilidade desse povo. Resistir foi a palavra de ordem, recriar a sua cultura o seu combustível (Borges, 2019, p. 98).

Nesse sentido, Borges (2019, p. 105) também enfatiza que o colonialismo dividiu o mundo em raça e aprisionou os negros em uma subraça ou não humanos, na zona do não ser além de garantir quem teria passividade dentro do império branco e determinando quem poderia ser visível e invisível. Numa sociedade colonialista algumas vezes precisam ser abafadas e silenciadas, famílias separadas, costumes culturais apagados, tudo isso em nome do sucesso da relação dominado/dominador. Nesse cenário, buscando desarticular o povo africano, ocorreu um processo de silenciamento imposto¹², a anulação, a negação e a demonização de qualquer perspectiva de vida fora do modelo cristão. No processo de silenciamento e anulação da fala do sujeito negro, o colonizador materializou o processo utilizando a máscara de ferro que impedia a articulação de ideias e, ao mesmo tempo, impedia que o escravizado tivesse acesso aos alimentos durante o seu ciclo de trabalho. Sobre a função e a descrição da máscara:

A máscara não pode ser esquecida. Ela foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar, cacau ou café, enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo (Kilomba, 2018, p. 1).

Percebe-se pela citação acima que o sujeito branco europeu, pertencente à classe hegemônica, não tinha a pretensão de dialogar com o escravizado. A máscara imposta ao sujeito negro pelos colonizadores brancos levanta alguns questionamentos reflexivos sobre o silenciamento do sujeito escravizado. “Por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse com a boca tapada? E o sujeito branco teria de ouvir?” (Kiloma, 2018, p. 41).

¹² Existe um medo apreensivo de que, se o/a colonizado/a falar, o/a colonizador/a terá que ouvir e seria forçado/a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que supostamente não deveriam ser ditas, ouvidas e que “deveriam” ser mantidas “em silêncio como segredos”. Gosto muito dessa expressão, “mantidas em silêncio como segredos”, pois ela anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar algo que se presume não ser permitido dizer (o que se presume ser um segredo). Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (Kilomba, 2018, p. 2).

O colonizador tinha a necessidade de manter o seu lugar de privilégio intocável e sem nenhum tipo de questionamento. Permitir que os escravizados opinassem abriria margens para indagações sobre o lugar que lhe fora atribuído, sobre o seu direito de escolha, de concordar e discordar com as imposições do sistema colonial que precisava manter total controle sobre os corpos e a alma do sujeito escravizado. Segundo Kilomba (2019, p. 41-42), a máscara vedando a boca do sujeito negro impedia-o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco queria “se desviar”, “manter distância” nas margens, invisíveis e “quietas”. Mediante o sistema de dominação europeia, a religião católica e as suas doutrinas foram a base ideológica utilizada para justificar a dominação e a imposição da cultura eurocêntrica como padrão a ser aceito nos territórios colonizados e explorados pelos europeus.

O projeto colonial deixou bem claro quem podia usufruir da linguagem, quais corpos eram livres, quem poderia ou não existir enquanto seres humanos, qual cultura deveria ser violentada e, quem seria visto como humano e quem seria objetificado. Para isso, criou um sistema de racialização que legitimou todo um mecanismo de domínio sobre os povos escravizados. Visando ter mais controle sobre o colonizado, foi criada uma estrutura ideológica que colocou o colonizador numa confortável posição, onde a sua cultura foi classificada como superior. Criou-se uma relação oprimido x opressor. Tudo que se referia à cultura africana passou a ser avaliado de uma forma negativa. Foi colocado em prática um processo de discriminação, desqualificação, inferiorização do sujeito não branco que, desde a sua chegada ao território brasileiro, deparou-se com a intolerância e a violência contra o seu corpo, o psicológico e a sua cultura. O racismo tornou-se operante nas diversas instâncias de poder, na economia, na política e no âmbito jurídico, dando origem ao que Almeida (2020) denomina de racismo estrutural¹³.

Na perspectiva de Teixeira (2019), ao desqualificar a narrativa do outro, nós fechamos as possíveis portas para as realidades que nos escapam. Nós não conseguimos nos colocar no lugar do outro porque sempre partimos do nosso lugar, e é por isso que precisamos ouvir o que ele ou ela têm a dizer, a partir do seu prisma. Com isso, desde a chegada do colonizador, o Brasil tornou-se um país com fortes marcas de intolerância, do apagamento das culturas indígenas e africanas, pelo desprezo e desrespeito por tudo aquilo que fugia dos padrões civilizatórios ocidentais. Nogueira (2020) comenta sobre a imposição sociopolítica e religiosa implementada pelos portugueses no Brasil colonial:

¹³ [...] um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade (Almeida, 2020, p. 20).

É importante destacar que a tríade lei-rei-fé especificamente se referia a lei de Portugal, ao rei de Portugal e a fé da religião católica apostólica romana. Desde então, o que vemos é o apagamento e o silenciamento das crenças originárias e, mais adiante, das crenças de origem africana, ou seja, crenças não eurocêntricas. [...] Somente a palavra de Deus podia levar o homem a perfeição – uma perfeição determinada pelo domínio dos jesuítas a serviço do rei, da lei e da fé (Nogueira, 2020, p. 37).

Nogueira (2020) ainda relata que o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu como uma democracia religiosa. Neste contexto de dominação da cultura hegemônica europeia, as outras cosmovisões foram consideradas inadequadas, sem valor e, acima de tudo, sem nenhum resquício de civilidade, justamente o contrário do que ocorre com as comunidades africanas, em contato com outras epistemologias:

Para esta episteme, ao contrário do que preconiza a episteme cristã-branca-eurocentrada, os deuses alheios não são falsos, demoníacos ou inexistentes. Os deuses e a fé preta não tem a sua existência pela ausência e pela destruição da alteridade. [...] Tradicionalmente, para as concepções de mundo negras transladas para o Brasil o sagrado alheio é igualmente verdadeiro e digno, podendo inclusive ser agregado ou não, mas nunca é demonizado, achincalhado ou desacreditado como fazem as crenças cristãs hegemônicas (Nogueira, 2020, p. 129).

Houve, por parte dos europeus, a implementação de um projeto de desconstrução e negação da cultura africana, uma colonização dos corpos negros, buscando abolir as suas crenças de matriz africana através de diversos tipos de violência, sejam elas, física, psíquica ou simbólica. Para Nogueira (2020), no seio da negação de conhecimentos, saberes e culturas não assimiladas pela cultura branca ocidental estão a colonialidade de poder. Nesse mesmo sentido:

O colonialismo enquanto uma engenharia que em primeira instância mira ações nos limites da fisicalidade das coisas prosseguem incessantemente em uma escala de destruição de múltiplas esferas de existência, desde a psíquica até a espiritual. Nessa lógica, esse sistema investe na linguagem como uma das principais formas de poder (Rufino; Miranda, 2019, p. 231).

Após analisarmos as consequências da hierarquização das raças, gerando como produto o racismo, presente no cotidiano das pessoas negras, não temos dúvidas de que as bases racistas criadas no início do processo colonial, e reforçadas com o passar dos anos, ainda causam graves problemas na vida dos afro-brasileiros, em diversos aspectos do seu cotidiano, como por exemplo, traumas físicos, psíquicos e também a chamada violência simbólica.

Neste processo de valorização da cultura europeia em detrimento das demais, os africanos eram vistos como mercadorias, seres sem alma e inferiorizados. O corpo negro era visto e interpretado apenas como um objeto e, com isso, os africanos perderam a sua condição de seres humanos. Tudo que era assimilado à cultura africana passava a ser demarcado por um olhar preconceituoso e racista. Para Joyce Maria Rodrigues (2012, p. 61), “pensar o corpo negro¹⁴ construído ao longo da história da sociedade brasileira é refletir sobre um corpo que durante três séculos da História do Brasil foi resumido ao status de mercadoria”.

A hierarquização cultural ainda hoje perpetua, marginalizando, excluindo, violentando, invisibilizando, matando epistemologias afro-indígenas e os seus corpos. A colonialidade, uma herança do colonialismo¹⁵, preservou a hierarquização cultural, mantendo a desvalorização e o apagamento de tudo que extrapolasse o modelo eurocêntrico de organização social, cultural, política, econômica e religiosa.

Mediante o que foi exposto, não podemos compreender os ataques sofridos pelos praticantes das religiões de matriz africana sem falar diretamente do termo raça. A discussão não teria nenhum sentido sem essa interseccionalidade envolvendo raça, colonialidade, racismo e violência. Torna-se necessário discutir os efeitos do racismo, em suas diversas faces, e as suas consequências na vida e nas escolhas feitas pela população negra. Sobre a perseguição e a violência sofrida pela população negra e a sua relação com o quesito raça, precisamos estar atentos:

Cabe apontar, no entanto, que os elementos que projetam a raça como alvo excepcional do ódio, emanam de uma percepção profunda de que todas as expressões e saberes, dentre outros elementos constitutivos ou identificados como originários das presenças negro africanas no mundo implicadas na noção de raça negra, geram ojeriza e devem ser sistematicamente aniquiladas por força da engenharia racismo/colonialismo (Rufino; Miranda, 2019, p. 234).

As diversas violências sofridas pelos afrodescendentes, envolvendo questões cotidianas que giram em torno do quesito raça são um importante ponto de partida para entendermos o que, de fato, significa a expressão racismo religioso, um dos temas de suma

¹⁴ Manipulado como peça comercial, o negro teve o seu corpo vendido, alugado, emprestado, hipotecado, violentado, manejado de acordo com os interesses e vontades do seu dono por direito legal (Rodrigues, 2012, p. 61).

¹⁵ Podemos tentar resumir afirmando que a colonialidade está também voltada à produção e aplicabilidade do conhecimento e ao controle das formas de pensar e de viver. Podemos fazer, então, mesmo que por mera didática, uma divisão que contempla três esferas principais de atuação da colonialidade. Pensar, num primeiro momento, em uma esfera econômica-política (a colonialidade do poder); num segundo momento, numa esfera epistemológica (a colonialidade do saber) e, numa terceira, a colonialidade do ser, voltando-nos a uma reflexão mais ontológica (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2017, p. 19).

importância para a nossa pesquisa. Para Almeida (2020, p. 57), “[...] em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”.

O quesito raça é determinante quando falamos sobre intolerância religiosa. Sobre a relação entre a raça e a intolerância religiosa, Rufino e Miranda (2019) descrevem:

Cabe apontar, no entanto, que os elementos que projetam a raça como alvo excepcional do ódio emanam de uma percepção profunda de que todas as expressões e saberes, dentre outros elementos construtivos ou identificados como originários das presenças negro-africana no mundo implicadas na noção de raça negra, geram ojeriza e devem ser sistematicamente aniquiladas por força da engenharia racismo/colonialismo (Rufino; Miranda, 2019, p. 234).

Através da racialização dos sujeitos, os europeus colocaram em prática a lógica colonialista, se estabelecendo como uma força hegemônica, eliminando as multiplicidades culturais e impondo para os africanos e indígenas um modelo heteronormativo cristão de enxergar e vivenciar o mundo. Foram desconsiderados outros modos de organização social, política, econômica e religiosa que fugissem do modo eurocêntrico de enxergar e habitar o mundo. Foi estabelecida uma hierarquização social, na qual o europeu utilizou a sua visão eurocêntrica para invisibilizar e silenciar o modo de vida vigente entre os indígenas e os africanos que, de acordo com o discurso Darwinista, eram considerados seres inferiores e aculturados, que precisam ser “civilizados”.

O discurso colonialista deixou fortes marcas na vida da população afrodescendente. Para Toniai, Maheirie e Garcia Jr. (2017), a colonialidade, então, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo. Os autores utilizam a expressão “colonialidade do poder” para explicar como ocorre o sistema de dominação e a escolha do modelo sociocultural a ser implementado para continuar favorecendo e atendendo os anseios dos grupos dominantes:

A colonialidade do poder hierarquiza, classifica, oculta, segrega, silencia e apaga tudo que for do outro ou tudo que oferecer perigo à manutenção de um *status quo*, garantindo a perpetuação da estrutura social de dominação, protegendo os seus privilégios e os de sua descendência e cristalizando as

estruturas de poder oligárquicos (Tonial; Maheirie; Garcia Jr., 2020, p. 53-54).

A colonialidade garante a preservação dos privilégios brancos que foram implementados durante o processo de colonização do Brasil, e a sua base ideológica justifica a marginalização de tudo que vem da cultura afro-indígena.

O nosso país foi organizado sob os pilares de um racismo estrutural¹⁶ e institucional marcado pela exclusão do sujeito preto, o uso da violência, a discriminação, o genocídio, os estupros, a perseguição às religiões de matriz africana e indígena e a demonização de tudo que fugia do padrão eurocêntrico, sociocultural e religioso. Os grupos dominantes utilizaram as instituições para consolidar os seus valores e costumes para moldar a sociedade, de acordo com a sua concepção social de existência. Ainda sobre os objetivos da implementação do chamado racismo institucional, o advogado, filósofo e atual ministro dos Direitos Humanos, Silvio Luis de Almeida nos alerta sobre os seus objetivos:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que serve para manter a hegemonia do grupo racial do poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de determinado grupo torne horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias, e universidades, etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas, depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e e/ou mulheres negras, e em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta desigualdades racial e de gênero, naturalizando assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (Almeida, 2020, p. 40-41).

O denominado racismo institucional opera excluindo aqueles não brancos de ter acesso a alguns ambientes, postos de trabalho, cadeiras acadêmicas, espaços no mundo da política, cargos administrativos em instituições públicas e privadas, entre outros espaços. Sobre o racismo institucional e as suas consequências na vida do sujeito branco e não branco analisemos:

[...] o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a

¹⁶ O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas e *People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (Kilomba, 2019, p.77)

um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (Kilomba, 2019, p. 77-78).

Somos frutos de uma sociedade que naturaliza as desigualdades sociais e que, acima de tudo, preserva os privilégios brancos e reforça o racismo nas suas diversas facetas¹⁷. Sobre o termo racismo, Almeida (2020) nos traz a seguinte descrição:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagem ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertença (Almeida, 2020, p. 32).

O racismo atua buscando garantir a prevalência do domínio do grupo branco, que se colocou como superior às demais raças e etnias que pretendiam colonizar e escravizar. Almeida (2020, p. 65) salienta que “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que, a todo momento, é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. É necessário reafirmar que a raça¹⁸ ou a cor da pele é um dos elementos determinantes para dizer quais grupos devem ser privilegiados, quais devem ser violentados e silenciados e quais devem viver ou morrer. Quanto mais escura a tonalidade da pele, mais exposto se encontra o sujeito.

William (2019) afirma que o racismo desumaniza e, ao não reconhecer a humanidade do outro, acaba promovendo o seu extermínio. Da mesma forma, Grada Kilomba (2019, p. 39) esclarece que, com a implementação do racismo, o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentado, separado de qualquer identidade que ele possa realmente ter. Sobre os propósitos do racismo:

Está certo que o racismo serve a um sistema e a um projeto de poder; manter o poder de um grupo em detrimento do outro. Trata-se mesmo de atribuir a um grupo, as suas origens e as suas crenças um conjunto de rupturas e transgressões que permitem à sociedade considerar dentro de um padrão de

¹⁷ Silvio Almeida pontua três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural (Ver Almeida, 2020).

¹⁸ A classificação da raça é proveniente de uma leitura de traços fenotípicos, ou seja, da assunção de que características físicas, como em especial a cor da pele, diz sobre a característica de uma população em desconsideração total das construções históricas que, inclusive, originaram dominantes e dominados. Aos dominados foi relegada a inferioridade, contudo associada a uma característica física e não como consequência de uma situação histórica (Oliveira, 2017, p. 34).

comportamentos e escolhas aceitáveis na medida em que o outro grupo serve apenas como ponto de comparação (Nogueira, 2020, p. 92).

Nas palavras de Teixeira (2019), o racismo, tão impregnado na nossa sociedade, é negado. Existe uma hipocrisia mascarada de igualdade racial. As pessoas se dizem contra o racismo, mas a cada instante colocam os corpos negros na subalternidade. O racismo é reforçado pela indústria, pelos meios de comunicação e pelo sistema educacional que ainda não está totalmente preparado para refletir sobre as questões étnico-raciais.

As religiões de matriz africana sofreram e sofrem com os ataques racistas, preconceituosos e discriminatórios, devido a sua origem étnica, histórica e cultural. E quando falamos de religiões de matriz africana, essas violências têm feito parte do cotidiano de muitos terreiros que estão sendo depredados, destruídos e tendo os seus símbolos sagrados desrespeitados. Não podemos deixar de mencionar os ataques sofridos, individualmente, por afroreligiosos em diversos espaços públicos, no trabalho, na escola e nos seus perfis nas redes sociais. As perseguições, violências e ataques às CTTro se fazem presentes desde a criação dos terreiros, sendo assim:

Alvo de perseguições policiais e religiosas, as casas de candomblé, no passado, eram invadidas, tendo seus objetos sagrados quebrados e, às vezes, apreendidos. Vários terreiros eram fechados, babalorixás e ialorixás levados presos. Era uma religião que muitos denominavam de “seita demoníaca”, que devido à perseguição que lhe fazia a Igreja Católica, que valia do seu poder para também obrigar os negros a serem catequisados, no intuito de afastá-los de sua religião [...] (Maurício, 2014, p. 34).

Os ataques sofridos pelas religiões de matriz africana hoje são promovidos principalmente pelos segmentos neopentecostais, que atribuem a elas a culpa por todos os malefícios que existem na sociedade. Silva (2007) menciona que os sacerdotes e sacerdotisas dos terreiros são culpabilizados pela morte de pessoas, pelo desemprego, pela disseminação de doenças, pela separação de casais ou amarração amorosa, por desavença na família, etc. Os ataques às religiões de matriz africana são legitimados através de discursos proferidos por pessoas que detêm o poder:

A incitação a intolerância, sobretudo em relação às religiões de matriz africanas, parte de discursos proferidos por pastores, padres e até autoridades políticas. Tudo em nome de uma agenda moral transformada em uma crença que se resume ao desejo de se encontrar uma solução rápida e mítica – no mau sentido da palavra para problemas de segurança pública, em busca de uma educação de qualidade, da manutenção de valores da suposta família

tradicional e de uma política anticorrupção. Se a agenda moral é apenas uma ilusão que serve a um proselitismo eleitoral, a violência simbólica é real e segue fazendo vítimas (Nogueira, 2020, p. 66).

Apesar de serem explícitos os ataques sofridos pelas religiões de matriz africana, não podemos deixar de destacar que existem pessoas que negam a intolerância religiosa e o racismo como algo presente na nossa sociedade, buscando deslegitimar a luta para que os direitos constitucionais de todos os cidadãos brasileiros sejam respeitados:

Ao se falar sobre intolerância religiosa chama a atenção que esse assunto ainda provoca resistências de segmentos que acreditam que seria uma “invenção”. Um exemplo disso se deu por ocasião da prova de redação do ENEM de 2016 que teve o assunto como tema, pedindo aos candidatos para desenvolverem um texto sobre a intolerância religiosa. Boa parte em torno do tema proposto na imprensa passava pela afirmação de que esse tema remetia a algo inexistente no Brasil, país que seria marcado pela ‘cordialidade e pela convivência de diferentes’ (Fonseca, 2017, p. 5-6).

Vale lembrar que a democracia racial¹⁹ é um mito que, segundo Willian (2019), faz com que muitas pessoas acreditem que o racismo não existe, principalmente aqueles que não sofrem os efeitos na pele cotidianamente. Para aqueles que reforçam o discurso com base na teoria do mito da democracia racial, as três principais etnias que constituíram o povo brasileiro – o europeu, o indígena e o africano – sempre viveram em harmonia. O mito da democracia racial ganhou força na década de 1930, utilizando como uma Das bases teóricas o livro “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre que reforçava a boa convivência entre colonizado e colonizador aqui na América portuguesa. Silva (2005) destaca que, neste livro, as contradições entre senhores e escravos do período colonial foram atenuadas e substituídas por uma interpretação na qual se elogiou a adaptação do homem português nos trópicos e a miscigenação entre as raças que deu origem ao caráter benevolente e cordial do homem brasileiro. Sobre a miscigenação e a democracia racial no Brasil, fazemos uma análise da citação abaixo:

O Brasil se diz orgulhoso de sua democracia racial, de sua miscigenação, que, na verdade, foi pensada como uma estratégia de branqueamento da população, mas segue reproduzindo o racismo nas suas “fantasias” mais inocentes: pintam a cara de preto e cantam “o teu cabelo não nega, mulata”,

¹⁹ O racismo no Brasil com características muito peculiares pode ser muitas vezes não explícito, o que corroborou para a construção do mito da democracia racial defendida pelos idealistas do branqueamento. Contudo, trata-se de um racismo que, dentre outras de suas expressões, traz o miscigenacionismo e o assimilacionismo como seus expoentes, assim como a consequente discriminação, ou melhor, a mais explícita forma de racismo com relação às diferenças culturais (Oliveira, 2017, p. 47).

como se os traços de um povo fosse uma caricatura de carnaval (William, 2019, p. 78).

A miscigenação racial não trouxe nenhum tipo de benefício para o sujeito negro. O processo conhecido como democracia racial não livrou e nem livra as pessoas negras de serem vítimas de preconceitos, diversos tipos de violência, discriminação e racismo, em todas as suas formas de existência e em todos os lugares que ocupam ou desejam ocupar. Não podemos deixar de mencionar que a mistura entre as raças tinha como objetivo branquear a população brasileira, eliminando a presença das pessoas não brancas, buscando assim melhorar a genética do povo brasileiro. Segundo Oliveira (2017), havia uma esperança de uma miscigenação salvadora, no sentido da aposta de que o fenótipo brancoide se sobreporia ao negroide! O Brasil somente se tornaria um mundo civilizado quando conseguisse se afastar dos elementos culturais e dos traços genéticos africanos e indígenas. O uso da violência contra as religiões de matriz africana e seus praticantes assim se configura:

No Brasil, os gestos violentos contra as religiões de matriz africana se configuram em meio a uma dupla marca negativa: a) a exotização e demonização, por serem crenças não cristãs ou ligadas à cultura que a Europa – e suas projeções no ‘mundo desenvolvido’ – adotou para si. (e isso incluiria, inclusive uma convivência menos atritante com religiões judaicas ou islâmicas, por exemplo); b) racismo, por serem estas ‘religiões’ constituídas por pessoas negras e formadas por elementos africanos e indígenas. Ambas as dimensões estão interligadas, de modo que, na maioria dos casos a própria exotização e demonização é um produto do racismo (Nascimento, 2017, p. 53).

O pesquisador Wanderson Flor Nascimento (2017, p. 54) nos lembra de que o “histórico racista em nosso país continuou, mesmo com o fim da escravidão”. Tudo o que seja marcado racialmente continua sendo perseguido, inclusive pelo Estado, que deveria garantir a integridade de todos os seus cidadãos. Almeida (2020) menciona que o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência, que moldam a vida social contemporânea. A intolerância religiosa e a farsa da laicidade têm como origem o colonialismo.

Mediante os reflexos do colonialismo, a utilização do quesito raça como uma forma de estruturar uma sociedade e os reflexos do racismo analisaremos qual deve ser a terminologia correta para se referir às violências e violações sofridas por muitos membros pertencentes às CTTro. Qual seria a terminologia correta: intolerância religiosa ou racismo religioso? Optamos num primeiro momento por analisar textos acadêmicos, alguns deles escritos por

babalorixás e, posteriormente, iremos mencionar a opinião dos três grupos de jovens envolvidos na pesquisa, sobre qual terminologia eles acham mais adequada para se referir às violências sofridas pelo povo de santo.

As CTTro continuam na luta pelo direito de professar a sua religiosidade com segurança e também têm procurado, através de debates, estabelecerem uma nomenclatura que realmente contemple todas as violências²⁰ sofridas cotidianamente e que, de fato, possam trazer punições adequadas para esses comportamentos que infringem a liberdade de escolha religiosa, operante no nosso país. De acordo com o inciso VI da Constituição de 1988, “é inviolável a liberdade de consciência de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a sua liturgia” (Brasil, 1988, s./p.).

Nos “Relatórios Sobre Intolerância e Violência Religiosa No Brasil”, o termo “intolerância religiosa” foi assim descrito:

Entende-se intolerância religiosa como crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana, a violência e a perseguição por motivo religioso, são práticas de extrema gravidade e costumam ser caracterizada pela ofensa, discriminação e até mesmo por atos que atentam à vida (SDH, 2016, p. 8).

Já para Rocha, Puggian e Rodrigues (2011, p. 148), o termo “intolerância religiosa” refere-se a atitudes que são expressas por gestos e palavras. Tais atitudes revelam inabilidades, preconceitos e uma indisposição em relação ao reconhecimento e ao respeito às diferenças ou crenças religiosas do outro. Analisando o caso das religiões de matriz africana, o termo intolerância já não faz tanto sentido:

A partir da compreensão de que a discriminação contra as religiões afro-brasileiras tem origem no racismo, em especial no racismo epistêmico que visa a inferiorização e exclusão daqueles e daquelas que vivenciam essas religiões devido a sua forma não eurocentradas de suas estruturas, a categoria intolerância religiosa se mostra insuficiente para categorizar tais discriminações e o termo que melhor se adequaria a esses casos é o de racismo religioso (Oliveira, 2017, p. 45).

²⁰ Templos são invadidos e profanados. Em outros casos, há agressões verbais, destruição de imagens sacras e até ataques incendiários ou tentativas de homicídio. [...] O estudo revelou também que os constantes ataques aos seguidores das religiões afro-brasileiras não se restringem apenas aos terreiros, mas também a espaços públicos, como praças, estações de metrô e ruas, configurando uma violência religiosa cotidiana (Nogueira, 2020, p. 68-69).

Torna-se necessário refletir se a expressão intolerância religiosa seja o termo correto a ser utilizado quando nos referimos as violências sofridas pelos praticantes das religiões de matriz africana. É necessário levar em consideração as consequências do racismo que, ainda hoje, discrimina e inferioriza o sujeito negro, principalmente aqueles que são adeptos das religiões de matriz africana. Sobre o termo racismo religioso e a sua associação com a origem cultural africana:

O racismo religioso pode ser definido como preconceito e a discriminação que são fundamentadas nas associações que se faz entre uma crença religiosa e o seu lugar de origem. As representações sociais sobre a África, que foram construídas pelos colonizadores europeus e ancoradas na visão eurocêntrica do que se entende por civilização e progresso, e na concepção judaico-cristã do mal e do bem (que não existe nas religiões indígenas africanas), foram fortemente internalizadas (Lages, 2019, p. 222).

Assim como constatado por Lages (2019 a), Nascimento (2017), Nogueira (2020)²¹ e Lima (2012) em suas pesquisas, a imposição de uma cultura focada nas regras eurocêtricas, o apagamento da cultura africana e a implementação do racismo corroboram para que aconteça a marginalização das religiões afro-brasileiras. Nogueira (2020) esclarece que a terminologia mais correta quando vem do espaço de fala do terreiro é racismo religioso, pois a violência está estreitamente ligada à cor da pele e ao contexto histórico de inserção da população africana no Brasil.

A expressão “racismo religioso” foi utilizada, inicialmente, em um texto acadêmico em 2012, o trabalho de Conclusão de Curso de Claudiene dos Santos Lima, intitulado “O racismo religioso na Paraíba”. Pesquisadores e membros das CTTro, como Nogueira (2020), Rufino (2019) e Flor do Nascimento (2017) vêm utilizando o termo racismo religioso, uma vez que os ataques estão relacionados diretamente com a história de um povo, que foi desumanizado e inferiorizado, mediante o processo de escravização. A categoria intolerância religiosa já não consegue abarcar todo o contexto que motiva os ataques sofridos pelas CTTro. Sobre a insuficiência da expressão intolerância religiosa, Nascimento (2017) assim se posiciona:

Penso que a noção de intolerância religiosa não é suficiente para entender o que acontece com as comunidades que vivenciam as tradições de matrizes africanas, pois não é apenas, ou exclusivamente, o caráter religioso que é recusado efetivamente nos ataques aos templos e pessoas vivenciadoras

²¹ Sidney Nogueira é babalorixá e traz no seu livro “Intolerância Religiosa” o debate sobre o denominado Racismo Religioso e as suas consequências na vida da população afroreligiosa.

dessas tradições. É exatamente esse modo de vida negro, mesmo quando vivenciado por pessoas não negras, que se ataca; ou seja, mesmo pessoas brancas que vivenciem as tradições de matrizes africanas podem ser vítimas de um racismo originalmente destinado a elementos negros dessas tradições (Nascimento, 2017, p. 54).

Os ataques racistas fazem parte do cotidiano da população negra. Pessoas brancas pertencentes às religiões de matriz africana também podem ser vítimas da violência. Porém, os ataques nunca estarão diretamente ligados à cor da pele, e sim à pertença religiosa, de origem africana e aos símbolos sagrados, às vestimentas, o turbante, entre outros elementos e indumentárias. É bom demarcar essa diferenciação. Enquanto isso, a população negra, pertencendo ou não ao terreiro, está fadada a ser vítima de racismo, todos os dias, situação comprovada pelos dados coletados pelo RIVIR:

Quando trazemos os dados do RIVIR e olhamos para o perfil das vítimas dessas violências religiosas a partir do recorte COR temos as seguintes porcentagens, em ordem crescente: indígenas, 0,2%, brancos 4,8%, pardos, 5%, pretos, 7,8%. E quando olhamos para o perfil racial dos agressores, temos, em ordem decrescente: 4,7% brancos, 0,5% pardos, 0,3% pretos. Logo, por mais que a população branca candomblecista seja também vítima do racismo religioso, as mais afetadas pelo mesmo são os pretos e pardos. Isso se configura como uma especificidade do racismo religioso que tem os seus principais alvos bem definidos. Por outro lado, temos indivíduos brancos que são os que mais agridem e dessa forma podemos ver, a partir desses dados, o quanto o modelo brasileiro de relações raciais se reproduz nesses conflitos de ordem religiosa (Rodrigues, 2021, p. 55).

Ainda sobre a questão da insuficiência da expressão intolerância religiosa, para se referir à discriminação sofrida pelos adeptos dos terreiros, observamos:

A ideia em defender que a intolerância não é suficiente para descrever o racismo religioso é pelo fato, inclusive jurídico, do peso que se é dado para as perseguições que essas religiões sofrem, ou seja, a maioria dos casos denunciados foram enquadrados como injúria racial e não como racismo, o que termina por tornar a questão um ato isolado, mal criado, de um indivíduo. Enquanto, na realidade, se trata de racismo, da atribuição de menor valor às religiões afro-brasileiras (Oliveira, 2017, p. 44).

A classificação racismo religioso dá maior legitimidade à luta protagonizada pelo movimento negro e permite que a lei seja aplicada de uma forma mais rigorosa, diminuindo o sentimento de impunidade em relação aos agressores. Levando em consideração a discriminação racial, a luta do movimento negro e toda a dor sentida pelo povo das CTTro, nada mais justo que a expressão mais adequada seja escolhida por aqueles que sentem na pele,

na alma e no coração os reflexos provocados pelos diversos tipos de violências, às quais estão submetidos. Se ampliarmos para racismo religioso, somos conduzidos para a estrutura racializada do Brasil, onde se encontra, de fato, a raiz do problema. Lages (2019 b, p. 221) reforça que “o movimento social negro, principalmente os grupos intelectualizados, têm usado a expressão racismo religioso, em detrimento do termo intolerância religiosa”, o que faz sentido, se pararmos para analisar a influência da racialização como um instrumento que leva à violência contra as religiões de matriz africana. Em relação a insuficiência do termo intolerância religiosa para nomear as violências sofridas pelas CTTro, fazemos uma análise:

Há uma discussão estendida referente à compreensão semântica adequada a perseguições, violências, privações, opressões, impedimentos, agressões, demonização, subalternização, segregações, exclusões e toda a sorte de crimes cometidos em nome de uma religião que se quer hegemônica com vistas à condenação das tradições negro africanas no Brasil. Alguns acreditam que a melhor expressão seja “intolerância religiosa”. Todavia, nos casos das violências praticadas contra as religiões de origem africana no Brasil, o componente nuclear desse tipo de violência contra as CTTro é racismo (Nogueira, 2020, p. 82-83).

No caso das CTTro, o passado colonial marcado pelo racismo estrutural, por um forte processo de inferiorização dos corpos negros, da sua simbologia, da sua cultura, dos seus deuses, esse “carrego colonial”²² que discriminam negros e indígenas e mantém o lugar de privilégio dos brancos reverbera nos dias atuais, em constantes casos de violência contra umbandistas e candomblecistas. Segundo Nogueira (2020) o racismo religioso quer matar a existência, eliminar crenças, apagar memórias e silenciar origens.

Vejamos porque a utilização do termo racismo religioso é mais adequada para se referir às violências que ocorrem com as CTTro:

A noção de racismo religioso dá conta de marcar grande parte das violências sofridas por determinadas culturas e comunidades são encarrilhadas por uma engenharia de dominação/subordinação que tem a raça/racismo colonialismo como matrizes/motrizas de desenvolvimento do mundo moderno. Nessa perspectiva, racismo religioso é uma expressão que abre caminho e conquista espaços relevantes na luta antirracista no Brasil (Rufino; Miranda, 2019, p. 230-231).

A citação acima reforça a necessidade de estabelecer uma expressão que faça sentido e englobe de fato o que é, o por quê acontecem as violências com os praticantes de religiões de

²² A expressão, segundo os pesquisadores, nos explica que o carrego colonial opera como um sopro de má sorte que nutre o assombro e a vigência de um projeto de dominação que atinge diferentes planos de existência do ser (Rufino; Simas, 2019).

matriz africana e a importância de haver uma luta conjunta com os movimentos negros, buscando assim pressionar o Estado para fazer com que a lei seja de fato cumprida, garantindo a liberdade religiosa e de expressão de cada cidadão brasileiro.

Utilizando a terminologia racismo religioso estamos falando de uma luta conjunta que envolve questões étnico-raciais e religiosas. Os atos de violência por conta da pertença religiosa estão muito entrelaçados com a cor da pele e os reflexos deixados pelo passado colonial. Por isso, o termo racismo religioso pode ser considerado mais adequado para se referir às violências sofridas pelo povo de terreiro. Ainda sobre a utilização do termo racismo religioso e os reflexos do colonialismo:

Entretanto, tendo o colonialismo como sistema complexo, inacabado e ambivalente, identificamos que mesmo reconhecendo o avanço proposto pela noção que traz raça/racismo para o foco do problema, ainda encontramos limites no que tange a indexação do termo religião/religioso, já que o mesmo produz uma simplificação das dimensões cosmológicas, ontológicas, filosóficas e políticas de múltiplas culturas (Rufino; Miranda, 2019, p. 230-231).

Apesar da expressão racismo religioso não acabar com o problema, que nasceu junto com o Brasil após a implementação do sistema colonial, acreditamos que seja mais um ponto importante no fortalecimento da luta protagonizada pelos praticantes das religiões de matriz africana. Os povos tradicionais de terreiro querem a liberdade para viver a sua fé, exigem que seus símbolos sagrados sejam respeitados e que, acima de tudo, não continuem sendo destaque nas estatísticas que mostram que a intolerância religiosa ou o racismo religioso no Brasil tem cor e endereço. Ninguém quer ser tolerado e sim respeitado. Sobre a não ineficácia da tolerância:

A tolerância é apenas um anestésico, um movimento fantasioso que quer fazer crer que somos todos iguais e podemos nos suportar sem que nos compreendamos, sem que nos olhemos nos olhos e sem que tenhamos um mínimo de empatias por realidades diferentes e fora dos padrões hegemônicos e cristãos. Em certa medida, a tolerância não é diferente do ‘mito da democracia racial’, da ‘cordialidade brasileira’, do mito que diz ‘somos todos iguais’ e do mito que diz que ‘Deus é um só e somos todos filhos do mesmo Deus’. A própria tolerância nega todos estes mitos, pois se de fato fôssemos todos iguais social, histórica, econômica e culturalmente ninguém precisaria tolerar (Nogueira, 2020, p. 59).

As expressões utilizadas para afirmar que existe uma convivência harmoniosa entre todos os brasileiros reforçam ainda mais as desigualdades existentes no nosso país. Em um

país em que a liberdade de crença é garantida pela Constituição, ninguém quer ser tolerado, logo, espera-se que apenas a lei seja igual para todos os grupos religiosos, sem nenhum tipo de distinção. Sobre a “liberdade religiosa” e a sua importância para os povos tradicionais de matriz africana observa-se que:

No Brasil, atualmente, todos têm direito à liberdade religiosa, desde que não interfiram no direito do próximo e nem violem a lei. Todos os candomblecistas, e também os irmãos umbandistas, que estamos amparados e protegidos por lei e devemos saber cobrar das autoridades ou do policiamento que sejam tomadas as devidas providências que estão contidas no Código Penal. Esta liberdade foi conseguida graças a muita luta e sacrifícios de babalorixás, de grandes iyalorixás, que travaram inúmeras batalhas e conseguiram o necessário respaldo para a nossa proteção e o devido respeito à “Religião dos Orixás” (Maurício, 2014, p. 35).

Qualquer violação no que se refere a chamada liberdade religiosa é um atentado à democracia. Porém, apesar de toda a luta pela preservação da liberdade religiosa, liderada por babalorixás²³, iyalorixás²⁴, seus filhos de santo, pesquisadores, entidades e demais membros da sociedade civil, os ataques vêm crescendo e se tornando constantes no nosso país. Nas redes sociais, nos telejornais e nas estatísticas do disque denúncia frequentemente aparecem ocorrências envolvendo umbandistas, candomblecistas, suas oferendas, seus símbolos e seus espaços sagrados. E ainda vale destacar que existe uma subnotificação dos registros referentes aos casos de racismo religioso. Sobre a não aceitação da diversidade religiosa e os reflexos do racismo religiosos:

A violação do princípio da liberdade religiosa produz guerras, mata pessoas, exclui grupos, espalha ódio, separa, condena sem tribunal a alteridade e mantém os “intolerantes” no poder. Trata-se do poder de um discurso que, em verdade, todos devem ter a mesma crença (Nogueira, 2020, p. 40).

Estamos vivenciando, no Brasil, uma verdadeira guerra contra as religiões de matriz africana. Na verdade, essas religiões sempre lutaram pela liberdade de culto e, por muito tempo, a religião foi o escudo que ajudou os escravizados a resistirem ao cruel modo de vida que lhes foi imposto. Com a mudança das estruturas políticas, as perseguições continuam a acontecer e nem mesmo o Estado, que deveria proteger a todos os cidadãos, consegue garantir

²³ Chefe masculino do terreiro, sacerdote que dirige um candomblé, um xangô, ou mesmo centro de umbanda. Denominado popularmente como Pai de Santo. [...] (Cacciatore, 1988, p. 59).

²⁴ Sacerdotisa dirigente de um candomblé. No Brasil, os primeiros candomblés foram fundados por mulheres que tinham o cargo de sacerdotisa de Xangô no Palácio Real de Oyó. Elas deram ao culto afro-brasileiro uma beleza e esplendor que não tinha na África. [...] (Cacciatore, 1988, p. 139).

o direito à liberdade religiosa e de culto para os praticantes de religião de matriz africana, no país.

Os grupos afroreligiosos seguem resistindo e buscando meios legais para preservar o direito de fazer a sua escolha religiosa e professar a sua fé, sem sofrer nenhum tipo de repressão pela sociedade. E, ainda no que se refere à nomenclatura correta a ser utilizada para se referir aos ataques sofridos pelas CTTro, achamos mais coerente utilizar o termo racismo religioso, uma vez que a violência está relacionada com o contexto histórico, a estruturação do racismo e os efeitos que o colonialismo deixou marcado na vida da população afro-brasileira.

Já Nogueira (2020) destaca que, para que haja a superação dos ataques contra as religiões de matriz africana, é preciso haver uma descolonização do imaginário racista, falando sobre os afrodescendentes, sobre os nossos sentidos, nossas metáforas, a concepção de sagrado e comunidade. Acreditamos que o conhecimento seja a principal arma a ser utilizada na luta contra o racismo e as violências sofridas pelos povos pertencentes às religiões de matriz africana. O Estado também precisa se posicionar, agindo com rigor no que se refere aos cidadãos que proferem ataques contra os praticantes de religiões de matriz africana.

Mediante à explanação, precisamos reforçar que a expressão “racismo religioso” é mais adequada para se referir aos ataques sofridos pelas CTTro, uma vez que a categoria intolerância religiosa é insuficiente para demarcar todas as violências sofridas pelos afroreligiosos, dentro e fora do espaço sagrado do terreiro. A expressão “racismo religioso” tem aparecido com mais frequência nos textos acadêmicos, nos seminários, nas rodas de conversa e também nas postagens feitas nas redes sociais por membros das religiões de matriz africana.

Também devemos deixar em evidência que a discriminação sofrida pelos praticantes de religiões de matriz africana perpassa o contexto sagrado e engloba o estilo de vida negro, alvo de ataques discriminatórios e preconceituosos. O ataque não ocorre somente por conta da opção religiosa, mas pelo simbolismo representado pelo corpo religioso negro, que já vem sendo violentado desde os primórdios da colonização no Brasil.

2.3 EU NÃO JULGO A SUA FÉ, ENTÃO RESPEITE O MEU AXÉ: os reflexos do racismo estrutural nas redes de sociabilidade do povo de terreiro

Por que algumas religiões ainda são julgadas, violentadas e desrespeitadas no Brasil? O que motiva tais atitudes? Segundo aponta o Censo de 2010, o Brasil é um país composto por praticamente 86,8% de cristãos, divididos em dois grupos expressivos: os católicos, que apresentaram uma queda e representam 64,6% e os evangélicos, grupo em ascensão representando 22,2% da população (Teixeira; Menezes, 2013). Mas, também temos outras religiões, entre elas, as religiões de matriz africana, o espiritismo kardecista, religiões de origem oriental, entre outras. Porém, é preciso ter a noção de que a liberdade religiosa ainda é limitada a determinados grupos e o racismo religioso gera a dificuldade de conviver com as diferenças, trazendo muitos problemas, principalmente para os praticantes de religiões de matriz africana que são as maiores vítimas de violência no nosso país. A violência que vem ocorrendo nos terreiros pode ser denominada também, segundo Rufino e Miranda (2019), como atos de terror que compreendem invasões, depredações, incêndios, humilhações, desterros, ameaças de morte, interdição de rituais em espaços públicos e assassinatos, dentro do próprio território sagrado.

A liberdade de escolher uma pertença religiosa, usar a sua simbologia em espaços públicos e se expressar não se faz presente em todos os contextos religiosos existentes no Brasil, e as religiões de matriz africana são as maiores vítimas dos diversos tipos de ataques. A opressão, a discriminação e a violência ainda se fazem presentes na vida da população afrodescendente, como descrito abaixo:

A opressão sofrida pelos descendentes de africanos ainda é uma realidade no contexto social brasileiro. Mesmo após a abolição, a população negra e sua cultura permaneceu sendo oprimida pelas heranças do projeto colonizador que continuou silenciando, encobrindo e entrincheirando as religiões de matrizes africanas e acoassando, reprimindo e vilipendiando seus adeptos em uma evidente dificuldade de conviver com o outro (Rocha; Puggian; Rodrigues, 2011, p. 150).

A violência contra as religiões de matriz africana é perpetuada de geração para geração. É importante saber que, desde o início, os afroreligiosos lutaram contra o preconceito, a intolerância, a discriminação e buscaram todos os mecanismos para resistir às imposições coloniais e preservar as suas memórias religiosas.

Desde o seu surgimento, as religiões afro-brasileiras foram alvos de ataques das mais diversas formas, tiveram seus cultos perseguidos, suas práticas religiosas criminalizadas, reflexos de um regime escravocrata que ainda persiste nos tempos atuais. Um histórico de luta pela existência, esta,

marcada por preconceitos e discriminações, a não aceitação do diferente, da cultura negra africana (Carneiro, 2019, p. 5).

Os constrangimentos e as violações dos direitos do cidadão ocorrem frequentemente. A respeito desse assunto, Ivanir dos Santos (2019) lembra que a Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma, no seu artigo XVIII, o direito à liberdade de religião e de manifestar essa crença em público; porém, na prática, alguns grupos religiosos vêm sendo reprimidos. No capítulo dos direitos e garantias individuais, a Constituição do Brasil dispõe que a liberdade de crença é inviolável, ficando assegurado o livre exercício dos cultos religiosos. De acordo com o artigo V da Constituição Federal redigida em 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (Brasil, 1988, s./p.).

A Constituição Federal de 1988, com seus artigos e incisos, ainda não consegue garantir, de fato, que todos os cidadãos brasileiros sejam respeitados e tenham liberdade para fazer as suas escolhas, principalmente quando se trata de questões religiosas.

A falta de liberdade religiosa traz efeitos que podem ser sentidos fisicamente e psicologicamente, mas ela também chega como uma forma de mostrar quem tem e quem não tem o direito de fala dentro do seu espaço de convívio social. Sobre os efeitos da não aceitação da liberdade religiosa, Nogueira questiona (2020):

A violação do princípio da liberdade religiosa produz guerras, mata pessoas, exclui grupos, espalha ódio, separa, condena sem tribunal a alteridade e mantém os ‘intolerantes’ no poder. Trata-se do poder de um discurso que, em verdade, acreditam que todos devem ter a mesma crença. Talvez para facilitar o controle? (Nogueira, 2020, p. 40).

As religiões de matriz africana receberam um selo de inimigas da sociedade. Os seus símbolos, rituais e narrativas são mencionados num discurso intolerante, no púlpito de algumas denominações evangélicas, como os causadores de desempregos, doenças, falta de união entre casais, entre outros, e deveriam ser combatidas em nome do bem e, com isso, as mesmas tornam-se alvo constante dos atos de intolerância religiosa ou do denominado racismo religioso. O pastor Henrique Vieira salientou em uma postagem feita no seu *Instagram* que, muitas vezes, a violência sofrida pelos membros das religiões de matriz africana se inicia nos púlpitos, onde são feitos os discursos que estimulam o ódio e a perseguição.

Nos espaços públicos, a liberdade de escolha é desrespeitada e é comum vermos diariamente membros das religiões de matriz africana sofrerem ataques físicos e psicológicos, nas diversas esferas de convívio, sejam em ambientes escolares, repartições públicas, transportes, ambientes hospitalares, entre outros.

Apesar da existência das leis que garantem e protegem o livre exercício dos cultos religiosos e a liberdade de crença e expressão serem uma realidade, as religiões de matriz africana ainda são discriminadas em diversos ambientes, sendo estes domésticos, privados ou públicos.

Para Carneiro (2019), as ações de desrespeito, as agressões físicas e verbais, os ataques aos espaços de culto e a demonização das divindades cultuadas são exemplos de intolerância religiosa que persistem no cenário afroreligioso. As discriminações estão presentes de diversas formas como, por exemplo, nos atos de violência física, nas falas, nos conteúdos dos livros didáticos, no silenciamento e na invisibilidade das crianças umbandistas e candomblecistas, no ambiente escolar.

Quando analisamos as estatísticas relacionadas aos ataques sofridos pelas religiões no Brasil constatamos que as religiões afro-brasileiras são as que menos atacam e as que mais sofrem com os ataques.

No Rio de Janeiro, de acordo com os dados divulgados pelo Segundo Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe os casos de intolerância religiosa têm aumentado e as principais vítimas continuam sendo os praticantes de religiões de matriz africana, como veremos na **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 – Casos de intolerância: Rio de Janeiro, 2021

Mês	Número de ocorrências
Janeiro	7
Fevereiro	4
Março	7
Abril	4
Mai	1
Junho	2
Julho	4
Agosto	4
Setembro	1
Outubro	4
Novembro	2
Dezembro	7
Total	47 casos

Fonte: Elaborada pela autora com base em Santos, Dias e Santos (2023).

No Rio de Janeiro foram registrados 47 casos, somente no ano de 2021. Dos casos registrados, 43 tinham relação direta com as religiões de matriz africana. Os dados foram fornecidos pelo Disque 100, que é atrelado ao Ministério dos Direitos Humanos e recebe as denúncias de intolerância religiosa.

Tabela 2 – Comunidades religiosas atingidas

Comunidades religiosas atingidas	Quantidade
Religiões de matriz africana	43
Judeus	03
Católicos	01

Fonte: Elaborada pela autora com base em Santos, Dias e Santos (2023).

Tabela 3 – Casos de intolerância no Brasil

Ano	Número de casos
2019	477
2020	353
2021	966

Fonte: Elaborada pela autora com base em Santos, Dias e Santos (2023).

Na **Tabela 3** percebemos que, no ano de 2020, os casos de intolerância religiosa apresentaram uma queda, fato que pode ser associado a diminuição de pessoas circulando nas vias públicas devido ao isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19. Já no ano de 2021, os casos mais que dobraram em relação ao ano de 2019.

Segundo o levantamento da organização JUSRacial, entre os anos de 2009 e 2023, os casos de racismo e intolerância religiosa cresceram 17.000% (JUSRacial, 2024). Segundo o advogado Hédio Silva Júnior, o problema do racismo está visível e as pessoas estão

denunciando. Ou seja, as vítimas da violência estão sendo orientadas, tomando consciência da importância de denunciar e, com isso, estão buscando os seus direitos, não se calando mediante as violações sofridas. Nesse sentido, é importante ter pesquisas que também mencionam quais são os tipos de violência, onde e como elas estão ocorrendo, buscando assim chamar a atenção do Estado para a necessidade de construir políticas públicas que possam evitar esses tipos de assédio sofridos por praticantes das religiões de matriz africana (Motta, 2023).

A escolha do título “Eu não julgo a sua fé, então respeite o meu axé” tem como objetivo chamar a atenção dos leitores para a urgência de criar mecanismos que colaborem para que os direitos do afroreligiosos sejam respeitados, e que os mesmos possam ter a mesma liberdade gozada por outras denominações religiosas, que utilizam o espaço público para pregar a sua fé sem serem hostilizadas. A expressão “eu não julgo a sua fé” também foi utilizada para lembrar a capacidade que os povos de terreiros possuem de respeitar o sagrado do outro, agregando alguns elementos a sua cultura religiosa e não demonizando os aspectos e elementos das demais denominações religiosas.

Mediante a violência imposta aos povos tradicionais de matriz africana, os mesmos têm buscado algumas soluções para fugir dos ataques violentos: muitas pessoas ainda escondem a sua verdadeira pertença religiosa e se dizem católicas, devido ao medo de serem oprimidas e excluídas das suas relações sociais. A perspectiva do escondido foi mencionada por Floriano (2002) que observou que, para fugir do preconceito e dos atos envolvendo o denominado racismo religioso, muitos praticantes de religiões de matriz africana se declaram católicos para não sofrer nenhum tipo de represália por parte, principalmente, de vizinhos. Inclusive, muitas pessoas frequentam terreiros longe do seu bairro, para não levantar suspeita sobre a sua verdadeira identidade religiosa. Prandi (2004) também afirma que, até hoje, o catolicismo é uma máscara usada pelas religiões afro-brasileiras, máscara que, evidentemente, as esconde também dos recenseamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023)²⁵.

Os reflexos do racismo religioso podem ser observados no resultado que vem sendo publicado pelo Censo/IBGE, ao longo das décadas, onde percebemos que uma pequena parcela de brasileiros se declara pertencente às religiões de matriz africana. Muitas vezes, ocultar a verdadeira pertença religiosa acaba sendo uma forma de se proteger contra atos

²⁵ No Brasil, o Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos buscando coletar dados estatísticos e informações sobre diversos segmentos da vida dos brasileiros e tem como objetivo estimular a criação de políticas públicas que possam trazer melhorias para a vida da população brasileira. Para mais detalhes consultar IBGE (2023).

violentos e preconceituosos. Se autodenominar cristão, “católico” ou “evangélico” acaba sendo um escudo de proteção diante do alto número de ataques a adeptos e aos terreiros de umbanda e candomblé.

Sobre as discriminações sofridas pelas religiões de matriz africana e os reflexos no censo²⁶ observamos que:

As religiões de matriz africana continuam a sofrer agressões, hoje menos da polícia e mais de seus rivais pentecostais, e seguem sob forte preconceito, o mesmo preconceito que se volta contra os negros, independentemente de religião. Por tudo isso, é muito comum, mesmo atualmente, quando a liberdade de escolha religiosa já faz parte da vida brasileira, muitos seguidores das religiões afro-brasileiras ainda se declaram católicos, embora sempre haja uma boa parte que declara seguir a religião afro-brasileira que de fato professa. Isso faz com que as religiões afro-brasileiras apareçam subestimadas nos censos oficiais do Brasil, em que o quesito religião só pode ser pesquisado de modo superficial (Prandi, 2004, p. 225).

O censo de 2010 forneceu dados que permitiram fazer a seguinte análise em relação ao percentual de religiosos de matriz africana:

Frente às transformações verificadas no mapa religiosos durante as últimas décadas – notadamente a redução do percentual de católicos e crescimento de evangélicos –, pode-se dizer que o campo das religiões de matriz afro-brasileiras segue sem grandes alterações. Corresponde a 0,3% da população residente em 2000 e em 2010. Um contingente relativamente pequeno e frequentemente relegado a segundo plano nas análises das grandes tendências da religiosidade brasileira. Não há como negar que os adeptos das religiões afro-brasileiras são muito poucos comparados com os católicos, evangélicos e espíritas (Duccini; Rabelo, 2013, p. 219).

Apesar de o Brasil ser um país com a maioria da população negra, quando analisamos os dados referentes à pertença religiosa percebemos que os afroreligiosos ainda formam uma parcela muito pequena de adeptos por vários motivos, entre eles a imposição colonial de um modelo cultural hegemônico, marcado pela violência, pela apropriação cultural²⁷ e pelo

²⁶ Quando se trata das religiões afro-brasileiras, as estatísticas sobre os seguidores costumam oferecer números subestimados, o que se deve às circunstâncias históricas nas quais essas religiões surgiram no século XIX, quando o catolicismo era a única religião tolerada no País, a religião oficial, e a fonte básica de legitimidade social. Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravo, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável, antes de mais nada, ser católico. Por isso, os negros que recriaram no Brasil as religiões africanas dos orixás, voduns e inquices se diziam católicos e se comportavam como tais. Além dos rituais de seus ancestrais, frequentavam também os ritos católicos. Continuaram sendo e se dizendo católicos, mesmo com o advento da República, no fim do século XIX, quando o catolicismo perdeu a condição de religião oficial e deixou de ser a única religião tolerada no país (Prandi, 2004, p. 225).

²⁷ Apropriação cultural aqui é entendida como um mecanismo de opressão por meio do qual um grupo dominante se apodera de uma cultura inferiorizada, esvaziando de significados as suas produções, costumes,

racismo podem nos dar pistas para entender os dados obtidos pelo Censo (2000/2010). Tomemos por base as constatações do pesquisador Ricardo Mariano (2007) para buscar entender o contexto que influencia também na baixa porcentagem de adeptos das religiões de matriz africana:

Uma das razões do baixo prestígio e da menor aceitação social dessas religiões reside no fato de que as entidades afro-brasileiras – em especial exus e pomba giras – bem como os tranSES, os ebós, os despachos, o uso de charutos e bebidas alcoólicas e o sacrifício de animais – foram durante boa parte da história brasileira, identificados com a magia negra, a feitiçaria, e com intervenção maléfica dos espíritos demoníacos sobre as pessoas. Heranças do passado escravagista e da satanização católica contra os grupos afros, suas entidades, crenças e práticas religiosas, tais estigmas e preconceitos, continuam vivos e fortes para a mentalidade tupiniquim. Posteriormente a esses preconceitos, como vimos, ainda se somaram acusações policiais e judiciais de curandeirismo, prática ilegal da medicina e charlatanismo, que vigoraram até meados do século XX. Acusações que também não foram de todo esquecidas e que, portanto, mobilizam o imaginário de muitos brasileiros (Mariano, 2007, p. 139-140).

A intolerância religiosa, ou racismo religioso, e as cicatrizes deixadas pelo passado colonial podem ser apontados como uma explicação plausível para o afastamento dos negros das suas matrizes religiosas? Santos (2018) nos chama a atenção para o fato da Constituição garantir a liberdade de expressão e que a mesma admite questionamentos ou críticas aos dogmas religiosos. Porém, ofensas, agressões e injúrias por motivo de crenças religiosas ultrapassam essa liberdade, sendo, então, considerados crimes tipificados.

Se houvesse a possibilidade de fazer um levantamento histórico, com dados confiáveis, sobre o processo de violência sofrido pelas religiões no Brasil, com certeza as de matriz africana iriam ocupar o primeiro lugar do ranking:

Se fosse possível fazer uma averiguação histórica, com base nos documentos policiais gerados a partir da denúncia contra violações de templos religiosos e agressões desde o período colonial no Brasil, caso fossem registrados, provavelmente a escala de 100% seria o marco dos índices de violência contra os adeptos e as comunidades de religiões de matrizes africanas (Santos, 2019, p. 30).

Ao analisarmos os dados do disque denúncia, percebemos um alto índice de violência sofrida pelos membros das comunidades de terreiros. E ainda vale a pena destacar que existe uma subnotificação em relação aos casos de violência, pois nem todo caso de racismo

tradições e demais elementos. [...] apagar os traços negros, a origem, ou qualquer outro elemento passível de rejeição, sobretudo aqueles que de alguma forma remetem à herança religiosa (Willian, 2019, p. 47-48).

religioso é catalogado da forma correta, e em algumas situações nem é feita a denúncia. Todos os dias as manchetes de jornais trazem duros ataques aos adeptos e aos espaços físicos dos terreiros de umbanda e candomblé.

As denúncias feitas pelos adeptos das religiões de matriz africana, babalorixás e iyalorixá ocorrem por diversos motivos: negação de serviços como em pet shopping, transporte de aplicativos, acusações de charlatanismo, discriminação dentro dos espaços públicos, membros de terreiro sendo ungidos por evangélicos com óleo sagrado, mãe candomblecista perdendo a guarda da filha acusada de maus tratos, grupos que tentam impedir o acontecimento de missas afro, entre outros acontecimentos (Koinonia, 2021).

Os direitos dos afroreligiosos são violados e seus símbolos sagrados são destruídos como se os mesmos fossem objetos sem nenhuma importância. Sobre as notificações decorrentes dos tipos de intolerância, Carneiro (2019) faz a seguinte observação com base nos dados do RIVIR²⁸ no Brasil:

A depredação dos espaços de culto das religiões afro-brasileiras, os terreiros, aparecem nos dados do RIVIR como o tipo de intolerância que mais foi noticiada pelos meios de comunicação, ocupando 24% dos casos, em seguida aparecem as agressões com 23%, são notificados ainda casos de racismos nos vários âmbitos da vida cotidiana, como trabalho e escola (Carneiro, 2019, p. 9).

A perseguição contra as religiões de matriz africana foi inicialmente encabeçada pela igreja católica e hoje os grupos neopentecostais, aliados a traficantes²⁹, como vem ocorrendo no Rio de Janeiro, através de um discurso que tem como propósito combater o demônio, dando livramento para os sofrimentos do mundo, promovem uma verdadeira “cruzada” contra

²⁸ O presente Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa (RIVIR) reúne dados de abrangência nacional, cobrindo o período de 2011 a 2015, que foram preparados por uma equipe de pesquisadores que atuaram no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos de dezembro de 2015 a maio de 2016, dentro de projeto desenvolvido em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e tendo apoio da Escola Superior de Teologia (EST). Esta iniciativa se insere num contexto mais amplo de esforços do governo federal no sentido de melhor identificar a presença de atos de violência e intolerância religiosa na sociedade brasileira para, diante destas informações, estabelecer diretrizes e estratégias mais adequadas para a promoção do respeito à diversidade religiosa.

²⁹ Em 16 de março de 2008, o jornal Extra, através das matérias da sua série jornalística “O tráfico remove até a fé”, denunciou as arbitrariedades cometidas contra religiosos de matriz africana (que não podem sequer utilizar turbantes e colares rituais), expulsos pelo traficante Fernandinho Guarabu, no Morro do Dendê, localizado na Ilha do Governador, interior da Baía de Guanabara, Estado do Rio de Janeiro. A matéria foi apenas uma das inúmeras denúncias dos casos de intolerância religiosa no Brasil. Porém, a novidade que ora se expressava era a infeliz união entre a religião e o tráfico em prol de uma limpeza étnico-religiosa, em que o alvo que estava na mira do tiro da intolerância era o conjunto das religiões e religiosidades de matrizes africanas (Santos, 2019, p. 27).

os umbandistas e candomblecistas. Sobre a desclassificação, a perseguição e a demonização das religiões de matriz africana:

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como ‘magia’, ‘feitiçaria’ e ‘curandeirismo’, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatido. Assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade (Carneiro, 2019, p. 6).

No processo de instauração da intolerância religiosa no Brasil, dois acontecimentos tiveram repercussão nacional e chamaram a atenção de algumas autoridades brasileiras:

O “Chute na Santa” ocorreu em 1995 e foi alvo de uma série de repercussões na sociedade. A morte de Mãe Gilda foi em 21 de janeiro de 2000 e se deu em decorrência de uma série de episódios que tiveram início com a publicação de uma foto dela na capa do jornal Folha Universal com a seguinte manchete: “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. A sua filha moveu uma ação contra a Igreja Universal por danos morais e uso indevido da imagem, tendo sido a igreja condenada por unanimidade nas três instâncias em que o processo tramitou. A decisão final, do STJ, foi em setembro de 2008. Como forma de reconhecimento, o Governo Federal instituiu, no ano de 2007, o dia 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Data em que pessoas de diferentes credos, etnias, gêneros celebram mais um passo a favor da dignidade humana para compartilhar caminhos que possibilitem o enfrentamento à intolerância religiosa (SDH, 2016, p. 16-17).

Os casos denominados “racismo religioso” vêm ganhando visibilidade, principalmente nas redes sociais, que colaboram para que as informações cheguem a um número maior de pessoas no Brasil e no mundo em tempo real. Instâncias da justiça também vêm trabalhando para criminalizar e punir as pessoas que praticam atos de intolerância com praticantes de religiões, entre elas as de matriz africana³⁰, que são as maiores vítimas de violência no nosso país. Vagner Gonçalves da Silva (2007) faz a seguinte observação sobre a visibilidade mais ampla dos casos de intolerância religiosa no Brasil:

Os casos de intolerância, antes apenas episódios sem grandes repercussões, hoje se avolumaram e saíram da esfera das relações cotidianas menos visíveis para ganhar visibilidade pública, conforme atestam as frequentes

³⁰ O panteão afro-brasileiro é especialmente alvo deste ataque, sobretudo a linha de Exú, que foi associada inicialmente ao diabo cristão e posteriormente aceita nessa condição por uma boa parcela do povo de santo, principalmente da umbanda. No interior das igrejas neopentecostais são frequentes as sessões de exorcismo (ou “descarrego”, conforme denominação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) dessas entidades, que são chamadas a incorporar para em seguida serem desqualificadas e expulsas como forma de libertação espiritual do fiel (Silva, 2007, p.11).

notícias de jornais que registram em inúmeros pontos do Brasil. Igualmente, a reação a estes casos, antes apenas um esboço isolado e tímido de algumas vítimas, agora se faz em termos de processos criminais levados adiante por pessoas físicas ou instituições públicas, como ONGS, e até mesmo a promotoria pública (Silva, 2007, p 11).

Ao analisarmos os dados referentes às denúncias dos casos de intolerância religiosa, chegamos a conclusão que as religiões de matriz africana são aquelas que mais sofrem ataques. Percebe-se que os atos de intolerância acontecem nos espaços públicos e privados. O RIVIR no Brasil constatou que a violência ocorre de diversas formas e em diversos locais como veremos:

- 1) Agressões físicas;
- 2) Ataques a imóveis e/ou de objetos simbólico-sagrados;
- 3) Nas Mídias e Redes Sociais;
- 4) No Cotidiano;
- 5) Racismo;
- 6) Nas Escolas;
- 7) Conflitos no ambiente de trabalho;
- 8) Questões fundiárias, terra e propriedade;
- 9) Laicidade, ateísmo (SDH, 2016, p. 37).

Especialmente em relação às religiões de matriz africana ocorrem: ataques a pessoas físicas, depredação dos terreiros, demissão em função da pertença religiosa, discriminação no ambiente escolar, violação dos símbolos sagrados, acusações de serem culpados por malefícios que ocorrem no seio das famílias, ataques nas redes sociais, entre outros. É arquitetado um sistema de combate às religiões de matriz africana que, de certa forma, dentro da perspectiva mercadológica acaba sendo uma instituição que disputa fiéis com os grupos pentecostais e neopentecostais. O discurso voltado para o combate ao demônio acaba sendo uma justificativa para que adeptos e fiéis partam para o combate:

O combate aos cultos afro-brasileiros, além de basear nos ideários bíblico e idiossincrático mencionados, em termos práticos visa converter os adeptos das religiões rivais, e por meio disso, dizimar a concorrência espírita nos estratos populares com o fechamento de centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes, sobretudo, nas redondezas dos templos evangélicos. Sua beligerância radica, portanto, igualmente em interesses proselitistas, expansionistas e institucionais. Visa conquistar a maior fatia do mercado religioso e, ao mesmo tempo, impor o poder religioso do seu grupo sobre concorrentes, que como se sabe, detêm pouco poder de reação (Mariano, 2007, p. 137-138).

As discriminações no contexto escolar são frequentes e tem por base a reprodução dos preconceitos que permeiam nossa sociedade. “A discriminação das religiões afro-brasileiras, nesse contexto, pode ser ainda mais evidente devido à obrigatoriedade do ensino religioso em escolas públicas” (Oliveira, 2017, p. 79). A escola – que deveria ser um ambiente democrático e aberto para acolher a pluralidade – ainda é lugar hostil para as crianças negras, principalmente para aquelas que são adeptas das religiões afro-brasileiras. É triste ver o relato das crianças de terreiro que buscam meios de esconder as marcas da religiosidade, dizem estarem doentes para não ir à escola e, muitas vezes, não falam sobre a sua pertença religiosa, para evitar humilhação e constrangimentos, pois, quase sempre, quando falam são desrespeitadas, até mesmos pelos professores e pela gestão da escola.

O silenciamento, a invisibilidade e o preconceito fazem parte do cotidiano dessas crianças. A discriminação sofrida por um grupo de crianças e adolescentes candomblecistas na escola foi descrita por Caputo (2012), com base nos dados coletados através de entrevistas com crianças pertencentes as religiões de matriz africana que foram narrando as suas histórias e experiências. Foi assim o depoimento de uma dessas crianças que, para fugir do racismo religioso na escola, precisou esconder os símbolos da sua religião e marcas de curas no seu corpo:

‘Quando eu vou para a escola sempre uso camisas de mangas para que cubram as curas’. O depoimento foi dado por Joyce Eloi dos Santos, de 13 anos, na mesma época que, como vimos, afirmou não ir para a escola com seus colares e guias do candomblé justamente por se sentir envergonhada e para evitar mais discriminação. Hoje, aos 27 anos, Joyce continua no candomblé. Ela diz que, ao longo de toda a adolescência, principalmente na escola, teve que conviver com alguma discriminação (Caputo, 2012, p. 199).

Nem mesmo dentro da escola, um local de compartilhamento de culturas diferentes, as pessoas negras e candomblecistas conseguem ver a valorização e o respeito com a sua cultura religiosa. Teixeira (2019) menciona que a escola ainda apresenta um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, a literatura, as ciências, entre outros. E as crianças negras candomblecistas precisam aprender, desde cedo, a lutar contra as imposições de um sistema que, ao contrário do terreiro, não é nada acolhedor e muito menos capaz de respeitar o legado cultural e religioso, levado para o espaço escolar. A educação colonial dominada pelas regras impostas pela igreja católica ainda possui reflexos nos ambientes escolares da atualidade:

[...] a Igreja exerceu um papel de instituição formadora e promoveu, por meio de uma política a serviço do Estado Colonial, uma série de equívocos, violências e produção de não existência. Essas ações forjaram mentalidades, subjetividades, sociabilidades e parâmetros ideológicos que são vigentes nas práticas educativas exercidas em espaços escolares até hoje. Por mais que reivindicamos uma laicidade, nos espaços escolares públicos, enquanto direito adquirido nos revelamos, na trama idiossincrática do cotidiano, socialmente cristãos, refletindo os investimentos feitos pelo colonialismo (Rufino, 2019, p. 78-79).

As heranças coloniais ainda se encontram muito enraizadas nos diversos contextos sociais. Em relação ao ambiente escolar, Caputo (2012) menciona várias situações de preconceitos e violação dos direitos das crianças não cristãs. Muitas professoras de Ensino Religioso, servidoras de escolas do Rio de Janeiro, entrevistadas pela pesquisadora, afirmam que utilizam um material didático baseado nas doutrinas cristãs, e que as suas aulas têm como objetivo “levar a palavra de Deus” para os seus alunos. Também foi constatado que os alunos não cristãos são invisibilizados e obrigados a rezarem o Pai Nosso, considerada uma oração universal, com o objetivo de ficarem mais calmos, dentro da sala de aula. Existe todo um movimento para que os estudantes pertencentes as religiões de matriz africana sejam convertidos ao cristianismo. Professores umbandistas foram entrevistas e trouxeram o seguinte parecer sobre as aulas de Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro:

O Estado do Rio de Janeiro está cometendo uma grande injustiça porque está catequizando e convertendo os alunos. ‘Sou favorável ao Ensino Religioso, mas não da forma como foi estabelecido. Acho que pode existir disciplina para que o aluno conheça outras formas de organização do mundo. Defendo o mesmo que o Movimento Inter-Religioso (MIR) defende, ou seja, um ensino interconfessional, mas estamos nos organizando para reverter o processo’. De acordo com esse professor, até a distribuição do material didático para a disciplina ocorre de forma injusta. ‘Cada credo ficou de preparar o seu material. Ora, católicos têm a Cúria na mão, os evangélicos, muito dinheiro, e tanto a umbanda, quanto o candomblé não possuem nem organização, ou alguma entidade que nos centralize efetivamente, nem dinheiro. Que material didático pode fazer?’ Questiona (Caputo, 2012, p. 220).

Algumas escolas, como relatado acima pelos próprios docentes, seguem violando o direito à liberdade de crença e não respeitam o que é estabelecido pela Constituição brasileira. O posicionamento das escolas pode contribuir para que ocorra a evasão escolar e, ao mesmo tempo, estão fazendo um desserviço para a sociedade, pois estão reforçando os valores hegemônicos pautados no cristianismo e, mais uma vez, deixando evidente a exclusão das demais religiões, entre elas, a de matriz africana. A não aceitação da diversidade e a tentativa

de continuar perpetuando um único modo de enxergar o mundo acaba anulando contribuições culturais e trazendo sérios prejuízos emocionais para crianças e adultos pertencentes aos terreiros.

As marcas ou a simbologia das religiões de matriz africana acabam colocando em risco a vida dos seguidores dessas religiões, pois quando esses sinais são identificados, muitas pessoas acabam se tornando vítimas da intolerância religiosa, nos seus ambientes de convívio. Em relação aos casos de intolerância religiosa, um exemplo a ser citado são os adeptos das religiões de matriz africana moradores de Duque de Caxias que relataram de que forma a intolerância religiosa atua no seu cotidiano:

Dos entrevistados em Duque de Caxias, na baixada fluminense: cabe destacar que todos os entrevistados se declararam vítimas de algum tipo de intolerância, manifestada através de agressões verbais, físicas e simbólicas. Os casos relatados ocorreram, de forma geral, a partir do reconhecimento dos sinais de pertencimento dos adeptos das religiões de matrizes africanas, tais como as vestes, a indumentária (por exemplo, os fios de conta), marcas físicas (cicatrizes e cabelo raspado), presença em espaços sagrados (encruzilhadas), gestos rituais (oferendas) e linguagem (expressões). Foram registrados também dois casos de intolerância com indivíduos que, embora não adeptos posicionaram-se em defesa do direito de tais segmentos religiosos (Rocha; Puggian; Rodrigues, 2011, p. 154).

Os adeptos, e aqueles que simpatizam com as crenças religiosas afro-brasileiras, tornam-se alvo da violência física, psíquica e territorial, entre outras. Os casos de intolerância ocorrem nos espaços domésticos, no transporte público, nas escolas, no meio da rua, entre outros lugares, como veremos no depoimento de Rafaela, uma das entrevistadas pelos pesquisadores Rocha, Puggian e Rodrigues (2011):

Entrei num ônibus em um bairro em Duque de Caxias, e o trocador disse: Jesus te ama – eu estava com minhas guias no pescoço e meu oja na cabeça; então eu lhe disse – Oxalá nos ama a todos; ele ficou indignado e iniciou um discurso religioso, uma verdadeira pregação em nome de Jesus para que eu um dia pudesse conhecer a Jesus e o aceitasse em meu coração, na minha vida. Fiquei surpresa com a atitude das outras pessoas no ônibus. Um cinco pessoas se juntaram a ele para orar pela minha vida. Ao tentar argumentar que o ônibus não era um templo da igreja deles, o trocador, mostrando uma Bíblia, dizia que o nome de Jesus devia ser pregado a todos os povos, em todas as nações, em todos os lugares, em todos os tempos. Diante do clima de animosidade que se formou, desci do ônibus antes do meu ponto de destino. Ao sair, ouvia as pessoas dizerem quase que gritando – “repreende, senhor” (Rocha; Puggian; Rodrigues, 2011, p. 160).

Os constrangimentos sofridos pelos adeptos das religiões de matriz africana ocorrem todos os dias, em diversos locais, inclusive nos próprios terreiros, onde algumas pessoas brancas que se tornam adeptas dessas religiões, tentam impor os seus valores neste território sagrado. A presença de pessoas brancas nos terreiros de candomblé não é novidade. Alguns desses adeptos ligados à área da cultura compreendem a filosofia e a cultura seguida pelos praticantes de religiões de matriz africana, e utilizam as suas obras artísticas e literárias para expandir esse conhecimento ancestral, para além do ambiente do terreiro. Sob essa ótica: William (2019) se posiciona:

Muitos brancos fizeram história no candomblé ao reafirmar os valores africanos preservados nos terreiros. Jorge Amado e Carybé, ambos filhos de Oxóssi e Obás de Xangô no Ilê Axé Opô Afonjá, imprimiram em suas obras literárias e artísticas o legado construído pela negritude (William, 2019, p. 172).

Os brancos que entram no candomblé precisam saber que os seus valores não podem se sobrepor aos ensinamentos e às regras, estabelecidas pela ancestralidade negra. É necessário mergulhar na cultura ancestral, preservada pelos afroreligiosos, e ter consciência que é necessário se adaptar a cultura religiosa, preservada nos terreiros. Também se torna necessário assumir uma pauta antirracista, lutando e contribuindo para o combate a todos os tipos de discriminação impostas à população negra e o seu legado cultural. Logo, é preciso fazer a seguinte reflexão e assumir uma postura condizente com a nova realidade de vida:

[...] Qual o sentido e a intenção de imaginar que orixás são brancos? É preciso lembrar que ser do candomblé é assumir uma crença discriminada e perseguida. Isso exige um posicionamento diante do racismo e da condição do negro em nossa sociedade. Portanto, não pode admitir que instrumentos que reforçam a discriminação e a invisibilidade do negro e da sua cultura sejam disseminados em nome dos interesses da sociedade consumista e narcísica (WILLIAN, 2019, p. 174).

Passar pelo processo de iniciação no candomblé é sinônimo de também ter um compromisso com uma pauta de luta antirracista. É necessário saber que você estará fazendo uma imersão numa nova cultura e deverá abraçá-la, tendo em mente que a religião não irá mudar os seus costumes e nem se adequar ao modo branco de vivenciar socialmente. William (2019) relata casos muito graves de discriminação, que vão desde a mãe de santo branca que afirma que o seu candomblé é bom porque tem pouco negro, até as crianças negras sofrendo racismo dentro dos terreiros.

Mariano (2007) também relata que o posicionamento de alguns pais e mães de santo, marcados pela rivalidade mercadológica, têm contribuindo de forma significativa para que as religiões pentecostais tenham argumentos para fundamentar o seu discurso discriminatório e demonizante a respeito de exu:

[...] vários pais e mães de santo da chamada umbanda cruzada, no Rio Grande do Sul, por exemplo, que nomeiam exus com nome de demônios bíblicos, o que permite a identificação imediata entre entidades afro-brasileiras e demônios. Da mesma forma, por conta da rivalidade entre terreiros e dos problemas de relacionamento pessoal entre muitos dos seus dirigentes e entidades representativas, pais, mães e filhos de santo acusam frequentemente uns aos outros de feitiçaria ou magia negra, de trabalhar na linha da quimbanda ou com entidades de “esquerda” visando fazer e praticar o mal (Mariano, 2007, p. 141).

As religiões pentecostais e neopentecostais ficam atentas a qualquer brecha que lhes permita legitimar o seu discurso e fortalecer a sua luta contra as religiões de matriz africana. Alguns grupos neopentecostais, unidos com traficantes, como é o caso do Rio de Janeiro, estão destruindo terreiros e obrigando os líderes religiosos a quebrarem seus objetos sagrados. Rufino e Miranda (2019) mencionaram os sucessivos ataques aos terreiros da Baixada Fluminense que resultaram, e continuam resultando, em diversas mobilizações em torno de respostas do poder público que deveriam garantir o direito à liberdade religiosa.

A pesquisadora Christina Vital da Cunha (2015), em seu livro “Oração de traficante: uma etnografia”, relata as transformações ocorridas nas favelas, particularmente Acari e Santa Marta, com a chegada das igrejas evangélicas pentecostais. Nesse ambiente, até então, parecia não haver conflito entre os católicos, os praticantes de religiões de matriz africana e o pequeno número de evangélicos. Mediante o encontro entre traficantes e grupos evangélicos, que vem crescendo nestas favelas, a violência se intensificou, principalmente em relação aos adeptos das religiões de matriz africana.

Diante desse cenário, as lideranças de religiões de matriz africana passaram a perder o seu prestígio dentro das favelas, pois os grupos evangélicos, com o seu trabalho de conversão, conquistaram o apoio que era direcionado às iyalorixá e babalorixá. Vamos tomar como exemplo, a situação vivenciada pela iyalorixá Dona Isabel, moradora da favela de Acari. Nesse contexto as atividades religiosas desenvolvidas pela iyalorixá também possuíam uma importância social dentro das favelas e eram frequentadas pelos traficantes que davam total apoio à mãe de santo que, na atualidade sente-se desprestigiada, dentro do seu próprio território. Sobre as transformações ocorridas no contexto religioso e os desafios enfrentados

por Dona Isabel, mediante o processo de aliança entre os grupos evangélicos e os traficantes, observa-se:

Dona Isabel era uma das mais prestigiadas lideranças religiosas do candomblé em Acari. São muitos moradores que falam do centro de 'macumba' e de candomblé na favela, mas as suas lideranças são pouco lembradas. Dona Isabel foi a única que, desde o meu primeiro trabalho de campo na localidade, se destacava na fala dos moradores. Seu terreiro era frequentado pelos moradores de Acari, assim como por muitos outros filhos de santo que residiam em outras áreas da cidade. Os traficantes frequentavam a sua casa, faziam obrigações, contribuíam financeiramente com trabalhos que a Dona Isabel empreendia, mas também simbolicamente, já que ao buscarem proteção em seu centro, em sua liderança, a empoderavam. Muitos moradores, e mesmo os traficantes entrevistados, falam sobre isso de modo pouco claro, mas sugerindo sempre que antes havia uma aliança entre os traficantes e as lideranças da 'macumba' e do candomblé na favela (Cunha, 2015, p. 367).

Mediante o processo de ocupação das igrejas evangélicas em Acari, Dona Isabel foi perdendo o prestígio e o seu terreiro foi esvaziando e a mesma foi vendo o enfraquecimento da sua rede de apoio, dentro da favela, o que lhe causou muita insatisfação. Sobre o desprezo sofrido pela Dona Isabel e as consequências do avanço da união entre o tráfico e os líderes de denominações religiosas evangélicas:

[...] Os traficantes não proibem expressamente atividades religiosas em sua casa, segundo relato de moradores e da própria Dona Isabel. Contudo, o aumento da violência associada a favela de Acari e a região da cidade na qual está localizada, juntamente com os ataques simbólicos/religiosos morais que vinham sofrendo de evangélicos e suas lideranças (além do afastamento dos traficantes dos terreiros e aproximação dos mesmos dos evangélicos e dos seus lugares de culto), foram decisivos, segundo ela própria, para o esvaziamento da sua casa tanto em termos objetivos quanto políticos e simbólicos. Na correlação de forças internas (no campo político e religioso), Dona Isabel e sua religião ficaram frágeis (Cunha, 2015, p. 368-369).

Se, no passado, as favelas foram os locais que acolheram os afro-brasileiros e a suas manifestações culturais, inclusive a religiosa, hoje vem ocorrendo um movimento contrário. Os evangélicos têm adentrado as favelas, se aproximado dos líderes do tráfico e, de certa forma, através do trabalho de conversão estão retirando o povo de santo dos terreiros e trazendo para os seus templos. Vale destacar que não estamos falando apenas do esvaziamento dos terreiros, mas estamos fazendo referência à perda de poder político e social, por parte de babalorixá e iyalorixá dentro das suas comunidades.

O número de agressões contra umbandistas e candomblecistas vem aumentando, e mesmo com a criação de uma delegacia específica para tratar os assuntos relacionados aos casos de intolerância, os agressores não se sentem intimidados e seguem praticando os seus atos de violência física, psíquica e simbólica. Observa-se uma dificuldade de lidar com a perspectiva do outro respeitando assim as diferenças. Sobre as violências sofridas pelo povo de terreiro mediante o processo de intolerância religiosa e a não aceitação do diálogo como algo enriquecedor:

Para os detratores de religiões de matrizes africanas, como a umbanda e o candomblé, o ataque é uniforme, sem distinção à religião. Isso alude à dificuldade do indivíduo em conseguir conviver pacificamente com a diferença. Assim, tendem a acreditar que estas anulam seu ponto de vista, seus argumentos, acreditando que dialogar significa se convencer do que o outro está dizendo ou abrir mão do que pensa, quando é justamente o contrário. Ainda que o conflito insurja em toda situação social em que se compartilham espaços coletivos, o diálogo, na realidade, torna-se fundamental, pois o mesmo não implicará em abrir mão da identidade do sujeito, mas sim dispor da capacidade de aprender a integrar de forma mais harmoniosa (Silva, 2007, p. 14).

Carneiro (2019) também menciona outros ataques sofridos por umbandistas e candomblecistas proferidos pelas denominações religiosas neopentecostais. Segundo o autor:

Outros ataques partem de segmentos religiosos como o neopentecostalismo, que trava uma “guerra santa” contra as religiões afro-brasileiras, tanto em seus cultos, como nos meios de comunicação, chegando à literatura religiosa, um verdadeiro arsenal contra o “demônio” que constantemente é associado às religiões que cultuam os orixás. A principal representante neopentecostal no Brasil é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); está é alvo de várias ações por crimes de intolerância pelos constantes ataques a outras denominações religiosas, principalmente as de matriz africana (Carneiro, 2019, p. 8).

Os recursos midiáticos e também a publicação de livros, como “Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios”, escrito pelo bispo Edir Macedo³¹, tornam-se uma verdadeira ferramenta ideológica de perseguição para com as religiões de matriz africana. As intervenções acontecem de várias formas, incentivando os fiéis a atacar os terreiros ou, até

³¹ Segundo Ricardo Mariano, o livro best-seller vendeu mais de três milhões de exemplares e o mesmo revela que o bispo tem dedicado toda à sua vida a lutar contra os demônios. Motivação e léxico beligerantes que justificam, inclusive, a fundação da Igreja Universal, que, segundo Macedo, “foi levantada” para realizar um “trabalho especial”, qual seja: “a libertação das pessoas endemoninhadas”. Assim o combate aos cultos afro-brasileiros, suas entidades, exus, guias, pretos velhos, orixás – e suas práticas religiosas tornou-se uma constante nos cultos públicos da Igreja Universal do Reino de Deus, bem como, mas em menor grau, na dissidente Internacional da Graça de Deus (Mariano, 2007, p. 136).

mesmo, a utilização do poder advindo dos cargos políticos para tentar, através da lei, interferir nos rituais que ocorrem nos terreiros, entre eles o sacrifício de animais. Outros grupos religiosos também possuem o sacrifício de animais nos seus rituais, porém não sofrem perseguição assim, como os afroreligiosos, em especial os candomblecistas:

Judeus e muçulmanos possuem abate religioso, mas não são demonizados por isso, o que evidencia o conteúdo racista por trás dessa perseguição à prática no candomblé. Uma informação básica negada pela mídia é o fato de o abate religioso no candomblé ser parte da alimentação tradicional das comunidades de terreiro, e não um ato sádico de tortura aos animais (Nogueira, 2020, p. 97).

No que se refere às instâncias de poder político, podemos citar como exemplo de atos de racismo religioso o posicionamento de vereadores, deputados e outros ocupantes de cargos públicos que, pautados num discurso fundamentalista e apoiados por seus eleitores que compartilham dos mesmos pensamentos, tentam propor projetos de leis que buscam interferir nos rituais praticados pelas religiões de matriz africana, entre eles o sacrifício de animais durante as cerimônias religiosas.

Em seu artigo intitulado “O sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras”, Oro, Carvalho e Scuro (2017) mencionam o caso do Rio Grande do Sul, onde, por diversas vezes, as religiões de matriz africana foram pautas de discussão no legislativo, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e também no Supremo Tribunal Federal com a participação de representantes do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais e de Matriz Africanas Kota Mulangi, professores universitários, o procurador do Ministério Público Federal, Jaime Mitropoulos, integrante do Grupo de Trabalho sobre Racismo e Laicidade no âmbito do Ministério Público Federal e membros das CTTro (Triboli, 2021). Sobre o assunto os autores mencionados comentam:

No Rio Grande do Sul, o tema do sacrifício de animais foi objeto de grande debate público entre os anos 2003 e 2005 quando o então deputado estadual evangélico Manoel Maria dos Santos embutiu, sem sucesso, na Lei do Código Estadual de Proteção dos Animais, a proibição do sacrifício de animais em cerimônias religiosas, subentenda-se, as religiões afro-brasileiras. Dez anos mais tarde esta questão voltou com força à cena pública rio-grandense, motivada novamente pela iniciativa de um membro do parlamento, a deputada estadual Regina Becker Fortunati, também evangélica, que retomou a tentativa de proibir o sacrifício de animais. Este texto recupera ambos os debates, originados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, ouvindo as vozes dos diversos atores implicados na questão, e evidenciando as lógicas e epistemologias em confronto. Mais especificamente, a estrutura do texto procura promover uma

reflexão em torno destes confrontos a partir de uma perspectiva pós-colonial que evidencia as formas imperantes de produção de Outros “não alinhados” com as epistemologias e discursos dominantes (Oro; Carvalho; Scuro, 2017, p. 230).

A pauta em defesa dos animais tem sido bandeira agitada nos plenários, por políticos de segmentos evangélicos e por muitas pessoas, que inclusive consomem carne nos restaurantes mais chiques do país. Percebe-se que o incômodo não é com a morte dos animais e sim com o fato da imolação ou sacrifício³² ser um dos rituais presentes, principalmente, nos terreiros de candomblé (Alessandra, 2021). É um olhar motivado pela intolerância, pelo preconceito e pelo racismo religioso, fato assim descrito:

O racismo religioso é mais uma forma de permitir que eles, a branquitude acrítica e racista, não se preocupem com o modo como o animal foi morto, nem por onde passou nem quais energias estiveram envolvidas em seu abate. Não sabem que a carne pode estar marcada por uma grande tensão ligada ao momento da morte do animal, mas o comem sem hesitar. O povo de axé sabe exatamente como fazer para evitar essa tensão negativa e beneficiar-se de uma carne plena de força vital com todo o respeito à vida do animal, que é elevada à posição de divindade (Nogueira, 2020, p. 103-104).

Analisando o ponto de vista proposto por Nogueira (2020) é possível perceber, claramente, que está explícito que o racismo é o fator que motiva a branquitude a se posicionar contra o abate de animais nos terreiros de candomblé, pois os mesmos não questionam como os animais são abatidos nos frigoríficos. Quando se torna necessário lutar nos tribunais de justiça para continuar a exercer os rituais religiosos, significa que algo está incorreto, principalmente quando isso acontece em um país onde a liberdade religiosa é garantida por lei a todas as denominações religiosas. É revoltante pensar que, no Brasil, “todas as manifestações culturais negras, em algum momento, foram proibidas” (William, 2019, p. 73).

Os diversos grupos que se posicionam contra o uso do sacrifício nas religiões de matriz africana, utilizam alguns argumentos como os que serão mencionados a seguir:

³² A matança, ou imolação de bichos no candomblé não é uma coisa que ocorre a toa, nem é praticada por maldade. A matança tem como fundamento primordial ser uma troca de forças, de vitalidade de regeneração. O sangue (èjé), na religião, é a representação da vida que reproduz o movimento. Os animais que serão imolados para os orixás são considerados especiais, porque são emissários do homem para com as divindades. No momento do sacrifício animal ocorre a liberação de forças poderosas que dão grande significado ao ato, mas que também exige dos sacerdotes muita precaução e habilidade para manejá-las. Por este motivo, é um ato que só deve ser presenciado por aqueles que estão preparados sacramentalmente. Esta condição ajuda na harmonização e promove um momento de troca e fortalecimento entre o axé da casa e os seus participantes (Maurício, 2014, p.110).

A diversidade dos grupos que se uniram em torno da defesa dos animais se manifesta na variedade dos discursos produzidos, os quais podem ser aglutinados em três eixos: a) a necessidade de proibir a morte cruel dos animais durante os rituais; b) a visão evolucionista que considera os rituais sacrificiais como práticas primitivas; c) a inconstitucionalidade da exceção legal à imolação animal concedida às religiões de matriz africana. Outros argumentos também foram usados de forma pragmática, como as condições de abate e o descarte dos animais, que não seguiriam a legislação sanitária. (Oro; Carvalho; Scuro, 2017, p. 237).

Percebe-se, nos dizeres acima, um discurso bem parecido com aquele proposto pelo colonizador, que tinha como objetivo trazer a civilidade para dentro do Brasil. O modelo de sociedade passa a ser aquele que não desafia, nem contraria, as imposições vindas do contexto hegemônico. Também as pessoas que questionam a prática dos sacrifícios não têm nenhuma preocupação de saber como, de fato, é feito o processo de imolação dos animais. A solução é impor valores, de acordo com a ótica dominante. E também comparar o espaço sagrado do terreiro com um local de abate de animais, para atender ao setor de alimentação, é um grande equívoco. Todo o processo de imolação ou sacrifício dos animais³³ possui um valor simbólico para os membros do terreiro. Visando combater os posicionamentos discriminatórios, Nogueira (2020) propõe uma descolonização do imaginário racista, falando sobre o povo de terreiro, seus sentidos, suas metáforas e sua concepção de sagrado e de comunidade.

A falta de diálogo leva ao conflito, gera violências, silencia e invisibiliza. Mediante os processos de violação dos direitos dos povos de terreiro, as denúncias estão sendo feitas com mais frequência. No entanto, muitos casos de intolerância contra as religiões de matriz africana ainda acabam ficando restritos aos membros do terreiro atacado, pois em muitas situações a polícia não tem preparo para compreender a especificidade da denúncia, deixando de fazer o registro correto nos boletins de ocorrência. A subnotificação das denúncias também dificulta a criação de políticas públicas em prol das CTTro. Porém, com o advento dos meios de comunicação digitais, os casos de racismo religioso têm ganhado mais visibilidade. Falaremos a seguir sobre o caso de racismo religioso ocorrido com a garota Kaylane e a movimentação feita em protesto a mais um ato de violência.

2.3.1 O caso Kaylane Campos: “minha fé vai sempre continuar”

³³ O processo de manutenção do equilíbrio entre os Orixás e os seres humanos apoia-se na troca, no esquema de dar e receber. Neste esquema, o sacrifício é um fator que ativa a possibilidade de equilíbrio. Ativa pelo fato de este equilíbrio não ser algo dado a priori. A dinâmica do equilíbrio precisa ser conquistada e mantida não é uma situação padrão. [...] A oferenda ou sacrifício tem em toda a sua gama de modalidades, ocasiões e intenções, por objetivo proporcionar a restituição e redistribuição do Axé. O sacrifício ou oferenda é o único meio que pode ocasionar a troca. Ele é a ponte entre orum e Aiyê. [...] (Berkenbrock, 2012, p. 201-202).

Um caso de intolerância ou racismo religioso que chamou a atenção do país inteiro ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 2015 com a adolescente Kaylane que, na época, tinha apenas 11 anos de idade (Torres, 2015). A adolescente estava saindo do barracão de candomblé, vestida com a sua roupa branca e os adereços pertencentes a sua religião, acompanhada da sua avó e iyalorixá, juntamente com os demais irmãos do terreiro.

O caso Kaylane chegou aos meios de comunicação de massa, entre eles as redes sociais, que foram de suma importância para que o caso de agressão tomasse uma proporção nacional. Borges (2019) destacou que a violência sofrida pela adolescente da zona Norte do Rio de Janeiro mobilizou as redes sociais e digitais e trouxe para o centro de discussão as lutas do povo de axé. A pedra atingiu todos os terreiros, sensibilizando-os de que somos uma só família e uma só nação.

Este caso ganhou repercussão nacional e mobilizou representantes de diversas religiões que se solidarizaram, mediante o ato de violência sofrido pela garota candomblecista, e se uniram para dialogar, buscando assim promover ações de combate à intolerância religiosa. Sobre o ato de intolerância, a reação da garota Kaylane, dos agressores e as ações protagonizadas pelo povo de terreiro através da internet, Carneiro (2019, p. 9) assim descreveu:

Um dos casos que nos últimos anos repercutiu bastante na mídia nacional foi o caso da menina Kaylane Campos de 11 anos que levou uma pedrada na cabeça depois de sair de um culto de candomblé, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro, a menina chegou a desmaiar depois da agressão sofrida. Os agressores, momentos antes do ato, teriam xingado e provocado os adeptos do candomblé que estavam vestidos de branco, a qual a menina estava junto. O crime foi registrado como intolerância religiosa e lesão corporal e ganhou as manchetes por tamanha violência. Na internet foi organizado um abaixo assinado com mais de 45 mil assinaturas, reivindicando ao governo federal a realização de campanhas a favor da liberdade religiosa, o que veio a acontecer posteriormente em 2016.

Ainda sobre as ações protagonizadas pelo povo de axé, que sentiu na alma a pedrada que acertou a garota Kaylane e, indiretamente o povo de axé, Luzineide Miranda Borges relata:

[...] o caso Kaylane viralizou nas redes sociais digitais, o sangue jorrou em imagens, comentários, vídeos. O povo de axé externalizou sua indignação, foi para as ruas, fizeram caminhadas, foram para programas de TV, para a Assembleia do/as deputados/as estaduais e para a Câmara dos Vereadores/as.

Acionou a sociedade a partir de dispositivos móveis conectados à internet (Borges, 2019, p. 190).

Percebe-se que a utilização dos dispositivos móveis para levar o acontecimento até a sociedade foi de suma importância. A garota Kaylane, na época em que ocorreu a agressão, ao ser entrevistada disse que ficou muito assustada, pois nunca havia sido discriminada por conta da sua religião. Também afirmou que jamais havia desrespeitado a religião de ninguém. A garota ficou traumatizada e pensou em abandonar a sua crença religiosa.

Em uma série de reportagens falando sobre a importância dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, realizadas pelo Jornal Nacional, em 2022, Kaylane, uma das entrevistadas no bloco que mencionava a importância da liberdade religiosa e a liberdade de culto, voltou a falar sobre o episódio de violência por ela sofrida, no ano de 2015 (Jornal Nacional, 2022). A jovem, com 18 anos de idade, disse que a roupa branca, suja com o seu sangue, marcou muito a sua vida e que o medo foi muito grande, mas o fato de ter uma lei que garante a liberdade de culto, deu mais coragem para seguir lutando contra as violências e para permanecer no candomblé.

Mãe Kátia, a avó da jovem e também mãe de santo do terreiro que a mesma frequenta, disse que foi muito doloroso para a neta conviver com os traumas da violência; que ela pensou em largar a religião e sentia receio e medo de utilizar as vestes brancas. A iyalexá também ressaltou a importância da Constituição de 1988, pois nos anos anteriores, quando um terreiro era atacado, a polícia registrava a ocorrência apenas como uma simples briga de vizinho e não como um ato de intolerância religiosa. Não havia apoio jurídico no que se refere aos ataques sofridos pelos afroreligiosos.

Já Kaylane relatou a importância do respeito e que ter uma lei que assegura a liberdade de crença dava mais credibilidade para a luta protagonizada pelos adeptos das religiões de matriz africana. Também ressaltou a importância das ações de líderes religiosos, que reconheceram que as religiões não devem ser um instrumento de propagação da violência e se mobilizaram para exigir, junto ao poder público e a sociedade civil, que o direito de professar ou não uma fé seja respeitada no nosso país, conforme propõe a Constituição Federal de 1988, especificamente no inciso VI do artigo V, que faz menção ao direito inviolável da liberdade de crença, a proteção dos locais de culto e da liturgia.

Os casos de racismo religioso se repetem, todos os dias, e nem mesmo as crianças escapam desse tipo de violência. A jovem Kaylane conseguiu superar os traumas da violência sofrida e seguiu firme praticando a sua religiosidade. Mesmo mediante dos atos violentos, o povo de terreiro tem buscado unir as suas forças e, através de denúncias, de manifestações nos

espaços públicos, da utilização das redes sociais, da conscientização a respeito das leis, tem buscado construir uma luta conjunta, na qual cobram do poder público um posicionamento em relação aos seus direitos, que há séculos vem sendo violados, na sociedade brasileira. Detalharemos a seguir quais ações têm sido protagonizadas pelas CTTro, para garantir a sua existência, o direito à liberdade de culto e de poder expressar, livremente, a sua pertença religiosa, nos seus ambientes de convívio social.

2.3.2 Lutar e resistir: o povo de terreiro tem se organizado para garantir os seus direitos constitucionais

Mesmo diante da violência e do racismo sofrido, as CTTro vêm construindo um diálogo que tem trazido alguns resultados positivos, no que se refere à luta pela preservação da liberdade religiosa e de expressão. O povo de terreiro vem se unindo e se organizando para buscar mecanismos legais de combater o racismo religioso e também fazer com que os direitos garantidos pela Constituição brasileira saiam do papel e se tornem uma realidade para todos os brasileiros, independente do seu pertencimento étnico social e religioso. Estão sendo organizadas manifestações, tais como caminhadas em defesa da liberdade religiosa, fóruns de debates sobre intolerância religiosa e a organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião (Rocha; Puggian; Rodrigues, 2011).

No ano de 2008 foi criada a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa a (CCIR)³⁴. De acordo com Santos (2019), a CCIR é uma organização sem fins lucrativos, que tem o intuito de promover a luta contra a intolerância religiosa, em suas mais diversas modalidades no Brasil. A entidade, apesar de ser formada em sua maioria por pessoas pertencentes às religiões de matriz africana, reconhece a existência do pluralismo religioso no Brasil e acredita na força do diálogo para buscar soluções para os ataques violentos sofridos por algumas denominações religiosas no Brasil, entre elas, as de matrizes africanas. Sobre as ações iniciais da CCIR, voltadas para o combate a intolerância religiosa:

A CCIR construiu o Fórum de Diálogo Inter-religioso e elaborou a base do Plano Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, tendo apresentado as principais reivindicações para combater uma das violências mais silenciosas e escamoteadas do país (Santos, 2019, p. 217).

³⁴ [...]. O advento da organização se deu após o fatídico episódio ocorrido em uma comunidade da Ilha do Governador, em que pessoas pertencentes a umbanda e ao candomblé foram expulsas do local pelas lideranças locais ligadas ao crime organizado, além de terem os seus barracões queimados, imagens quebradas e sofrerem ameaças de morte, já que esses religiosos não quiseram se converter (Santos, 2019, p. 215).

A CCIR teve um importante papel na luta pelos direitos das comunidades religiosas de matriz africana. A primeira Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, ocorrida em Copacabana, no Rio de Janeiro, foi de suma importância para mostrar a união de religiosos, e não religiosos, contra a intolerância religiosa. A iniciativa ocorreu após uma série de reportagens que, como relatado por Santos (2019), denunciavam que pastores das comunidades de favelas do Rio de Janeiro que permitiam que os bandidos se filiassem as suas igrejas se expulsassem dos territórios a concorrência, no caso, os sacerdotes e sacerdotisas dos terreiros de religiões de matriz africana, alegando que “Jesus era o dono do local”. Milhares de pessoas, adeptos, religiosos, leigos e simpatizantes saíram às ruas e na orla de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, caminharam³⁵ vestidos de branco, em prol da liberdade religiosa, pedindo respeito e o fim da intolerância.

Sobre os ataques sofridos pelos praticantes de religiões de matriz africana no Brasil, o Jornal Extra, do Rio de Janeiro, trouxe uma série de reportagens, denunciando as violências protagonizadas por membros do tráfico e setores ligados às igrejas evangélicas 2008:

Em 16 de março de 2008, o jornal Extra, através da sua série jornalística ‘O tráfico remove até a fé’, denunciou as arbitrariedades cometidas contra religiosos de matriz africana (que não podem sequer utilizar turbantes e colares rituais), expulsos pelo traficante Fernandinho Guarabu, no Morro do Dendê, localizado Ilha do Governador, interior da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro. A matéria foi apenas uma das inúmeras denúncias dos casos de intolerância religiosa no Brasil, a novidade que ora se expressava era a infortuna união entre religião e o tráfico em prol de uma limpeza étnico religiosa, em que o alvo que estava na mira do tiro da intolerância era o conjunto das religiões e religiosidades de matrizes africanas (Santos, 2019b, p. 27).

A junção entre os traficantes e alguns segmentos religiosos evangélicos impôs uma lei que ficou acima da Constituição, proibindo os religiosos de matriz africana até mesmo de usarem as suas indumentárias sagradas. Os atos intolerantes vêm ganhando visibilidade e a luta contra esse tipo de violência tem encontrado apoio de diversos segmentos da sociedade que não toleram o desrespeito em relação às escolhas e que compreendem que os direitos civis da população afroreligiosa não podem continuar sendo violados.

³⁵ A Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa e contra a “intolerância religiosa” rompeu com um passado de interpretações simplistas, marginalizadas e um profundo desconhecimento sobre a força e a união desses grupos. O passo seguinte, após o evento, foi a criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), que surgiu com a intenção de combater atitudes discriminatórias e preconceituosas contra os cultos de matriz afro-brasileira, entendidas como formas de manifestação de intolerância religiosa [...] (Santos, 2019, p. 27).

Os encontros ecumênicos tem sido uma ação utilizada para buscar meios de combater a intolerância religiosa. Sobre o fortalecimento das ações contra a intolerância religiosa, através dos encontros ecumênicos, Silva (2007, p. 23) relata que, “por meio desse movimento ecumênico, os cultos afro-brasileiros podem, inclusive, encontrar a solidariedade de igrejas evangélicas que discordam e condenam os ataques realizados pelas denominações neopentecostais mais intolerantes”. Torna-se importante haver o diálogo entre as religiões de matriz africana e as denominadas evangélicas, uma vez que alguns segmentos pentecostais e neopentecostais têm promovido um movimento voltado para atos violentos contra pessoas, espaços e símbolos afroreligiosos.

O povo de santo vem buscando meios para resistir e combater o racismo religioso e várias ações que têm sido protagonizadas nos espaços públicos, virtual e privado. Nesse sentido, as reuniões ecumênicas e o diálogo inter-religioso têm sido uma alternativa. A união de forças para lutar em prol da defesa dos direitos dos praticantes de religiões de matriz africana vem ocorrendo de diversas formas conforme já mencionado anteriormente. Porém, os resultados estão acontecendo ainda em passos muito lentos:

[...] ainda que incipiente, a união de religiosos afro-brasileiros, ONGs, acadêmicos, pesquisadores, políticos, advogados, promotores públicos entre outros parece apostar mais uma vez na capacidade de resistência e reação dessas religiões contra um assédio proporcionalmente muito eficaz, a se julgar por seu estado atual e crescimento numérico e duradouro (Silva, 2007, p. 24).

Outro fator que vem fortalecendo a luta dos povos de terreiros é a fundação de órgãos como o Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras (IDAFRO) que, juntamente com os seus associados ³⁶, vem se organizando para debater, trazer esclarecimentos, oferecer apoio jurídico e lutar pelos direitos dos povos pertencentes às CTTro. A instituição não possui fins lucrativos e tem como missão “a defesa da liberdade de consciência e crença e a luta pela superação da intolerância e a promoção da tolerância e da cultura da paz, incluindo a concretização dos direitos das religiões afro-brasileiras e seu acesso à justiça”.

O instituto IDAFRO promove diversas ações em prol da garantia e da defesa dos direitos dos povos de matriz afroreligiosa. Entre elas, podemos destacar a participação na

³⁶ Podem se associar ao IDAFRO organizações religiosas, sacerdotes, sacerdotisas e fiéis das religiões afro-brasileiras, advogados, estudantes de direito ou pessoas que concordem com os objetivos da entidade. Para maiores informações acessar o *Instagram* do IDAFRO.

caminhada em defesa da liberdade religiosa, *lives*³⁷ envolvendo as temáticas sobre o racismo e o papel do Estado na promoção da igualdade racial, esclarecimentos sobre os direitos dos adeptos das religiões de matriz africana, prestação de consultorias sobre a regulamentação de documentos relacionados a regularização de terreiros e publicação de diversos *posts* informativos. A associação possui quatro canais de comunicação através das redes sociais: o *Instagram* (IDAFRO_oficial), o *Twitter* (IDAFRO_oficial), o *Facebook* (idafro.org) e o site (idafro.org.br). Devemos destacar que a comunicação feita através das redes sociais é uma forma de expandir e unir mais pessoas, que passam a ter acesso às informações, através da utilização dos meios eletrônicos de comunicação.

A carta³⁸ direcionada à sociedade brasileira e aos candidatos à presidência da república, organizada pelo movimento União dos Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora Brasil (UNEAFRO), também teve uma importância no que se refere à luta contra o racismo religioso e a violação dos direitos dos umbandistas e candomblecistas de professar a sua fé, dentro e fora dos nossos ambientes sagrados. A carta convida o Estado a assumir a sua responsabilidade, mencionando o seu papel no que se refere à proteção da população afroreligiosa, a importância da criação de políticas públicas que atendam aos anseios do povo de terreiro e também exalta a importância de preservar os patrimônios materiais e imateriais, pertencentes à cultura trazida pelos africanos. O documento vem assinado por movimentos sociais, pesquisadores, mães e pais de santo, autoridades religiosas e personalidades. A união de vários segmentos da sociedade com o objetivo de cobrar do poder público que a lei prevaleça e que os povos de matriz africana tenham segurança para cultivar o seu sagrado pode ser um caminho que traga frutos positivos para os membros das religiões de matriz africana que lutam por um país mais igualitário, democrático e justo.

As denúncias feitas através dos jornais, revistas, redes sociais e por meio das instâncias da justiça têm sido grandes aliadas no que se refere à coleta de dados relacionados à intolerância religiosa. Os dados devem ser analisados e o Estado precisa investir numa política que promova o combate ao racismo e os atos de intolerância, que afetam o cotidiano, principalmente daqueles que praticam as religiões de matriz africana. De acordo com Silva (2007, p. 19), “alguns movimentos em defesa das religiões afro-brasileiras têm sido criados e, no âmbito jurídico, ações locais têm sido impetradas pelos babalorixás e iyalorixás contra

³⁷ *Live* no contexto digital significa “ao vivo”. Na linguagem da internet, essa expressão caracteriza transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais. Durante a *live* os usuários podem fazer comentários, deixar curtidas e acompanhar as atividades dos demais espectadores (Reis, 2020).

³⁸ A carta pode ser lida na íntegra em UNEAFRO Brasil (2022).

pastores e suas igrejas”. Sobre a importância de dar visibilidade aos ataques sofridos pelas religiões de matriz africana:

Os casos de intolerância, antes apenas episódios e sem grandes repercussões, hoje se avolumaram e saíram da esfera das relações cotidianas menos visíveis para ganhar visibilidade pública, conforme atestam as frequentes notícias de jornais que os registram em inúmeros pontos do Brasil. Igualmente, a reação a estes casos, antes apenas um esboço isolado e tímido de algumas vítimas, agora se faz em termos de processos criminais levados adiante por pessoas físicas ou instituições públicas, como ONGs e até mesmo a promotoria pública (Gonçalves, 2007, p. 10).

A união do povo de terreiro, no Rio Grande do Sul, também foi fundamental para que o ministério público tornasse inconstitucional a lei que questionava o sacrifício de animais, nos rituais religiosos de matriz africana (STF, 2019). Uma situação relacionada ao julgamento, muito divulgado através das mídias sociais, foi a sustentação oral do Dr. Hédio Silva Júnior³⁹ no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o recurso extraordinário (RE) 494601⁴⁰, em que o ministério público do Rio Grande do Sul entrou com uma ação, discutindo sobre o sacrifício de animais em rituais religiosos de matriz africana. O advogado ocupou a tribuna e iniciou o seu pronunciamento⁴¹ fazendo uma dura crítica aos narradores que usavam sapatos de couro e ao mesmo tempo engajaram um discurso caloroso em defesa dos animais. Ainda ressaltou que o Brasil tem o maior rebanho bovino e que os bifes não nascem das árvores. Destacou que a morte da “galinha da macumba” incomoda muito mais que a chacina de jovens negros nas periferias, uma dura realidade que vem ocorrendo diariamente no Brasil. E, por fim, ressaltou que precisa haver um reconhecimento da pluralidade, o que automaticamente nos leva a uma sociedade mais justa e igualitária.

O discurso, que mostrou claramente os impactos do racismo existente com os elementos e rituais pertencentes aos cultos de matriz africana, teve um impacto muito grande e circulou em diversas redes sociais, levantando muitas opiniões favoráveis a respeito dos rituais que ocorrem no seio das religiões de matriz africana e a preservação da cultura ancestral, que dão sentido ao fazer religioso. Cotidianamente, o Dr. Hédio, ogã, advogado, mestre e doutor em Direito pela PUC-SP, tem atuado ativamente na defesa dos direitos das religiões de matriz africana e engajado a luta contra o racismo religioso, as injustiças impostas ao povo de terreiro, prestando esclarecimentos sobre os direitos jurídicos da população de

³⁹ Advogado, mestre e doutor em direito pela PUC-SP, ex-secretário de Justiça do Estado de São Paulo. Coordenador Executivo do IDAFRO, Ogã. Informações retiradas na página do *Instagram* (2023).

⁴⁰ Consultar mais detalhes em STF (2019).

⁴¹ Para assistir o pronunciamento na íntegra, ver Youtube (2018).

terreiro e participando de diversas ações nas redes sociais e nos espaços públicos *off-online* (Instagram, JusRacial, 2024).

Pesquisadores e babalorixás, como Sidney Nogueira, Rodney William e o babalaô Ivanir dos Santos, através das suas publicações, estudos e da experiência como lideranças nos cultos de matriz africana, estão desenvolvendo um trabalho de conscientização e esclarecimento sobre o que, de fato, são as religiões de matriz africana e mencionando as suas lutas. Os mesmos têm utilizado bastante as suas redes sociais para fazerem publicações compartilhando conhecimento sobre as religiões de matriz africana, inclusive mostrando rituais e festividades que ocorrem dentro dos seus próprios espaços sagrados. A união entre a vivência espiritual e o conhecimento acadêmico tem sido uma ação muito positiva na luta pelos direitos dos povos de terreiro.

O esclarecimento pode ser um ótimo caminho para descolonizar as mentes intolerantes, fazendo com que os mesmos possam compreender e respeitar os praticantes de religiões de matriz africana. Através de pesquisas publicadas em livros e artigos, *lives* nas mídias sociais, organização de cursos, seminários e palestras, os sacerdotes e pesquisadores citados têm procurado debater sobre as questões que envolvem o cotidiano das religiões afro-brasileiras, falando sobre os rituais religiosos, as comemorações, sobre a importância dos orixás, sobre as oferendas e demais práticas que ocorrem nos terreiros.

Outra iniciativa que vem prestando esclarecimentos sobre o que são as religiões de matriz africana e fortalecendo os movimentos que atuam na luta contra o racismo religioso é o instituto Criola⁴², um conselho criado no Rio de Janeiro que orienta e sugere projetos e iniciativas voltadas para a promoção do respeito e a redução do preconceito, em relação as religiões de matriz africana. O conselho é composto por integrantes do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo. Entre os membros estão: lideranças de terreiro, professores universitários, membros da defensoria pública, promotoria de justiça e procuradoria da República. O conselho tem apoio do Instituto Raça e Igualdade, Organização Internacional dos Direitos Humanos e luta contra o racismo religioso e outros tipos de discriminação que atravessam a vida da população negra no Brasil. Entre as ações previstas se destacam: o fortalecimento dos Terreiros e as suas lideranças, a articulação das organizações públicas para a defesa da garantia dos povos de terreiro, o monitoramento dos casos de violência e as denúncias junto a órgãos internacionais como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) (Criola, 2022).

⁴² Para maiores informações ver Criola (2023a, b).

O instituto Criola atuou na criação do Projeto Racismo Religioso e Redução da Violência contra Praticantes de Religiões afrodescendentes no Brasil. Em parceria com o Ilê Axé Omiojuarô (RJ) e o Ilê Axé Omi Ogun Sinwajú elaborou uma cartilha intitulada “Terreiro em luta: caminhos para o enfrentamento do Racismo Religioso”, que tem como objetivo trazer esclarecimentos essenciais para que o povo de terreiro possa conhecer os seus direitos perante o Estado e, ao mesmo tempo, saiba onde recorrer para denunciar e buscar apoio contra as violências que ocorrem diariamente, dentro e fora do ambiente dos terreiros (Criola, 2022).

A cartilha “Terreiros em luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso” traz um contexto histórico sobre a trajetória das religiões de matriz africana, menciona os direitos dos povos de terreiros e as leis que devem garanti-los, cita os serviços de proteção contra o racismo religioso, na Bahia e no Rio de Janeiro, números de telefones que podem ser úteis, em caso de denúncias, e orientações sobre textos acadêmicos, que trazem informações relacionadas à temática racismo religioso e as suas consequências (Criola, 2022).

Os jovens de terreiro também vêm desempenhando um papel fundamental neste processo de luta contra o racismo e o racismo religioso. Os mesmos têm se reunido e formado grupos que buscam debater sobre diversas temáticas que envolvem o cotidiano dos adeptos de religiões de matriz africana. Nesta pesquisa daremos mais ênfase ao papel protagonizado por três grupos de jovens, nas suas redes sociais coletivas. As redes sociais estão sendo utilizadas para dar visibilidade à luta pela liberdade religiosa, contra o racismo religioso e também para que haja a valorização da herança cultural ancestral, preservada pelas religiões de matriz africana. Os jovens de terreiro estão se organizando e buscando, através da união, fortalecer a luta em prol dos seus direitos. Através de informações em *posts*⁴³, *lives* e debates, eles procuram levar a informação e, ao mesmo tempo, encorajar mais jovens e simpatizantes, que queiram se unir aos grupos, na luta em prol dos direitos dos Povos Tradicionais de Terreiro. Muitas ações que ocorrem no espaço *off-line* são combinadas através de bate-papos *online*, nas redes sociais.

Desde o ano de 2020 estivemos acompanhando as movimentações dos jovens, nas redes sociais, um local de troca de conhecimento, esclarecimento, publicação de reivindicações e protestos, mas também um local onde ocorrem ofensas, onde preconceitos são reforçados e o ódio disseminado. Entre os grupos observados estão o Movimento da Juventude de Terreiro do Espírito Santo (JTES), o grupo Juventude de Terreiro Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (RENAFRO) do Rio de Janeiro e o grupo Juventude

⁴³ *Post* ou postagem é o conteúdo publicado em uma plataforma, podendo ser no formato de texto, imagem, vídeo ou áudio, ou tudo junto.

Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira Norte de Minas CENARAB/NM). Ambos os grupos possuem contas nas redes sociais e utilizam as mesmas para postagens, *lives*, interações e esclarecimentos sobre a sua pertença religiosa. As redes sociais se tornaram um instrumento de protesto, de debate sobre os efeitos da intolerância e da violência, de troca de informações e esclarecimentos a respeito das práticas religiosas afro-brasileiras e também um espaço de luta contra o racismo e as violências, como veremos a seguir:

Os movimentos juvenis de base das diversas igrejas e religiões podem se constituir em agentes de reflexões e transformações nas quais sejam respeitadas as diferentes práticas religiosas. Nesta perspectiva, os jovens têm uma importância fundamental nesse processo pelo fato de questionarem e trazerem essa ideia de que há um questionamento social a ser feito, um questionamento da sua própria realidade. Nesse sentido, torna-se importante se pensar, ainda, nos corpos negros que são alvo desses processos violentos e letais. A violência, portanto, é fruto e consequência do que se chama aqui de “intolerância” e atinge, por sua vez, territórios negros e também o corpo negro, propriamente. E por isso, a ação conjunta à sociedade se faz de extrema significância no sentido de proposição de abertura de mais espaços para o diálogo, de modo a tornar-se perceptível que para que se tenha uma religião não é necessário negar a religião do próximo ou até mesmo afirmar sua religião de forma radical, como se ela fosse a única que devesse existir, mas sim de assumir-se enquanto ser reflexivo e desenvolver a capacidade de reciprocidade afetiva em relação ao outro (Santos, 2018, p. 15-16).

Os jovens presentes nos terreiros trazem esperança de dias melhores e a crença na continuidade dos rituais religiosos e a preservação dos conhecimentos ancestrais. Muitos jovens estão se reconectando com a sua ancestralidade, assumindo, sem medo, as suas pertencas religiosas e utilizando as tecnologias e as redes sociais para levar mais informações até as pessoas, para mostrarem o cotidiano do seu terreiro, as vestimentas, os eventos, a simbologia, a relação afetiva entre os irmãos de fé, buscando assim unir forças em prol da valorização das religiões de matriz africana.

Ainda sobre a utilização das redes sociais como um espaço de mobilização e luta, algumas ações têm sido protagonizadas pelos afroreligiosos visando encorajar os membros de terreiros a saírem da invisibilidade. No ano de 2022, o Censo/IBGE, que era para ter sido realizado em 2020, começou a ser feito em todo o país. Em 2009 os povos de matriz africana foram incentivados, durante a Caminhada Nacional pela Vida e Liberdade Religiosa, a declararem a sua pertença religiosa. Já no ano de 2022, as diversas comunidades de terreiro fizeram campanhas, nas redes sociais, incentivando os seus adeptos a declarem a sua pertença religiosa: batuque, candomblé, jurema, omolocô, pajelança, entre outras. Houve uma

campanha reforçando a importância da autodeclaração, uma vez que as políticas públicas são elaboradas de acordo com os resultados apurados pelo Censo/IBGE e que o número de adeptos das religiões de matriz africana não corresponde à realidade. De acordo com o Censo/IBGE de 2010, apenas 0,3% da população se declararam pertencentes a alguma religião de matriz africana. O grupo CENARAB/BH iniciou uma campanha, via rede social, incentivando os praticantes de religiões de matriz africana a assumirem perante o Censo/IBGE a sua pertença religiosa. Foi usado o slogan “Quem é de Axé diz que é! O censo está nas ruas, não negue a sua fé”.

Figura 1 – Campanha “Quem é de Axé diz que é!”

O censo está nas ruas, não negue a sua fé”



Fonte: *Instagram* CENARAB (2022).

Uma data importante a ser mencionada é o dia 21 de janeiro⁴⁴, considerado o dia nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Vários sacerdotes e sacerdotisas, adeptos e simpatizantes das religiões de matriz africana tomam os espaços públicos e as redes sociais

⁴⁴ O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi sancionado pela Lei nº 11.635, de 2007, e faz referência ao dia da morte de Mãe Gilda, (Gildásia dos Santos e Santos), Ìyálòrisà (Yalorixá) do IlêÀşẹAbassá ti Ògún (Ilê Axé Abassá de Ogum), que faleceu em 2000, em Salvador/BA, após sofrer atos de intolerância. Em 1999, o jornal Folha Universal, da Igreja Universal do Reino de Deus, estampou em sua capa uma foto da Ìyálòrisà (Yalorixá) Mãe Gilda, que trajava roupas de sacerdotisa para ilustrar uma matéria cujo título era “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. Depois disso, sua casa foi invadida, seu marido foi agredido verbal e fisicamente e seu terreiro foi depredado por evangélicos. Mãe Gilda não suportou os ataques e, após enfartar, faleceu no dia 21 de janeiro de 2000 (Koinonia, 2021).

procurando promover debates, levar informações e unir forças com outras denominações religiosas, em prol da liberdade de culto.

A criação de leis que tenham como objetivo resguardar o legado das religiões de matriz africana também é uma ação de suma importância. Em janeiro de 2023, na primeira semana de trabalho, após tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 14.519⁴⁵, que torna o dia 21 de março o Dia Nacional das Tradições das Raízes Africanas e Nações de Candomblé. Também vale destacar que a lei contou com a assinatura de duas ministras negras: Margareth Menezes e Anielle Franco⁴⁶. Uma memorável reparação histórica e reconhecimento da existência e da importância das religiões de matriz africana para o legado cultural e religioso do nosso país.

Algumas leis estaduais também têm sido aprovadas, para fortalecer a luta contra a discriminação sofrida pela população afroreligiosa. O projeto de lei 12/2023, votado na Assembleia Estadual da Paraíba, em maio/2023, passou a considerar racismo religioso toda e qualquer conduta praticada por agente público ou privado, que resulte na discriminação dos povos negros ou indígenas, ou em restrição de seus direitos coletivos ou individuais, em razão da prática de religiões de matriz africana (Assembleia Legislativa da Paraíba, 2023). A matéria votada garante aos praticantes de religiões de matriz africana o direito de terem um tratamento respeitoso e digno, o uso de vestimentas e indumentárias, o direito de fazer as celebrações, sendo resguardados de qualquer tipo de constrangimento.

No Distrito Federal, também foi instituída a Lei 7.266, de 23 de janeiro de 2023, que criou as ações e diretrizes para o Programa Distrital de Combate ao Racismo Religioso. A lei tem como objetivo criar políticas para combater a intolerância religiosa e a estigmatização das religiões de matriz africana e prevenção e enfrentamento da violência exercida contra os seus praticantes, símbolos e lugares de culto. As instâncias de poder começam a entender a urgência de se criar políticas públicas que atendam aos anseios dos povos tradicionais de matriz africana (Leis Estaduais, 2023).

⁴⁵ O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, a ser comemorado anualmente no dia 21 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de janeiro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Margareth Menezes da Purificação Costa

Anielle Francisco da Silva.

⁴⁶ A primeira foi empossada em 2023 como Ministra da Cultura e, a segunda, como Ministra da Igualdade Racial.

Ainda no que se refere às instâncias de poder político, um fato muito significativo para as religiões de matriz africana e cultura indígena ocorreu na posse da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco e Sônia Guajajara, responsável pelo Ministério dos Povos Indígenas. A cerimônia foi marcada por um simbolismo muito forte, com a presença de elementos característicos da cultura afro-indígena. Foi um momento de reparação histórica, muito bem sintetizado na frase proferida pela deputada indígena Célia Xakriabá: “A ancestralidade toma posse, hoje tomam posse o cocar e o turbante”, fazendo referência a dois elementos ancestrais de suma importância para os povos indígenas e afro-brasileiros (Youtube, 2023).

Os povos indígenas e os afro-brasileiros que sofreram e sofrem com a marginalização e a exclusão puderam ocupar o Palácio do Planalto e participar de um momento tão significativo, simbolicamente falando. Durante a cerimônia de posse, a presença de um grupo artístico de seis pessoas descendo a rampa do Planalto em Brasília, no dia da posse das ministras Sônia e Anielle, dançando ao ritmo do atabaque, com roupas típicas da cultura africana, saudando Xangô, o orixá da justiça, foi um momento de muita alegria e representatividade para os povos de matriz africana. Aos poucos, o povo preto vem ocupando, mesmo que simbolicamente, espaços que antes lhes eram negados, e esse é um grande passo, no que se refere ao reconhecimento da existência das religiões de matriz africana. Significa também a construção de um debate que resulte em políticas públicas que possam trazer melhorias para a existência preta no Brasil. No mesmo dia, o presidente Lula também sancionou a Lei 14.532⁴⁷, que equipara a injúria racial ao racismo (Brasil, 2023). Uma vitória da luta coletiva daqueles que militam por uma lei mais rigorosa, para punir os racistas.

As ações voltadas para que os membros e terreiros sejam ouvidos, têm sido colocadas em prática pelo Ministério da Igualdade Racial. Em julho de 2023 a Ministra Anielle Franco viajou para Salvador para o primeiro encontro “Abre Caminhos”⁴⁸ (Ministério da Igualdade Racial, 2023). A iniciativa do Ministério tem como objetivo ouvir as lideranças e as CTTro, para elaborar políticas públicas que tenham como objetivo enfrentar o racismo religioso, que atinge diretamente a vida dos adeptos das religiões de matriz africana, por todo o Brasil. Ver órgãos do governo federal se movimentando em prol de ações que possam trazer melhorias para a vida dos adeptos das religiões de matriz africana é algo que faz renascer a esperança de um país que, de fato, deseja ser democrático.

⁴⁷ A lei foi sancionada no dia 11/01/2023. Para ler na íntegra, ver Brasil (2023).

⁴⁸ Para maiores informações ver Jornal Grande Bahia (2023).

A equipe da Diretoria de Políticas Públicas para os Povos e Comunidades de Terreiro, dirigida por Luzineide Borges⁴⁹, ouviu os representantes das religiões de matriz africana pelas regiões do Brasil e após o processo de escuta irão sistematizar as suas demandas. Posteriormente, ocorrerá um encontro nacional, sediado em Brasília. O que tem sido muito pautado nas discussões é o fato do próprio povo de terreiro estar discutindo as suas demandas, como escrito por Luzineide Borges, em uma postagem feita numa das suas redes sociais: “Nós falando por nós mesmos”.

Figura 2 – “Nada para nós, sem nós!”



Fonte: *Instagram* Luzineide Borges (2024).

Outro lema que tem sido muito usado nas postagens referentes aos trabalhos envolvendo o projeto Abre Caminho é o “Nada para nós, sem nós!”, que enfatiza a importância da participação dos povos de terreiro na luta pela garantia dos seus direitos. Esse processo de escuta ativa que vem sendo realizado diretamente com o povo de terreiro, é um passo muito importante no que se refere ao diálogo entre as CTTro e o poder público na busca

⁴⁹ Luzineide Miranda Borges é diretora de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro. É uma das responsáveis pelo projeto Abre Caminho que tem como objetivo combater o racismo religioso e garantir a liberdade religiosa. O projeto tem como foco a capacitação de agentes públicos para lidar com os casos de intolerância e também busca promover a conscientização da população sobre o tema e incentivar que sejam feitas as denúncias relacionadas aos casos de racismo religioso.

por políticas públicas relevantes para essa comunidade (Ministério da Igualdade Racial, 2023).

Em relação às ações discriminatórias, praticadas por algumas denominações evangélicas, contra as religiões de matriz africana, Silva (2007) acredita que, apesar das dificuldades, as ações jurídicas começam a dar resultados favoráveis aos adeptos das religiões afro-brasileiras. Um exemplo são as punições sofridas pelas igrejas evangélicas, responsáveis pelos programas considerados ofensivos às religiões afro-brasileiras, onde as redes de televisão que os exibem estão sendo notificadas. A justiça tem tomado decisões em relação aos programas que retratavam as religiões de matriz africana de forma pejorativa com as seguintes punições:

[...] O programa “Ponto da Luz”, da Igreja Universal do Reino de Deus, teve o seu horário de exibição alterado (reclassificação etária), ficando proibidas as referências pejorativas às religiões afro-brasileiras. Em São Paulo as redes de televisão (Record, Rede Mulher e outra) que apresentam programas ofensivos (sessão de descarrego, mistérios) foram condenadas a exibir em sua programação o direito de respostas dos representantes das religiões afro-brasileiras (Silva, 2007, p. 20).

No ano 2023, pela primeira vez, dois pastores foram presos por racismo religioso. Os dois pastores foram acusados de proferir discurso de ódio contra as religiões afro-brasileiras e a comunidade judaica. O pastor Tupirani da Hora Lores foi condenado a 18 anos de prisão, por incitar o ódio contra os judeus, no culto presencial, e também por postar em suas redes sociais (Carta Capital, 2022). Já o pastor Aijalom Heleno Berto Florência foi denunciado por publicar um vídeo com discurso de ódio, contra pessoas de religião de matriz africana. O mesmo se encontra preso (Pleno.News, 2023).

Em meio aos protestos feitos pelas CTTro e o movimento negro unificado, a justiça vem se posicionando no que se refere a garantia dos direitos constitucionais dos afroreligiosos. As CTTro têm se movimentado, buscando apoio nas leis e reforçando a importância da união, para protestarem contra todos os tipos de intolerância, utilizando as leis para implementar as devidas punições, para aqueles que as atacam.

No ano de 2015 ocorreram uma série de ataques a terreiros no Distrito Federal e entorno que foram noticiados pela mídia, assim como um ataque ocorrido em março de 2016, que alardeou toda a comunidade de terreiro e gerou uma movimentação política das mesmas de forma a cobrar das autoridades a solução e posicionamento do Estado frente aos ataques (Oliveira, 2017, p. 86).

Apesar dos ataques permanentes, nota-se que existe uma movimentação, buscando unir forças para dar maior visibilidade à luta contra o racismo religioso. Lideranças religiosas e políticas, como o Pastor Henrique Vieira, têm se aproximado do povo de santo, para reforçar a luta contra o racismo religioso. O atual deputado federal, eleito pelo PSOL, tem gravado vídeos com falas contrárias a violência sofrida pelas religiões de matriz africana e os mesmos têm sido muito compartilhados nas redes sociais. O pastor e deputado Henrique Vieira também expressou o seu posicionamento contrário às perseguições sofridas por 39 terreiros, sendo 12 destes da Baixada Fluminense, no artigo publicado no jornal O Globo, intitulado “Amém e Axé pela paz”, e terminou o artigo dizendo: “como pastor, eu quero estar ao lado dos povos de santo, na luta por uma sociedade livre de fundamentalismo, extremismo e racismo. Amém e axé pela paz” (Vieira, 2017, s./p.).

A presença de pesquisadores e estudantes vindos dos terreiros é outro fator muito positivo, pois os mesmos estão levando a voz das religiões de matriz africana para os espaços acadêmicos, produzindo um arsenal de estudo, que além de fornecer informações e conhecimentos, pode reverter em políticas públicas educativas, que atendam aos anseios das daqueles que são praticantes das religiões de matriz africana. Algumas universidades também têm procurado estabelecer parcerias com os povos de terreiro, organizando palestras, rodas de conversa e seminários sobre o conhecimento produzido no espaço sagrado do terreiro.

A respeito da relação entre discriminação racial e religião, Lages (2019 a), em seu artigo intitulado “Jovens Universitários num terreiro de umbanda e as narrativas sobre as religiões afro-brasileiras”, destacou que é de suma importância discutir o racismo no Brasil e seus desdobramentos no campo religioso, assim como construir novas formas de combate à intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana.

Apesar de todo o sofrimento, da intolerância e do descaso por parte do poder público e de uma porcentagem da sociedade brasileira, as religiões de matriz africana seguem resistindo e unindo forças, para continuarem preservando as suas memórias ancestrais e lutando pela legitimação dos seus direitos, garantidos pela carta magna brasileira, a nossa Constituição. Com o apoio de segmentos da sociedade, de entidades públicas e privadas, de denominações religiosas e ações coletivas, alguns frutos vêm sendo colhidos e a esperança de dias melhores tem renascido.

Nesse processo de luta e busca por visibilidade e respeito perante a sociedade, a juventude possui um papel de suma importância. A união entre o conhecimento adquirido na vivência dentro do terreiro e o uso da tecnologia pode ser um caminho de sucesso na luta protagonizada pela juventude em prol da liberdade religiosa e contra o racismo religioso.

Iremos problematizar, adiante, o conceito juventude e trazer uma reflexão sobre como esse grupo social tem utilizado as redes sociais para dar visibilidade a sua identidade religiosa e, principalmente, a luta contra o racismo e o racismo religioso.

3 JUVENTUDE AFRORELIGIOSA E MÍDIAS SOCIAIS: visibilidade, afirmação identitária, luta e resistência

3.1 REFLEXÕES A RESPEITO DO TERMO JUVENTUDE: um grupo social plural e diverso

A juventude⁵⁰ é uma fase da vida que geralmente abrange a transição da infância para a idade adulta. Embora não haja um consenso absoluto sobre a faixa etária específica que define a juventude, cronologicamente ela é geralmente associada aos indivíduos que estão na faixa dos 15 aos 24 anos, embora possa variar culturalmente. Porém, analisar a categoria juventude levando em consideração apenas a idade é algo insuficiente para compreendermos, de fato, o que vem a ser essa categoria:

[...] o critério etário tende a ser reducionista ao analisar esse grupo partindo apenas desse elemento; afinal, mesmo estando na mesma faixa etária, há diferenças consideráveis até entre jovens residentes na mesma cidade e que moram em localidades diferentes; é o caso do jovem da periferia que têm situações de vida distintas dos jovens que moram em áreas nobres (Oliveira, 2010, p. 6).

Ainda em relação a faixa etária, o Estatuto da Juventude considera como jovens as pessoas que possuem de 15 a 29 anos. Sendo que aqueles que possuem de 15 a 18 anos seguem amparados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O Estatuto da Juventude também nos chama a atenção para a responsabilidade das diversas esferas do poder público, que deve garantir os meios para que todos os direitos da juventude sejam respeitados. Fica estabelecido pelo Estatuto da Juventude:

Amparado pela Constituição Federal de 1988, especialmente após a Emenda Constitucional nº 65, o Estatuto reconhece o jovem de 15 a 29 anos como sujeito de direitos, bem como determina a articulação de várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas voltadas para os jovens (Brasil, 2013, p. 6).

No entanto, a juventude não pode ser apenas determinada pela idade cronológica, mas também por características como o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. No contexto social todo mundo tem algo a dizer sobre o termo juventude. Em alguns momentos,

⁵⁰ A juventude compreende a faixa de idade entre 15 e 24 anos de idade, de acordo com a ONU. Para o ECA, a juventude vai dos 12 aos 18 anos. A PEC da Juventude aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, jovem é a faixa etária entre 16 e 29 anos (Lima, 2013, p. 65).

são atribuídos aos jovens a responsabilidade de criar um mundo melhor, em outros momentos os mesmos são vistos como uma categoria problemática, pois afinal:

Juventude é um desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam o nosso cotidiano (Abramo, 2005, p. 37).

A juventude é um período de transição, no qual os jovens estão construindo e fortalecendo a sua identidade, explorando opções educacionais e de carreira, estabelecendo relacionamentos interpessoais e desenvolvendo habilidades para a vida adulta. O contato social é um fator muito importante nesse processo de construção identitária da juventude. Com isso, a juventude também pode ser compreendida como um conjunto de experiências, identidades, valores e expectativas que esse grupo expressa em relação à sociedade, na qual estão inseridos. Precisamos compreender que iremos nos deparar com juventudes, pois as vivências envolvendo os jovens são múltiplas, podendo variar de acordo com o contexto sociocultural que os mesmos estejam envolvidos. Precisamos utilizar diversas interpretações para, de fato, compreendermos o que vem a ser a juventude. Nesse sentido:

A noção conceitual de juventude requer um olhar teórico, além das delimitações que marcam essa faixa etária e as diferentes formas de viver e simbolizar esta condição. Assim os jovens deixaram de ser compreendidos somente como uma etapa da transitoriedade para a vida adulta ou, então, apenas como um contingente populacional demarcado por determinada faixa etária (Castro, 2017, p. 44).

Levando em consideração as várias maneiras de vivenciar a juventude, Trancoso e Oliveira (2016), analisando artigos, dissertações e teses que mencionam essa categoria, concluíram ser mais apropriado utilizar o termo juventude(s), respeitando assim a pluralidade de vivências experimentadas pelos jovens. Sobre os dados abordados na pesquisa:

Identificou-se que a maioria dos autores analisados, em torno de 85%, utiliza o termo juventudes, no plural, como forma de determinar a heterogeneidade da situação de juventude vivenciada. Outros não utilizam a expressão, mas adotam a ideia de diversidade na forma de os jovens estarem no mundo, rejeitando explicitamente a concepção de uma única juventude, seja pela forma de vivenciar esse momento do ciclo da vida, seja pelas atribuições sociais e culturais com que se lida (Trancoso; Oliveira, 2016, p. 282-283).

Nesse mesmo sentido, outros autores salientam que:

Reconhecendo a pluralidade de se vivenciar a(s) juventude(s), possibilita-se a aceitação de que há formas variadas de transitar por essa etapa da vida. As transformações operadas na contemporaneidade impõem desafios para compreender essa categoria, uma vez que são reconhecidas as diferentes inserções dos jovens na sociedade, no que tange as dimensões históricas e culturais (Martins; Fraga; Murilho, 2017, p. 79).

Torna-se importante ressaltar que a juventude é uma experiência diversa, multifacetada e heterogênea. Logo, ao analisar a categoria precisa ser levado em consideração fatores como gênero, classe social, raça, religião, cultura e contexto socioeconômico. No que se refere ao quesito cor, apesar de haver um equilíbrio quantitativo entre jovens brancos e negros, os últimos apresentam uma desvantagem socioeconômica e cultural em relação aos primeiros:

Enquanto 49,2 % do total da população jovem se identificaram como branca outras 50,5% se autodeclararam negros. Convém ressaltar que esse equilíbrio mostra-nos apenas na contagem desse grupo, pois uma análise mais detalhada que considere fatores econômicos e sociais vai demonstrar que entre esses dois grupos há diferenças marcantes. Isso revela uma alta concentração econômica entre os jovens de cor branca em relação aos negros, principalmente quando levamos em consideração o tempo de estudo, a renda econômica e as oportunidades de acesso ao primeiro emprego (Oliveira, 2010, p. 8).

Portanto, torna-se necessário pautar que, apesar de haver certo equilíbrio entre a quantidade de jovens brancos e negros, os últimos ainda são bem prejudicados por vários fatores sociopolíticos, econômicos, históricos e culturais. No Brasil a mortalidade de jovens negros é uma realidade muito preocupante. A violência armada, especialmente com armas de fogo, tem tirado a vida de muitos jovens negros. Para caracterizar a categoria juventude no cenário brasileiro é preciso:

[...] pontuar que os jovens são diversos, vivendo em espaços e tempos sociais múltiplos e agregando sentidos plurais em suas representações coletivas, já que são mediados por diversas instâncias socializadoras e formativas, entre as quais se destacam a escola, a religião, a mídia, a família, o trabalho. Além disso, a condição econômica, urbana, territorial e social se mostra central na construção histórica das juventudes brasileiras... (Guimarães; Groppo, 2022, p. 13).

Outro fator que impacta diretamente na vida dos jovens é o seu local de moradia, que pode repercutir negativamente na sua trajetória de vida. A discriminação territorial é um fator que contribui para que os jovens periféricos sejam colocados em desvantagens e percam oportunidades relacionadas a educação, saúde, trabalho, entre outros. Sobre os impactos a respeito do quesito endereço:

[...] o endereço desempenha uma função preponderante no processo de inclusão ou exclusão das pessoas. Quando mora na periferia convive diariamente com o estigma da pobreza; em algumas cidades, muitos bairros carregam o nome e o peso estigmatizante da violência, da pobreza, entre outros aspectos considerados excludentes. Quem mora na periferia todos os dias se vê obrigado a vencer vários desafios impostos pela condição social. Na periferia, os indivíduos sofrem com a escassez de serviços públicos, além de conviverem com a marca de morarem em bairros subjugados pela violência, onde quase nunca as políticas públicas chegam. Para a juventude, essas nomeações acabam fazendo toda a diferença, visto que a maioria se sente diminuída ou coagida por residir na periferia. Em muitos casos, identificar-se como morador de periferia significa perdas de oportunidades. Dentre as inúmeras formas de preconceito entre juventude, a “discriminação por endereço”, aciona as demais formas de preconceito produzindo e restringindo acesso, incluindo e excluindo (Oliveira, 2010, p. 8).

Ao priorizar o quesito endereço, sabemos que os jovens que ocupam as periferias são na maioria negros. Esses jovens precisam lutar todos os dias para vencer os mais variados tipos de discriminação, como por exemplo, o racismo, a exclusão social, a violência policial, o desemprego, a fome, entre outros. A violência é um fator que impacta negativamente principalmente na vida dos jovens pretos e periféricos. Mediante a pluralidade de situações envolvendo a(s) juventude(s) brasileira(s), ora inclusivas, ora excludentes torna-se necessário ter um olhar focado na diversidade de vivências e experiências que fazem parte do contexto social ao qual os jovens se encontram inseridos.

Sobre ter olhares diferentes para entender o cotidiano dos jovens e as suas especificidades, Novaes (2006) nos alerta que jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais, porque possuem uma experiência diferente em seus contextos históricos, sociais e culturais. Por isso, temos que ter o cuidado de entender a juventude de acordo com o seu meio de vivência, suas características individuais e o seu contexto sócio familiar, político e religioso.

Precisamos entender a(s) juventude(s) como um grupo social marcado por transformações físicas, emocionais, intelectuais e morais que podem gerar conflitos e resistências. Também não podemos deixar de dizer que as projeções, as expectativas e os

sonhos em relação ao futuro começam a ser moldados nessa faixa etária. Logo, incentivar o protagonismo juvenil, apoiar e orientar os jovens na sua escolha deve ser uma tarefa da família, da escola, do Estado e demais pessoas envolvidas no cotidiano desse grupo social.

As pesquisas envolvendo a temática juventude vêm ganhando um novo contorno, observando as múltiplas vivências juvenis nos diversos contextos socioculturais e políticos. Nesse sentido, Tavares e Camurça (2004) alertam que a pesquisa relacionada às temáticas envolvendo a juventude tem sido ampliada e observa-se um crescente interesse pelas dimensões do lazer, do consumo, da sexualidade, do imaginário e das crenças, temas até então considerados de menor interesse. Precisamos buscar novos campos e ouvir a opinião dos interlocutores e também superar a ideia da juventude como uma fase problemática, com características homogêneas e entender que os jovens possuem amplos conhecimentos, sabem fazer escolhas, possuem opiniões próprias e tem muito a colaborar com a sociedade.

No que se refere ao avanço dos estudos sobre juventudes, na sua multiplicidade de vivências, escolhas, saberes e papel social tomamos como base de análise esses argumentos:

O papel da juventude na sociedade, por sua vez, é objeto de reflexões de polêmicas, desdobrando em “problema social” e em “questão sociológica”, recebe especial atenção das políticas públicas e também das ciências sociais, onde os estudos sobre juventude tem constituído um campo em franca expansão (Camurça; Tavares; Perez, 2015, p. 408).

Percebe-se que a movimentação dos jovens na sociedade tem sido objeto de análise no campo das ciências humanas, buscando assim contribuir na elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo atender as necessidades apontadas pela juventude no que se refere aos mais variados assuntos como, por exemplo, educação, religião, lazer, saúde, entre outros.

Em relação ao quesito psicossocial, a juventude é vista como uma fase de construção da identidade, exploração de valores, estabelecimento de relacionamentos interpessoais e busca por independência e autonomia. Ao analisarmos a juventude com um olhar voltado para a abordagem sociocultural buscaremos compreender as ações relacionadas ao seu contexto social, cultural e religioso ao qual os jovens se encontram inseridos.

A juventude também pode ser compreendida como um período de muita energia para ser gasta, criatividade e potencial, momento em que os jovens têm a oportunidade de moldar o futuro e contribuir para a construção de uma sociedade melhor, onde os mesmos começam a dar os passos para conquistarem os seus sonhos, viver os seus amores, expressarem as suas opiniões sem medo de sofrer qualquer tipo de represália. Os jovens buscam meios de socialização e, por isso, estão frequentemente envolvidos em movimentos sociais, atividades

artísticas, iniciativas empreendedoras, atividades relacionadas ao contexto religioso, lazer, questões políticas, militâncias, redes sociais, entre outras formas de expressão.

Enxergar o jovem como sujeito social que pode ser protagonista nos diversos aspectos socioculturais é de suma importância para a valorização dessa faixa etária, colaborando para que os mesmos se sintam mais confiantes no seu processo de construção identitária e na busca dos seus sonhos e objetivos. Precisamos compreender que:

Os jovens são sujeitos sociais em ascensão nas reconfigurações da sociedade ocidental moderna. Por essa razão, as juventudes vem ganhando destaque nas análises sociológicas, desvendando a atuação desses sujeitos junto à política, educação, religião, mídia, família, trabalho, movimentos sociais e movimentos estudantis (Guimarães; Groppo, 2022, p. 6).

Os jovens estão envolvidos com diversas ações, entre elas aquelas relacionadas ao contexto religioso. Pertencer a uma religião significa estar unido a um grupo que possui pensamentos e crenças que são compartilhadas. Quando nos referimos especificamente aos jovens pertencentes às religiões de matriz africana, estamos falando de um grupo com uma forte conectividade e compromisso com as suas raízes ancestrais.

Para Novaes (2009, p. 10), “ser jovem hoje é estar imerso – por origem e/ou por opção – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências”. Neste contexto, estaremos sempre atentos às diferentes formas de se aproximar, experienciar e vivenciar o sagrado, seja no espaço físico ou no espaço virtual.

Ao se referir aos jovens afroreligiosos estamos falando de um grupo com uma forte conexão com a sua ancestralidade. Porém, os mesmos precisam lutar cotidianamente para seguir a sua fé, manter viva a sua prática religiosa dentro e fora do terreiro e a relação com os seus orixás e entidades. Esses jovens enfrentam diversas formas de violências, seja no espaço privado, público ou no âmbito das mídias sociais. São jovens que vivenciam na pele o racismo, a discriminação e a exclusão social. Constantemente, precisam buscar estratégias para serem aceitos e respeitados nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive na escola, um local onde o índice de discriminação ainda é frequente.

Os jovens de terreiro estão empenhados na luta por políticas públicas que sejam também de interesse de todos os membros do terreiro, lutam pela preservação dos conhecimentos ancestrais, se empenham em combater o racismo religioso e o seu discurso tem como objetivo principal preservar o conhecimento que é transmitido de geração em geração nos diversos terreiros existentes no Brasil. Eles enfrentam muitos desafios e preconceitos no meio social, são vítimas do racismo religioso que vem associado a

estereótipos negativos que foram construídos em relação aos elementos culturais pertencentes a população afrodescendente no Brasil.

As juventudes de terreiro acreditam na potencialidade da sua luta, e buscam meios para que os seus direitos sejam respeitados nos espaços públicos e privados. É importante destacar que a luta das juventudes envolve os anseios de toda a comunidade de terreiro, pois defendem a preservação de conhecimentos ancestrais que se encontram presentes no seu cotidiano. Os jovens estão resistindo e possuem consciência que são sujeitos dotados de direitos e cidadania e, por isso, seguem lutando pela valorização e preservação das suas tradições e identidades culturais.

Os jovens afroreligiosos participam de movimentos sociais, culturais e políticos que lutam pelos direitos das CTTro e da população afro-brasileira. Fazem militância em prol da liberdade religiosa e da igualdade racial. A arte, a dança, a música, a literatura e, principalmente, as redes sociais têm sido caminhos utilizados para que os jovens possam expressar a sua luta em prol da defesa das religiões de matriz africana.

3.2 JUVENTUDE DE TERREIRO, ESPAÇO PÚBLICO E RELIGIÃO: uma abordagem descritiva

A temática envolvendo juventude, religião de matriz africana e espaço público nos coloca diante de muitos questionamentos que merecem ser respondidos com pesquisas sérias e comprometidas, de fato, com os interesses que permeiam o cotidiano dos jovens afroreligiosos. Precisamos destacar que a chegada de novas tecnologias e a popularização do uso da internet trouxeram mudanças significativas na forma como a juventude se relaciona com o campo religioso. Sobre a relação dos jovens com a possibilidade de transitar entre diversas matrizes religiosas, de seguir uma religião, sem exatamente ter uma filiação, ampliando o seu repertório religioso e convivendo com a diversidade no espaço privado e público, analisemos:

[...] Os trânsitos entre religiões, as experiências com religiões orientais, arranjos híbridos, “os sem religião que têm fé” apontam maior fluidez e muitos deslocamentos. Tais mudanças já não causam grande estranheza nos jovens desta geração. Vivendo em um momento histórico em que o presencial e o virtual se imbricam constituindo-se uma realidade, convivendo com famílias muito religiosas, os jovens de hoje se movem com mais familiaridade em um jogo menos previsível de percursos e combinações, bem como ampliam o repertório de trajetórias religiosas possíveis (Novaes, 2018, p. 353).

Além da possibilidade de transitar, pessoalmente, pelos diversos contextos religiosos, os jovens podem participar de cultos, giras, missas, reuniões, *lives* e outros movimentos envolvendo ritos religiosos de dentro de casa, acessando as redes sociais, utilizando o *tablet*, o celular, o *notebook* ou outro tipo de dispositivo, conectado à internet. A forma como a juventude tem se relacionado com a religiosidade e a relação entre espaço público e religião tem despertado o interesse dos pesquisadores, que buscam compreender de que forma as manifestações religiosas, os símbolos, os rituais, a arquitetura, entre outros elementos, que ocupam os espaços públicos têm desempenhando um papel importante na construção da identidade da juventude pertencente a um determinado território. Outro ponto a ser compreendido pelos pesquisadores é como o Estado tem se organizado para garantir a liberdade religiosa de todos os grupos, independente da crença de cada cidadão. O espaço público, muitas vezes, é cenário para debates e conflitos relacionados à temática religião e o Estado precisa garantir que todos tenham voz e que haja o respeito às crenças e as suas manifestações.

Com os avanços tecnológicos e a popularização dos meios de comunicação, através da utilização das redes sociais, novas formas de expressão religiosa estão surgindo no espaço público. As redes sociais e as plataformas *online* estão moldando a maneira como as pessoas interagem com a religião e expressam as suas crenças. O fiel pode acender uma vela, acompanhar uma missa, um culto, uma gira ou uma festa religiosa sem sair de casa, usando apenas o seu celular, conectado com a internet. Através das redes sociais, torna-se possível participar de rituais religiosos, no conforto do nosso lar, ou seja, o uso da tecnologia permite que a religião se mova do espaço público para o espaço privado.

A religião pode assumir vários papéis no espaço público, como fonte de identidade, de valores, de crítica, de conflitos e de participação social. Por outro lado, o espaço público deve trabalhar para garantir a liberdade de crença e de expressão, ambas descritas na Constituição Federal do Brasil. Além disso, zelar para que ocorra o diálogo inter-religioso, o respeito a diversidade de crenças e propondo ações que visam combater as discriminações, as intolerâncias e o desrespeito ao direito do sujeito de externar a sua pertença religiosa sem sofrer nenhum tipo de agressão, seja verbal, física ou psicológica.

O espaço público é, ou deveria ser, um local onde os cidadãos possam ser livres para expressar, debater, ocupar, opinar em eventos coletivos que influenciam a vida em sociedade. São locais que pertencem a coletividade e que podem ser acessados por qualquer pessoa sem nenhum tipo de restrição ou discriminação, ou pelo menos deveria ser assim. Quando falamos

em espaço público estamos fazendo referência a vários locais, são ambientes disponíveis para o uso de todas as pessoas, independente de sexo, raça, gênero, classe social, religião, etc. Deve ser um local que possa favorecer a convivência social, contemplar a diversidade cultural e estimular o respeito mútuo entre as pessoas.

Esses locais, gerenciados pelo poder ou instituições públicas, tem como objetivos principais promover a convivência, a interação social abrindo espaço para a realização das mais variadas atividades coletivas, oferecendo oportunidades de lazer, educação, saúde e segurança para todos os cidadãos. O espaço público pode ser físico, como ruas, praças e parques, ou virtual, como a internet, as redes sociais de comunicação.

Os espaços públicos são de suma importância para a convivência social, a expressão cultural, a participação em atos políticos, religiosos e o pleno exercício da cidadania. O governo é responsável por gerir os espaços públicos e deve garantir a sua manutenção, acessibilidade e a não discriminação de nenhum segmento social. Também devemos ressaltar que todos os cidadãos possuem o dever de cuidar e preservar o espaço público.

Entretanto, a relação entre espaço público e religião, principalmente as de matriz africana é um tema complexo e sensível, uma vez que a liberdade religiosa garantida em lei não se estende, na prática, para todas as denominações religiosas existentes no Brasil. Nem sempre a lei consegue garantir o direito das pessoas de praticarem a sua crença livremente, mesmo quando essas não estão violando o direito de liberdade religiosa dos outros cidadãos. As marcas coloniais ainda são muito presentes no espaço público. Assim, é comum vermos símbolos ligados ao cristianismo nas repartições públicas, como a câmara dos deputados, escolas, postos de saúde, fóruns, entre outros.

A presença das religiões cristãs atuando em diversos segmentos pertencentes ao espaço público ainda é uma realidade no nosso país:

[...] as religiões, desde sempre, imiscuíram-se das mais variadas formas de construção e na gestão do espaço público. A presença histórica das igrejas cristãs nas áreas da educação, saúde, assistência social, etc., correspondeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado. A concessão pública de canais televisivos e de radiodifusão a confissões religiosas tampouco é um fenômeno recente. No campo da política também já habitamos a presença de bancadas religiosas no Congresso (Monteiro, 2009, p. 9).

Precisamos considerar que o Estado brasileiro não consegue estabelecer a garantia de direitos para as religiões que não se enquadram no modelo cristão, que ainda é referência no que diz respeito a organização moral da sociedade. Ao contrário das denominações cristãs,

principalmente o catolicismo, a relação entre religiões de matriz africana e espaço público é marcada por muitos desafios e constantes lutas por reconhecimento e respeito. No processo de separação entre Estado e Religião, estabelecido pela primeira Constituição republicana brasileira, foi necessário estabelecer uma esfera secular distinta da autoridade religiosa e criaram-se alguns debates que tinham como objetivo de estabelecer num universo marcado pela pluralidade o que seria ou não considerado religião pelo Estado republicano:

Se examinarmos o caminho particular que o Estado brasileiro tomou para se constituir enquanto Estado republicano, que exigiu a constituição de uma esfera secular distinta da autoridade religiosa, podemos distinguir dois processos paralelos: de um lado, travou-se um debate jurídico para a delimitação dos direitos da propriedade da Igreja católica e pela redefinição do seu papel político e econômico; de outro, desenvolveu-se uma longa controvérsia, que envolveu médicos, juristas, jornalistas, quadros da Igreja católica e outros intelectuais, para estabelecer um consenso a respeito da legitimidade de certas práticas populares, percebidas como mágicas e supersticiosas e associadas a atos de feitiçaria e possessão. Tratava-se de definir se elas seriam ou não alvo de repressão do Estado em nome da “ordem pública”, concebida naquele momento em termos do quadro científico proposto pelo higienismo. Naquele momento, era auto evidência amplamente compartilhada considerar a “religião”, isto é, esse sistema ordenado de um corpus doutrinário e litúrgico abstrato diz respeito às relações dos homens com o mundo transcendente, era apenas a religião católica. O estatuto dessas outras práticas, que evidentemente não cabiam nesse modelo, foi objeto de controvérsias médico legais que perduraram por mais de meio século (Monteiro, 2009, p. 10-11).

Percebe-se que, desde a reestruturação do Brasil republicano, criou-se um mecanismo de perseguição às religiões que não se enquadram no modelo estabelecido pelo cristianismo. A discriminação, os estereótipos e o racismo religioso se tornaram um obstáculo, no que se refere ao direito das CTTro de matriz africana de estarem ocupando os espaços públicos, para fazerem as suas celebrações e rituais.

A relação entre juventude de axé e o espaço público é muito complexa e envolve diversos desafios, devido à história de discriminação e racismo, sofridas por essas religiões, entre eles: a não liberdade religiosa e de culto, a falta de acesso para a utilização dos espaços públicos, a luta por reconhecimento e respeito, a associação das práticas de cura a charlatanismo, o combate ao racismo religioso, a participação ativa na sociedade em busca de visibilidade pautada na construção de uma sociedade mais respeitosa e inclusiva.

Nem mesmo documentos como o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) são capazes de garantir os direitos dos jovens, que deveriam ser protegidos e respeitados pelo Estado, assim como encontra-se descrito na Seção IV, que menciona o direito à diversidade e igualdade. O

artigo 17 assegura o direito à diversidade, igualdade de direitos e oportunidades e a não discriminação por motivo:

- I – Etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;
- II – Orientação sexual, idioma ou religião;
- III – Opinião, deficiência e condição social e econômica (Brasil, 2013, s./p.).

Apesar de a lei garantir todos os direitos referentes aos contextos sociais envolvendo a juventude, sabemos que os desafios são muito grandes, principalmente quando nos referimos aos jovens negros, periféricos e pertencentes as religiões de matriz africana. A lei não é suficiente para garantir o direito à liberdade de escolha e a igualdade de tratamento, nos meios sociais. Mesmo diante de tantos desafios, principalmente em relação aos impactos do racismo religioso em suas vidas, os jovens têm se aproximado dos terreiros e assumido, publicamente, a sua pertença.

A filiação da juventude ocorre dentro dos espaços religiosos, onde os mesmos conseguem se identificar e, ao mesmo tempo, conseguem estabelecer uma rede de sociabilidade. A chegada da modernidade não conseguiu distanciar os jovens dos contextos religiosos. Porém, os mesmos passam a ter o poder de escolha, onde alguns seguem a mesma religião dos pais e outros procuram uma crença diferente que, de fato, faça sentido para a sua existência.

A religião se consolidou como uma das importantes formas de organização grupal da juventude, visto que as instituições religiosas podem ser percebidas como espaços de sensibilidade juvenil, nesse caso, a religião representa o lugar que mobiliza fervorosamente o segmento jovem a viver possibilidades, fazerem novos arranjos em busca do “novo”, bem como darem novo sentido a religião. A religião ganha credibilidade perante o olhar da juventude desse século, das buscas a pertença religiosa e com qual instituição ele mais se identifica, pois parece que os jovens tem dado um novo sentido à religião e estão valorizando mais a experiência pessoal do que a materialização da instituição (Castro, 2017, p. 51-52).

Os jovens, hoje, são livres para escolherem a sua religião e como pretendem vivenciá-la. Com o avanço da tecnologia, as religiões ampliaram o seu espaço de atuação, *off* para o *online* e passaram a usar as mídias digitais para interagir com um público bem diversificado. Pois, a expansão da internet e o acesso a aparelhos como *tablets*, celulares e *notebook* possibilitaram que milhares de pessoas pudessem estar conectadas ao mesmo tempo. O distanciamento foi encurtado, a possibilidade de diálogo foi ampliada, e quem está do outro lado da tela deixou de ser apenas um receptor de informações, passando a participar, em

tempo real, de alguns ritos, interagindo, assim, com os conteúdos publicados e compartilhados, ao vivo, nas redes sociais. Segundo Borges e Fernandes (2018, p. 76), “[...] as redes sociais digitais permitem que a multiplicidade de vozes ecoe, ampliando as reflexões e o debate, bem como é uma boa forma de desconstruir o discurso único presente na imprensa de massa”.

Mesmo diante da possibilidade de fazer as suas escolhas, precisamos ressaltar que, muitas vezes, os adolescentes e os jovens vão construindo a sua identidade pautada nos valores impostos pela família, pela sociedade, pela troca com os amigos e também pela influência dos espaços escolares que possuem uma responsabilidade muito grande no que se refere à formação cidadã de cada indivíduo. Focando no papel da escola como um lugar com pessoas com posicionamento plural e diverso, a mesma deveria se preocupar com a prática do respeito com as diferentes formas de experienciar o sagrado e também deveria ter o compromisso de acolher crianças, adolescentes e jovens respeitando a sua vivência cultural, social e religiosa. Sobre a escolha da pertença religiosa dos jovens:

[...] A religião ganha credibilidade perante o olhar da juventude deste século, que busca a pertença religiosa e com qual instituição ela mais se identifica, pois parece que os jovens têm dado um novo sentido à religião e estão valorizando mais a experiência pessoal do que a materialização na instituição (Castro, 2017, p. 52).

Novaes (2018) ressalta que muitas pesquisas ainda deverão ser realizadas para compreender continuidades e mudanças na religiosidade dos jovens de hoje. A relação do jovem com a religião hoje é bem diferente da relação à tempos passados, onde a crença religiosa era basicamente herdada dos familiares. Mas, não podemos deixar de observar que alguns jovens seguem as religiões herdadas do seu núcleo familiar, inclusive aqueles de pertença umbandista e candomblecista.

Quando falamos especificamente sobre a juventude de terreiro, fazemos referência a um grupo de pessoas que possuem funções e importância dentro da sua casa de santo desde a infância, assunto mencionado por Caputo (2012), em seu livro “Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé”. O olhar de dentro do terreiro ultrapassa essa visão ocidental, que acaba desqualificando e diminuindo a importância das crianças, adolescentes e jovens, nos diversos espaços de atuação. Além das suas funções exercidas dentro do seu espaço sagrado, os jovens têm assumido a sua pertença religiosa nos espaços públicos físicos e virtuais:

Ao assumir com exclusividade os seus orixás, em encontros presenciais ou por meios digitais, os jovens negros convocam os orixás para falar em resistência. Na internet, através de sites e blogs, podemos ter notícias e acompanhar as atividades da Juventude dos Terreiros ou da Rede de Jovens de Matriz Africana (Novaes, 2018, p. 365).

A juventude de terreiro tem se fortalecido nas lutas em prol do combate ao racismo religioso e outras causas de cunho social e buscam meios de combater, diariamente, a intolerância e a violação dos direitos, principalmente daqueles que são negros e habitam os bairros periféricos. Apesar de haver leis e/ou políticas públicas⁵¹ que, o tempo todo, mencionam a importância de se garantir a liberdade de crença, o respeito, a pluralidade, a diversidade, a cultura da paz, da solidariedade e a não discriminação percebemos que essa é uma questão que ainda encontra-se apenas descrita nos papéis.

A intolerância, o racismo e a discriminação estão presentes em locais que deveriam estar abertos ao debate e a valorização da nossa rica diversidade sociocultural e histórica. Como exemplo, podemos citar os jovens umbandistas e candomblecistas que não encontram apoio nas escolas e acabam sendo discriminados, silenciados e excluídos por parte de colegas, professores e corpo administrativo. Situação essa, assim descrita:

A maioria dos praticantes desta religião, ao serem discriminados, sentem vergonha e inventam formas de se tornarem invisíveis. A principal delas é esconder os artefatos religiosos, os preceitos do culto, a fé e a cultura. Isso acontece em diversos espaços, mas, a escola é o “pior deles” (Caputo, 2012, p. 197).

O não acolhimento dos jovens afroreligiosos nas escolas pode trazer sérios reflexos em seu convívio social, fazendo com que os mesmos se afastem deste ambiente, para evitar sofrer retaliações. Em outros casos, os jovens, para não se sentirem excluídos, podem optar pelo trânsito religioso, buscando uma pertença religiosa que o aproxime do seu grupo de convívio, escolar e social.

A adolescência é um período crítico em que o jovem afirma sua individualidade e identidade social, em meio aos conflitos geracionais e psicossociais que surgem nesta fase, e que o levam a contestar e construir uma opinião própria. Neste momento os grupos de referência são fundamentais, e ele irá buscar aqueles com o qual se identifica, e que irão contribuir para a consolidação de sua visão de mundo, crenças e valores. Estudos apontam que é nesta fase que jovens negros percebem de forma mais clara a discriminação e o preconceito que recebem (Lages, 2019, p. 61-62).

⁵¹ Como, por exemplo, o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto da Juventude.

Os jovens tendem a se aproximar daquilo que os inserem nos grupos e nas rodas de amizade, buscando livrar-se de elementos que possam fazê-los vivenciar situações constrangedoras, humilhantes e excludentes. Em relação à violação dos direitos da juventude, muitas vezes o próprio Estado, que estabelece e cria as leis e estatutos, é o mesmo que viola os direitos em espaços públicos como, por exemplo, no ambiente escolar e também nas vias públicas, onde principalmente os jovens negros⁵², acabam se tornando vítimas da violência, inclusive a policial. Na pesquisa “Criminalização e extermínio da juventude negra no Brasil: reflexões e desafios” fica claro que os jovens negros, pertencentes às religiões de matriz africana, com baixa escolaridade e moradores de bairros periféricos são aqueles que mais sofrem com a violação dos seus direitos.

O preconceito e o racismo no Brasil têm uma longa história e contribuem para a distribuição seletiva da justiça e da violência. A criminalização da cor, a perpetuação da ideia de que os negros são inferiores, a invisibilidade social desses jovens, o extermínio de jovens negros, a intolerância às religiões de matrizes africanas, a inversão e a omissão da história da África e dos afro-brasileiros, a ausência dessa contribuição na educação e nos livros escolares de caráter eurocêntricos são reflexos desse processo de criminalização e extermínio dos jovens negros em nossa sociedade (Bady; Silva, 2019, p. 150).

Percebemos que o racismo estrutural e religioso tem motivado o discurso de ódio e as ações violentas contra umbandistas e candomblecistas. Nesse sentido, buscaremos refletir como os impactos do racismo estrutural afetam o comportamento dos jovens afroreligiosos e como os mesmos têm buscado mecanismos para unir forças, para combater os diversos tipos de violência, causados pela discriminação racial, religiosa, de classe e de gênero. Na pesquisa feita por Tavares e Camurça (2004) foi possível perceber uma queda do número de jovens nos terreiros. A ausência de jovens nos terreiros nos coloca a pensar quais são, de fato, os motivos que têm feito os mesmos se afastarem desse ambiente religioso. Mas, ao mesmo tempo, surge uma curiosidade de saber também os motivos que corroboram para que o mesmo público assuma a sua pertença religiosa, dentro e fora do âmbito do terreiro, inclusive nas suas redes

⁵² Infelizmente, a questão racial ainda faz parte da vida cotidiana da população negra e indígena no Brasil e, sempre que somos lembrados, somos lembrados de uma forma subalternizada ou inferiorizada. Quem sente na pele o sentimento negativo da sua cor, dos seus traços ou da sua cultura sabe que quando alguém nomeia pela cor da pele está acionando racialmente um determinado grupo étnico. Assim compreendemos que biologicamente não temos várias raças, como defendia Hitler no holocausto contra os judeus, mas culturalmente os negros são racializados (Borges; Fernandes, 2018, p. 80).

sociais, um espaço com um alto poder de alcance, visualizações e comentários de apoio e de desaprovação.

No próximo tópico falaremos como os três grupos de jovens envolvidos na pesquisa têm utilizado as mídias sociais para protagonizar, organizar e mostrar as ações desenvolvidas para combater o racismo, exigir a efetivação dos seus direitos e também mostrar a sua relação cotidiana com a sua ancestralidade.

3.3 AÇÕES PROTAGONIZADAS PELOS TRÊS GRUPOS DE JOVENS NAS REDES SOCIAIS

Quando falamos sobre a relação entre juventude e mídias sociais precisamos parar e refletir sobre os atores que estão envolvidos nesse processo, sendo assim:

Quando se trata de mídia, os nativos digitais parecem espécies completamente diferente dos seus pais e avós. Eles não se lembram das fotografias tiradas em um rolo de filme que tinha que ser levado a uma loja especializada para ser revelado; eles pensam em imagens digitais, instantaneamente visíveis, deletáveis e compartilháveis com amigos da internet. Os nativos digitais não pensam nas notícias e informações como algo que chega em um pedaço de papel na porta da casa pela manhã, pensam em termos de um *'mash-up'* maciço, convertido e frequentemente digital de manchetes, *blogs*, vídeos e *podcasts*. Acima de tudo os nativos digitais não pensam em termos de música gravada em LPs, cartuchos, fitas cassete ou mesmos CDs, vendidos em uma loja de discos; a música para eles, existe em um formato digital que podem baixar da internet, circular por aí e compartilhar com os amigos. Com tantas formas de mídia disponíveis em formatos digitais, os nativos digitais estão criando um novo campo criativo. Os jovens mais criativos estão interagindo com as notícias, o entretenimento e outras informações de maneira imagináveis a alguns anos atrás. Esses jovens não são consumidores passivos daquilo que a mídia apresenta, mas participantes ativos da criação de significado na sua cultura [...] (Palfrey; Gasser, 2011, p. 151).

Compreender como a juventude de hoje se relaciona com as mídias sociais é de suma importância para o caminhar da nossa pesquisa. Também precisamos trazer os esclarecimentos sobre alguns termos importantes para uma melhor compreensão dos temas abordados na tese, deixando claro para os leitores: o que denominaremos de juventude afrorreligiosa, o que vem a ser o ciberespaço, a cibercultura, o que são as mídias sociais, as redes sociais e de que forma as mesmas se popularizaram entre a juventude, servindo como um importante instrumento de comunicação.

Denominaremos como juventude afroreligiosa os jovens pertencentes a umbanda, ao candomblé e também aqueles que possuem dupla pertença religiosa, ou seja, jovens que são umbandistas e candomblecistas.

O ciberespaço⁵³ tem sido um local de aproximação de jovens de axé, que utilizam as redes sociais como um meio de divulgar a sua crença, debater sobre temáticas relacionadas a discriminação, ao racismo e serve de caminho para o compartilhamento de informações relevantes para as CTTro, como informes sobre direitos, festas, chamadas para mobilizações e fortalecimento das ações coletivas, protagonizadas pelos grupos. Compreender de que forma a juventude de terreiro utiliza as redes sociais como um lugar de ampliação das suas vozes é um dos propósitos dessa pesquisa.

O ciberespaço é o termo utilizado para se referir ao espaço virtual ou ambiente digital, onde as atividades relacionadas à internet acontecem. Lévy (1999) refere-se ao ciberespaço como o novo meio de comunicação, que surge da interconexão mundial dos computadores. É um espaço sem fronteira física, onde milhares de pessoas podem se conectar, trocar informações, comunicar-se e interagir, independente da sua localização geográfica. O pesquisador ainda define o ciberespaço como um local onde ocorre uma comunicação interativa, recíproca e intercomunitária onde cada ser humano pode participar e contribuir. Os internautas não são apenas espectadores; sendo assim participam ativamente das conversas, emitem a sua opinião, concordam ou discordam com o que está sendo colocado em pauta para discussão. Também é possível se inserir em grupos onde o sujeito se encontra acolhido e representado. Mas, em contrapartida, as redes sociais também se tornaram um lugar de reforçar e externar preconceitos, discriminações, o racismo e a intolerância.

O ciberespaço engloba os sites, aplicativos, plataformas de mídia sociais, fóruns, salas de bate papo, comunidades, jogos *online*, etc. Ele também pode ser compreendido como um espaço de acesso e produção de conhecimento, pois podemos encontrar as mais diversas produções acadêmicas como por exemplo, artigos, dissertações, teses, livros, vídeos e notícias com embasamento científico. Além disso, podemos publicar resultados de pesquisas científicas, receitas, informações relacionadas à educação e saúde, entre outros aspectos sociais, econômicos e políticos.

A cibercultura refere-se à cultura que emerge a partir do uso e da influência das tecnologias digitais, principalmente a internet. Com os avanços tecnológicos e uma maior

⁵³ O ciberespaço é a internet habitada por seres humanos, que produzem, se autorizam e constituem comunidades e redes sociais por e com mediações das tecnologias digitais em rede. [...] Do desktop ao *tablet* e celulares conectados à internet, temos maior fortalecimento da sociedade em rede que ganha com mais autoria dos usuários e mais exploração das vantagens das capacidades interativas do ciberespaço (Santos, 2019, p. 30).

acessibilidade a aparelhos como celular, *smartphone*, *tablet*, *notebook*, entre outros, conectar através das redes sociais foi se tornando uma realidade compartilhada por milhares de pessoas, que passaram a se comunicar e a se aproximar de comunidades virtuais, que fazem sentido para a sua vivência e agregam valores à sua formação identitária.

A cibercultura é a expressão da aspiração de uma construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento de saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra-se um ideal de relação humana desterritorializada, transversal e livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato (Lévy, 1999, p. 130).

Para Borges (2017), o digital em rede inaugura uma nova forma de comunicação e revoluciona os modelos comunicacionais, na contemporaneidade. Saímos do processo de comunicação passiva – onde apenas recebíamos as informações – e passamos a expressar o nosso conhecimento, críticas, opiniões e reflexões.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (Lévy, 1999, p. 17).

As redes⁵⁴ sociais, como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, o *YouTube*, o *Tik Tok*, entre outras, revolucionaram os meios de comunicação, pois essas plataformas digitais permitem o compartilhamento de informações, a criação de conteúdo e a interação ampliando, assim, a possibilidade de diálogo entre pessoas que estejam em espaços geográficos distintos, porém conectadas através das mídias digitais.

⁵⁴ O termo “rede” é compreendido como um conjunto de pessoas ou grupos que são influenciados e influenciam os demais de acordo com as ligações que possuem com os demais integrantes da rede. Estes laços entre os participantes podem ser mais fortes ou mais fracos, e podem permitir uma maior ou menor troca de informação. No entanto, compreende-se na rede o fluxo (de informações e conhecimentos, de mercadorias, etc.) é constante e pode ocorrer em qualquer sentido (Clemente *et al.*, 2017, p. 462).

A utilização das mídias sociais⁵⁵ possibilita a comunicação entre pessoas que não fazem parte do nosso cotidiano; ou seja, passamos a ter uma gama de amigos virtuais. Mediante a utilização de tecnologias ocorreu certa facilidade de acesso a assuntos de nosso interesse, passamos a interagir, em tempo real, com pesquisadores, artistas, políticos, comerciantes, entre outros. Sobre a importância e as vantagens oferecidas pela comunicação em rede, constatou-se que:

Com o digital em rede, a nossa rede de relacionamento ampliou e foi ressignificada, nossos amigos de hoje não são apenas as pessoas que conhecemos na rua, na escola, ou no trabalho, são também as pessoas que conhecemos nos eventos próximos da nossa casa ou aquela pessoa que fez um vídeo bacana, postou na internet e todos estão comentando e querendo conhecer. É alguém que acabou de lançar um livro muito interessante, para convidar as pessoas para o lançamento, criou um evento no *Facebook*. Sem falar nas manifestações e atos políticos, nas feiras e eventos culturais que são organizados e divulgados nas redes digitais. Ou seja, as redes sociais digitais não só ressignificam o conceito das relações sociais na contemporaneidade, como também tem possibilitado uma conexão com pessoas e os seus saberes/produções, independente da localização geográfica. Aproximam interesses políticos, culturais, sociais e educacionais, potencializam as reflexões e ampliam a inteligibilidade do mundo, no mundo em tempo real (Borges, 2017, p. 178).

As redes sociais permitem que as pessoas possam criar e compartilhar conteúdos, possibilitando que ocorra a oportunidade de expressarem as suas opiniões, ideias e experiências, de maneira instantânea e global, com todos aqueles que estão conectados na rede. Em relação à ampliação do ciberespaço, um local que permite uma comunicação direta, interativa e coletiva:

Em primeiro lugar, o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas propõem. Em segundo lugar, que estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano (Lévy, 1999, p. 11).

⁵⁵ A palavra mídia denomina suporte, o veículo ou canal de comunicação, pelo qual a informação pode ser conduzida, distribuída ou disseminada, como um “meio” de comunicação (Perassi; Meneghel, 2011 *apud* Clemente *et al.*, 2017).

A cibercultura⁵⁶ e as mídias sociais têm efeitos significativos nas relações envolvendo a sociedade contemporânea. Elas têm influenciado as decisões e posicionamentos relacionados a política, economia, cultura, educação, religião e muitos outros aspectos da vida cotidiana.

Alguns dos impactos notáveis em relação a utilização das redes sociais é a conexão global, onde as pessoas podem se conectar estando em diferentes locais do mundo, ou seja, não existe uma barreira geográfica. Torna-se possível o compartilhamento de informações, através de conexão instantânea.

Através da mobilização política e social, nas redes as vozes amplificam, permitindo que as pessoas participem de debates públicos e manifestem as suas opiniões em relação a questões de ordem sociopolítica e também passam a compartilhar informações. Com as mídias sociais podemos acessar um número infinito de informações, em tempo real. Ao mesmo tempo em que ocorre uma popularização das informações, também ocorre a disseminação de notícias falsas, que podem trazer sérios prejuízos para a população. Logo, torna-se necessário ter discernimento para lidar com a ampla quantidade de informações disponíveis nos meios digitais.

As mídias sociais permitem que as pessoas criem perfis, que compartilhem a sua vivência cotidiana e que também se agrupem em comunidades que lhes despertam interesse. E, no que se refere a cultura, as mídias sociais nos permitem ter acesso às diversas manifestações culturais existentes no mundo.

A cibercultura e as mídias sociais são fenômenos interconectados, que moldam a forma como vivemos, nos relacionamos e interagimos, no mundo digital. Elas têm o potencial de trazer benefícios significativos, mas também exigem uma abordagem consciente e crítica, para enfrentar seus desafios, principalmente no que se refere à disseminação de notícias falsas, discurso de ódio contra as minorias, preconceitos, racismo, intolerância, racismo religioso, ataques homofóbicos, entre outros.

No que se refere à pesquisa acadêmica, as redes sociais se tornaram uma grande aliada dos antropólogos, que podem observar grupos, interagir, fazer entrevistas, utilizando apenas os aparelhos tecnológicos. Oliveira, Lacerda e Novaes (2021) ressaltam que as redes sociais são mais uma fonte de pesquisa a ser explorada. Se os jovens estão vivendo uma interação

⁵⁶ Toda produção cultural e fenômenos sociotécnicos que emergiram da relação entre seres humanos e objetos técnicos digitalizados em conexão com a internet, rede mundial de computadores se caracterizam como cibercultura (Santos, 2019, p. 190).

entre o mundo virtual e o mundo presencial, eles também se expressam através das redes sociais.

Com o advento das redes sociais, as informações são debatidas e várias opiniões vão surgindo em torno da temática proposta. O internauta deixa de ser apenas um leitor ou ouvinte, passando a interagir com as postagens e notícias, conforme explica Edméa Santos:

A sociedade da informação “em rede” encontra no computador *desktop* o artefato basicamente descentralizador, se tomando a partir do seu fundamento técnico: o hipertexto. Trata-se de uma estrutura múltipla que permite processamentos não na forma hierárquica da árvore, mas da rede aberta a conexões. O princípio digital faz com que o computador se diferencie da TV analógica, máquina rígida, restritiva, centralizadora e passe, a partir da década de 1990 com o surgimento da *web*, a apresentar-se como sistema de interação e conectividade *online*. Isso quer dizer que passamos da massa receptora às redes interagentes no espaço e no ciberespaço (Santos, 2019, p. 29).

Ainda sobre as inovações trazidas pela utilização das mídias digitais como uma forma de se comunicar, onde o sujeito pode interagir e expressar a sua opinião:

O digital em rede estabelece uma nova forma de comunicação e revoluciona os modelos comunicacionais na contemporaneidade. Saímos da comunicação/informação passiva, em que as pessoas recebiam essas informações e não tinham como expressar as suas críticas e reflexões sobre elas a partir das mídias de massa como TV e o jornalismo impresso, para a comunicação/interação das redes sociais digitais como *Faceboock*, *Twitter* e *You Tube* (Borges; Fernandes, 2018, p. 76).

Estar conectado e ter várias redes sociais é algo que faz parte do cotidiano da juventude. Mediante tal fenômeno, optamos por observar como a juventude de pertença afrorreligiosa (umbanda, candomblé ou dupla pertença)⁵⁷ se relaciona com a sua crença, seus deuses, a cultura, os movimentos sociais e as questões relacionadas ao combate ao racismo religioso, no âmbito das redes sociais e também nos espaços físicos. Precisamos ressaltar que as redes sociais acabam sendo uma extensão do espaço físico dos terreiros. Ocorre um movimento autóctone, ou seja, as informações saem de dentro do terreiro para os espaços virtuais. Sobre o poder de alcance e as possibilidades de interações relacionadas à presença nas redes sociais:

⁵⁷ Sabemos que as religiões afro-brasileiras recebem diversos nomes, de acordo com a região do Brasil. Porém, na nossa pesquisa os jovens se declararam umbandistas, candomblecistas ou pertencentes às duas religiões.

As chamadas redes sociais têm agrupado milhões de usuários e se tornado, entre outras coisas, campo de disputas e representações de ideias, imagens e comportamentos sociais, em estreita relação com o mundo real. As redes sociais (*Faceboock, Myspace, Orkut*) amplificam, repercutem, dinamizam e problematizam inúmeras questões atinentes as mais diversas esferas de valor, entre elas a religião. Charges e textos contra ou a favor de uma religião, uma atitude religiosa ou um fato empírico acontecem o tempo todo [...] (Aguilar, 2014, p. 19).

Bem antes do advento das redes sociais digitais, a população africana e afro-brasileira já desfrutava de uma rede de apoio presencial, onde alegrias, elementos culturais, formas de resistência, encontros e desencontros eram compartilhados, comentados em grupos. Ainda sobre a interação em rede, Luzineide Borges traz a seguinte reflexão sobre a importância das redes de apoio que foram se formando com a chegada dos africanos à América no período escravocrata:

Os negros africanos, quando chegaram às Américas, especialmente ao Brasil, encontraram nas redes sociais presenciais, resistência, acolhimento e afeto para preservarem as suas vidas, primeiro e depois para se constituírem enquanto cidadãos afro-brasileiros. Aqui ou na África sempre vivemos em comunidade, em rede, ou seja, em volta da fogueira depois de um dia intenso de trabalho, seja nas rodas de samba, capoeira ou nos rituais litúrgicos. Estamos sempre com o outro, com o nosso semelhante, ou com o nosso diferente, e é com eles que dividimos os nossos saberes, alegrias, lutas e conquistas (Borges, 2019, p. 37).

As redes sociais, um local de encontro e aproximação de milhares de pessoas, têm sido utilizadas pelas diversas religiões como uma ferramenta de mobilização e engajamento religioso. Os meios digitais passam a ser utilizados para campanhas de caridade, ativismo social, reivindicação de políticas públicas e direitos religiosos. Nesse sentido, as redes sociais vêm sendo utilizadas como um meio de comunicação pelos grupos religiosos:

Os fenômenos religiosos estão presentes em todos os recursos da internet. O *Twitter*, os *blogs*, os *sites* perpetuam experiências verdadeiramente espirituais. Pelo *email* são divulgadas correntes (aquelas que nos mandam encaminhá-las para vários indivíduos e que, algumas vezes, nos ameaçam, caso não façamos), orações e textos de conteúdos explicitamente religiosos, ligados a uma instituição formal. [...] Os arquivos de áudio digital chamados de *podcast* também podem ser constituídos de palavras sagradas de várias religiões (Silveira; Avellar, 2014, p. 18).

As redes sociais permitiram que as religiões se apropriassem de mais um espaço de divulgação das suas crenças, ritos, simbologias, dogmas, correntes, entre outros elementos. As

organizações religiosas e os seus líderes passam a oferecer conteúdo educativo, como palestras, *lives*, leitura dos livros sagrados, entre outros. Com isso, as redes sociais também se consolidaram como um espaço de pesquisa e observação dos fenômenos religiosos e suas práticas cotidianas. As redes sociais oferecem plataformas para que os sujeitos possam se comunicar, compartilhar informações e expressar a sua fé. Os grupos religiosos podem criar páginas, perfis ou grupos, destinados a discutir crenças, práticas, eventos religiosos *online* e *off-line*, possibilitando assim a interação e a troca de experiência e conhecimentos. Sobre a utilização do espaço cibernético para a divulgação de páginas individuais e coletivas com um contexto religioso:

Indivíduos, grupos, comunidades e instituições lançam mão das estratégias díspares de atuação no mundo *online*. Igrejas, templos, e terreiros criam páginas, postam vídeos, elaboram textos, criam jogos, vendem produtos *online*. Padres, pastores, freiras, leigos, monges, iniciados esotéricos, terapeutas nova era, pais de santo, criam páginas pessoais nas quais expõem as suas ideias, mostram as suas interpretações, travam polêmicas, são comentados, criticados, apoiados, inundam o mundo cibernético com imagens, ideias, crenças e práticas que se multiplicam geometricamente (Silveira; Avellar, 2014, p. 19).

A facilitação do acesso às tecnologias digitais trouxe mudanças na forma como as religiões interagem com o seu público e os sacerdotes e filiados às crenças religiosas ganharam mais um espaço para comunicarem-se com os fiéis. Com a utilização das tecnologias, tornou-se possível acompanhar, de casa, as celebrações e rituais que acontecem no espaço sagrado dos terreiros, utilizando apenas um *smartphone*. As transmissões ao vivo se tornaram uma realidade dentro destes espaços sagrados. Os jovens, que já nasceram numa era marcada pelo uso da tecnologia, têm aproveitado suas redes sociais para falar de diversos assuntos do seu cotidiano, inclusive sobre a sua religiosidade. Além das questões ligadas à religião, os grupos de jovens debatem sobre política, racismo, homofobia, políticas públicas, direitos humanos, entre outros assuntos de interesse para a faixa etária.

A juventude afroreligiosa e as mídias sociais têm uma relação significativa, com impactos tanto positivos quanto desafiadores. As mídias sociais oferecem uma plataforma para a juventude se comunicar, compartilhar experiências e se conectar com pessoas que têm interesses semelhantes. Isso pode incluir a formação de grupos *online*, a participação em fóruns de discussão ou a criação de comunidades virtuais, que promovem a troca de informações e o apoio mútuo.

Através da ampliação de vozes, as mídias sociais têm se tornado um local de mobilização e ativismo. Nas redes sociais são criadas e compartilhadas campanhas, são repassadas informações sobre a organização de protestos e mobilizações, em busca de apoio para questões relacionadas à luta pela igualdade racial, justiça social e liberdade religiosa.

Através dos coletivos e das páginas individuais é possível ter acesso à informação e aprendizado sobre as religiões afrodescendentes, permitindo que a juventude afroreligiosa compartilhe o seu conhecimento sobre a sua tradição religiosa, buscando trazer esclarecimentos sobre os seus rituais, mitos e simbologias.

No entanto, também é importante estar ciente dos desafios que as mídias sociais podem apresentar para a juventude *online*, pois nesse espaço pode ocorrer a publicação de informações imprecisas, serem reforçados estereótipos, preconceitos e discursos racistas, sexistas, entre outros. Frequentemente ocorrem publicações demonizando as religiões afrodescendentes, podendo dificultar a compreensão adequada dessas tradições e afetando, negativamente, a identidade religiosa da juventude.

As mídias sociais evidenciam a exposição dos jovens à intolerância, ao racismo e à discriminação, através de comentários ofensivos, dos discursos de ódio e de estereótipos. Isso pode afetar, negativamente, sua experiência *online* e sua saúde emocional. Diante de um processo onde o cancelamento e a perda de seguidores nas redes sociais tem afetado diretamente o psicológico da juventude, torna-se necessário pensar como lidar com os efeitos negativos impostos pela utilização das redes sociais.

Em suma, as mídias sociais oferecem oportunidades para a juventude candomblecista e umbandista se conectar, aprender, mobilizar-se e amplificar suas vozes. Palfrey e Gasser (2011) salientam que, nesse espaço, os jovens revelam informações sobre si, *online*, para construir uma relação de confiança com outros e como uma extensão das suas vidas *off-line*. Nesse sentido, as comunidades ou grupos vão sendo formados com participantes que, de certa forma, compartilham e apoiam os interesses e objetivos propostos pelos dirigentes.

No entanto, é importante estar ciente dos desafios e trabalhar para promover um ambiente *online* inclusivo, respeitoso e seguro, para todos os internautas. A seguir iremos mencionar algumas ações que são protagonizadas por cada um dos grupos de jovens, envolvidos na pesquisa. As redes sociais têm sido utilizadas com certa frequência e tem se tornado um importante meio de comunicação entre os membros do grupo e os seguidores do *Instagram* e do *Facebook*.

3.4 JUVENTUDE E CIBERESPAÇO: uma breve descrição das ações protagonizadas por três grupos de jovens no *Instagram*, no *Facebook* e no *Whatsapp*

As redes sociais, como o *Instagram*, o *Facebook* e o *Whatsapp* são meios de comunicação, muito utilizados pelos segmentos sociais, principalmente a juventude. O *Faceboock*, por exemplo, tem sido utilizado como um local para compartilhar o cotidiano, aspectos relacionados a trabalho, passeios, conquistas, perdas e também se tornou um espaço onde é protagonizada a luta contra preconceitos, discriminação, o racismo religioso e a perseguição sofrida pelos povos praticantes das religiões afro-brasileiras. Sendo assim, Borges (2019) ressalta que o *Facebook* tem se configurado como um espaço de luta, dos povos de Terreiro.

No Brasil, uma boa porcentagem das pessoas que possuem acesso à internet utiliza o *Facebook*, que oferece diversas funcionalidades como: criar perfis, participar de grupos, realizarem compras, compartilhar fotos, vídeos e ainda criar eventos. Já o *Instagram* é uma rede social que tem conquistado muitos brasileiros e tem como foco a publicação de imagens e vídeos, no qual é possível compartilhar momentos, histórias, festas, celebrações, ou seja, conteúdos visuais.

As redes sociais nos permitem interagir com as publicações feitas pelos amigos virtuais, através de comentários, curtidas (*likes*)⁵⁸ e compartilhamentos. As interações também acontecem através dos chamados *emojis*⁵⁹ que podem substituir as palavras e expressar os nossos sentimentos em relação a um determinado assunto, a uma fotografia, imagem ou comentário postado na rede.

Através do *Instagram* é possível criar uma rede de amizades; temos a opção de seguir os amigos virtuais e acompanhar as suas postagens, feitas no *feed*, nos *stories* e nos *reel* (criar e assistir vídeos). Também podem ser realizadas *lives*, em tempo real, com a interação dos seguidores, que podem ampliar o alcance da ação, compartilhando o *link* entre o seu grupo de amigos. No *Instagram*, os amigos virtuais também podem pedir para participar ao vivo das *lives* que são realizadas pelos donos dos perfis nessa rede social. E, quando necessário, você também pode bloquear ou deixar de seguir os seus amigos virtuais.

Já o *Whatsapp* nos permite receber e enviar uma variedade de mídias: texto, foto, vídeo, documentos, localização, fazer chamadas ao vivo, enquetes, entre outros. Podemos

⁵⁸ Gostar, simpatizar e apreciar (Infopédia, 2024).

⁵⁹ Uma forma de comunicação visual que se popularizou muito nos últimos anos. São utilizados para expressar sentimentos em mensagens de texto nas redes sociais.

encaminhar, rapidamente, mensagens escritas e áudios. O *Whatsapp* tornou-se um dos aplicativos mais populares do mundo todo. Ele conseguiu atingir o *status* de uma importante ferramenta de comunicação diária, podendo ser usado tanto para questões pessoais quanto profissionais. Podemos usar o aplicativo para compartilhar status temporários no formato de imagens, vídeos e textos com os contatos pertencentes a nossa agenda. O aplicativo também nos permite enviar mensagens em forma de texto com gravação de voz, fazer ligações e vídeo chamada.

As ações protagonizadas pelo JTES, o JCENARAB/NM e o JRENAFRO nas redes sociais estão relacionadas com as questões envolvendo a preservação e a valorização da sua religiosidade, os seus valores ancestrais, a saúde da população de axé, a luta por políticas públicas, contra o racismo religioso e pelos direitos da juventude e dos povos pertencentes às CTTro.

Entre as pautas mais debatidas pelos grupos mencionados, observa-se a luta contra o racismo religioso, a valorização das religiões de matriz africana, a busca por políticas públicas que possam trazer benefícios para as CTTro, a divulgação de notas de repúdio contra qualquer tipo de violência (machismo, homofobia, racismo religioso, entre outros), a publicação de materiais de cunho informativo. O JRENAFRO também utiliza as suas redes sociais para tratar de questões ligadas diretamente à saúde da população de terreiro. Sobre a importância das redes *online*:

O papel das redes sociais online é determinante no processo de reapropriação e produção de outros saberes na luta contra o racismo religioso. Através da análise crítica das narrativas digitais que circulam nas redes sociais online, como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, dos questionamentos das imagens, vídeos, comentários da comparação do que se lê com o que se vê e da comparação do que se lê nos textos oficiais com o seu cotidiano, suas experiências e a sua cultura. Podem-se, assim, desconstruir estigmas de pertencimentos relacionados as questões étnicas (Borges, 2019, p. 132).

Compartilhando a opinião de Borges (2019) sobre a importância da pesquisa *online*, utilizaremos como objeto de análise uma seleção de postagens que dialogam com a nossa pesquisa, dando destaque às ações que priorizem o combate ao racismo religioso. Com o avanço dos recursos digitais, as postagens feitas no *Instagram* podem ser simultaneamente publicadas no *Facebook*. Os jovens pertencentes aos terreiros também utilizam as redes sociais como uma ferramenta importante para a divulgação de informações, a sua agenda de luta e eventos importantes. Muitas vezes, as ações que acontecem no espaço público físico

começam a ser organizadas através das redes sociais e ganham as ruas, em formato de passeatas e atos de protestos.

Com a utilização das redes sociais os jovens podem interagir emitir opiniões sobre os assuntos de seu interesse, trocar informações, confirmar presença em algum tipo de atividade, através de enquetes de interação, compartilhar as notícias publicadas no grupo no seu perfil individual, fazer comentários e marcar pessoas nos *posts* publicados. Sobre as diversas formas de interação que ocorrem nas redes sociais:

É cada vez mais comum acessarmos as redes sociais digitais e encontrarmos várias formas de interação e colaboração acerca do que está acontecendo no mundo. Expressões como ‘o que você está pensando’, ‘deixe aqui a sua opinião’ e ‘qual a sua sugestão’ caracterizam a Cibercultura como espaço de cocriação e participação ativa. [...] O digital em rede parte do princípio que as pessoas têm sempre o que contribuir, estão engajadas e fazem parte desse movimento não como expectador, mas como autores (Borges, 2017, p. 173).

Os gerenciadores das redes sociais procuram deixar um precedente para que se inicie um diálogo, buscando promover uma interação com os internautas. Através das redes sociais o internauta pode expressar a sua opinião e dialogar com várias opiniões diferentes, sobre um mesmo assunto. Mediante esse processo de trocas de informações e uma maior possibilidade de diálogo, o *Instagram* tem sido uma das redes sociais mais utilizadas pelos três grupos de jovens envolvidos na pesquisa. Porém, no *Facebook*, uma rede social mais popular, as interações com as postagens, através de textos, ocorrem com mais frequência. Percebe-se que, nesta rede, os internautas possuem maior disponibilidade para dialogar, comentar e deixar a sua opinião ou o apoio em relação às temáticas publicadas.

Além do *Instagram* e do *Facebook*, o grupo Juventude de Terreiro do Espírito Santo utiliza, periodicamente, o *Whatsapp*, como um meio de comunicação. Esse grupo é formado por pessoas que participam e buscam interagir com mais frequência com as atividades do grupo.

Esses grupos de jovens utilizam as redes sociais para conectar-se com outros membros, comunidades e pessoas que não pertencem ao meio religioso, mas se disponibilizam a conhecer e aprender sobre as religiões de matriz africana. Os grupos também são utilizados para compartilhar informações sobre eventos de interesse desse público, discutir assuntos relacionados a alguma temática envolvendo os interesses dos povos de matriz africana e, principalmente, buscam organizar estratégias que possam auxiliar no combate à discriminação, ao racismo, ao racismo/intolerância religiosa.

Optamos por observar as postagens feitas pelos três grupos envolvidos na pesquisa a partir do ano de 2020, período em que comecei o meu processo de doutoramento até o início de 2024. Através do acompanhamento das publicações feitas nas redes sociais, como o *Instagram*, o *Faceboock* e participando e interagindo com as conversas do grupo de *Whatsapp* do JTES passamos a coletar dados, tirar *print* das postagens, observar e analisar a movimentação protagonizada pelos três grupos, que serão descritas e analisadas posteriormente.

4 JOVENS, CIBERATIVISMO E RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: uma análise qualitativa dos dados coletados no campo

4.1 DETALHES SOBRE O CAMPO: uma breve descrição do campo pesquisado e dos grupos de jovens envolvidos na pesquisa

Neste capítulo iremos descrever o nosso campo de pesquisa, analisar de que forma ocorreu o processo de expansão das práticas religiosas e das pautas defendidas pelos jovens, no espaço físico do terreiro para o âmbito das mídias sociais. Mencionaremos os métodos utilizados para a coleta e análise dos dados e também destacaremos qual é o posicionamento da juventude afrorreligiosa sobre os impactos da utilização das redes sociais como um instrumento de luta pelos direitos e pela valorização das religiões de matriz africana.

Os estudos sobre a temática juventude, religião e redes sociais vêm ganhando importância, no campo de pesquisas de diversas áreas das ciências humanas. Com os objetivos da pesquisa definidos e com os temas tópicos ou fenômenos a serem explorados, decidimos pesquisar e analisar os conteúdos relacionados ao combate do racismo religioso e a valorização das religiões de matriz africana. Ou, ainda, por analisar as postagens feitas pelos três grupos de jovens afrorreligiosos nas suas mídias sociais, o *Facebook*, o *Instagram* e o *Whatsapp*.

Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, com cunho etnográfico, seguindo algumas etapas: acompanhamento e observação das postagens feitas pelos grupos de jovens nas redes sociais, anotações sobre informações importantes publicadas nos *stories*, *prints*, envio de entrevistas estruturadas utilizando como ferramenta o *google forms*. As entrevistas poderão ser encaminhadas através de *email*, pelo *direct* e através de mensagens via *Whatsapp*. Também será feita a interação e a análise das postagens, a participação nas atividades síncronas, como reuniões e *lives* sempre que possível. Sobre a importância da pesquisa qualitativa, Godoy (1995, p. 21) diz que “[...] hoje em dia, a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes”.

Buscando esclarecer dúvidas e ter acesso a detalhes sobre o campo, utilizamos as entrevistas como um dos métodos a serem aplicados na pesquisa. Para Godoy (1995), é tarefa essencial do pesquisador decidir quais dados serão necessários para responder os questionamentos propostos no projeto de pesquisa. Para termos acesso ao campo de pesquisa

torna-se importante encontrar informantes que nos ajudem a dialogar com o grupo tornando possível a aproximação com os jovens que serão os colaboradores da pesquisa.

As entrevistas estruturadas, uma das metodologias utilizadas, serão encaminhadas através do formulário *Google forms*, juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no qual os entrevistados passam a conhecer os objetivos da pesquisa, escolhendo se desejam ou não responderem às perguntas propostas, além de ficarem sabendo sobre as questões legais que envolvem os dados coletados. Juntamente com o questionário foi encaminhada uma mensagem, na qual me coloquei à disposição para qualquer tipo de esclarecimento em relação ao projeto de pesquisa e sobre as perguntas enviadas para serem respondidas. Encontrar quem pudesse responder às entrevistas foi um processo bem difícil, apesar de haver uma boa vontade dos informantes de indicarem os contatos dos possíveis participantes. Sobre os meios mais seguros de realizar as entrevistas:

Um ponto fundamental é o procedimento ético: deve se obter autorização para a realização da entrevista, se possível por escrito. Devem ser informadas as finalidades da pesquisa, etc. Algumas informações fundamentais quanto ao procedimento: a entrevista é uma relação em que ‘a empatia’ é parte integrante do processo. Assim o entrevistador deve estabelecer uma relação marcada pela cordialidade e respeito mútuo, deve garantir o sigilo dos dados; não deve influenciar, por quaisquer meios as respostas e nem sequer comentá-las. Uma atitude de neutralidade é fundamental: não deve ser indicada nenhuma expressão verbal, ou gestual, que expresse surpresa, desapontamento ou aprovação. O entrevistador não deve julgar a opinião do entrevistado (deve apenas registrá-la, apenas isso), mas deve usar uma linguagem coloquial e informal ao entrevistar. O entrevistador deve manter uma atitude casual, ou seja, não deve parecer sério ou disciplinado demais (Silva; Silveira, 2012, p. 159).

Outra abordagem sobre a entrevista e a conduta do entrevistador é a que se segue:

Um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado. No entanto, não é uma conversa solta, mas com direcionamento, visando apreender dados que possam ser interpretados mediante o problema formulado a partir do objeto de pesquisa (Colognese; Melo, 1988, p. 143).

Iniciamos o processo de pesquisa fazendo uma revisão bibliográfica, buscando assim selecionar a base teórica para reorganizar o projeto de tese apresentado à seleção de doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora e para desenvolvermos a escrita do capítulo a ser apresentado para a banca de qualificação, que ocorreu em janeiro de 2022. Após a qualificação, estudamos as sugestões da

banca e começamos a reorganizar os objetivos da pesquisa, com base nas orientações propostas. Com a estrutura da pesquisa organizada, voltamos a atenção para as postagens e ações protagonizadas pelos três grupos de jovens pesquisados, buscando encontrar os dados que dialogassem e respondessem os questionamentos da nossa pesquisa. Silva e Silveira (2012) sinalizam três importantes fases a serem desenvolvidas durante a pesquisa:

- a) a exploratória, na qual o pesquisador toma contato com a realidade e os pesquisados;
- b) desenvolvimento, no qual se aprofunda e partilha conhecimentos com os pesquisados e a observação de seu comportamento e atitudes coletando dados;
- c) finalização, na qual o pesquisador vai elaborar a análise material (Silva; Silveira, 2012, p. 154).

Outro ponto crucial em relação ao andamento da pesquisa foi a submissão do Projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma etapa que ocupou praticamente uns oito meses da pesquisa, até a adequação do modelo correto que deve ser inserido na Plataforma Brasil. Foram momentos cansativos até o objetivo ser concluído com sucesso, em julho de 2023. Com o TCLE em mãos, passamos a fazer a comunicação formal com os grupos de jovens, através das entrevistas e, quando possível, conversas via *Whatsapp*, *Messenger* e *Direct*.

Com o objetivo de ter material disponível, assim que recebíamos as notificações de postagens, tirávamos os *prints* e os mesmos eram salvos para, posteriormente, serem utilizados e analisados. Sobre as particularidades de fazer uma pesquisa utilizando a netnografia ou etnografia virtual:

Uma das características da etnografia virtual é o redimensionamento do tempo e do espaço ocupado pelo pesquisador. Utilizando-se do suporte digital, o pesquisador não precisa se deslocar para estar no campo de pesquisa. O tempo de participação com os participantes da pesquisa não será o tradicional. Eles podem combinar o melhor horário para conversar (Borges, 2017, p. 176).

As redes sociais são locais de convívio público, onde pessoas de todas as idades compartilham as suas conquistas, passeios, compras, e também as suas experiências com a sua religiosidade. Nas redes sociais, muitas vezes, as pessoas também criam uma vida que não existe, buscando assim mostrar um dia a dia sem os problemas da vida. E, com isso, muitas pessoas costumam passar por conturbações psicológicas, buscando atingir a tão sonhada vida perfeita.

Nesse processo de reorganização e reocupação do espaço público *offline* e *online*, os jovens têm procurado pensar estratégias de luta e sobrevivência, entre elas: o reconhecimento e a valorização da ancestralidade, a luta contra o racismo religioso e todo tipo de violência sofrida pela juventude negra, a utilização da religião como uma rede de encontros e sociabilidade.

A observação e o acompanhamento dos grupos de pesquisados iniciaram no ano de 2020, quando começamos a cursar o doutorado, e a as interações oficiais ocorreram a partir de 2023 após a aprovação do projeto de pesquisa pela Plataforma Brasil se estendendo até o início de 2024. A escolha do período de observação dos grupos está relacionada com a questão da pandemia, onde as redes sociais se tornaram um local de convívio, uma vez que o normal se tornou ficar em casa. Optamos por observar os grupos durante praticamente durante os quatro anos buscando entender com qual frequência os jovens debatem a temática racismo religioso, se os mesmos focam somente no seu Estado ou se acompanham os acontecimentos a nível nacional e se tiveram algum avanço na luta pela preservação dos direitos e contra as violências sofridas pelas CTTro.

No que se refere às religiões de matriz africana, a juventude tem buscado exaltar e valorizar a sua religiosidade assumindo em público a sua crença, lutando pela preservação de uma cultura ancestral e, acima de tudo, buscando meios de combater o racismo religioso que afeta diretamente a vida desses jovens. Os perfis coletivos e individuais têm sido muito utilizados pelos jovens para mostrar de que forma ocorre a sua relação com o sagrado. As movimentações protagonizadas no espaço público físico, em muitas ocasiões, são organizadas no espaço virtual, se deslocando posteriormente para o espaço físico das ruas. Mencionaremos a seguir como foram os primeiros contatos com os jovens e de que forma os três grupos envolvidos na pesquisa têm utilizado as suas redes sociais como um espaço de interação, reivindicação, afirmação da identidade religiosa e como um local de promover ações contra os atos de intolerância religiosa.

4.1.1 Os primeiros contatos: a aproximação com o campo de pesquisa

A busca pelos grupos de jovens dispostos a participar do nosso projeto de pesquisa foi um passo bem importante, durante a nossa trajetória. Esses jovens trazem experiências, vivências e perspectivas que devem ser analisadas com bastante critério, buscando assim os dados que possam contribuir para a consolidação da pesquisa. Através da interação com os grupos de jovens, passaremos a ter conhecimento sobre as suas práticas religiosas, as suas

identidades, os desafios e as suas aspirações em relação as suas lutas diárias. Pretendemos promover um espaço de diálogo e colaboração, onde os jovens colaboradores da nossa pesquisa possam sentir-se valorizados e respeitados em sua diversidade.

A seleção criteriosa de grupos de jovens, que dialoguem com os objetivos da nossa pesquisa, é de suma importância para melhor compreendermos as suas experiências, principalmente no que se refere à utilização das redes sociais como um instrumento de combate ao racismo religioso e também a valorização das suas crenças ancestrais. Ao digitar grupo de jovens de terreiro no *Facebook* foram aparecendo sugestões que se enquadravam na proposta de pesquisa. Nesse sentido, as postagens, os debates e as interações *online* podem trazer dados significativos, que respondam aos nossos questionamentos. Mediante esse contexto, optamos por trabalhar com três grupos de jovens: o JTES, o JCENARAB/NM e o JRENAFRO.

O processo de busca ativa pelos grupos de jovens iniciou-se pelo *Facebook*, onde encontramos, inicialmente, o Grupo Juventude de Terreiro do Espírito Santo e chegamos até a jovem Karol Dofona Ty Oyá que é uma das administradoras do grupo. Enviei uma mensagem para a Karol, pelo seu perfil particular, e começamos a conversar sobre o motivo do meu contato. Após compreender o motivo do contato, a mesma foi solícita e passou o seu número de *Whatsapp*, onde pude explicar sobre os detalhes e objetivos do meu projeto de pesquisa. Mediante a situação, fui adicionada no grupo de *Whatsapp* do JTES, apresentei-me para os demais membros, expliquei qual era o motivo de ter sido aceita como participante do grupo, expliquei em qual Estado eu morava e em qual instituição de ensino eu me encontrava vinculada. A partir desse momento, passei a acompanhar e interagir com as postagens via *Whatsapp*. Na verdade, eu mais observava do que interagia, pois os mais novos devem esperar a hora certa de manifestarem as suas opiniões. O grupo de *Whatsapp* é bastante ativo e às vezes costumam ter discussões calorosas sobre as ações a serem realizadas pelo grupo.

Após receber o *link* das redes sociais do grupo, me tornei amiga/seguidora dos perfis a do *Instagram* e do *Facebook*, ativei as notificações e comecei a observar e tirar *print* das postagens feitas pelo grupo. O grupo realiza reuniões presenciais e *online* para decidir sobre as suas ações. Quando já estava mais familiarizada no grupo de *Whatsapp*, fui convidada a participar das reuniões ordinárias, que têm acontecido desde a chegada da pandemia de Covid-19, através da plataforma *Google meet*. Na primeira reunião *online* eu me apresentei novamente e tive um tempo para explicar sobre as questões que envolvem a minha pesquisa, ressaltando a importância de dialogar com esses jovens. As reuniões ocorrem, normalmente, a noite, mas o horário é discutido no grupo de *Whatsapp* e sempre é decidido o melhor horário

para que todos tenham a chance de participar. As reuniões duram em torno de uma hora e trinta minutos.

O contato com a Karol Ty Oyá foi de suma importância para que eu pudesse ter acesso ao coletivo e conseguisse dialogar e interagir com a juventude desse grupo que foi bem receptiva e se mostrou animada e disposta a colaborar com a nossa pesquisa.

O segundo grupo que encontramos nas redes sociais foi o JCENARAB-Norte de Minas, porém o contato com membros participantes e responsáveis por esse grupo foi um pouco mais difícil. Ocorreram algumas tentativas de comunicação, sem sucesso, pelo *direct* do grupo no *Instagram*. Porém, consegui chegar até ao jovem Rafael Vicente, coordenador nacional do grupo JCENARAB, de Minas Gerais, e o mesmo mostrou-se entusiasmado com a pesquisa, colocou-se à disposição e forneceu o seu número de *Whatsapp*. Expliquei para ele quem eu era, qual eram os objetivos da minha pesquisa e ainda mencionei um pouco sobre a minha relação com as religiões de matriz africana no ambiente acadêmico e escolar.

Nesse processo de diálogo, Rafael falou um pouco sobre a importância do movimento JCENARAB e me passou algumas informações relacionadas ao trabalho do grupo. Visando estabelecer um recorte, optamos por observar as ações da unidade de Montes Claros e recebemos o contato da senhora Manu Moc, a coordenadora geral do JCENARAB/NM. Ela é residente na cidade de Montes Claros e também tem prestado um apoio importante para o andamento da pesquisa.

O grupo JRENAFRO eu já acompanhava desde 2020, pois me chamou muito a atenção a realização de uma série de *lives*, ocorridas naquele ano. Particpei como ouvinte de algumas dessas *lives* e achei bem interessante a atuação potente dos jovens, em prol da sua religiosidade, a sua desenvoltura política e a sua militância nas redes sociais. O grupo possui representações em alguns locais do Brasil, como por exemplo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. No que se refere a diretoria, possui uma coordenação nacional e as coordenações locais.

Visando encontrar alguém que pudesse me auxiliar no processo de aproximação do grupo, entrei em contato com a representante do grupo, da Baixada Fluminense. A mesma se dispôs a me ajudar, mas infelizmente as conversas não seguiram em frente. Antes, já havia tentado contato, com um número de *Whatsapp*, disponibilizado na página do *Facebook*. Enviei algumas mensagens, *áudios*, porém, após várias tentativas não obtive sucesso, pois o grupo parece ser um pouco mais fechado, no que se refere a passar informações para pesquisas acadêmicas. Na expectativa de tentar um contato mais direto com o grupo, consegui dialogar com uma das ex-coordenadoras nacional do coletivo. Expliquei o propósito da minha pesquisa e assim fui questionada: “se você não é de terreiro, porque escolheu estudar sobre

juventude de terreiro”? “Na sua cidade não possui terreiro”? “Por que não procura um terreiro onde você mora?”

Expliquei para a ex-coordenadora qual era a minha relação com as religiões de matriz africana. Relatei que sou professora e já tinha um tempo que era envolvida com a pesquisa relacionada a essa religiosidade de matriz africana e deixei mais claro qual era o propósito da atual pesquisa. Após esses diálogos, a informante me forneceu o telefone do atual coordenador geral do JRENAFRO e me passou a seguinte informação: “Eu vou te passar o telefone do Wilcson, mas a avaliação será dele mesmo, como coordenação e alguém preto, pertencente a terreiro”. Inicialmente, consegui conversar com o coordenador, porém a conversa não fluiu muito. Em alguns momentos ele dizia que estava ocupado, que não podia conversar, pois estava trabalhando. Eu deixei um áudio explicando o motivo do contato, deixando bem claro qual era a minha intenção em relação a pesquisa envolvendo o JRENAFRO. O áudio foi ouvido, as mensagens foram lidas, porém não consegui que ninguém fosse indicado para participar da pesquisa, respondendo as entrevistas e mantendo um contato mais próximo. Antes de conversar pelo *Whatsapp*, eu já havia conversado com o coordenador, pelo *direct*, no *Instagram* e parecia que o resultado seria positivo, o que fez também com que eu seguisse muito interessada nas ações protagonizadas pelo grupo.

Sendo assim, as informações aqui abordadas foram retiradas das redes sociais do grupo JRENAFRO, que são abertas aos internautas, sem nenhum tipo de restrição para participar, comentar, compartilhar, etc. Diante da situação e a dificuldade para conquistar os colaboradores da pesquisa, lembrei-me de anos atrás, quando tentei pesquisar sobre um terreiro de umbanda, em Juiz de Fora, e a mãe de santo me falou: “Você observe e tire as suas próprias conclusões, pois aqui ninguém vai ser entrevistado”. Devido a falta de respeito e as violências sofridas pelo povo de terreiro, em alguns momentos os mesmos não se sentem a vontade para serem entrevistados e comentarem sobre o seu espaço religioso e as suas ações coletivas.

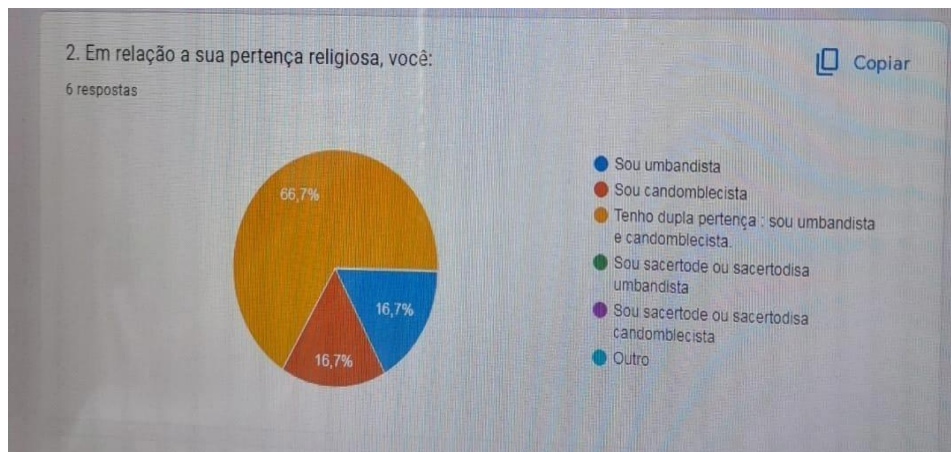
No que se refere ao quantitativo de jovens envolvidos na pesquisa, inicialmente pretendíamos entrevistar 9 pessoas, ou seja, 3 de cada grupo. Porém, tivemos um pouco de dificuldade para conseguir que os jovens participassem da pesquisa, principalmente aqueles pertencentes ao JRENAFRO, grupo ao qual não conseguimos entrevistar nem um jovem. Contamos com a participação total de 06 jovens na nossa pesquisa, sendo 05 de JTES e 01 do JCENARAB/MG. Os jovens envolvidos na pesquisa receberam nomes de origem africana: Zuri, Ayo, Dayo, Adila, Oyá e Amara, e todos possui idade entre 18 e 24 anos, conforme estabelecido pelo projeto de pesquisa. Os nascidos no Espírito Santo são de Vila Velha,

Cachoeiro de Itapemirim, município de Serra, Vitória e Cariacica. A jovem de Minas Gerais nasceu na cidade de São Francisco. Em relação à escolaridade, temos pessoas cursando e que cursaram o ensino médio e também aqueles que possuem curso superior e os que estão cursando.

Durante as conversas com os membros dos grupos, percebemos que as pessoas que possuem menos de 18 anos são as que demonstram maior disponibilidade para responder as entrevistas, porém não se enquadravam na faixa etária (18 a 24 anos) estipulada pelo projeto de pesquisa aprovado pelo Conselho de Ética.

Quando questionados sobre a sua pertença religiosa, entre os seis jovens constatamos que a maior parte possui dupla pertença religiosa (umbandista e candomblecista), e temos um empate entre aqueles que são apenas candomblecistas ou umbandistas. Assim, como constatado por Franco (2014) em sua dissertação, o trânsito religioso também é uma realidade entre os jovens, que ora são do candomblé e transitam para a umbanda, ou fazem o movimento contrário. Alguns jovens fazem a opção de preservar apenas uma religião, não optando assim pela dupla pertença religiosa.

Figura 3 – Pertença religiosa



Fonte: A autora (2024).

Buscando compreender um pouco mais sobre a relação dos jovens com a sua religiosidade, perguntamos para eles qual é o significado e a importância de serem adeptos das religiões de matriz africana, os mesmos assim se posicionaram:

Continuidade, ancestralidade, história, responsabilidade (Zuri).

Significa que fui agraciada para poder levar um pouco das minhas origens, e poder levar um pouco dessa história para a futura geração (Amara).

Participar das atividades dentro de um terreiro em equipe (Adila) (Entrevista 01-2023).

Analisando as respostas obtidas, alguns detalhes nos chamam a atenção, como por exemplo, a conexão com a ancestralidade, a preocupação de manter vivas as tradições religiosas de matriz africana, a gratidão de pertencer a esse contexto religioso e a importância da rede de sociabilidade proporcionada pelo ambiente do terreiro. Levando em consideração que a juventude presa muito o convívio social, pertencer a um terreiro é também sinônimo de acolhimento, companheirismo, local de fortalecer laços, onde se constrói amizades e a troca de experiências em grupo.

Com o objetivo de sabermos quais são os passos para se tornar um membro dos grupos de jovens, questionamos quais são os critérios para que as pessoas sejam aceitas nas suas redes sociais e obtivemos as seguintes respostas:

Ser adepto a religião, e contribuir com as ações do grupo (Dayo).
Não temos critério, pois as nossas redes são abertas para qualquer um participar Ayo (Entrevista 01).

Vale a pena ressaltar que, no grupo de *Whatsapp* do JTES, quase a totalidade, os membros são jovens pertencentes às religiões de matriz africana ou algum colaborador que possa ser pesquisador ou que seja adulto e tenha ligação com a religiosidade de matriz africana. Percebe-se nas respostas acima que ser pertencente a religiões de matriz africana é relevante para estar nos grupos. No entanto, as portas são abertas para aqueles que desejam somar força com o movimento, pelo menos no caso do JCENARAB/MG e no JTES. A internet oferece um espaço dinâmico para a expressão das identidades religiosas, dos diálogos, das lutas e do compartilhamento das tradições religiosas. A crescente presença da juventude em ambientes virtuais nos proporciona dados que são capazes de fornecer preciosas informações sobre a utilização desse espaço como um local de expressão da identidade religiosa.

A utilização das redes sociais como campo de pesquisa acaba encurtando as distâncias, sem haver a necessidade de ocorrer o deslocamento geográfico nos possibilita participar de transmissões feitas ao vivo. Também podemos conversar, perguntar, questionar, opinar e trocar informações com pessoas de vários locais estando apenas com um celular, *tablet* ou *notebook* nas mãos.

No próximo tópico, iremos conhecer um pouco melhor as características, a história do surgimento e quais as ações protagonizadas no âmbito das redes sociais, por cada um dos grupos envolvidos na pesquisa.

4.2 CARACTERÍSTICAS, HISTÓRIA E AÇÕES DOS TRÊS GRUPOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

4.2.1 Juventude de Terreiro Espírito Santo – JTES: “Unidos pela ancestralidade fortalecemos as nossas raízes e direitos”

O respeito à ancestralidade é algo muito presente nesse grupo de jovens. De acordo com a Carta de Princípios da Juventude de Terreiro do Espírito Santo, o grupo é uma iniciativa formada por jovens voluntários de todo o Brasil, que atuam de forma plural, apartidária e independente, na defesa, proposição, discussão e construção de políticas públicas para jovens e povos tradicionais de matriz africana.

O Movimento Juventude de Terreiro (JTES) foi organizado a partir de 20 de dezembro de 2019 e o grupo se define como uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, pluralista e antixista que representa a juventude de 15 a 29 anos, praticantes de religiões de matriz africana, no Espírito Santo.

Figura 4 – Desde 2019 na luta pelos jovens e pelas CTTro



 Você e outras 4 pessoas

 Curtir  Comentar  Enviar  Compartilhar

Fonte: *Facebook* (2024).

Sobre a participação e a atuação dos jovens junto ao JTES, O Art. 2 do Regimento Interno traz as seguintes informações:

O JTES é uma iniciativa de jovens voluntários capixabas que se comprometem com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com a melhoria na qualidade de vida. Por isso atuam de forma independente, no controle, defesa, promoção, preservação, proposição discussão e construção de políticas públicas para a Juventude e os Povos Tradicionais de Matriz Africana (JTES, 2023, p. 1).

O grupo, que é formado em sua maioria por pessoas pertencentes às religiões de matriz africana, e por aquelas que compreendem a importância do movimento, se concentra na luta que envolve a defesa dos interesses e direitos das CTTro do Espírito Santo. O grupo traz a seguinte definição em sua página do *Facebook*:

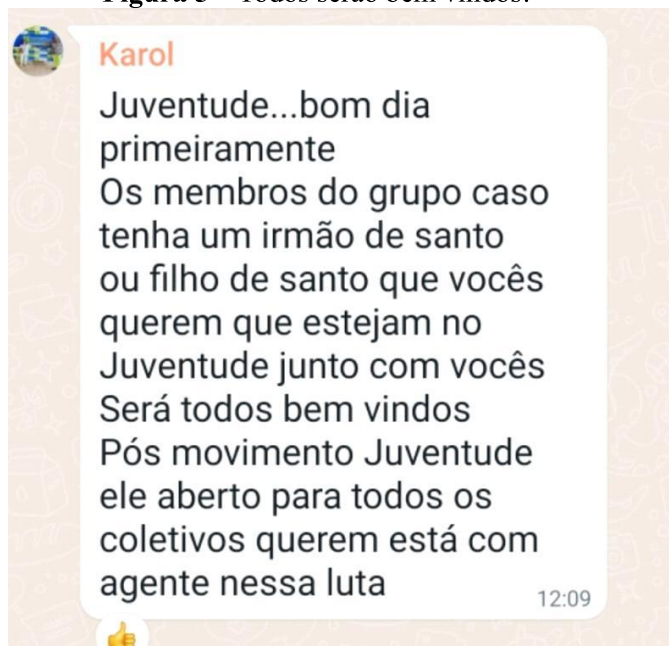
Somos cheios de energia e sorrisos haha! Desde 2019, carregamos conosco uma vontade imensa de transformar o mundo e fazer do jovem de terreiro o protagonista dessa história. Unidos, quebramos estereótipos e mostramos a força da ancestralidade. Vamos juntos com determinação e amor construir um futuro brilhante (*Facebook*, 2019, s./p.).

A energia, a vontade de transformar o mundo é algo muito presente no cotidiano dos jovens e a honra aos ancestrais são características marcantes desse grupo. Em relação à utilização das redes sociais, o *Whatsapp* formado por membros atuantes do grupo tem sido um dos canais mais utilizados quando focamos em interação e trocas de informações diárias entre os integrantes. O grupo tem buscado despertar o interesse dos jovens para que os mesmos possam se manter atuantes no que se refere a preservação dos valores e conhecimentos ancestrais e, por isso, procura incentivar o ingresso de novos jovens, fortalecendo o movimento. Os membros do grupo são incentivados pela coordenação a buscar novos jovens que queiram ingressar e fortalecer o movimento contribuindo com as ações coordenadas pelo grupo.

O grupo busca parcerias e sempre procura participar de movimentos que visam discutir sobre temáticas envolvendo questões que fazem parte do cotidiano dos jovens e da população pertencente as religiões de matriz africana, como racismo, violências, exclusão social, busca por direitos básicos como, por exemplo, o trabalho. Porém, os mesmos têm buscado concentrar as suas forças na luta contra o racismo religioso e a preservação da cultura religiosa deixada pelos seus ancestrais.

O JTES também tem buscado dialogar com o espaço acadêmico e conseguiram construir uma parceria com professores da Universidade Federal do Espírito Santo, no núcleo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB). Já ocorreram reuniões onde parte dos jovens estavam presentes na universidade, enquanto os demais membros acompanhavam pelo *Google Meet*. Professores do NEAB também já participaram das reuniões externando a preocupação de construir políticas públicas voltadas para o interesse da juventude e das CTTro em geral.

Figura 5 – Todos serão bem vindos!



Fonte: *Whatsapp* JTES (2023).

Na primeira reunião em que estive presente, o grupo discutiu sobre a falta de participação dos jovens nas reuniões, o que compromete o andamento das pautas discutidas e também da estabilidade do corpo diretivo. Após o término de cada reunião todos os assuntos debatidos e decisões tomadas são registrados em uma ata que é levada ao conhecimento de todos. Quando a pessoa é membro da diretoria e começa a faltar sem justificativa, pode ser destituído do cargo. Para se candidatar a cargos no grupo e votar nas pautas colocadas em debate é necessário haver comprometimento com a agenda de reuniões do grupo. Jovens de 16 a 29 anos podem exercer o direito ao voto, enquanto aqueles que possuem de 18 a 29 podem ser candidatos às funções relacionadas à coordenação do grupo. Após todas as reuniões realizadas é feita uma ata registrando as decisões e mencionando o nome de cada participante que esteve presente.

O grupo estava sendo coordenado por Ana Karolina da Fonseca (Coordenadora geral) e Natan Boeke (secretário executivo), ambos eleitos em assembleia exercendo os cargos até meados do primeiro semestre de 2024, onde ocorrerá uma nova eleição. O JTES também possui a necessidade de ter pessoas responsáveis pela comunicação, articulação e mobilização em torno das ações do grupo.

Em relação ao grupo de *Whatsapp*, quando uma pessoa se torna membro, o mesmo é convidado pela coordenadora Karol de Oyá a se apresentar, falando o seu nome, local de

moradia, sobre a sua pertença religiosa e sobre o espaço sagrado do qual faz parte. Visando ter um cadastro mais organizado sobre os membros do grupo, os mesmos são convidados para preencher um questionário *Google forms*, para que as informações fiquem registradas, conforme a **Figura 6**.

Figura 6 – Cadastro de Membros JTES

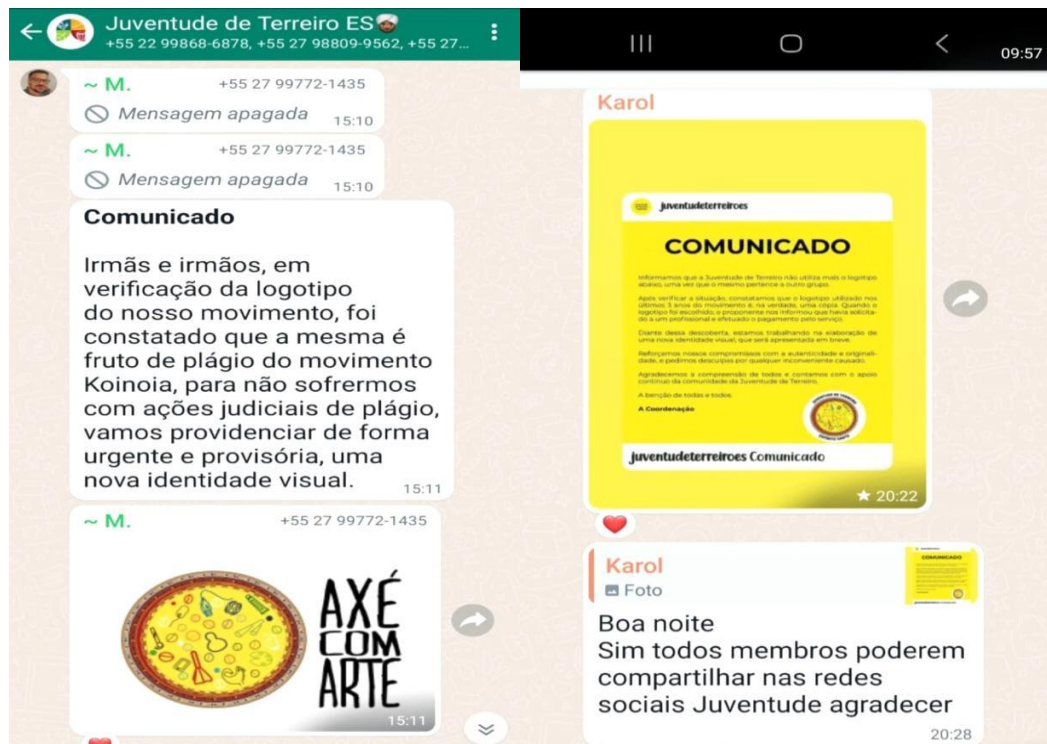
Fonte: *Whatsapp JTES* (2023).

O grupo possui uma identidade visual que é utilizada em suas comunicações oficiais e também nas suas redes sociais. A primeira arte usada pelo grupo foi substituída assim que membros do grupo descobriram que a mesma foi plagiada de um coletivo chamado Axé com Arte. Um comunicado oficial foi publicado pelo grupo no *Facebook* e *Whatsapp* deixando claro que quando o logotipo foi escolhido o proponente havia dito que o mesmo foi solicitado a um profissional que foi remunerado pelo serviço prestado.

A coordenação tomou ciência que o fato poderia acarretar uma ação judicial e se posicionou sobre a situação pedindo desculpas e trazendo os devidos esclarecimentos sobre o fato ocorrido. Foi emitida uma nota avisando que nenhum documento do JTES usaria a *logon* antiga e que os membros deveriam compartilhar em suas redes sociais a mensagem avisando

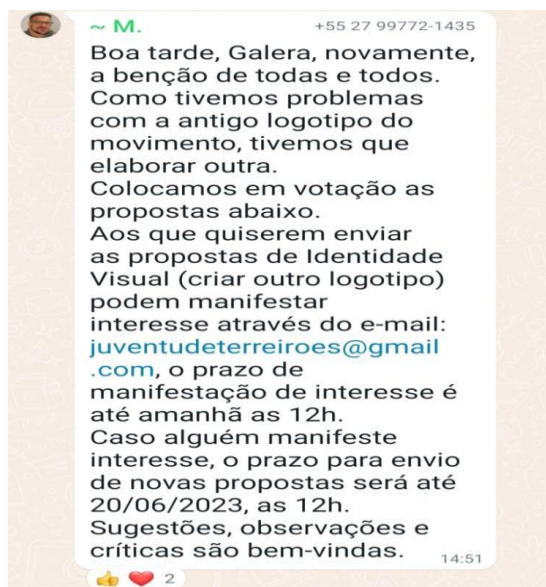
sobre o fato ocorrido e que, posteriormente, iniciaria um processo para a escolha da nova identidade visual do grupo, conforme a figura.

Figura 7 – Comunicado



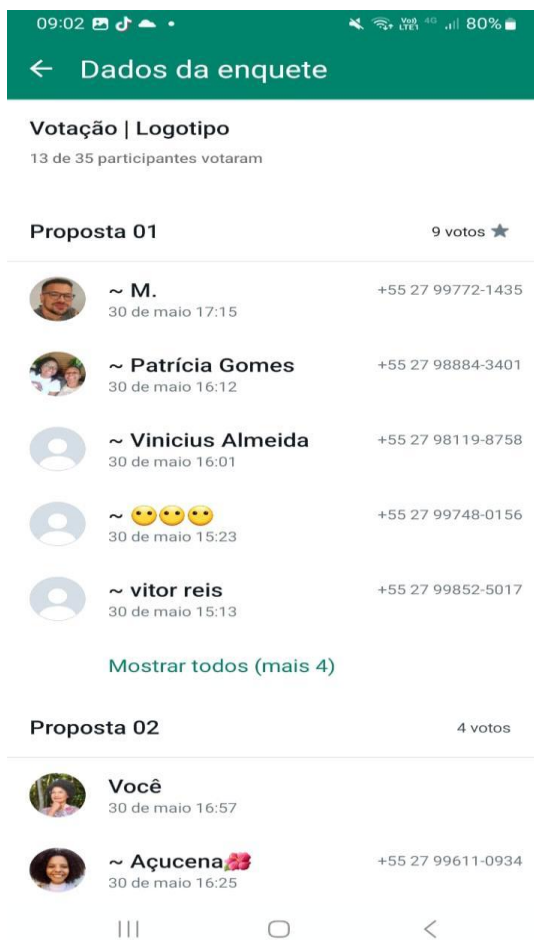
Fonte: *Whatsapp JTES* (2023).

Buscando criar uma nova identidade visual para o grupo, foi feita uma convocação para que os membros que se sentissem a vontade e tivessem habilidade criassem uma nova arte visual para ser escolhida e utilizada pelo grupo (**Figura 8**).

Figura 8 – Votação identidade visual

Fonte: *Whatsapp* (2023).

Após o período estipulado para que os membros do grupo apresentassem as suas propostas de arte, surgiram duas opções que foram encaminhadas para o processo de análise escolha. Foi aberto um processo de discussão e votação via *Whatsapp* e a proposta 01 foi a escolhida com 9 votos, enquanto a proposta 02 obteve 04 votos (**Figura 9**).

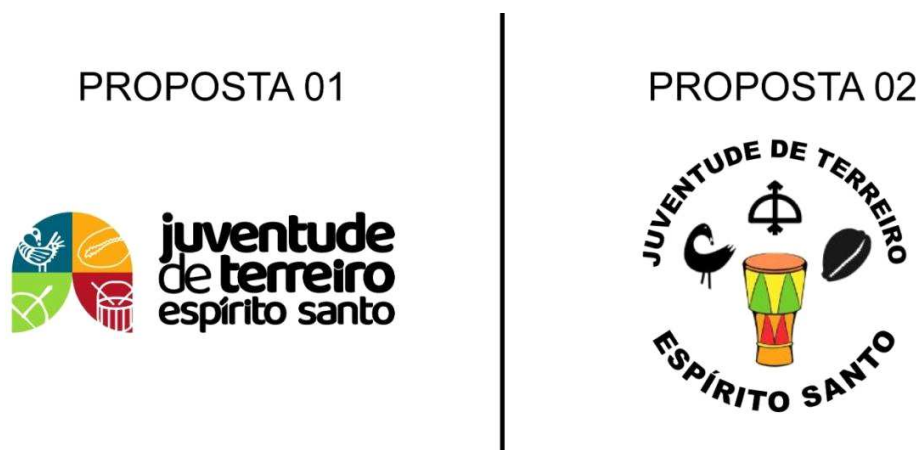
Figura 9 – Enquete: votação logotipo

Fonte: *Whatsapp* JTES (2023).

A escolha da nova identidade visual do grupo não ocorreu de forma aleatória, pois a mesma precisa dialogar com os interesses e ter representatividade simbólica (**Figura 10**). Sendo assim, cada símbolo utilizado na identidade visual possui um significado ligado a elementos presentes na filosofia de vida do terreiro, como observaremos na descrição abaixo:

- O Tambor: com a sua batida vibrante, é a expressão da energia e da celebração.
- Búzio: o búzio conecta ao divino, lembrando sobre a nossa espiritualidade.
- Ofá: nos guia trazendo a direção e a proteção da nossa jornada.
- Sankofa: convida-nos a olhar para trás, valorizando as nossas raízes e aprendendo com sabedoria sobre o passado. Significa voltar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro.

Figura 10 – Identidade visual do grupo



Fonte: *Whatsapp* JTES (2023).

O JTES possui as seguintes redes sociais: *Instagram*, *Twitter*, *Faceboock* e *Whatsapp* e também disponibiliza o contato via *email*. O grupo do *Whatsapp* possui, atualmente, 35 participantes; no *Facebook* possui 697 seguidores e 672 curtidas nas postagens feitas; enquanto no *Instagran* o grupo é seguido por 889 pessoas, possui 27 publicações e seguem 1259 pessoas, conforme a **Figura 11**. No *Faceboock*, o JTES é amigo do JCENARAB e do coletivo CENARAB. Os principais assuntos e pautas defendidos pelo grupo encontram-se salvos nos destaques e podem ser visitados pelos novos seguidores da página. Entre os assuntos em destaque estão as dicas de livros e vídeos, a relação referente aos membros da coordenação, os documentos, os princípios, os eventos, as lutas, as publicações em mídias como os jornais locais, as informações sobre direitos dos povos de terreiros e os objetivos do grupo.

No segundo semestre de 2023 foi criado um novo grupo de *Whatsapp* com pessoas que participam com mais frequência das conversas, debates e ações propostas pelo grupo. Esse grupo é formado por 15 pessoas, porém segue de portas abertas a todos que quiserem chegar e fortalecer o movimento.

Figura 11 – Página do *Instagram*



Fonte: *Instagram* (2024).

O grupo, buscando se organizar, vem construindo coletivamente alguns documentos que descrevem os seus objetivos, princípios e motivo da organização. Os documentos são o Regimento Interno, a Carta de Princípios, o Manifesto e o Programa de Ações, ambos foram lidos e debatidos nas reuniões ordinárias, agendadas pela coordenação. As discussões têm caminhado para que o grupo seja registrado tendo a documentação legalizada, o que facilita, por exemplo, poderem concorrer a editais a nível municipal, estadual e federal que possam beneficiar as ações do coletivo. Os documentos têm como objetivo nortear as ações do grupo e estabelecer os princípios organizacionais.

Buscando prosseguir com a consolidação dos documentos em construção e a organização das ações, o grupo tem realizado reuniões de forma *online*, utilizando a plataforma *Google meet*, buscando oferecer uma maior participação da juventude. Já aconteceram sete reuniões entre 2022 e 2023. Todas as reuniões são conduzidas pela coordenação formada por Ana Karolina Fonseca (coordenadora) e Natan Boeke (secretário executivo). Durante a plenária todos os presentes puderam opinar sobre os assuntos debatidos. As reuniões também acontecem na sede da Universidade Federal do Espírito Santo sendo transmitidas simultaneamente pela plataforma *Google meet*.

Figura 12 – Perfil *Facebook*



Fonte: *Facebook* (2021).

Na 3ª reunião ordinária foi apresentada a coordenação estadual do movimento e dado boas-vindas a todos os participantes. Durante a reunião também foi debatido qual seria o melhor horário para que houvesse uma maior participação da juventude. Foram analisadas diversas possibilidades, entre elas respeitar as questões que impedem os jovens de atuarem no movimento frequentemente, entre eles: questões envolvendo o preceito, festas nos seus devidos terreiros e questões como o horário de trabalho. Também foi citado como justificativa para faltar a exigência de maior dedicação ao barracão feita pelo orixá de cabeça. Ocorreu a leitura e o debate sobre a Carta de Princípios (Anexo A), que vem explicando a função do movimento, os princípios defendidos, os objetivos a serem conquistados, quais ações pretendem desenvolver, o que querem e, estatisticamente falando, qual é a situação da juventude no contexto social.

A Carta de Princípios menciona a importância da implementação de políticas públicas para o povo de terreiro, a luta por uma sociedade mais igualitária e menos discriminatória, almeja a melhoria de vida para a juventude de terreiro, o protagonismo juvenil e o combate ao racismo religioso. Ainda sobre a importância do JTES:

Assim como os nossos orixás, Nkises, Voduns e encantados que permeiam as nossas trajetórias com os seus itãs e lendas, nós construímos e transformamos permanentemente a nossa história. Como jovens de terreiro, acreditamos que a única alternativa para a nossa própria continuidade é unir todas as forças e ocupar todos os espaços para sermos ouvidos (JTES, 2023, p. 1).

Os jovens demonstram nos dizeres acima a sua preocupação de manter a sua herança cultural, em meio a uma sociedade que ainda discrimina, violenta e desrespeita os direitos individuais das pessoas. Porém, demonstram que unidos podem lutar por melhores condições.

Na **Figura 13** temos uma chamada para que os membros do grupo possam participar da quinta reunião ordinária que visava falar sobre a construção da documentação do grupo e o Encontro Estadual da Juventude.

Figura 13 – 5ª Reunião Ordinária da JTES



Fonte: *Instagram JTES* (2023).

Já na **Figura 14**, na página seguinte, temos o resultado das reuniões, ou seja, a consolidação dos documentos importantes para a trajetória do grupo. Os documentos foram construídos em grupo e depois ocorreram algumas reuniões, para serem feitos os devidos ajustes, quando necessário. Foram lidos e debatidos cada parágrafo dos documentos. Também foram colocados em pautas, na reunião, assuntos relacionados à questão do combate ao racismo religioso, a importância e o compromisso com as tradições religiosas, os valores ancestrais e também a preocupação com a segurança das casas de umbanda e candomblé.

Figura 14 – Documentos básicos



Fonte: *Instagram* (2024).

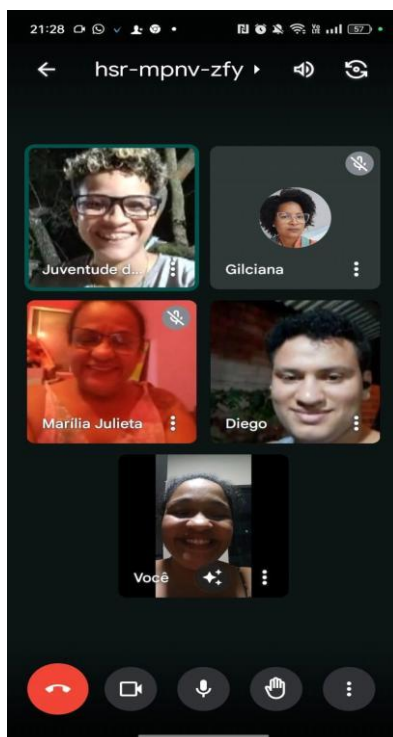
No grupo de *Whatsapp* são publicadas enquetes que ajudam a decidir sobre diversos assuntos, como por exemplo, a produção de camisa para o grupo, as informações sobre políticas que atendem aos anseios dos povos de terreiro, os horários de reunião, etc.

A sétima reunião (**Figura 15**) teve como objetivo dar continuidade à leitura e ao ajustamento do regimento interno e também ocorreu o debate sobre a necessidade de formalizar o grupo através de um registro.

Uma das preocupações do grupo é a baixa adesão dos jovens no movimento. O Regimento Interno foi aprovado pelo grupo no dia 20 de dezembro de 2023. Para o grupo foi um marco significativo, pois acreditam que, com a aprovação do documento, estão caminhando para a potencialização da luta e da busca por transformações significativas para o movimento.

Termos como as palavras inclusão, articulação, fortalecimento, combate e liberdade estão em destaque nos objetivos propostos no Regimento Interno do grupo. O Regimento Interno possui 32 páginas e nele vêm descrito os seus objetivos, quem são os membros e quais são os seus direitos, deveres e responsabilidades. Também é mencionada a estrutura organizacional, os assuntos relacionados a finanças, comunicação e coordenação de projetos.

Figura 15 – Sétima reunião ordinária JTES



Fonte: *Whatsapp* (2023).

No que se refere a comunicação, sempre que iniciam uma conversa no *Whatsapp* ou nas reuniões via *Google meet* os jovens mantêm vivas as regras do terreiro e sempre pedem licença, a benção aos mais velhos e aos mais novos e utilizam muito a expressão *motumbá*⁶⁰. Buscam sempre manter uma comunicação respeitosa, trazendo para o ambiente virtual a forma como se comunicam dentro do espaço físico do terreiro. As reuniões via *Google meet*, agendadas com antecedência e com a ciência dos membros do grupo são de suma importância para a construção dos documentos básicos que legitimam e guiam a jornada do grupo. A opção de usar as mídias digitais para realizar as reuniões colaboram para que haja a participação daqueles que não podem comparecer presencialmente, mas gostam de acompanhar os movimentos. Em alguns casos, os jovens entravam na sala de reunião, se apresentavam e depois diziam que não iam interagir pois estavam no trabalho. Mas, conseguiam acompanhar e até mesmo votar através do *chat* quando tinha algo a ser decidido.

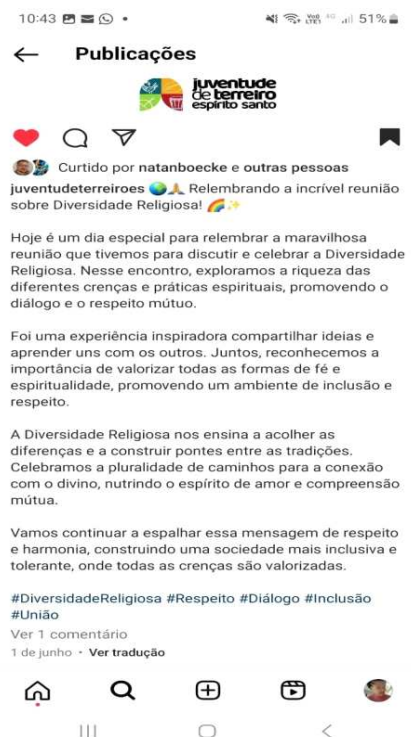
4.2.2 Ações protagonizadas pelo JTES

⁶⁰ Termo que significa saudação respeitosa ante alguém ou também pedido de benção. Na nação angola é usado como pedido de licença para ir ao banheiro (Cacciatore, 1988, p. 176).

O JTES entende que é de suma importância cultivar o respeito a pluralidade religiosa, defender uma cultura do acolhimento, de amor e do diálogo como um caminho para construir uma sociedade mais justa, que saiba dialogar, que cultive o respeito e que, acima de tudo, saiba valorizar todas as formas e maneiras de vivenciar o sagrado. Debater e reconhecer a importância da diversidade religiosa pode contribuir para a construção de uma sociedade que saiba respeitar o sagrado do outro. Através do diálogo e do conhecimento fica mais plausível cultivar o respeito pelas diversas formas de cultuar o sagrado.

Na postagem abaixo o grupo trata da importância de sempre lembrar que a luta pela preservação da diversidade e da liberdade religiosa é constante e faz parte do cotidiano dos povos tradicionais de matriz africana.

Figura 16 – Reunião sobre diversidade religiosa



Fonte: *Instagram* do JTES (2020).

Outro tipo de postagem encontrada nas redes sociais do JTES são as notas de repúdio contra a violência sofrida pelos povos tradicionais de terreiro. Os jovens do movimento repudiam qualquer tipo de violência sofrida pelos adeptos de religiões de matriz africana e os seus espaços sagrados. Também deixam claro que esperam algum tipo de posicionamento por

parte do poder público. A juventude tem buscado se unir na luta contra o racismo religioso e pelo reconhecimento dos direitos das religiões de matriz africana.

Os casos de racismo religioso são uma temática de suma importância e, por isso, tem sido debatidos e denunciados também no âmbito das redes sociais do JTES. As violências, caracterizadas como racismo religioso, podem ocorrer nas redes sociais, no espaço físico do terreiro, em transportes públicos e, até mesmo, na Câmara Municipal, um local público que deveria fazer prevalecer os direitos de todos os cidadãos.

Um caso de intolerância religiosa ocorrido na Câmara Municipal de Vitória tornou-se assunto nas redes sociais do grupo JTES. O fato ocorreu em 2021 e o vereador Gilvan⁶¹ usou a tribuna para cometer o crime, que pode ser enquadrado como racismo religioso, contra uma vereadora chamada Karla Coser. O vereador citado pegou detergente e bucha para limpar a mesa e pedir “orações a Deus para livrar de todo mal” referindo à bênçãos feitas pelas mães de santo presentes no plenário, na sessão solene em homenagem ao Dia da Consciência Negra (Dal Gobbo, 2021). O JTES, na pessoa da coordenadora Ana Carolina, se organizou para fazer manifestações virtuais e físicas em frente a câmara de vereadores.

Também emitiram uma nota de repúdio, mencionando um ataque sofrido pela casa de umbanda chamada Casa Preto Velho de Oxalá, conforme a figura acima. O ato de violência fere o direito de liberdade religiosa e de culto. Assim, o JTES veio nas suas redes sociais solidarizar-se com o sacerdote da casa e exigir que o poder público tomasse providências em relação ao caso ocorrido, que também foi classificado como racismo religioso.

A publicação abaixo foi feita numa quinta-feira, dia em que o *feed* do *Instagram* fica cheio de postagens acompanhadas com a sigla #TBT. Normalmente, as publicações feitas com #TBT⁶² têm a função de lembrar coisas boas, acontecimentos felizes e significativos para a vida de uma pessoa. Porém, neste caso, a publicação tinha como objetivo lembrar que a luta contra o racismo religioso é algo constante no movimento. Enquanto existir o racismo religioso, o grupo estará atento para promover ações que tenham como objetivo combater essa prática.

⁶¹ Ver reportagem na íntegra conforme o *site* em Dal Gobbo (2021).

⁶² O termo #TBT nas redes sociais significa *Throwback Thursday* ou Quinta feira do retorno. É utilizado para demarcar publicações referentes ao passado que deixaram saudades e foram boas lembranças. Para maiores informações, ver MLabs (2023).

Figura 17– Nota oficial de repúdio ao ataque a Casa Preto Velho de Oxalá



Fonte: *Instagram JTES* (2023).

Os jovens sempre buscarão meios legais de notificar, comunicar, debater e buscar punições para aqueles que cometem o chamado racismo religioso. Sobre a importância da movimentação, a publicação trouxe a seguinte mensagem:

#TBT para lembrar nossas lutas permanentes! Hoje recordamos quando a juventude de terreiro ergueu sua voz contra ataques do então vereador Gilvan, na Câmara Municipal de Vitória. Nas linhas da história, deixamos marcado o nosso compromisso de defender nossas tradições e resistir contra qualquer forma de discriminação. Unidos levantamos nossas bandeiras sagradas e mostramos ao mundo a força da nossa juventude de terreiro. Aquele dia foi um marco, onde nos erguemos juntos em nome do respeito, da igualdade e da valorização das nossas raízes. Nosso protesto ecoou pelos corredores da câmara, reafirmando a nossa presença e a nossa luta constante por um futuro mais justo. A chama da resistência continua acesa em nossos corações, pois sabemos que a batalha não termina aqui. Seguiremos firmes, unidos e empoderados para enfrentar todos os desafios que ainda virão. Nossa voz não será calada (*Instagram JTES*, 2023).

A **Figura 18** é uma postagem que deixa clara a importância da luta conjunta, em prol dos direitos das CTTro e contra qualquer tipo de violência por eles sofrida. Também mostra que os jovens estão atentos e estão buscando diversos meios de combater o racismo religioso no espaço público físico e *online*.

Figura 18 – TBT para lembrar que as nossas lutas são permanentes



Fonte: *Instagram JTES* (2023).

Algumas postagens são feitas mencionando a importância dos povos de terreiros conhecerem as leis, que asseguram os seus direitos mediante a sociedade, como por exemplo: o reconhecimento perante a lei da cerimônia de casamento religioso (Lei 6.015/73) (Brasil, 1973), a importância da lei 10.639/2003 (UFJF, 2023), que oficializa a obrigatoriedade do estudo da cultura africana e afro-brasileira nas redes de ensino públicas e privadas, a Lei da Igualdade Racial (12.288/2010) (Brasil, 2010) que é um importante instrumento para que as desigualdades sejam reconhecidas e abordadas nas esferas governamentais.

Também mencionam a relevância da criação da Lei 14.532/2023 (Brasil, 2023) que instituiu o Dia das Tradições de Matriz Africana, decretos que falam sobre a aposentadoria

para sacerdotes. Outra informação muito importante foi a questão da Guarda Religiosa (Lei 13.796/2019) (Brasil, 2019) que garante a aplicação de provas e frequência para alunos matriculados nas redes pública e privada de ensino.

Em outra postagem feita no *Facebook* (**Figura 19**) expressam os seguintes dizeres, reforçando o compromisso com o compartilhamento de informações sobre os direitos dos povos de matriz africana e a importância da luta dos jovens, honrando a sua ancestralidade:

Unidos pela ancestralidade, fortalecemos as nossas raízes e direitos! Sejam bem-vindos a nossa edição de direitos dos povos de terreiros. Aqui na parte I de nossa série de conteúdos, exploramos alguns dos direitos que possuímos, alguns talvez até desconhecidos. Nosso propósito é democratizar o acesso as informações dos sacerdotes e membros dos povos tradicionais de matriz africana, porque somos muito mais que apenas uma juventude. Somos parte de um povo que carrega consigo a força dos nossos ancestrais. Junte-se a nós nessa jornada de conhecimento e empoderamento, enquanto honramos as nossas origens e lutas por reconhecimento e respeito.

Figura 19 – Direitos dos povos de terreiro



Fonte: *Facebook* JTES (2023).

As postagens também trazem, claramente, a luta da juventude contra o racismo religioso e a importância de conhecer as leis e os direitos dos povos de terreiro. Palavras como fortalecimento, direitos, democracia, união, ancestralidade, sempre se fazem presentes nas postagens, reforçando assim a importância dada ao contexto religioso, aos direitos civis de cada cidadão e a luta conjunta protagonizada pela juventude.

4.2.3 Juventude de Terreiro do CENARAB-Norte de Minas: “A fé pela qual eu me ajoelho, é a mesma que me coloca de pé”

A frase “A fé pela qual eu me ajoelho, é a mesma que me coloca de pé” expressa a relação do JCENARAB/NM com o seu sagrado. O grupo tem protagonizado ações em prol da preservação da religiosidade e dos conhecimentos ancestrais, que permeiam o cotidiano do terreiro e, principalmente, promovendo ações de combate ao racismo religioso. A fé tem um duplo sentido no qual o sujeito, tomado de humildade, se ajoelha para venerar o seu sagrado, aquele que é responsável pelas vitórias cotidianas. Logo, percebe-se uma relação de respeito e de agradecimento.

O grupo, também conhecido como JCENARAB-MOC, foi registrado no dia 03 de agosto de 2019, na cidade de Montes Claros, no estado de Minas Gerais e, atualmente, não possui sede física. Os membros se encontram para debater as suas pautas em casas de santo, praças públicas ou locais cedidos pela comunidade. As redes sociais são muito utilizadas para organizar as movimentações do grupo.

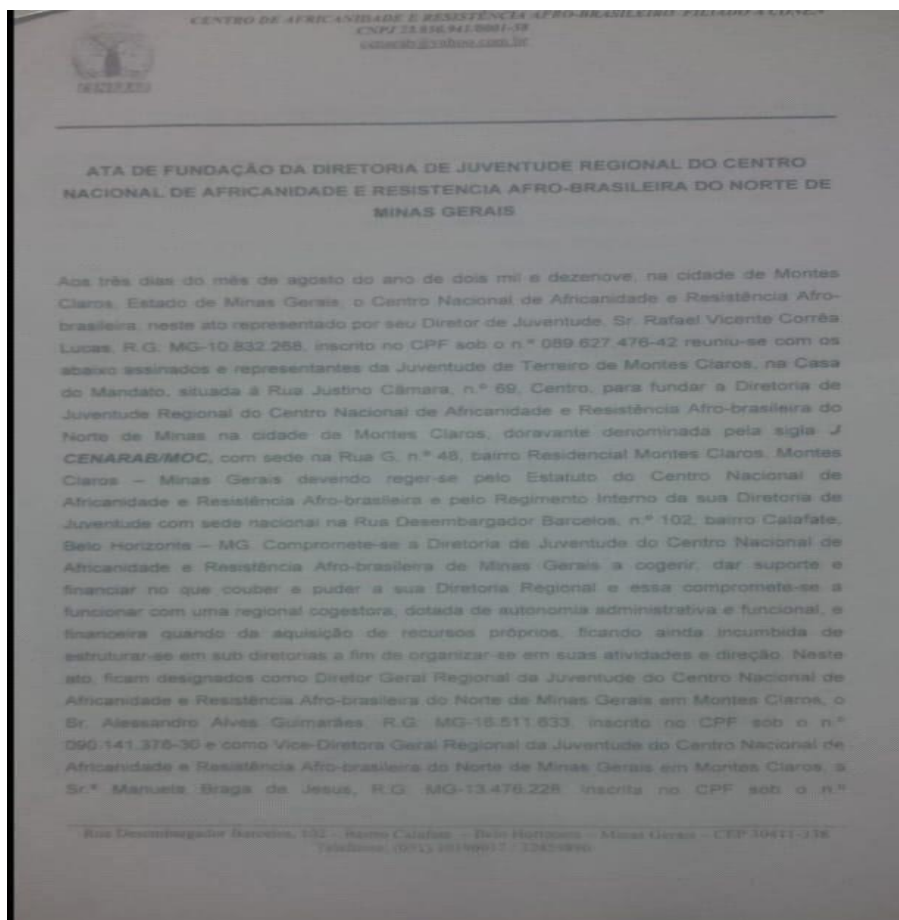
Além da ata de posse (**Figura 20**), o grupo possui um regimento interno, que se baseia nos princípios estabelecidos pelo do CENARAB de Minas Gerais. Na ocasião, o senhor Alessandro Alves Guimarães foi nomeado diretor e a senhora Manuela Braga de Jesus assumiu o cargo de vice-diretora do grupo de jovens, na sede situada em Montes Claros. A diretoria regional possui autonomia administrativa, funcional e financeira, quando da aquisição de recursos próprios, ficando ainda incumbida de estruturar-se em subdiretorias, a fim de organizar-se em suas atividades e direção.

O JCENARAB possui contas no *Instagram* e *Faceboock*, onde são publicados os encontros de juventude de terreiro, as marchas contra a intolerância religiosa, as informações sobre o panteão de orixás, as atividades realizadas em quilombos, entre outros assuntos de interesse do grupo.

O *Facebook* foi criado pelos membros do grupo, em 20 de abril de 2020. Possui, atualmente, 176 seguidores. Já no *Instagram*⁶³, o grupo possui, atualmente, 411 seguidores e 108 publicações relacionadas a eventos, reuniões, protestos, caminhadas, *lives*, entre outros. Nessa rede, seguem 169 pessoas.

⁶³ <https://instagram.com/jcenarab.nm?igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==>

Figura 20 – Ata de fundação da diretoria de Juventude Regional do CENARAB – Norte de Minas Gerais



Fonte: Acervo Manu Moc (coordenadora local do grupo juventude CENARAB – NM) (2019).

Figura 21 – Destaques no *Instagram*



Fonte: *Instagram* (2023).

A **Figura 21** é um *print* da página no *Instagram*, onde podemos perceber os principais eventos publicados pelo grupo nos destaques. O *Instagram* nos permite destacar, separadamente, as publicações que achamos mais importantes e que, de fato, mostram a identidade do dono do perfil. Os destaques mostram, separadamente, cada assunto postado, que pode ser acessado, posteriormente, a qualquer momento, pelos seguidores da página, na *web*.

O grupo possui uma identidade visual composta por uma sankofa, que é um símbolo adinkra. Segundo Manu Moc, coordenadora do grupo, a sankofa significa renovação, mudanças e as cores, utilizadas na identidade visual, representam as inkisis⁶⁴.

Figura 22 – Identidade visual do grupo CENARAB/Norte de Minas



Fonte: *Facebook* CENARAB – Norte de Minas (2024).

O CENARAB/NM vem buscando meios de garantir a preservação das religiões de matriz africana e, por isso, as redes sociais tem se tornado um caminho muito usado para buscar unir a juventude dos diversos terreiros e, ao mesmo tempo, levar informações para aquelas pessoas que não são adeptas da religião, mas buscam informações sobre a filosofia de vida dos umbandistas e candomblecistas.

⁶⁴ Designação das divindades nos candomblés angola-congo, correspondente ao orixá nagô (Cacciatore, 1988, p. 148).

4.2.4 Ações protagonizadas pelo Juventude de Terreiro do CENARAB/ Norte de Minas

O grupo Juventude de Terreiro do CENARAB/NM também utiliza as suas redes sociais para ampliar a sua rede de comunicação. Fazem postagens no *feed* e nos *stories*, para convidar as pessoas para participarem da Marcha Contra o Racismo e a Intolerância Religiosa, divulgam ações que irão ocorrer nas casas de Matriz Africana, convocam os jovens para participarem dos movimentos relacionados aos seus direitos, levam instruções de informações que são importantes para as CTTro e chamam a atenção para datas comemorativas como, por exemplo, o dia das mulheres, exaltando assim, aquelas que foram importantes para a história do povo negro, principalmente no que se refere ao surgimento das religiões de matriz africana no Brasil.

Em novembro de 2021 ocorreu a 5ª Marcha contra o Racismo e a Intolerância Religiosa. Foram feitas publicações nos *stories* do grupo JCENARAB/NM, reforçando a importância da participação das pessoas físicas e das entidades, para somarem forças para organizarem o movimento. No dia 18 de novembro de 2023, próximo ao dia de celebração da Consciência Negra, o grupo JCENARAB realizou em Montes Claros – MG, a 6ª Marcha contra a intolerância religiosa e contra o racismo (**Figura 23**).

Figura 23 – 6ª Marcha contra o Racismo e a Intolerância Religiosa



Fonte: *Instagram* do JCENARAB/NM (2021).

O evento foi divulgado nas redes sociais e o convite foi feito para todas as pessoas que quisessem juntar-se ao movimento. Vestidos com as suas roupas brancas, suas indumentárias usadas no âmbito do terreiro, com as suas guias, honrando a sua fé e com determinação, a juventude ocupou as ruas da cidade e foram lutar contra a intolerância religiosa e pela valorização das religiões de matriz africana. O *Instagram* foi um dos meios utilizados pelo grupo para divulgar o evento e convidar as pessoas para fazerem parte da ação, realizada pela juventude, conforme expressa a figura a seguir.

Figura 24 – Convite



Fonte: *Instagram* do JCENARAB (2023).

A publicação do convite, feita no *Instagram*, veio acompanhada da música de Maria Bethânia, reforçando a determinação, a coragem e a importância da crença nos seus orixás, inquices e entidades.

Não mexe comigo
 que eu não ando só,
 eu não ando só,
 que eu não ando só.
 Não mexe comigo
 Não misturo,
 A rainha do mar anda de mãos dadas comigo
 Me ensina o baile das ondas e canta, canta, canta, pra mim...
 (Carta de amor – canção de Maria Bethânia)⁶⁵.

A frase “não mexe comigo” também pode ser usada para fazer referência ao direito que o povo de santo tem de ocupar os espaços públicos, com as suas roupas, simbologias e crenças, sem sofrer nenhum tipo de violência ou violação dos seus direitos. E, quando é

⁶⁵ Trecho da Música Carta de Amor – Compositores: Maria Bethânia Vianna Telles Veloso/ Paulo César Francisco Pinheiro.

mencionada a frase “eu não ando só”, com certeza está se referindo à presença dos orixás, inquices, entidades, encantados, erês e outras entidades espirituais que guardam os médiuns e iniciados nas religiões de matriz africana. Também podemos associar ao “eu não ando só” com as leis constitucionais, que garantem o direito de cada cidadão brasileiro de professar a sua religião, sem sofrer nenhum tipo de violência ou desrespeito nas vias públicas.

Figura 25 – 8ª marcha contra a intolerância religiosa & racismo!



Fonte: *Instagram* do Juventude CENARAB (2023).

O convite para participar dos movimentos contra o racismo religioso, o racismo estrutural e o respeito aos adeptos das religiões de matriz africana foi compartilhado com os internautas, principalmente através do *feed* e dos *stories* do *Instagram*, e ganham corpo nas vias públicas da cidade, como observaremos nas **Figuras 25 e 26**.

O povo de terreiro também vem deixando claro que a tolerância já não é suficiente, que os mesmos querem ser respeitados e desejam que os seus símbolos, rituais e narrativas sejam vistos com naturalidade, sem julgamentos preconceituosos e discriminatórios. Poder

tomar as ruas, fazendo as suas manifestações, sem sofrer represália da polícia que, muitas vezes, silenciou o toque dos tambores é uma conquista importante para o povo de terreiro.

Figura 26 – O povo de candomblé exige respeito!



Fonte: *Instagram* do Juventude CENARAB (2023).

A luta contra o racismo também se fez presente na passeata (**Figura 27**). Assim como já constatado na nossa pesquisa, não há como falar em racismo religioso sem levantar uma discussão sobre a questão do racismo, que é o pilar de muitos problemas enfrentados pela população afro-brasileira e pelos afrorreligiosos no Brasil. Ocupar as ruas deveria ser algo dentro da normalidade, mas mediante todas as violências e opressões sofridas pelas CTTro, esse fato precisa, sim, ser celebrado como uma conquista.

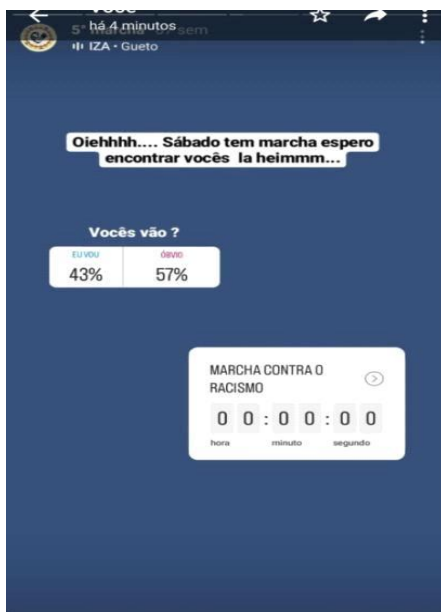
Figura 27 – Tire o racismo do caminho!



Fonte: *Instagram* do Juventude CENARAB (2023).

As enquetes publicadas nos *stories* também são outra estratégia utilizada pelo Grupo CENARAB/Norte de Minas, para interagir com os internautas (**Figura 28**). Levando em consideração que um dos objetos das redes sociais é proporcionar a interação, as enquetes ajudam a ter uma ideia de como será a participação das pessoas nos movimentos que ocorrem nos espaços públicos e, ao mesmo tempo, ocorre a possibilidade dos internautas expressarem o seu interesse pelo assunto em pauta. A publicação traz um lembrete e marca o tempo que falta para o evento acontecer. E, para que haja a interação do público, é feita uma pergunta, a qual a resposta é registrada em forma de porcentagem, toda vez que ocorre uma participação.

Figura 28 – Marcha contra o racismo religioso



Fonte: *Instagram* do Juventude CENARAB/Norte de Minas (2021).

O grupo JCENARAB/Norte de Minas também deixa claro, nas suas postagens, a luta cotidiana para preservar as heranças ancestrais, e mesmo diante do constante processo de ataques, devido ao racismo religioso, os adeptos do candomblé e da umbanda seguem firmes, cultuando as suas entidades e os seus orixás.

O respeito e o amor à ancestralidade alimentam a esperança de dias melhores para os povos pertencentes às religiões de matriz africana. Na postagem, percebemos o respeito e a gratidão em relação aqueles que vieram antes, que iniciaram a luta e buscaram meios de resistir aos mais diversos tipos de opressão, conforme expresso na **Figura 29**. Lutar e resistir são questões que se fazem presentes no cotidiano da população afrodescendente e afroreligiosa.

A ocupação de espaços políticos, em busca da construção de políticas públicas que possam combater o racismo e a intolerância religiosa, tem sido uma das bandeiras defendidas pelo JCENARAB/NM (**Figura 30**). Através da participação no conselho, o grupo assegura a possibilidade de debater e buscar soluções para duas importantes bandeiras de luta: a intolerância religiosa e racial.

Figura 29 – Nunca irão nos calar!!

20 de novembro de 2020 · Ver tradução



Fonte: *Instagram* do Juventude CENARAB/Norte de Minas (2020).

Figura 30 – Posse no Conselho Municipal de Igualdade Racial de Montes Claros



Fonte: *Instagram* Grupo Juventude CENARAB/Norte de Minas (2020).

As redes sociais tem sido de suma importância para que o JCENARAB/NM faça as suas interações, mostre as suas pautas, deixem claro a sua busca por ocupar lugares nas instâncias de poder público e convoque pessoas para virem somar na sua luta diária.

4.2.5 Juventude de Terreiro RENAFRO: “Respeite o nosso povo, cultura, fé e tradição”

A luta pelo respeito, a valorização e o reconhecimento da importância dos conhecimentos deixados pelos ancestrais é um dos pilares defendidos por esse grupo de jovens. O Juventude de Terreiro RENAFRO Nacional, atualmente, tem como coordenador nacional Muzema Wicson Nunes, residente no estado da Bahia. Além disso, o grupo tem os seus coordenadores locais, nos núcleos presentes em estados como o Rio de Janeiro e o Ceará. O grupo de jovens faz parte do RENAFRO/Saúde que foi criado por José Marmo da Silva ou “Marmo”, como era conhecido no meio do povo de santo. Marmo dedicou toda a sua vida à promoção da saúde da população das CTTro. Um dos objetivos do RENAFRO Saúde é estimular práticas da melhoria da saúde, preservando as tradições das religiões afro-brasileiras.

O grupo de trabalho e articulação Juventude de Terreiro RENAFRO Saúde tem como principais objetivos:

- Ampliar o debate sobre as mudanças no cenário político brasileiro e os impactos das medidas governamentais na vida da juventude de terreiro e da juventude negra.
- Trabalhar de forma coletiva desenvolvendo um papel importante como organização não governamental (*Instagram*, 2024).

O JRENAFRO possui *Instagram*, *Facebook*, *website*, *email* e canal no *Youtube*. No *Instagram* o grupo possui 654 seguidores, seguem 225 pessoas e possui 124 publicações relacionadas a variadas temáticas, entre elas: convite para *lives*, esclarecimentos sobre a importância da vacinação, a valorização da cultura ancestral preservada pelo povo de terreiro, o combate ao racismo religioso, entre outros. Nos destaques do *Instagram* encontram-se registros das *lives*, sobre diversas temáticas de interesse da juventude, nas quais o grupo menciona ter sido um sucesso.

Já no *Faceboock*, o grupo possui 823 seguidores e tem como objetivo principal orientar a juventude sobre o seu espaço e papel na sociedade. A página foi criada em 23 de dezembro de 2015. As postagens mencionam assuntos como a questão do cuidado existente

nos terreiros, a importância da preservação cultural, questões relacionadas ao combate ao racismo, tão presente na sociedade, notas de indignação, entre outros assuntos.

Figura 31 – Juventude de Terreiro Renafro – GT Nacional



Fonte: *Instagram J RENAFRO* (2023).

Figura 32 – Página no *Facebook*

Fonte: *Facebook* (2023).

A página do *Facebook* também disponibiliza uma agenda, com alguns eventos que ocorreram entre os anos de 2016 e 2017, como veremos a seguir:

Figura 33 – Agenda J RENAFRO

22:06    •   VoLTE 4G  21% 

← Eventos

ANTERIORES 8

 **Reunião Mensal Juventude De Terreiros Renafro Rj**
Quarta-feira, 23 de agosto de 2017 às 17:00

 **Reunião Mensal Jovens De Terreiros**
Terça-feira, 27 de junho de 2017 às 18:00

 **Formação , para Jovens De Terreiros, Racismos, Conjuntura Política , Imolaçã**
Sábado, 10 de junho de 2017 às 09:00

 **2ª Reunião de Planejamento do GT Juventude**
Terça-feira, 16 de maio de 2017 às 16:00

 **Reunião de Planejamento E Ações Jovens De Terreiros.**
Segunda-feira, 13 de março de 2017 às 16:00

 **Lançamento do Vídeo O cuidar nos Terreiros**
Sexta-feira, 5 de agosto de 2016 às 10:00

 **Encontro Estadual da Juventude de Terreiros / RENAFRO RJ**
Sábado, 21 de maio de 2016 às 21:00

 **Reunião juventude de Terreiros RJ**
Quinta-feira, 12 de maio de 2016 às 10:00

Fonte: *Facebook* (2023).

O grupo tem como foco principal debater os assuntos relacionados à saúde da população de terreiro e também a busca por direitos que possam garantir a existência da população jovem e das CTTro. Possuem movimentos voltados para o debate, envolvendo o racismo, as violências sofridas pelos praticantes de religiões de matriz africana e também se

movimentam em torno de pautas que têm como objetivo focar nos direitos e interesses da juventude.

Nota-se que, para os três grupos envolvidos na pesquisa, a utilização das redes sociais é de suma importância e mesmo os jovens habitando espaços físicos diferentes, existe uma similaridade nas pautas debatidas e colocadas em prática. Borges (2019) constatou que os coletivos digitais do povo de axé, que têm uma proposta de empoderamento dos negros, têm se multiplicado a cada dia. E o mesmo vem ocorrendo com os grupos de jovens afroreligiosos. Os coletivos têm aumentado, ganhado força e com certeza a utilização das mídias sociais tem sido de suma importância para que as suas demandas cheguem a um número maior de pessoas, inclusive aquelas que fazem parte das instâncias pertencentes ao poder público.

4.2.6 Ações protagonizadas pelo Juventude de Terreiro do RENAFRO

A Juventude RENAFRO tem como propósito lutar pelo fortalecimento das tradições religiosas de matriz africana e reforçam um debate focado na saúde da população negra e de terreiro. Também focam em questões envolvendo a juventude de terreiro nos espaços públicos, promovem ações que visam combater o racismo e a intolerância religiosa.

O grupo também se preocupa com a formação voltada para a juventude e para os adolescentes de terreiro. Assim como nos demais grupos, a discussão sobre os impactos do racismo religioso e como combatê-lo é uma preocupação constante.

Através do uso do *Instagram*, o grupo Juventude RENAFRO convidou a todos os jovens para participarem dessa formação. Para garantir a vaga era necessário fazer uma inscrição e a formação ocorreu via *Google meet*. No evento também foi apresentada a nova coordenação do GT Nacional de Juventude RENAFRO (**Figura 34**). Foi usada a frase motivadora para incentivar os jovens a somarem força com o grupo: “Vamos juventude balançar a RENAFRO”!

Incentivar a juventude a se vacinar para se proteger da Covid-19 (**Figura 35**) foi uma campanha idealizada pelo JRENAFRO nas redes sociais. Foram feitas *lives*, *postagens* de textos informativos e vídeos.

Figura 34 – Tema: Terreiro lugar de criança, adolescente e jovens: uma conversa sobre o racismo religioso



Fonte: Facebook Juventude de terreiro RENAFRO (2022).

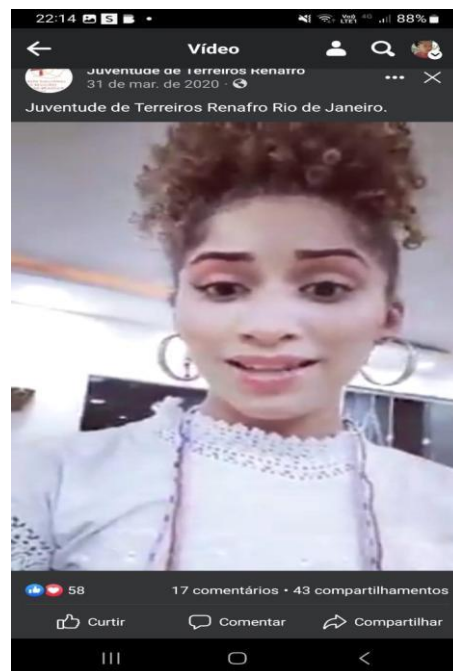
Figura 35 – A hora é essa! Vacine-se! Campanha em prol da vacinação contra o Covid-19



Fonte: Instagram Juventude de terreiro RENAFRO (2021).

Ainda em relação à pandemia e as suas consequências a ebómi Gabriela de Oxum postou um vídeo falando sobre a importância do cuidado e da vacinação por todos, contra a Covid-19 (Facebook Renafro, 2020). A ebómi ainda aproveitou a oportunidade para relatar as desigualdades sofridas pelo povo de terreiro, independente da pandemia. Também trouxe o descaso que ocorre com a saúde do povo de terreiro e o difícil acesso às informações. Também relatou que a força ancestral é o que possibilitou a sobrevivência do povo pertencente às CTTro. A fé é algo que deve ser mantido, mas a conscientização em relação aos desafios da pandemia precisa ser colocada em prática. Também mencionou que a frase “fique em casa”, não é algo supérfluo, é uma questão de sobrevivência. Lembrou ao povo de terreiro que a questão do resguardo é algo que eles conhecem, por isso era a hora de colocá-lo em prática, em nome da vida do outro. O vídeo foi bem compartilhado, ocorreram muitas interações e comentários.

Figura 36 – Vídeo postado pela ebómi Gabriela de Oxum e compartilhado pela Juventude RENAFRO



Fonte: Facebook Grupo Juventude RENAFRO (2020).

O ato contra o racismo religioso, protagonizado em campo, nas olimpíadas de Tóquio, pelo jogador da seleção brasileira Paulinho, foi postado no *Instagram* do grupo, encorajando os jovens a lutarem contra esse tipo de discriminação (Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2021). O preconceito contra as religiões de matriz africana também se faz presente no esporte. É necessário romper esse silêncio. Foi um momento de grande

representatividade para a juventude de terreiro, ver um jogador mostrar orgulho por sua religião, durante uma Copa de Futebol, em que o mundo estava antenado nos jogos olímpicos.

O jogador da seleção brasileira, Paulinho, é filho de Oxossi (orixá das matas) e seguidor do Candomblé. O mesmo se tornou notícia na página do *Instagram* do JRENAFRO. Para uma melhor compreensão do gesto feito em campo pelo jogador da seleção brasileira, iremos descrever algumas das qualidades do seu orixá de cabeça:

Oxossi, rei de Ketu, é o deus da caça e habitante das florestas. É também conhecido como Alaketu, título dado ao rei de ketu, e ainda como Odé, está ligado a terra virgem e a lua. Seu símbolo é um arco e flecha de ferro. [...] Sua dança mostra uma cena de caça, desde a perseguição do animal até o disparo da flecha. Sua cor é o azul esverdeado. Seu dia é quinta feira. Sua saudação é Okê arô (salve o caçador dos montes!) (Chaib, 2000, p. 46).

O jogador mimetizou o uso de um arco e flecha, em campo, durante o jogo da seleção brasileira, onde sofreu um ato de intolerância religiosa. Paulinho já comentou nas redes sociais sobre a intolerância religiosa e acha importante celebrar publicamente a sua fé (**Figura 37**). E, com certeza, um atleta mostrando a sua religiosidade em um evento de nível mundial é um ato de suma importância, pois o mesmo representa milhares de jovens que sofrem com a intolerância todos os dias, mas, mesmo assim, possuem orgulho de expressar a sua fé publicamente.

A JRENAFRO, no ano de 2020, realizou uma série de *lives* (**Figura 38**) debatendo diversos tipos de assuntos, inclusive sobre os desafios enfrentados para se oferecer uma educação que tivesse potencial para enfrentar as dificuldades, envolvendo as desigualdades que foram ampliadas com a chegada da Covid-19.

O grupo de jovens também utiliza as suas redes sociais para postar vídeos com diversos tipos de conteúdos, entre eles: conscientização sobre a importância de manter as medidas de prevenção a saúde, vidas negras importam, chamada para participação em audiências públicas, como “a juventude negra quer viver”, programações relacionadas às festividades e comemorações envolvendo a cultura e a religiosidade de matriz africana.

Figura 37 – Resistência e respeito às religiões de matriz africana



Fonte: *Instagram* Juventude de terreiro RENAFRO (2021).

Figura 38 – 6ª Live Juventude RENA Afro



Fonte: *Facebook* do Grupo Juventude RENA Afro (2020).

As diversas formas de utilização das redes sociais pela juventude afroreligiosa podem desempenhar um papel fundamental no que se refere ao empoderamento, a mobilização, a visibilidade e a representatividade. As redes sociais podem promover a conectividade e o encontro de pessoas que compartilham a mesma crença ou até mesmo aquelas que desejam conhecer, de fato, como funciona um determinado contexto religioso. Sobre a utilização do ciberespaço pelos povos de terreiro:

[...] os povos de terreiro estão vivenciando a todo vapor a cibercultura como um fenômeno do tempo presente em que a inteligibilidade coletiva produz, compartilha, comenta criticamente, ou não, curte, depois compartilha novamente as suas compreensões sobre o mundo de dentro do terreiro que, aos poucos, se conecta com outros povos de terreiro e de diversas religiões, forjando a complexidade da formação do que conhecemos como religiões afro-brasileiras. Basta para isso ter acesso a um dispositivo móvel (*tablet*, *smartphones*, ou computadores) com acesso à internet (Borges, 2019, p. 30).

A juventude de terreiro vem utilizando as redes para disseminar informações sobre as suas crenças, organizar reuniões, mobilizar os seguidores em prol de uma luta, como por exemplo, contra a intolerância e o racismo. Explicam a importância dos seus valores ancestrais. As redes sociais têm sido utilizadas como um instrumento que possibilita que as suas vozes possam ecoar para além do espaço físico do terreiro. As redes sociais facilitam o

compartilhamento de ideias, opiniões, demandas, lutas em prol de políticas públicas e, acima tudo, fortaleceu o diálogo entre a juventude afroreligiosa e os internautas. O grupo JTES tem se mantido mais ativo no *Instagram* e no *Whatsapp*, onde as conversas acontecem, praticamente, todos os dias. Já os grupos JRENAFRO e JCENARAB/NM, não possuem uma regularidade muito ativa, nas redes sociais. As publicações são feitas mais direcionadas para os eventos que já constam na agenda do grupo.

Os jovens de terreiro têm se destacado como protagonistas na utilização das redes sociais, para promover ações relacionadas a suas pautas de luta. Herdeiros de saberes ancestrais, os jovens encontram nas plataformas digitais um espaço para dar visibilidade às suas tradições religiosas e às suas lutas cotidianas. As tradições de matriz africana também estão utilizando os meios tecnológicos como uma poderosa ferramenta para compartilhar conhecimento sobre a sua crença e buscar meios para combater o racismo religioso, buscando assim promover uma equidade racial social e religiosa.

4.3 DA CASA DE AXÉ AO CIBERESPAÇO: uma análise sobre o reflexo das ações protagonizadas pelos três grupos de jovens umbandistas e candomblecistas nas mídias sociais

Os três grupos pesquisados utilizam as mídias sociais como um espaço de luta contra o racismo religioso e também buscam fortalecer a importância da preservação da cultura ancestral e cobram do poder público políticas que possam ser benéficas para a juventude afroreligiosa e também para as CTTro. As ações protagonizadas pelos afroreligiosos têm ultrapassado os limites das paredes do terreiro e tem chegado aos meios digitais.

As redes sociais tem sido um espaço muito utilizado pela juventude para expressar as suas opiniões, cobrar do poder público a garantia dos seus direitos buscando fortalecer o movimento. Buscando alcançar um número maior de internautas, além de usar as redes sociais coletivas para fazer as publicações os membros do grupo repostam as ações nas suas redes sociais privadas. Normalmente utilizam o @ para marcar o seu grupo, amigos, e pessoas que tenham interesse em visualizar as informações publicadas, aumentando assim o poder de alcance.

Borges (2019), em sua tese de doutorado, chegou à conclusão de que as juventudes de terreiro estão crescendo, se fortalecendo e resistindo. Porém, as atualizações do racismo também têm sido reconfiguradas. Logo, torna-se necessário unir forças e intensificar a luta contra as discriminações que assombram o dia a dia da juventude nas escolas, nos meios de transporte, nos espaços digitais, no ambiente de trabalho, entre outros locais. A cor da pele e a

opção religiosa ainda são elementos sociais que atravessam negativamente a vida do cidadão preto:

Infelizmente, a questão racial ainda faz parte da vida cotidiana da população negra e indígena no Brasil e sempre que somos vistos, somos na verdade mal vistos e notados de forma subalternizada ou inferiorizada. Quem sente na pele o sentimento negativo da sua cor, dos seus traços, da sua religião ou da sua cultura, sabe que quando alguém nomeia pela cor da pele está acionando racialmente um determinado grupo étnico. A frase deixada no perfil da Pé Loké ‘pena que é macumbeira’ é a expressão mais vil que usam quando querem desqualificar os nossos ancestrais, a nossa forma de produzir resistência na contemporaneidade (Borges, 2019, p. 207-208).

A jovem Pé Loké uma das participantes da pesquisa de Borges (2019) e seguidora do candomblé, mencionada acima foi mais uma vítima do que denominamos racismo religioso. Segundo Borges (2019), muitas pessoas ainda se sentem incomodadas quando se deparam com os corpos negros vestidos politicamente com as suas roupas de axé, turbantes, fios de conta e outras indumentárias pertencentes ao contexto religioso. A pesquisadora ainda ressalta que a experiência do olhar racializado é o pior tipo de racismo religioso vivenciado pela juventude de axé no seu cotidiano.

Os casos de racismo têm sido denunciados através de exposição das imagens dos terreiros violentados e trazendo em público os prejuízos emocionais, psicológicos e simbólicos causados nas vítimas. Além da violência simbólica, as agressões físicas se fazem presentes e em algumas ocasiões e resultam em prisões inadequadas de sacerdotes e também em morte.

Borges (2019) menciona que os coletivos digitais do povo de axé, que têm uma proposta de empoderamento dos negros, têm se multiplicado a cada dia. Sobre a importância de levar para o âmbito das redes sociais as temáticas debatidas e as ações colocadas em prática pelos grupos, os jovens de axé assim se posicionaram em relação a temática:

Uma forma de divulgar ações e mostrar que nós também fazemos parte desse processo tecnológico (Zuri – entrevista 01).

Para que toda a comunidade adepta e simpatizantes a religião se informe das atividades do grupo (Ayó – entrevista 01).

Na atualidade vivemos numa sociedade onde todos acham que conhecem tudo, mas a verdade é outra completamente diferente. Por isso, é necessário sempre conhecer a verdade, o preconceito com as religiões de matriz africana sempre começa com a falta de conhecimento. Por isso, é necessário o conhecimento para aprender (Amara – entrevista 01).

Zuri, Ayó e Amara entendem que as redes sociais são um espaço de trocas de conhecimento entre aqueles que são adeptos da religião e os que apenas desejam buscar informações sobre a filosofia de vida daqueles que são membros das CTTro. Compartilhar e trocar informações, acompanhar a modernidade estando conectado e levar esclarecimentos sobre as religiões de matriz africana buscando desmistificar os preconceitos são algumas das funções do uso das redes sociais. Sobre a importância do ciberativismo protagonizado pela juventude de terreiro:

Esse despertar da negritude através do ciberativismo nas suas redes digitais da contemporaneidade é um pequeno recorte de que a questão da identidade racial ainda não foi superada e que o seu debate é tão necessário quanto a questão do racismo, produto da colonialidade. Acabamos com o colonialismo, mas não exterminamos o colonialista presente nas relações econômicas, culturais, jurídicas e administrativas presentes na sociedade (Borges, 2019, p. 213).

Somente as pessoas pretas sabem o que significa viver em uma sociedade racista, que promove a perseguição, prolifera a intolerância, a violência contra os terreiros e seus praticantes e, principalmente, o genocídio da população jovem negra.

A coordenadora do JTES também menciona sobre a importância do fortalecimento da identidade dos jovens de terreiro. Torna-se necessário se mostrar preparado para lutar contra o racismo religioso e fazer circular uma narrativa vinda de dentro do terreiro e não aquelas criadas e impostas pelo colonialismo. É preciso haver uma descolonização dos saberes, e a movimentação da juventude através das redes sociais tem proporcionado o acesso a conhecimentos produzidos nos terreiros e oferecido informações diretas do ambiente do terreiro para quem se dispõe a escutar e dialogar.

4.4 ENTRE A TRADIÇÃO E A CONTEMPORANEIDADE: como os mais velhos analisam a utilização das mídias sociais pela juventude de terreiro

As religiões de matriz africana preservam suas tradições, entre elas, a oralidade, na qual a transmissão de conhecimento é feita através do diálogo entre os mais velhos e os mais novos, a vivência coletiva, o respeito aos conhecimentos ancestrais, entre outros. Porém, na atualidade a tradição tem se deparado com o moderno, pois as tecnologias têm chegado aos terreiros, principalmente pelas mãos da juventude que passa uma boa parte do seu tempo

conectada nas redes sociais, postando fotos, gravando vídeos e compartilhando experiências e vivências em grupos virtuais e no seu perfil particular.

O terreiro é visto como um espaço de resgate de valores ancestrais e para manter vivo os conhecimentos a presença de crianças, adolescentes e jovens é essencial. Por isso, os sacerdotes e sacerdotisas precisam buscar meios que corroborem para que esse público se mantenha presente nestes espaços sagrados. A utilização das redes sociais como uma fonte educativa tem aproximado a juventude dos terreiros e colaborado para que os mesmos assumam a sua pertença para além do espaço sagrado. A juventude tem utilizado as redes sociais para produzir imagens positivas sobre si mesmo e sobre a sua religiosidade. A publicação de fotos, de momentos festivos, de celebrações e de rituais religiosos têm sido muito usada pela juventude de terreiro.

As redes sociais passam a ser usadas para engajamento político, social, econômico e religioso. Danças do *Tik Tok*, *stories*, *selfies* com as roupas de santo e guias, publicações de texto e compartilhamento de eventos em tempo real tem sido algumas das ações praticadas pelos povos pertencentes às religiões de matriz africana, inclusive os jovens. Mediante o uso das tecnologias e dos meios tradicionais de repassar o conhecimento nos terreiros acaba ocorrendo o encontro entre a tradição e a modernidade, ou seja, um intercâmbio de informações:

Nesse cenário de crescente digitalização, a cibercultura possibilita que as religiões afro-brasileiras, originalmente organizadas a partir de princípios e valores tradicionais, tais com oralidade, vivência coletiva, respeito aos mais velhos, herdadas das antigas civilizações africanas, convivam com as práticas culturais das sociedades modernas (Conceição, 2019, p. 22).

No terreiro a juventude aprende a reconstruir a sua identidade pautada numa educação afrocentrada, respeitar os seus mais velhos, conviver, ouvir, dividir e viver em comunidade. O uso da tecnologia digital nos terreiros foi uma realidade que chegou bem antes da pandemia de Covid-19, ocorrida no ano de 2020. Mas, com esse acontecimento que fez com que as pessoas se distanciassem, as redes sociais se tornaram uma opção para não se perder essa vivência que é proporcionada pelo ambiente do terreiro. Encontros pelas plataformas *Zoom*, *Google meet*, *Whatsapp* e *lives* transmitidas pelo *Facebook* e *Instagram* foram opções muito utilizadas pelo povo de santo. Porém, a aproximação entre a ancestralidade e a modernidade já vem ocorrendo antes da chegada da pandemia:

As religiões brasileiras estão no ciberespaço. E não se trata de um fenômeno novo. A partir do final dos anos 90, diferentes segmentos da sociedade foram ocupando espaços na rede virtual. O mesmo aconteceu com os adeptos das religiões afro-brasileiras, o “povo de santo”. Às vezes individualmente, noutras através das suas casas de culto [...] (Conceição, 2019, p. 21).

Apesar do uso das tecnologias serem uma realidade dentro do espaço sagrado, constata-se que ainda existe um conflito entre a juventude integrada no contexto da modernidade e os sacerdotes dos terreiros, que buscam manter a tradição oral de transmissão de conhecimento para aqueles que adentram, principalmente, para o candomblé. Borges (2019), ao conversar com os mais velhos em idade do Terreiro envolvidos na sua pesquisa de doutoramento constatou que há uma preocupação com as fotografias e os vídeos que retratam rituais que são compartilhados nas redes sociais. No entanto, dois anos após a entrevista feita pela pesquisadora, a mãe Darabi, mais velha do terreiro, postou em seu *Facebook* fotos de oferendas para Xangô e Iansã, o que significa que, nos últimos anos, sua percepção em relação ao uso das redes sociais pelos sacerdotes e sacerdotisas tem mudado. Mesmo não sendo favorável a postagem de rituais e oferendas nos lugares sagrados, mãe Darabi acabou fazendo uma postagem sobre uma oferenda na sua página do *Facebook*.

Todavia, em alguns casos, existe um conflito entre as gerações, pois os jovens que adentram o terreiro de candomblé chegam com muitas informações sobre como funciona esse espaço sagrado. Como os terreiros possuem maneiras próprias de organização, muitas vezes o aprendizado adquirido pela juventude, nas redes sociais e nas literaturas sobre as religiões de matriz africana, publicadas por pesquisadores, entram em conflito com o ensinamento e as regras que estão sendo transmitidos pelos sacerdotes/sacerdotisas, dentro dos terreiros:

São frequentes as queixas de sacerdotes mais antigos, com relação ao perfil daqueles que se iniciam, em função dos seus questionamentos, por resistirem às regras dos rituais e as etapas seguidas dentro do culto, conforme ensinamentos adquiridos das gerações anteriores. Já entre os que se iniciam aparece outra perspectiva de críticas: as formas tradicionais de aprendizagem e sociabilidade do candomblé, consideram que são antagônicas ao modo de vida da sociedade atual, além de ansiar por respostas a aspectos específicos da sua existência que os/as lideranças religiosas não conseguem responder ou não trazem soluções a contento.

Não se trata apenas de um conflito de gerações ou de diferença entre modos de vida dentro da roça ‘versus’ fora da roça; suspeito que tenha relação com a facilidade dessas pessoas (os/as iniciantes) acessarem os saberes do culto virtualmente, de maneira indiscriminada, em qualquer tempo, sem qualquer tipo de mediação pelos /as mais antigos de forma autônoma e em muitos casos, distantes do espaço físico da roça. Eles /as (em sua maioria mais jovens na idade cronológica) chegam trazendo ‘informações’ pesquisadas não só na literatura acadêmica sobre religiosidade afro-brasileira, mas

também no ciberaxé⁶⁶ (*blogs, sites, páginas em redes sociais, canais de vídeos e demais veículos do ciberespaço de publicação de imagens, textos e sons sobre a temática do candomblé*) [...] (Conceição, 2019, p. 26).

Os jovens têm acessado os perfis das redes sociais das religiões de matriz africana, onde podem ser feitos os mais diversos tipos de questionamentos, entre eles, sobre os rituais, a relação com os orixás, inquices e voduns, vestimentas sagradas, preço de ebós, a relação com o pai ou a mãe de santo, como é o processo de iniciação, entre outros. Dessa forma, o jovem que não possui nenhuma relação com o espaço físico do terreiro, quando adentra nesse espaço já chega cheio de informações e essas, às vezes, entram em conflito com os ensinamentos transmitidos dentro desse espaço sagrado.

Os mais velhos do terreiro acabam entrando nas redes sociais para acompanharem as postagens da juventude e, em alguns casos, por haver divergência em determinados assuntos, os mesmos acabam sendo bloqueados, para não terem acesso aos conteúdos postados:

Para fugir do monitoramento religioso *online*, algumas pessoas do terreiro bloqueiam os seus mais velhos quando vão postar alguma imagem ou comentário em que a questão pode ser considerada polêmica no terreiro. Meu corpo, minhas regras é uma questão que ainda é controvérsia dentro dos terreiros, seu corpo pertence aos orixás e são eles que direcionam o seu viver. O corpo é o primeiro assentamento vivo do orixá, o povo de axé segue essa compreensão, tentar desconstruir esse saber é um desafio futuro (Borges, 2019, p. 223).

Existe uma divergência entre os mais novos e mais velhos. Logo, utilizar a estratégia do bloqueio pode ser uma forma de evitar ou adiar um desentendimento. Apesar de ser uma realidade a chegada das tecnologias no terreiro, ainda existe um conflito entre as informações a serem transmitidas pelos mais velhos e as informações coletadas pelos mais novos, no âmbito das redes sociais. Lembrando que cada terreiro possui os seus ensinamentos e regras, não há uma padronização dos saberes. Nesse caso, nem sempre o conhecimento adquirido nas redes sociais será compatível com aquele que é ensinado pelo pai ou pela mãe de santo, dentro do espaço sagrado. Como resolver esse dilema?

Diante do avanço da utilização da tecnologia, os mais velhos passam a ter que conciliar as suas regras com as informações trazidas pelos mais novos. E os mais novos, que estão adentrando para o terreiro, precisam aprender a conviver com a hierarquia e com a forma tradicional de se transmitir o conhecimento, através da oralidade e da vivência

⁶⁶ Segundo Conceição (2019), é o espaço criado na internet pelas casas de culto de matriz africana.

cotidiana. Dentro de um terreiro o aprendizado acontece cotidianamente, onde os mais novos seguem os passos dos mais velhos.

Já em alguns casos, quando o sacerdote ou a sacerdotisa são mais jovens, a utilização da tecnologia nos terreiros é aceita com mais naturalidade, preservando, é claro, aqueles segredos e ambientes que só podem ser conhecidos pelos membros do determinado espaço sagrado. Um dos membros do grupo JTES, sacerdote umbandista, utiliza o seu *Instagram* para mostrar o seu terreiro, as giras, as comemorações e, além dos vídeos, disponibiliza em tempo real através dos *stories* no *Instagram* os rituais realizados na sua casa de umbanda. Em relação aos membros desse terreiro mencionado, vale destacar que a maior parte dos frequentadores do terreiro são pessoas jovens, fato constatado através da observação das fotos, vídeos e filmagens.

Sobre a chegada da tecnologia e a utilização das redes sociais pela juventude nos terreiros de umbanda e candomblé, uma jovem entrevistada trouxe o seu ponto de vista sobre os mais velhos da sua casa de axé: “Eles acham que é uma coisa muito boa, mas ao mesmo tempo tem medo de retaliação religiosa por pessoas extremistas” (Adila – entrevista 02).

Para Borges (2019), os mais jovens enxergam que o digital em rede ressignifica a oralidade e a sua vivência nos terreiros. Já os mais velhos acreditam que é preciso muito cuidado e que os aplicativos devem ser usados com cautela. A violência sofrida, dentro e fora do espaço sagrado do terreiro, é uma realidade que também ocorre no espaço digital. Se, por um lado, a tecnologia permite compartilhar saberes, por outro, ela também pode ser um veículo utilizado para reforçar e potencializar os atos racistas, discriminatórios e intolerantes. Dessa forma, precisa haver uma maturidade na escolha das postagens para que a mesma não reforce as violências, o racismo e o racismo religioso.

Não tem mais como evitar a aproximação entre a tradição e a modernidade no âmbito dos terreiros. Porém, o medo de sofrer algum tipo de violência, nos meios virtuais, é uma realidade entre os adeptos dos terreiros. Os aparelhos tecnológicos também estão adentrando cada vez mais para os terreiros. A juventude está muito ligada ao processo tecnológico e utiliza, como *smartphone*, para registrar tudo que acontece no seu cotidiano. Entretanto, dentro do espaço sagrado do terreiro, existem regras que não podem ser quebradas, tornando-se necessário haver um equilíbrio, que pode ser alcançado através do diálogo entre os mais velhos e a juventude. Levando em consideração a importância da juventude para dar continuidade às religiões de matriz africana, os mesmos não podem ser afastados do espaço sagrado do terreiro e sim motivados a honrar a sua ancestralidade e dar continuidade ao legado deixado pelos seus antepassados.

As redes sociais tem se tornado um local de ampliação das vozes da juventude de terreiro. Nesse local são compartilhado as vivências, as lutas e as conquistas. Elas aproximam os jovens, e os espaços digitais têm se tornado um local para discussões, compartilhamentos e apoio mútuo. Os espaços digitais são uma importante ferramenta usada para combater estereótipos e preconceitos. Embora as redes sociais ofereçam oportunidades, elas também apresentam desafios, como por exemplo, a questões envolvendo a intolerância religiosa, o preconceito e a discriminação. Com isso, torna-se necessário saber discernir as informações e usar as redes sociais com responsabilidade se preocupando em proteger a privacidade.

Mencionaremos posteriormente como os jovens tem utilizado as redes sociais como um espaço de ampliação das suas vozes, socialização, aproximação entre os grupos pontuando os fatores positivos, os avanços, as conquistas e os desafios impostos pela utilização das plataformas digitais.

4.5 VIVÊNCIAS, SOCIALIZAÇÃO, REIVINDICAÇÕES E AFIRMAÇÃO DA PERTENÇA RELIGIOSA NAS REDES SOCIAIS: avanços, retrocessos e conquistas

Os três grupos de jovens têm encontrado espaço nas redes sociais para debater sobre as suas pautas e organizar os seus movimentos que acontecem no âmbito dos espaços públicos. Muitas vezes, a participação em eventos, conferências, festas religiosas ou outro tipo de movimentação começam a ser organizados por meio das redes sociais. As redes sociais possibilitam ter mais facilidade para a mobilização de pessoas, em prol das lutas que envolvem as questões relacionadas, principalmente, à luta pela garantia dos direitos fundamentais, estabelecidos na Constituição Federal, sem necessitar de nenhum apoio político para concretizar as ações:

As mobilizações *on-line* são uma das características dos movimentos sociais da contemporaneidade. Principalmente os movimentos sociais que estão articulados pelos direitos humanos sem precisar levantar a bandeira de partidos políticos, apesar de lutar por ações políticas que garantam a existência negada ao que estão no contrafluxo da sociedade conservadora (Borges, 2019, p. 195).

Com a popularização do uso da internet e as mobilizações *online*, os jovens passaram a ter mais um espaço para expressarem sobre a sua religiosidade, suas pautas de luta ganharam mais visibilidade e os mesmos passaram a encontrar pessoas que compartilham da sua crença e também aqueles que desejam conhecer, de fato, como funcionam as religiões de

matriz africana. Outro fato que deve ser considerado é que com o uso da internet, rapidamente, as ações violentas sofridas pelas CTTro passaram a ser publicadas, alcançando um número maior de pessoas, que passaram a se solidarizar com os afroreligiosos.

Borges (2019) destaca que o povo de axé, alijado e violentado, diariamente, pelas mídias de massa, tem encontrado nas redes digitais espaços comunicacionais férteis para as suas militâncias. Em algumas situações, as figurinhas que reforçam a luta e os valores ancestrais substituem as palavras nos diálogos que ocorrem no grupo de *Whatsapp*. As expressões utilizadas no espaço físico do terreiro também são usadas nos meios virtuais. Percebe-se também que, nos três grupos de jovens, existe uma transposição do vocabulário do terreiro para o espaço virtual, pois não começam nenhum tipo de conversa, reunião, ou *live* sem tomar a benção aos mais velhos e aos mais novos sem nenhum tipo de distinção. As expressões Motumbá, Mukuiu, Ori te abençoe, Oxalá abençoe, entre outras, também aparecem com frequência nos diálogos (**Figura 39**). O respeito que existe no terreiro também prevalece nas conversas *online* e a distribuição de axé ocorre de forma natural.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, ainda hoje, as redes sociais também são usadas para disseminar e reforçar os discursos de ódio, o racismo, os preconceitos, as intolerâncias e a discriminação contra os praticantes de religiões de matriz africana. Também é um espaço onde as pessoas sofrem com a rejeição por não se enquadrar em um perfil ou por não apresentar conteúdos que sejam do interesse dos seus seguidores. Nesse sentido, as pessoas podem sofrer ataques, ser canceladas e perderem seguidores.

Figura 39 – Figurinhas para comunicação no *Whatsapp*



Fonte: *Whatsapp* JTES (2024).

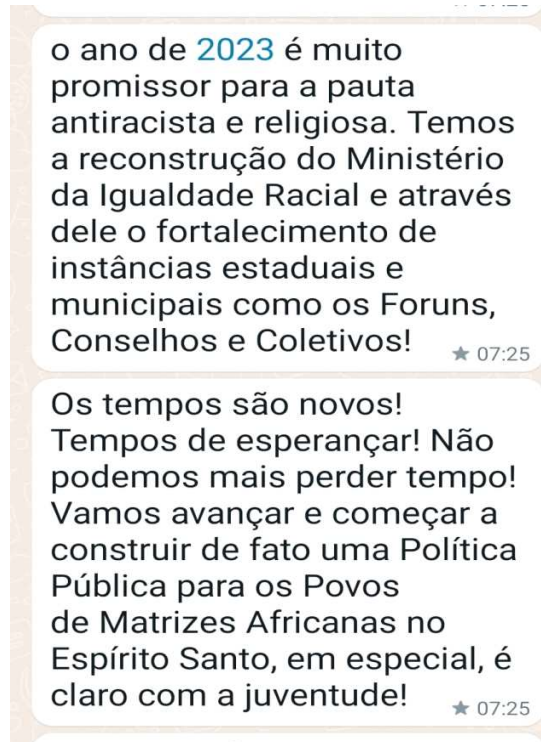
Percebe-se que, apesar das dificuldades, o povo de axé, através da sua luta conjunta principalmente com os movimentos negros, tem encontrado espaço para poder expressar sobre si mesmo e as suas crenças. A mudança de governo⁶⁷ também trouxe esperança de dias melhores para a juventude de terreiro, fato constatado em uma das conversas ocorridas no grupo de *Whatsapp* da JTES.

A conversa a seguir (**Figura 40**) reforça a importância da reconstrução do Ministério da Igualdade Racial, a necessidade de haver apoio, por parte das instâncias municipais, estaduais e federais, no que se refere à luta antirracista, ao combate ao racismo religioso, reforçando assim a necessidade de haver um fortalecimento dos coletivos, fóruns e conselhos que buscam debater sobre essas temáticas. Perceber os jovens falando em ‘esperançar’, no sentido de acreditar que algo bom poderá se tornar uma realidade, na possibilidade de enxergar um futuro melhor, confirma a tese de que os mesmos acreditam na sua luta por dias melhores, para os povos das CTTro. Vale destacar que o ministério da Igualdade Racial está sendo composto por pessoas que, de fato, vivenciam os problemas enfrentados pela população

⁶⁷ Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente e tomou posse juntamente com seu vice, Geraldo Alckmin, em janeiro de 2023.

negra. Pois, não adianta ter um órgão público onde as decisões são tomadas por pessoas que não sentem na pele a violência de cada dia.

Figura 40 – Conversa no *Whatsapp* JTES



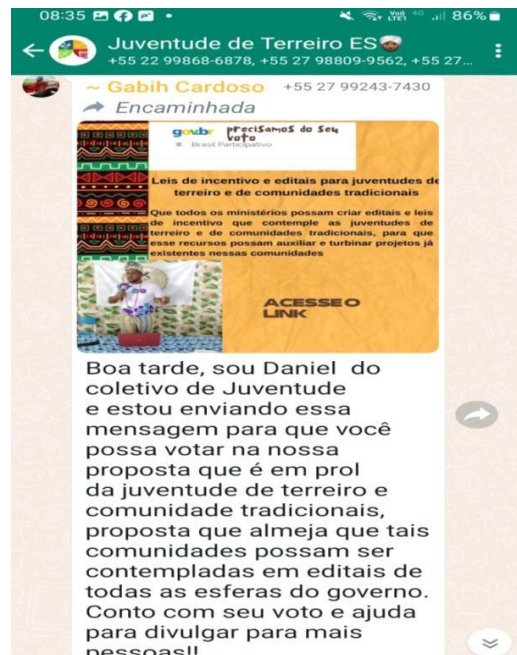
Fonte: *Whatsapp* JTES (2023).

O apoio dos órgãos públicos é de fundamental importância, no que diz respeito a legitimação da luta contra todo tipo de discriminação, preconceitos e exclusão social. Em relação à conversa publicada no grupo de *Whatsapp* do JTES, nota-se a necessidade de haver uma mobilização, por parte dos jovens, em prol dos seus direitos. Há um chamado para que a juventude permaneça unida, para conseguir alcançar sucesso nas suas reivindicações (**Figura 41**). Todavia, nos dois grupos que tive contato através de conversas via *Whatsapp*, os membros demonstram uma preocupação muito grande em relação ao afastamento dos jovens do espaço do terreiro e não engajamento nas lutas protagonizadas pelos afroreligiosos. A continuidade das crenças preservadas pelas religiões de matriz africana depende muito da presença da juventude nos terreiros, uma vez que a maior parte do conhecimento é transmitida de forma oral, logo, a presença da juventude nesses territórios sagrados é de suma importância.

O JTES utiliza principalmente o *Whatsapp* para compartilhar fotos de eventos, para combinar quem pode participar, representando o grupo nas conferências, gírias, rodas de

conversas, compartilham endereços para facilitar a chegada a terreiros e outros espaços de encontros, repassam orientações e trocam informações. Há a preocupação de compartilhar informações sobre editais do governo federal, que visam criar e fortalecer leis relacionadas aos direitos das CTTro e da juventude de terreiro. Normalmente, esse tipo de postagem já vem acompanhada do *link*, para ficar mais fácil o acesso às informações e a inscrição.

Figura 41 – Recursos federais



Fonte: *Whatsapp JTES* (2023).

Além de disponibilizar as informações relacionadas à publicação de editais, a juventude tem procurado levar informações para os terreiros, visando ajudar as lideranças a legalizar os seus espaços sagrados, para que possam ter o direito de concorrer aos editais, publicados pelo governo, conforme a figura acima. As postagens com direitos e leis, que são de interesse da população de terreiro, também são postadas nas redes sociais, com o objetivo de popularizar as informações. Juntamente com o conteúdo postado, buscam reforçar a importância do conhecimento como um caminho para se percorrer, em busca do empoderamento e também a responsabilidade de honrar as forças ancestrais (**Figura 42**).

Figura 42 – Direitos dos povos de terreiro



Fonte: *Instagram* JTES (2023).

Os membros do JTES têm buscado formas diferentes de protagonizarem a luta contra o racismo religioso, uma pauta muito debatida pelo grupo. Um dos membros do JTES que participa de um coletivo voltado para performances artísticas, protagonizou, em forma de arte, a luta contra o racismo religioso. O mesmo recebeu uma premiação pela performance (**Figura 43**), e claro que o fato foi compartilhado e aplaudido no grupo de *Whatsapp*. Competir num festival de artes, levando para o palco uma performance que retrata luta contra o racismo religioso é uma ação de muita representatividade, um avanço e mostra que, aos poucos, a população vem tomando consciência sobre a importância de fortalecer a luta contra o racismo religioso.

Ainda sobre o combate às violências, os jovens entendem a necessidade de buscar soluções e punições para as ações daqueles que violam os seus direitos, enquanto membros das religiões de matriz africana.

Figura 43 – Performance itinerante: combate ao racismo religioso



Fonte: *Whatsapp JTES* (2023).

Na tentativa de compreender a percepção dos jovens em relação às violações sofridas pelos povos de terreiro, questionamos se para os mesmos o correto é usar a expressão intolerância religiosa ou racismo religioso, para designar as violências sofridas pelos afroreligiosos. Um dos jovens entrevistados assim se posicionou:

A intolerância religiosa é colocada em casos individuais, o importante é colocar como racismo religioso, porque será visto realmente como um crime, quando a maioria das vezes é posto como algo corriqueiro, não é dada a devida atenção de que o racismo religioso é instaurado no país que a grande parte é cristão. Ayo (Entrevista 01)

Como mencionado pelo pesquisador e babalorixá Sidney Nogueira (2020), é de suma importância que haja a compreensão de que, para além da opção religiosa, o racismo atravessa a vida das pessoas pretas e reconhecer as violências sofridas, como racismo religioso, fortalece a luta, principalmente no que se refere ao posicionamento do poder público. A expressão racismo religioso tem sido adotada nos espaços sagrados dos terreiros, como percebemos na fala de Ayo que destaca a importância de movimentar uma luta conjunta, e de reforçar a utilização do termo correto para se referir aos ataques sofridos pelos umbandistas e

candomblecistas. Utilizando o termo racismo religioso, estamos nos referindo a um problema no âmbito coletivo.

Ao perguntar aos jovens envolvidos na pesquisa se já haviam sofrido algum tipo de violência, por conta da sua religião, símbolos e vestimentas sagradas e como agiram mediante o fato ocorrido, eles assim se expressaram:

Sim, no transporte coletivo, onde eu estava todo de branco e turbantes e minhas guias aí tinha uma senhora pregando, ela veio em minha direção e disse que o diabo estava tentando me matar, eu disse que ela estava doida, ai iniciou uma discussão, eu preferi descer do ônibus. Zuri (Entrevista 01)

Até hoje eu nunca sofri nenhuma violência por conta da minha religião. Ayo (Entrevista 01)

Aconteceu uma vez, me disseram que era obra do diabo e eu simplesmente fiquei calado. Dayo (Entrevista 01)

Sim, no próprio trabalho, na convivência de amigos que não sabiam, mas quando soube, fizeram crítica, viraram a cara, mas depois fui falando, explicando tudo direitinho e hoje eles aceitam mais. Adila (Entrevista 01)

Não. Oyá (Entrevista 01)

Apenas uma vez. Durante uma conversa com alguns amigos na rua, em que um deles começou a fazer brincadeiras sobre a minha religião. Eu permaneci normal, até que fiz questionamentos a ele, que o deixou meio sem graça, até parar de falar. Amara (Entrevista 01)

Os posicionamentos de Zuri, Dayo e Amara, confirmam que as violências, assim como apurado pelo levantamento feito pelo RIVIR, acontecem no transporte público, no trabalho e até mesmo entre pessoas mais próximas, como familiares e amigos. A resposta ‘não’ de Oyá desperta dois questionamentos: ela nunca sofreu nenhum tipo de intolerância religiosa ou resolveu dizer não, como uma forma de não reativar na memória momentos que lhe causaram algum tipo de dor ou constrangimento, por conta da sua pertença religiosa. Às vezes, não tocar em cicatrizes é uma forma de defesa, para não ativar gatilhos que desestabilizam principalmente o psicológico das pessoas que já foram vítima de casos de violência.

A demonização do outro e das suas práticas religiosas é uma das primeiras violências impostas pelas pessoas intolerantes, que não conseguem, ou não querem, respeitar a escolha religiosa do próximo. O direito de escolher a fé que quiser é violado no espaço público e a maioria cristã sente-se à vontade para dominar todos os espaços, repassando os seus dogmas, assim como aconteceu com a abordagem feita a Zuri, no transporte público. E quando se é minoria, em alguns momentos, é mais viável se calar, como uma forma de proteção.

Mediante os ataques sofridos pelos povos de terreiro, os mesmos têm usado as redes sociais como um local de compartilhar os seus eventos e fazer o convite para todos que queiram participar das caminhadas que ocorrem nas ruas de Montes Claros.

Se, por um lado, temos um avanço, que é a ocupação dos espaços públicos pela juventude de terreiro, simpatizantes do movimento e adeptos das religiões de matriz africana, por outro lado percebemos que os resquícios do colonialismo ainda se fazem presentes e, mesmo numa sociedade democrática, ainda é necessário clamar por direitos garantidos na Constituição Federal brasileira, entre eles, a liberdade de crença.

O racismo religioso é consequência do racismo estrutural, que atravessa a vida da população negra, que ainda hoje precisa lutar com os sentimentos negativos da sua cor, dos seus traços físicos, entre eles o cabelo, a sua religiosidade, entre outras características. Então, torna-se necessário reforçar, na Marcha contra a Intolerância, a importância de lutar contra a discriminação racial. Mesmo diante de ataques racistas e mediante as ações de intolerância ou racismo religioso, os jovens também têm assumido a sua pertença ou dupla pertença religiosa, sem medos de julgamentos. Porém, vale lembrar, que nem mesmo as personalidades escapam dos ataques. E, num mundo onde a política do cancelamento está sendo colocada em prática, as pessoas sendo famosas ou não, acabam perdendo seguidores, quando resolvem assumir a sua pertença religiosa, em público.

O medo de se declarar praticante de religião de matriz africana ainda é uma realidade, entre alguns jovens. Uma das participantes que respondeu às entrevistas, pediu-me que, por favor, não revelasse a sua identidade, mesmo isso estando bem claro no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ainda existe uma preocupação de não se tornar pública a identidade religiosa afro-brasileira, fato que deve estar relacionado às consequências impostas pelo racismo religioso, que viola os direitos dos seguidores das religiões de matriz africana.

Vale destacar que, nem sempre, as redes sociais podem ser vistas como um ambiente acolhedor, e em algumas situações os seguidores acabam querendo impor os seus princípios éticos, religiosos, políticos e sociais. Quando um internauta se afasta de um padrão imposto, acaba perdendo seguidores e sofrendo com a intolerância. Esse fato ocorreu com a jovem influenciadora pernambucana, Beca Barreto, que além de perder seguidores, recebeu diversos comentários críticos e intolerantes, numa publicação na qual postou uma foto usando as suas vestes sagradas, ao lado do seu pai de santo, e se declarou seguidora de religião de matriz africana (Alves, 2023)⁶⁸. “A influenciadora, que possui mais de 11 milhões de seguidores no

⁶⁸ Ver a reportagem na íntegra no site <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2023/07/17/beca-barreto-perde-seguidores-no-instagram-apos-postar-foto-com-seu-pai-de-santo/>

Instagram e 29 milhões no seu Tik Tok”, também foi mais uma vítima da intolerância, protagonizada nas redes sociais, conforme a figura a seguir.

Figura 44 – Beca Barreto sofre intolerância religiosa nas redes sociais



Fonte: *Instagran* (2024).

Podemos destacar como avanço a interação entre os grupos de jovens e o espaço acadêmico. As universidades têm buscado abrir espaços para que haja a aproximação entre a juventude de terreiro e a academia. E as redes sociais também têm sido um espaço utilizado para fazer a divulgação dos eventos. O grupo CENARAB, representado pela pessoa da Makota Celinha, convidou e reforçou a importância da participação do povo de axé de Montes Claros, no I Colóquio Internacional de povos e CTTro. O evento contou com a parceria do NEAB/UNIMONTES e do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico Raciais, promoveu um colóquio onde ocorreram rodas de conversa, mesas temáticas, oficinas, entre outros eventos. O colóquio reuniu membros das CTTro e professores da faculdade UNIMONTES. O evento foi bem divulgado nas redes sociais do grupo JCENARAB, conforme expressa a figura.

Figura 45 – Colóquio internacional



Fonte: *Instagram* CENARAB/NM (2024).

O evento, com o tema Desafios e Estratégias, visa debater, esclarecer e buscar meios legais que possam garantir a efetividade dos direitos dos povos de terreiro, possibilitar às pessoas conhecerem sobre a história de luta e resistência das religiões de matriz africana, aqui no Brasil. Makota Celinha – uma importante liderança do CENARAB/MG – ainda reforça sobre os direitos dos povos de terreiro e a luta pelo respeito da sociedade. Ainda sobre a importância da aproximação entre a academia e os povos de matriz africana, um dos coordenadores do JCENARAB publicou a sua participação no Colóquio, que aconteceu na Unimontes, onde várias pautas relacionadas as CTTro foram colocadas em debate, conforme a figura a seguir.

Quanto significado está implícito na frase “Vai ter povo de branco e de fio de conta na academia sim!”. Estamos falando da ocupação de espaços que antes eram negados para as minorias existentes no Brasil. Juntamente com o NEAB/UNIMONTES, o povo de terreiro vem construindo caminhos, para que possam traçar os objetivos e garantir os direitos das CTTro. Além da população acadêmica e afroreligiosa, houve um convite a todos que quisessem conhecer o processo de resistência, que manteve vivas as religiões afro-brasileiras, após inúmeras violências sofridas no Brasil.

Figura 46 – Vai ter povo de branco e fio de conta na academia sim!



Fonte: *Facebook* pessoal Rafael Vicente (2024).

Quanto significado está implícito na frase “Vai ter povo de branco e de fio de conta na academia sim!”. Estamos falando da ocupação de espaços que antes eram negados para as minorias existentes no Brasil. Juntamente com o NEAB/UNIMONTES, o povo de terreiro vem construindo caminhos, para que possam traçar os objetivos e garantir os direitos das CTTro. Além da população acadêmica e afroreligiosa, houve um convite a todos que quisessem conhecer o processo de resistência, que manteve vivas as religiões afro-brasileiras, após inúmeras violências sofridas no Brasil.

O JTES também estabelece parceria com a Universidade no Espírito Santo e, juntamente como Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), procuram traçar objetivos e metas em prol dos direitos para as CTTro. (A sigla do NEAB é a mesma nas duas frases? Me pareceu repetitivo e confuso essas duas últimas frases)

Os três grupos envolvidos na pesquisa possuem um número de seguidores diversificados, formado por membros de religiões de matriz africana, pesquisadores,

coletivos, outros grupos de jovens de terreiro, pessoas que trabalham com políticas públicas voltadas para a juventude, assistentes sociais, empreendedores que vendem roupas e acessórios que compõem a vestimenta dos integrantes dos terreiros.

Uma coisa que chama muito a atenção é quando analisamos o perfil dos seguidores que são umbandistas ou candomblecistas, porque os mesmos fazem questão de fazer referência à sua pertença ou dupla pertença religiosa. Na maioria das vezes, deixam claro quem são os seus orixás de cabeça, utilizando simbologias como flechas, ondas do mar, espelhos, raios, entre outros. Frases fortes são utilizadas também para demarcar a relação que o sujeito de fé possui com os seus orixás. A marca das suas militâncias também estão presentes nas suas páginas individuais, como por exemplo o arco íris simbolizando as comunidades LGBTQIA+⁶⁹.

Ainda em relação aos três grupos, as postagens feitas, principalmente no *Instagram*, sem fotos, são as que menos recebem interação por parte dos seguidores. Já as postagens feitas com fotos ou vídeos, onde aparecem as atividades realizadas pelos jovens, nos terreiros, nas ruas, em setores públicos, como a câmara de vereadores, são as que mais recebem postagens.

⁶⁹ A sigla significa: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, assexuais sendo que o símbolo + abarca as demais orientações sexuais e de gênero representando pluralidade.

Figura 47 – Unidos lutaremos contra o racismo religioso!



Fonte: *Facebook JTES (2023)*.

No que se refere aos encontros realizados nas casas de axé, percebemos que existe uma preocupação em unir o povo de terreiro em torno de objetivos comuns, fortalecendo o movimento, através do diálogo, e buscando estreitar os laços, no que se refere à luta contra o racismo religioso, com o objetivo de construir um futuro mais justo e igualitário.

Figura 48 – Comentários, curtidas e compartilhamentos



Fonte: *Facebook JTES* (2023).

Nas postagens analisadas, tanto no *Facebook*, quanto no *Instagram*, não constatamos nenhum ato de intolerância ou racismo religioso em relação às ações do grupo. As mesmas têm ocorrido no ambiente físico, através de ataques aos terreiros, desrespeito por parte de políticos em relação aos direitos das CTTro. Ainda em relação ao JTES, as postagens feitas no *Facebook*, principalmente relacionadas com a temática racismo religioso e também com a organização dos movimentos protagonizados pelos jovens, são as que mais recebem interação dos internautas, inclusive, com comentários.

Em relação às postagens do JCENARAB/NM, os internautas interagem bem com pesquisas publicadas nos *stories*, principalmente aqueles em que os seguidores expressam a sua opinião, apenas fazendo uma escolha entre duas opções de respostas, ou confirmando presença em eventos, escolhendo a opção sim ou não. Assim como JTES, as postagens feitas utilizando fotos e vídeos são as mais curtidas e que despertam maior interesse dos seguidores. Uma postagem com foto, convidando povos de religiões de matriz africana, simpatizantes e o público em geral para participar da “Marcha contra a Intolerância Religiosa” recebeu, em média, 100 interações. Também vale a pena destacar que uma parcela significativa das pessoas que interagem com as postagens é de jovens afroreligiosos, que mostram a sua religiosidade, abertamente, no seu perfil individual. Apesar de ter uma página no *Facebook*, o

JCENARAB/NM não utiliza a rede social para fazer as postagens diárias. As mesmas são feitas, com mais frequência, no *Instagram*.

Percebe-se que, apesar da intolerância religiosa ainda ser uma realidade na vida dos adeptos das religiões de matriz africana, a juventude tem construído uma relação muito potente com o seu sagrado e tem feito questão de mostrar, abertamente, a sua fé, os símbolos, os ensinamentos, as doutrinas e o cotidiano dentro do seu espaço religioso.

Em relação ao JRENAFRO, as postagens que mais recebem interações também são aquelas que possuem vídeo ou foto nas postagens. As postagens feitas no *Instagram*, relacionadas com as questões envolvendo a violência religiosa, recebem, em média, 70 curtidas. Uma postagem que recebeu bastante interação foi a nota de apoio publicada em solidariedade a Iyá Bernadete, brutalmente assassinada, no estado da Bahia.

Figura 49 – Justiça por Iyá Bernadete



Fonte: *Instagram* JRENAFRO (2024).

Já as postagens feitas no *Facebook*, além de receberem curtidas e serem comentadas, também são compartilhadas. Os seguidores do JRENAFRO são formados por pesquisadores, estudantes e articuladores sociais voltados para assuntos relacionados à juventude, aos coletivos e aos jovens afroreligiosos.

As redes sociais têm sido um espaço muito bem aproveitado pelos grupos de jovens, para mostrarem a sua realidade como membros da umbanda e do candomblé. Mesmo que

ainda não haja uma interação tão grande com as postagens, os internautas estão acompanhando os movimentos, que são protagonizados pela juventude. Os meios digitais facilitaram a circulação de informações, fazendo com que as pessoas, que possuem os mesmos interesses, possam se aproximar e trocar experiências. Borges (2019, p. 195) salienta que “o povo de axé, alijado e violentado, diariamente, pelas mídias de massa, tem encontrado, nas redes digitais, espaços comunicacionais férteis, para a sua militância”.

Figura 50 – Respeite o nosso povo, cultura, fé e tradição!



Fonte: *Instagram* JRENAFRO (2024).

Através do ciberativismo, a juventude de terreiro tem compartilhado a sua luta, os seus conhecimentos, tem levado informações de interesse do povo de terreiro e tem conseguido ecoar a sua fala, num espaço onde existe a possibilidade de dialogar sobre tudo que é postado, publicado e compartilhado com os seguidores. Borges (2019, p. 207) ressalta que “os coletivos digitais do povo de axé têm uma proposta de empoderamento do povo negro que, durante quase quatro séculos, foi silenciado no nosso país”. E, nesse sentido, as redes sociais têm sido utilizadas para reforçar a luta do povo de terreiro e também para mostrar que a juventude exige respeito com a sua tradição religiosa, com os seus mais velhos e com todos que são pertencentes às religiões de matriz africana.

A luta contra os efeitos do racismo estrutural e contra o racismo religioso tornou-se uma pauta compartilhada pelos três grupos, que estão sempre atentos a esses acontecimentos, que ferem e violentam os direitos dos povos de terreiro. Logo, as redes sociais, ao mesmo tempo em que são um local de compartilhamento de conhecimentos ancestrais, são também um espaço utilizado para denúncias, esclarecimentos, organização de movimentos de resistência e luta contra todo tipo de opressão. O ciberespaço pode desempenhar um papel importante na conscientização e na educação sobre as religiões de matriz africana, alcançando um público amplo e diversificado. A tecnologia digital pode ser uma ferramenta para unir praticantes de religiões de matriz africana, sem a necessidade de deslocar geograficamente. Pode também disseminar conhecimento sobre essas religiões e, ao mesmo tempo, unir forças para dar maior visibilidade à luta contra o racismo religioso e as suas consequências. Por isso, esse recurso tem se tornado uma ótima ferramenta de comunicação para os jovens seguidores das religiões de matriz africana.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa explorou as interseções entre o racismo religioso, o ciberativismo e a experiência, protagonizada por três grupos de jovens, que utilizam as mídias sociais para compartilharem o seu cotidiano e a luta pela preservação da sua identidade religiosa, mediante um país que utiliza um discurso fundamentalista para silenciar, violentar e invisibilizar as religiões que não se enquadram no modelo cristão de habitar o mundo. Ao longo deste estudo, examinamos as formas como o racismo e o racismo religioso se manifestam em diversas esferas da sociedade, trazendo um impacto negativo, a vivência e a identidade das pessoas praticantes de religiões de matriz africana, com foco nas experiências vivenciadas pela juventude de terreiro.

O racismo, no Brasil, é um problema sociocultural e estrutural que está enraizado na sociedade brasileira e vem causando problemas cotidianos para os indígenas e os afro-brasileiros. A escravização, que durou quase 400 anos, a falta de inclusão dos negros no processo de pós-abolição e o mito da democracia racial promoveram a ideia que habitamos uma sociedade racialmente harmoniosa, fato que contribui para que muitas pessoas neguem o racismo, tão impregnado na nossa sociedade. Como resultado do racismo temos uma marcante desigualdade social, onde uma enorme parcela da população negra convive com a pobreza, a falta de acesso a políticas públicas de qualidade, a disparidade de renda, a violência, a discriminação religiosa, o silenciamento no espaço escolar, entre outros aspectos.

Buscando compreender as origens do denominado racismo, fizemos um levantamento bibliográfico que nos levou a concluir que os dados estatísticos sobre o racismo e a intolerância religiosa são resultado do nosso passado histórico, que remonta ao processo de colonização, escravização, evangelização e imposição cultural, no território brasileiro, conduzida pelos colonizadores portugueses. Mediante a hierarquização cultural, ocorreu o processo de demonização dos elementos ligados à cultura africana e indígena, criando a base para um processo de discriminação do sujeito e dos elementos culturais, que não se enquadravam no modelo civilizatório europeu. Na atualidade, o discurso de ódio, voltado para a demonização das religiões de matriz africana, ainda é colocado em prática, principalmente por algumas denominações religiosas, pertencentes a grupos cristãos pentecostais e neopentecostais, quem vêm conduzindo violentos ataques contra os afrorreligiosos.

O racismo religioso, que pode ser caracterizado como uma intolerância ou discriminação religiosa e racial, é a expressão utilizada para se referir às violências sofridas pelos praticantes das religiões de matriz africana, no Brasil. O racismo religioso é um tipo de

violência que tem ligação direta com ataques aos saberes ancestrais, aos cultos, às vestimentas, às simbologias e aos rituais religiosos que possuem matriz africana. Essa prática ameaça à liberdade e a existência dos povos de terreiro, e assume várias formas de ataques, como os comentários ofensivos, agressões verbais e físicas, depredação de terreiros, expulsão das comunidades de sacerdotes e os seus filhos, fato que vem ocorrendo, com frequência, no Rio de Janeiro conforme explanado no texto com base nos dados fornecidos pela pesquisa de Cunha (2015).

Os símbolos usados pelos praticantes de religiões africanas – como as guias, o turbante os colares e a roupa branca – são elementos que podem contribuir para que os praticantes de religiões de matriz africana sejam alvos de hostilidades. Apesar das leis garantirem a liberdade de culto e expressão, muitos praticantes das religiões de matriz africana ainda são alvo dos mais variados tipos de violência. Em muitos casos, o medo impede que as vítimas das violências façam as denúncias, juntamente aos órgãos responsáveis gerando assim uma subnotificação dos casos de violência sofridas pelos praticantes de religiões de matriz africana, dificultando também a cobrança de atitudes mais enérgicas por parte das autoridades.

Percebemos, ao longo da pesquisa, que os efeitos do racismo religioso nos terreiros de candomblé e umbanda e no cotidiano dos praticantes dessas religiões são profundos e abrangentes, afetando a comunidade religiosa e a vida pessoal dos indivíduos que a compõem. A discriminação, a estigmatização, a violência verbal e física, a marginalização social e a perseguição são alguns exemplos dos enfrentamentos que fazem parte da vida dos praticantes de religiões de matriz africana. A falta de compreensão e respeito pelas práticas, pelos rituais e pelas tradições de matriz africana contribui para a desvalorização e subestimação das práticas religiosas, dos símbolos e dos elementos presentes neste contexto religioso.

No que se refere a terminologia correta para se referir às violências sofridas pela CTTro, as pesquisas acadêmicas nos levam a considerar que é mais adequado usarmos o termo racismo religioso, visto que há uma interseccionalidade entre raça e religião. O termo tem sido utilizado por militantes do movimento negro e por membros dos próprios terreiros, que reconhecem que a terminologia racismo religioso dá mais legitimidade para a luta, protagonizada em conjunto, no qual as comunidades passam a exigir que os seus direitos sejam, efetivamente, respeitados, que os crimes sejam tipificados de forma correta e que os praticantes sejam penalizados, perante a justiça. Logo, chegamos a conclusão que os corpos negros são duplamente violentados: pela cor da pele, aliada ao passado histórico, e pela pertença religiosa.

O racismo religioso cria barreiras institucionais e sociais, que impedem que umbandistas e candomblecistas tenham acesso, equitativo, a serviços essenciais, como educação, saúde, emprego e segurança. Nem mesmo a Constituição Brasileira consegue garantir o direito de liberdade de expressão e crença. O racismo religioso retira a liberdade dos adeptos das religiões de matriz africana exercerem o seu papel de cidadão, dentro de um Estado democrático de direito. As oferendas e ebós, colocados nas ruas, são desrespeitadas e demonizadas. A frase “chuta que é macumba”, é utilizada quando as pessoas querem se referir de uma forma pejorativa a algum elemento relacionado a religiões de matriz africana. A frase é repetida, sem nenhuma preocupação, por aqueles que não possuem a capacidade de respeitar a simbologia sagrada, preservada pela cultura ancestral afrorreligiosa.

Percebemos, através de dados pesquisados no RIVIR e no DISK 100, que as pessoas que mais sofrem com a violência por conta da pertença religiosa são os afrorreligiosos que, em muitas situações, são obrigados a quebrar os seus objetos sagrados, os mesmos encontram os seus terreiros apedrejados e incendiados e são proibidos de fazerem rituais religiosos nos espaços públicos. Apesar dos dados relacionados às violações sofridas pelos povos de terreiro serem altos e oferecerem *insights* importantes para a pesquisa, torna-se necessário destacar que os casos de racismo religioso são subnotificados e subestimados, devido ao medo de sofrer retaliação. Um dos fatos que podem ser usados para explicar essa situação é a falta de confiança nas autoridades, que nem sempre estão preparadas para lidarem com as vítimas da violência, descrevendo os dados no boletim de ocorrência de uma forma diferente daquela relatada pela vítima.

Torna-se importante destacar a necessidade de estabelecer políticas públicas que possam endossar a luta contra o racismo religioso, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a recriação do Ministério da Igualdade Racial, onde existe uma pasta voltada para promover ações que visam construir políticas públicas de combate ao racismo, através da escuta ativa da população das CTTro, é um avanço, na medida que as instâncias do governo vêm tratando o problema com mais seriedade e envolvendo no debate as pessoas que vivenciam as situações de violência cotidianamente.

Também não podemos deixar de observar que o racismo religioso causa impactos negativos na identidade e na autoestima do sujeito praticante de religiões de matriz africana. Os estereótipos negativos e o processo de demonização das heranças culturais de matriz africana podem colaborar para que o sujeito se afaste das suas próprias raízes religiosas e étnicas. Em se tratando de jovens, a socialização, os grupos, a vivência com os amigos são de suma importância para a sua construção identitária e pesquisas mostram que alguns jovens

têm assumido uma pertença religiosa cristã, para não sofrer com a exclusão social. A interação social é boa para a saúde da mente e do corpo. Através da socialização, a juventude passa a se posicionar, compreender as suas emoções, e a lidar de uma forma mais segura com os desafios que surgem na sua trajetória.

Também não podemos deixar de salientar os avanços e retrocessos que vem ocorrendo com a utilização das redes sociais pela juventude. Como avanço podemos destacar a ampliação das vozes dos jovens que ale de protagonizarem uma luta contra o preconceito, a intolerância e demais tipos de violência, tem buscado fortalecer o seu laço com sagrado fazendo publicações que mostram o seu compromisso com o ensinamento ancestral deixado pelos seus mais velhos. A postagem de fotos com as suas vestes e indumentárias típicas do terreiro, a protagonização de campanhas que buscam incentivar a juventude assumir a sua identidade religiosa publicamente e o compartilhamento de rituais que acontecem nos terreiros, visando mostrar a religiosidade de uma forma positiva tem sido algumas ações muito positivas. As *lives* conduzidas pela juventude também tem sido de suma importância no que se refere a prestar esclarecimento e desconstruir preconceitos tão enraizados. Logo, chegamos a conclusão que o ciberativismo tem sido uma importante ferramenta para combater a intolerância religiosa, por meio das redes sociais umbandistas e candomblecistas têm se unido para conscientizar, denunciar, valorizar e acima de tudo reforçar os seus laços espirituais.

Em relação aos retrocessos, ainda vivemos numa sociedade onde muitas pessoas não estão preparadas para lidar com as diferenças dentro dos espaços públicos. Isso também ocorre no âmbito das redes sociais. Os discursos de ódio, a utilização de palavras ofensivas e a prática do racismo religioso é algo que tende a causar ansiedade, a baixa autoestima, o cancelamento e a perda de seguidores, são algumas das consequências da utilização das redes sociais. O adepto das religiões de matriz africana também precisam ficar atentos em relação a preservação segredos e a descrição dos valores essenciais que perpassam de geração em geração. Sendo assim deve haver um equilíbrio entre a participação online e a preservação dos ensinamentos sagrados. Em relação aos três grupos que eu acompanhei, quando havia a transmissão ao vivo de algum ritual, em alguns momentos a *live* era interrompida. Acredito que nesses momentos estavam ocorrendo ações que só competem a quem faz parte do terreiro.

Em suma, constatamos que o racismo religioso causa efeitos devastadores na vida das pessoas pertencentes às CTTro. Logo, é de fundamental importância reconhecer e combater esses efeitos, promovendo ações que contribuam para o respeito à diversidade cultural e aos

direitos humanos, de todos os cidadãos, independente da sua fé ou origem étnica. Somente assim, de fato teremos um país democrático, no sentido literal da palavra.

A presença dos jovens nos terreiros é de suma importância, por diversas razões, que vão desde a preservação das tradições religiosas a possibilidade de continuidade dessas heranças ancestrais. A juventude representa continuidade, preservação da tradição, rituais e conhecimentos, que estão sendo transmitidos, oralmente, de geração para geração. A energia e o entusiasmo dos jovens podem trazer vitalidade para os terreiros e a sua presença pode contribuir para inspirar inovações e adaptações, para manter vivos os rituais religiosos.

Os jovens estão se envolvendo com as atividades sociais, com projetos voltados para o esclarecimento sobre direitos dos povos de terreiros, ações envolvendo o combate ao racismo, aos preconceitos e as discriminações. Percebemos, ao longo dos nossos estudos, que os jovens têm se envolvido ativamente nos movimentos de resistência, defendendo os seus direitos e buscando meios para que possam ser construídas políticas públicas, que possam contribuir para fortalecer a sua conexão com as suas raízes ancestrais.

Mediante o contexto de luta e resistência protagonizado pela juventude, o ciberativismo ou ciberaxé, que é um termo que combina elementos da cultura afro-brasileira com o contexto digital, tem desempenhado um papel crucial, para buscar meios de combater todas as formas de injustiças debatidas pelos grupos, incluindo, principalmente, o racismo religioso. O ciberativismo tem sido utilizado como um caminho para a ampliação de vozes, historicamente marginalizadas, permitindo que os jovens umbandistas e candomblecistas compartilhem as suas histórias, experiências, insatisfações, demandas e conquistas com um público amplo e diversificado.

A utilização das redes sociais como um instrumento de combate ao racismo religioso tem sido uma prática muito usada pelos jovens que são adeptos das religiões de matriz africana. As redes sociais estão sendo usadas como um espaço de conscientização e educação, através do compartilhamento de informações relacionadas à história de resistência, protagonizada pelos afroreligiosos. A educação e o compartilhamento de informações pode ser um caminho que consiga criar uma consciência coletiva, no que se refere à luta contra o racismo religioso.

O ciberativismo, através das mídias sociais e das plataformas digitais, facilita a mobilização e a organização de pessoas, em torno de causas comuns. As notícias, os protestos, as notas de repúdio e a organização de eventos, rapidamente, são entregues a um público diversificado. E, para que tudo isso aconteça, basta ter em mãos um *smartphone*, conectado na internet. Os três grupos de jovens envolvidos na pesquisa utilizam, cotidianamente, as redes

sociais, para convocar adeptos e simpatizantes das religiões de matriz africana, para fazerem passeatas, campanhas de conscientização, marchas contra o racismo, participação em eventos artísticos e eventos para o combate de atos intolerantes protagonizados pelos diversos setores da sociedade. As interações com as postagens, feitas pelos jovens, estão começando a chamar a atenção dos internautas, porém foi constatado, durante a coleta de dados, que os adeptos da umbanda e do candomblé são os que mais buscam interagir com os conteúdos disponibilizados nas redes sociais.

Durante o processo de observação da movimentação dos três grupos envolvidos na pesquisa constatamos que o número de seguidores no *Instagram* do JTES aumentou. Porém, vale destacar que o grupo tem movimentado com mais frequência o seu *Instagram* através de publicações, principalmente nos *stories*, o que tem resultado num maior engajamento dos seguidores. Outro fator importante a ser mencionado é que os três grupos envolvidos na pesquisa interagem entre eles através de curtidas e *likes*.

As plataformas *online* também têm sido utilizadas para o monitoramento e para a realização de denúncias e documentação de casos de discriminação, violência, racismo e racismo religioso. Isso ajuda a expor a extensão do problema e a pressionar as autoridades responsáveis para tomar atitudes contra as injustiças sofridas pelos adeptos CTTro. O ciberativismo cria uma rede de apoio e solidariedade entre os praticantes de religiões de matriz africana, fato que foi observado quando constatamos que, através das mídias digitais, existe uma comunicação e um compartilhamento de informações entre os afroreligiosos, de diversos pontos do país, conectados na rede. Nesse sentido, a internet se torna uma ferramenta de resistência e mobilização e o ciberativismo contribui para a busca de uma sociedade mais justa, respeitosa e inclusiva. Em contrapartida, também precisamos destacar que a internet também é um espaço onde se refletem as ações que ocorrem nos espaços públicos físicos. Dessa forma, as atitudes envolvendo o racismo, a intolerância religiosa e outras atitudes discriminatórias também acontecem no espaço virtual e, nem mesmo as pessoas famosas, escapam dos ataques, como vimos no caso da influenciadora Beca Barreto.

Esse estudo, sublinha a necessidade urgente de combater o racismo religioso, em todas as suas formas, e de empoderar a juventude de terreiro, criando caminhos para que os mesmos se tornem agentes de mudança, em suas comunidades, dentro e fora do ambiente dos terreiros. Torna-se necessário continuar desafiando as estruturas de poder, opressivas, em busca da construção de um país onde todas as pessoas possam ser livres para praticarem as suas crenças, sem ter medo de ser discriminado, perseguido, ou ser vítima de qualquer tipo de violência ou exclusão social.

A luta contra o racismo estrutural e as suas consequências, como o extermínio de jovens negros, a objetificação de mulheres negras, a falta de oportunidade em relação a trabalho, saúde e educação e os malefícios trazidos pelo racismo religioso são preocupações sinalizadas, constantemente, pelos três grupos envolvidos na pesquisa. Em relação ao assunto, Borges (2019) destaca que não existirá ativismo da juventude de terreiro se os mesmos não tiverem saúde mental. Sendo assim, o primeiro desafio da juventude de terreiro é viver e viver em sua expressão mais plena, com alegria e muito afeto, para si e para a vida em comunidade.

A partir da nossa pesquisa, compreendemos que o ciberespaço é um local de encontro e de diálogo, onde ocorrem a formação de comunidades virtuais, a troca de experiências e a exploração de identidades religiosas, em constantes transformações. Também vale destacarmos a resiliência e a adaptação das religiões de matriz africana, diante das dinâmicas propostas pelo ciberespaço. Essa tradição religiosa tem buscado meios para se adaptar às novas tecnologias e estão compartilhando seus mitos, ritos e práticas religiosas nos meios digitais. Mas vale ressaltar que os membros das CTTro ainda possuem o receio das suas práticas religiosas serem distorcidas, no ambiente digital, reforçando o racismo religioso, que segue violentando o povo de terreiro.

Ao longo da pesquisa, exploramos a dinâmica envolvendo a temática juventude afroreligiosa, ciberativismo e religião. Os jovens umbandistas, candomblecistas ou de dupla pertença religiosa emergiram como atores ativos, no âmbito das redes sociais, utilizando o *Instagram*, o *Faceboock* e o *Whatsapp* para expressarem as suas práticas religiosas, as suas experiências cotidianas e, principalmente, a sua luta em prol da valorização das religiões de matriz africana e a movimentação que visa combater os atos que se enquadram dentro do denominado racismo religioso.

Através da interação com as redes sociais, observamos que, embora as mesmas ofereçam espaços de conexão e mobilização, elas também apresentam desafios, como a exposição a conteúdos com cunho discriminatório e a pressão em torno de um padrão social ainda focado em valores eurocentrados. Porém, os jovens também encontram apoio mútuo, solidariedade e oportunidade de compartilhar conhecimentos que contribuam para a conscientização, visando promover ações que façam a sociedade compreender que liberdade de culto e de crença deve ser um valor preservado, onde todos possam manifestar a sua preferência religiosa, sem sofrer nenhum tipo de repressão.

Por fim, vale ressaltar que os jovens afroreligiosos, conectados às redes sociais, não são apenas consumidores de conteúdos. Eles são agentes de mudança e, através das suas postagens e interações, estão moldando narrativas e mostrando-se dispostos a lutar pela

preservação da sua cultura religiosa, ao mesmo tempo que exigem do poder público punição para os agressores, que seguem praticando os mais variados atos de violência contra os praticantes das religiões de matriz africana. A juventude umbandista e candomblecista está redefinindo os limites do engajamento *online*.

Esperamos, assim, que esse estudo contribua para uma reflexão contínua sobre a importância das redes sociais como um espaço de construção do conhecimento, de transformação de pensamentos e, principalmente, de respeito mútuo. Finalizando essa pesquisa, destacamos a importância permanente de haver estudos que explorem as interações entre religião, juventude afroreligiosa e ciberativismo e esperamos que o mundo digital seja um ambiente onde haja políticas que promovam a igualdade, a justiça e a coexistência pacífica, num mundo cada vez mais conectado digitalmente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**, p. 37-72. São Paulo; Porto Alegre: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Da Ciber-religião para a ciber-religiosidade. In: SILVEIRA, Emerson José Sena; AVELLAR, Valter Luis (orgs.). **Espiritualidade e Sagrado no mundo cibernético: questões de método e vivências em Ciências da Religião**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- ALESSANDRA, Karla. **Representantes de povos de matriz africana criticam restrição ao sacrifício de animais em ritos de alimentação**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/543213-representantes-de-povos-de-matriz-africana-criticam-restricao-ao-sacrificio-de-animais-em-ritos-de-alimentacao/>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020. (Feminismos Plurais/coordenação Djamilia Ribeiro).
- ALVES, Bruno. **Beca Barreto perde seguidores no Instagram após postar foto com seu pai de santo**. [Publicado em: 17 jul. 2023]. Disponível em: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2023/07/17/beca-barreto-perde-seguidores-no-instagram-apos-postar-foto-com-seu-pai-de-santo/>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Assembleia aprova projeto de combate ao racismo religioso**. [Publicado em 10 de maio de 2023]. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/49189/assembleia-aprova-projeto-de-combate-ao-racismo-religioso.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- AVELLAR, Valter Luis. Cibercultura e religiosidade: interfaces. In: SILVEIRA, Emerson José Sena; AVELLAR, Valter Luis (orgs.). **Espiritualidade e Sagrado no mundo cibernético: questões de método e vivências em Ciências da Religião**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- BADY, Janaína Bueno; SILVA, Denise Regina Quaresma. Criminalização e extermínio da juventude negra no Brasil: reflexões e desafios. **Ciências Humanas. Revista do Programa de Pós Graduação em Educação**, Frederico Westphalen/RS, p. 146-153, 2019.
- BERKENBROCK, Volney. **A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé**. 4º. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
- BORGES, Luzineide Miranda. A cibercultura no combate ao racismo e a discriminação afroreligiosa. In: SANTOS, Arlete Ramos dos; OLIVEIRA, Júlia Maria da Silva; COELHO, Livia Andrade. **Educação e sua diversidade**. Ilhéus /Bahia: Editora da UESC, 2017. (Coleção Movimentos Sociais e Educação).

BORGES, Luzineide Miranda; FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. Cyberativismo e educação: o conceito de raça e racismo na cibercultura. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 207, p. 75-87, agosto-2018.

BORGES, Luzineide Miranda. **#Soudoaxé**: redes educativas e ciberativismo da Juventude de Terreiro da nação Ijexá. Tese de Doutorado. 241f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 14.532, De 11 De Janeiro de 2023. **Diário Oficial da União**, Edição Extra de 11/01/2023, n. 8B, p. 1, col. 1, Brasília, 2023. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-01-11;14532>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.852, De 5 De Agosto De 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.796, De 3 De Janeiro De 2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113796.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.288, De 20 De Julho De 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude**: proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004 / Secretaria Nacional de Juventude; Joel de Menezes Borges (consultor). Brasília: SNJ, 2018. 200.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 6.015, De 31 De Dezembro de 1973**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015compilada.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12 ed. São Paulo:Global,2012.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; TAVARES, Fátima; PEREZ, Léa. Religião, pertencas, crenças e valores na juventude de Minas Gerais. Paralellus. **Revista Eletrônica em Ciências da Religião**, UNICAP, Paralellus, Recife, v. 6, n. 13, p. 407-428, jul./dez., 2015.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. Intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras: uma violência histórica. In: **Anais...** IX Jornada Internacional de Política Pública, São Luís/MA, 2019, p. 1-12. Disponível em: <https://docplayer.com.br/171578143-Intolerancia-religiosa-contra-as-religoes-afro-brasileiras-uma-violencia-historica.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras**: uma construção teológica. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

CARTA CAPITAL. **Pastor é condenado a 18 anos de prisão por incitar ódio contra judeus**. [Publicado em: 30 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/pastor-e-condenado-a-18-anos-de-prisao-por-incitar-odio-contra-judeus/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CASTRO, Cláudia Maria de Jesus. **Jovens e tambores**: preconceitos da religião afro-brasileira no contexto escolar. 104 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2017.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**: com a indicação de origem das palavras. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CLEMENTE, Juliana Augusto; SANTOS, Fernanda dos; FREIRE, Patrícia de Sá; Bastos, Lia Caetano. Mídias sociais e redes sociais: conceitos e características. In: **Anais...** I SUCEG-Florianópolis/SC, Brasil. Disponível em: <https://anais.suceg.ufsc.br/index.php/suceg/article/view/80>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CONCEIÇÃO, Lúcio André Andrade da. **Ciberxiré**: redes formativas de difusão de conhecimento do candomblé. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2019.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MELO, José Luiz Bica. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: UFRGS, v. 9, 1998.

COSTA, Hulda Silva Cedro da. Cabula e Macumba: fases do sincretismo afro-brasileiro. In: OLIVEIRA, Irene Dias de; GARCIA, Gilberto Gonçalves; ARAÚJO, Cristiano Santos (orgs.). **As religiões afro-brasileiras pedem passagem**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

CRIOLA. **Cartilha “Terreiros em luta” apresenta caminhos para defesa de direitos humanos**. [Postado em: 29 abr. 2022]. Disponível em: https://criola.org.br/cartilha-terreiros-em-luta-apresenta-caminhos-para-defesa-de-direitos-humanos-acesse/?doing_wp_cron=1714325517.8005630970001220703125. Acesso em: 24 abr. 2024.

CRIOLA. **Mais de 30 anos em ação**. Disponível em: <https://criola.org.br/>. Acesso em: 23 jul. 2023a.

CRIOLA. **Justiça, equidade e solidariedade para mulheres negras**. Disponível em: https://criola.org.br/?doing_wp_cron=1715021554.4333109855651855468750. Acesso em: 23 jul. 2023b.

CUNHA, Christina Vital da. **Oração de traficante: uma etnografia**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DAIBERT JR., Robert. A religião dos Bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 7-25, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/hgxBJQTRjZLHVHcF7Jpf4bw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DAL GOBBO, Elaine. **Karla Coser e religiões de matriz africana denunciam Gilvan por racismo religioso**. [Publicado em: 29 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/politica/vereadora-e-religoes-de-matriz-africana-denunciam-vereador-por-racismo-religioso>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DUCCINI, Luciana; RABELO, Miriam C. M. As religiões afro-brasileiras no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

EUGÊNIO, Rodney William. **A benção aos mais velhos: poder e senioridade nos terreiros de Candomblé**. 1ª ed. Mairiporã: Arole Cultural, 2017.

FACEBOOK. **JT Espírito Santo**. (Juventude de Terreiro Capixaba). Disponível em: <https://www.facebook.com/juventudeterreirocapixaba?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FACEBOOK. **Juventude Cenarab Norte de Minas**. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/JuventudeCenarabNM?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FACEBOOK. **Juventude de terreiros Renafro Rio de Janeiro**. [Publicado em: 31 mar. 2020]. Disponível em: https://www.facebook.com/juventudedeterreirosrenafroj/videos/145564456878120/?extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C&mibextid=4zoUgC&ref=sharing. Acesso em: 13 jan. 2023.

FLORIANO, Maria da Graça. **As reuniões de D. Xzinha: trânsito religioso e espaço escondido entre a modernidade e a tradição**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, 2002.

FONSECA, Alexandre Brasil. Intolerância religiosa e violência religiosa no Brasil: notas sobre uma pesquisa de abrangência nacional. **Intolerância Religiosa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 2-16, jul-dez, 2017.

FRANCO, Gilciana Paulo. **O trânsito religioso protagonizado por umbandistas e candomblecistas no terreiro do Pai Carlinhos Cabral de Oxum: uma análise da convivência religiosa dentro de um terreiro misto em Juiz de Fora**. (Dissertação) Mestrado em

Ciência da Religião, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, Maio/Junho-1995.

GUIMARÃES, Vinícius Oliveira Seabra; GROppo, Luis Antônio. Quando juventude não é apenas uma palavra: uma releitura sociológica acerca da categoria juventude. **Cadernos de pós graduação**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 5-18, julho/dezembro 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22787>. Acesso em: 12 jun. 2023.

INFOPÉDIA. Dicionários Porto Editora. **Likes**. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/ingles-portugues/like>. Acesso em: 19 mar. 24.

INSTAGRAM. **Renafro.juventude**. Disponível em: <https://www.instagram.com/renafro.juventude/?igsh=MTNuNWZ2NHhuOGI6ZA%3D%3D>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTAGRAM. **Jusracialoficial**. Disponível em: <https://www.instagram.com/jusracialoficial?igsh=Ynkyc2ZiejhnbWIn>. Acesso em: 24 abr. 2024.

INSTAGRAM. **juventudeterreiros**. Disponível em: <https://instagram.com/juventudeterreiros?igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==>. Acesso em: 16 jan. 2023.

INSTAGRAM. **IDAFRO_oficial**. Disponível em: https://www.instagram.com/idafro_oficial/?igshid=Yzg5MTU1MDY%3D. Acesso em: 16 jan. 2023.

INSTAGRAM. **Drhediosilva**. Disponível em: <https://www.instagram.com/drhediosilva/?igshid=Yzg5MTU1MDY%3D>. Acesso em: 16 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 08 jan. 2023.

JORNAL GRANDE BAHIA. **Ministra Anielle Franco agenda encontros regionais de combate ao racismo religioso na Bahia**. [18 de Julho de 2023]. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2023/07/ministra-anielle-franco-agenda-encontros-regionais-de-combate-ao-racismo-religioso-na-bahia-confira-programacao/>. Acesso em: 21 jul. 2023. <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/ministra-de-lula-lanca-encontros-regionais-de-combate-ao-racismo-religioso-na-bahia.html> acessado em 21/07/2023.

JORNAL NACIONAL. **‘Brasil em Constituição’**: liberdade religiosa é um direito garantido a todos os brasileiros. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/noticia/2022/09/07/brasil-em-constituicao-liberdade-religiosa-e-um-direito-garantido-a-todos-os-brasileiros.ghtml>. Acesso em 08 jan. 2023.

JUSRACIAL. **Processos de racismos crescem 17.000%**: a emergência da jurimetria racial. Disponível em: <https://jusracial.com.br/jurimetria/processos-de-racismo-crescem-17-000-a-emergencia-da-jurimetria-racial/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

KILOMBA, Grada. **“Descolonizando o conhecimento”**. Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Trad. Jessica Oliveira. 2018. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cabogó, 2019.

KOINONIA. Presença Ecumênica e Serviço. **Dossiê da Intolerância Religiosa**. Disponível em: <https://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com/search/label/Caso%20de%20intoler%C3%A2ncia%20religiosa?updated-max=2020-11-26T11%3A28%3A00-08%3A00>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. Jovens Universitários num terreiro de umbanda e as narrativas sobre as religiões afro-brasileiras. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 11, v. 33, p. 209-231, 2019(a). Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v11i33.41550>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. Preto velho, memória, juventude umbandista. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 57-65, Janeiro/junho, 2019(b). PPCIR/UFJF. ISSN: 2236696 P.57-65. Disponível em: <https://periodicosufjf.br/index.php/numen/issue/view/1268>. Acesso em: 10 maio 2021.

LEIS ESTADUAIS. **Lei Nº. 7.266, De 23 De Janeiro De 2023**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/df/lei-ordinaria-n-7226-2023-distrito-federal-institui-diretrizes-e-aco-es-para-o-programa-distrital-de-combate-ao-racismo-religioso>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Trans)

LIMA, Claudiene dos Santos. **O racismo religioso na Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

LIMA, Raymundo de. Ser jovem é tudo? Reflexão sobre juventude das manifestações do Papa Francisco. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 147, v. 13, p. 65-72, Agosto de 2013.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. In: **Semana de História do Pontal**. Semana de História, 2008.

MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo; MURILHO; Elisabeth. As juventudes vítimas de homicídio: a clivagem etária, raça/cor e sexo na composição das mortes em Pernambuco e na Bahia em determinado recorte temporal. In: SANTOS, Arlete Ramos dos; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva; COELHO, Livia Andrade (orgs.). **Educação e a sua diversidade**. Ilheus/BA: Editus, 2017.

MATTOS, Nome Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

MAURÍCIO, George. **O candomblé bem explicado** (Nações Bantu, Iorubá e Fon)/OdéKileuy e Vera de Oxaguiã; [organização Marcelo Barros]. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

MELO, Emerson. Memória e resistência na formação dos terreiros de candomblé. In: FELINTO, Renata (org). **Culturas africanas e afro-brasileiras: saberes para professores, fazeres para alunos**: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda., 2012.

MELO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. **Anielle Franco inicia Encontros Regionais Abre Caminhos pelo Brasil na Bahia**: “Não poderia ser em outro lugar”, diz. [Publicado em: 20 jul. 2023]. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/anielle-franco-inicia-encontros-regionais-abre-caminhos-pelo-brasil-na-bahia-nao-poderia-ser-em-outro-lugar-diz#:~:text=A%20ministra%20da%20Igualdade%20Racial,audit%C3%B3rio%20do%20Instituto%20An%C3%ADsio%20Teixeira. Acesso em: 24 abr. 2024.

MLABS. **Descubra agora o que significa TBT nas redes sociais e como utilizar estrategicamente para marcas!** [Publicado em: 26 set. 2023]. Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/o-que-significa-tbt-nas-redes-sociais#:~:text=TBT%20nada%20mais%20%C3%A9%20do,e%20que%20foram%20boas%20lembran%C3%A7as>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MOVIMENTO JUVENTUDE DE TERREIRO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://www.facebook.com/juventudeterreirocapixaba>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MOVIMENTO JUVENTUDE DE TERREIRO ESPÍRITO SANTO. **Regimento Interno da Juventude de Terreiro do Espírito Santo**. 28p. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1b1aRtwzSRcXPlcdMJGxTnG71LC2SH9AB/view>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, s./l., v. 13, p. 7-16, maio-2009.

MOTTA, Júlia. **Racismo**: mais de 175 mil processos por racismo e intolerância religiosa foram registrados em 2023. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/brasil/2024/1/16/mais-de-175-mil-processos-por-racismo-intolerancia-religiosa-foram-registrados-em-2023-152314.html>. Acesso em: 19 jan. 2023.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matriz africana. **Revista Eixo**, Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), p. 51-56, novembro de 2017.

NOGUEIRA, Sidney. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. (Feminismos Plurais/coordenação Djamila Ribeiro).

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M.I.M. de; EUGÊNIO, F. (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas de afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos e juventudes. **Revista de Ciências Sociais**. Departamento de sociologia. Ano XXXI, n. 25, p.10-20, Julio, 2009.

NOVAES, Regina. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 351-368, dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. **Campeão olímpico, Paulinho se posiciona contra intolerância religiosa**. [Publicado em: 10 nov. 2021]. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/campeao-olimpico-paulinho-se-posiciona-contraintolerancia-religiosa-querorepresentar-as-pessoas/>. Acesso em: 9 maio 2024.

OLIVEIRA, Ariadne Moreira Basílio de. **Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso**. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, Wellington Cardoso. Juventude e Religião no século XXI: a cride dos compromissos religiosos. **Vox Faifae. Revista de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama.**, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2010. ISSN 2176-8986.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Mirian Pires Corrêa; NOVAES, Regina Célia Reyes. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e71209, p. 1-19, 2021.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO, Érico Tavares de; SCURO, Juan. Sacrifício de Animais nas Religiões Afro-Brasileiras: uma polêmica recorrente no Rio Grande do Sul. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 229-253, 2017.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasileinse, 1999.

OXÓSSI, Henrique de. **Se eu fosse só**. Disponível em: <https://www.cifraclub.com.br/puro-axe/se-eu-fosse-so/letra/>. Acesso em: 09 maio 2024.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Tradução: Magda França Lopes. Revisão técnica: Paulo Gileno Cysneiros. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé**: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Unicamp, 2007.

PLENO.NEWS. **Pastor é preso por pregar contra religiões de matriz africana**. [06. Mai. 2023]. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/pastor-e-preso-por-pregar-contra-religoes-de-matriz-africana.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PRADO, Andreza Silva. Um olhar sobre a repressão sofrida pelos calundus no nordeste e sudeste do Brasil: séculos XVI a XVIII. **Em Favor da Igualdade Racial**, Rio Branco-Acre, v. 4, n. 2, p. 18-32, maio/agosto, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4172>. Acesso em: 30 mai. 2023.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, set./dez. 2004, p. 223-238. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 20 mar. 2022.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: Hucitec /Edusp, 1991.

REIS, Emanuel. **O que é uma live?** Saiba tudo sobre as transmissões ao vivo na Internet. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/03/o-que-e-uma-live-saiba-tudo-sobre-as-transmissoes-ao-vivo-na-internet.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RIBEIRO, Fernanda L. **Umbanda e teologia da felicidade**. São Paulo: Arché, 2013.

RIVAS NETO, Francisco. **(Mestre Arhapiagha)** Escolas das religiões afro-brasileiras: tradição oral e diversidade. São Paulo: Arché, 2013.

ROCHA, José Geraldo da; PUGGIAN, Cleonice; RODRIGUES, Luana. Religiões de matrizes africanas: dilemas da intolerância na contemporaneidade. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 12, n. 20, p. 145-164, jul./dez. 2011.

RODRIGUES, Joyce Maria. A relação do corpo para a construção da identidade negra. In: FELINTO, Renata (org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras**: saberes para professores, fazeres para alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda., 2012.

RODRIGUES, Osáias da Silva. O candomblé sobre a mira do racismo e do terrorismo religioso: categorias e identidades reinventadas. **Redoc. Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 55-72, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.56317>. Acesso em: 02 set. 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, Luiz; MIRANDA, Marina Santos de. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. Outras Leituras sobre o problema. **Problemata**, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49125>. Acesso em: 02 set. 2023.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI/SP, 2015.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa e formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, Ivanir dos. A caminhada em defesa da liberdade religiosa e seus desafios para a construção do diálogo inter-religioso. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 26-42, jan./jun. 2019.

SANTOS, Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto, SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. 1.ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2023. 246p. Disponível em: <https://www1.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2023/01/II-relatorio-de-intolerancia-religiosa-Rio.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SANTOS, Wéllia Pimentel. História, cultura e intolerância acerca das religiões de matrizes africanas no Brasil. **Revista Calundu**, v. 2, n.1, jan-jun 2018, p. 39-52. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v2i1.9542>. Acesso em: 9 out. 2021.

SANTOS, Milton Silva dos. Afinal, o que são religiões afro-brasileiras? In: FELINTO, Renata (org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras: saberes para professores, fazeres para alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda., 2012.

SANTOS, Nágila Oliveira dos. Do calundu colonial aos primeiros terreiros de candomblé no Brasil: de culto doméstico à organização político social religiosa. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, maio de 2008, p. 1-11. Disponível em: http://africaeaficanidades.com.br/documentos/Do_calundu_colonial_aos_primeiros_terreiros_de_candomble_no_Brasil.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SDH). **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011 – 2015)**: resultados preliminares. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Organização: Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016.

SILVA, José Maria; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio ou notícia de uma guerra nada particular: os ataques neopentecostais às religiões de matriz africana no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. Ilustrações de Olavo Cavalcanti. 2ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVEIRA, Emerson José Sena; AVELLAR, Valter Luis. Questões metodológicas da pesquisa sobre religião na internet. In: SILVEIRA, Emerson José Sena; AVELLAR, Valter Luis. **Espiritualidade e sagrado no mundo cibernético**: questões de método e vivências em Ciências da Religião. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **STF declara constitucionalidade de lei gaúcha que permite sacrifício de animais em rituais religiosos**. [postado em: 28 mar. 2019]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=407159>. Acesso em: 16 jan. 2023.

TAVARES, Fátima Regina Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Juventudes” e religião no Brasil: uma revisão bibliográfica. In: **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 11-46, 2004.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). Religião em movimento: o Censo de 2010. In: **O Censo de 2010 e as religiões no Brasil**: esboço de apresentação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, Thiago. **Inflexões éticas**. Belo Horizonte: Senso, 2019.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR., Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2017.

TORRES, Ana Carolina. **Menina candomblecista vítima de pedrada é alvo de ofensas ao ir fazer exame de corpo de delito**. [Publicado em: 17 jun. 2015]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/religiao/menina-candomblecista-vitima-de-pedrada-alvo-de-ofensas-ao-ir-fazer-exame-de-corpo-de-delito-16469553>. Acesso em: 08 jan. 2023.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA; Adélia Augusta Souto. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 11, n. 2, julho a dezembro – 2016.

TRIBOLI, Pierre. **Audiência debaterá sacrifício de animais por motivos religiosos**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/554208-audiencia-debaterá-sacrifício-de-animais-por-motivos-religiosos/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

UNEAFRO BRASIL. **Carta em defesa de políticas públicas de promoção do respeito religioso**. São Paulo, 22 de agosto de 2022. Disponível em: <https://uneafrobrasil.org/respeito-religioso/>. Acesso em: 16 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF Notícias. **20 anos da Lei 10.639**: conquistas e desafios para uma educação antirracista. [Publicado em: 24 ago. 2023]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/08/24/20-anos-da-lei-10-639-conquistas-e-desafios-para-uma-educacao-antirracista/>. Acesso em: 2023.

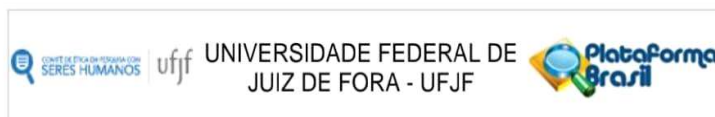
VIEIRA, Henrique. Amém e axé pela paz. In: **O Globo**, Rio de Janeiro, 10/10/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/amem-axe-pela-paz-21928160>. Acesso em: 23 set. 2023.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/coordenação Djamila Ribeiro).

YOUTUBE. **Cerimônia de posse das ministras Sonia Guajajara, dos Povos Indígenas e Anielle Franco, da Igualdade Racial**, 11 jan. 2023, Brasília/DF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7ibpvTQkp64>. Acesso em: 24 abr. 2024.

YOUTUBE. **Dr. Hédio Silva Jr. sobre sacrifícios de animais em rituais religiosos no STF**. [Postado por Prof. Ronildo Nicodemos em 10 ago. 2018]. Disponível em: <https://youtu.be/6-i5QXyb934>. Acesso em: 16 jan. 2023.

ANEXO A – Parecer de Aprovação da Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventude, ciberativismo e religião: um estudo sobre a movimentação de jovens umbandistas e candomblecistas nas redes sociais.

Pesquisador: GILCIANA PAULO FRANCO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66059422.4.0000.5147

Instituição Proponente: Departamento de Ciência da Religião

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.960.498

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

"O projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre juventude, religião de matriz africana e ciberativismo. Observar, analisar e descrever a relação entre juventude e a sua luta contra o racismo religioso através da utilização das redes sociais será uma das motivações para a realização da pesquisa. Os jovens estão cada vez mais conectados com as redes sociais e as mesmas tornaram um local de debate, busca e compartilhamento de conhecimento e também um local de luta por direitos ainda negados a determinados grupos marginalizados pelos opressores, frutos de uma sociedade estruturada perante um modelo heteronormativo cristão, que ainda exclui culturas que não se enquadram nos padrões vigentes. Pretendemos entender como tem sido a relação da juventude de terreiro com a sua religiosidade e como a mesma tem se posicionado mediante as postagens, momentos síncronos e assíncronos nas redes. Observaremos três grupos de jovens e a sua relação com os espaços cibernéticos."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: Analisar as ações protagonizadas por três grupos de jovens que utilizam as redes sociais (instagram, facebook e whatsapp) como um espaço de diálogo, de valorização das

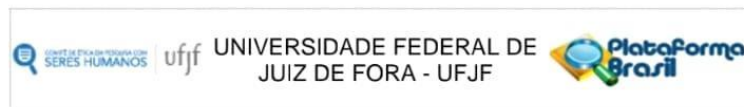
Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.br

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.br

Página 02 de 04



Continuação do Parecer: 5.960.498

para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: 31/03/2024

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2060621.pdf	28/02/2023 16:09:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.docx	28/02/2023 16:08:47	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.docx	28/02/2023	GILCIANA PAULO	Aceito

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.br

Página 03 de 04

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2060621.pdf	28/02/2023 16:09:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetedetalhado.docx	28/02/2023 16:08:47	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.docx	28/02/2023	GILCIANA PAULO	Aceito

Endereço: JOSE LOURENÇO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.br

Página 03 de 04



Continuação do Parecer: 5.960.498

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	16:08:12	FRANCO	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	06/12/2022 11:07:29	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito
Outros	coletadedados.docx	06/12/2022 11:02:30	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito
Outros	lattesgilciana.pdf	06/12/2022 11:00:03	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito
Outros	lattessonia.pdf	06/12/2022 10:57:55	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	02/12/2022 19:15:27	GILCIANA PAULO FRANCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 23 de Março de 2023

Assinado por:
 Patrícia Aparecida Baumgratz de Paula
 (Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENÇO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 E-mail: cep.propp@ufjf.br

Página 04 de 04

ANEXO B – TCLE Aprovado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **Juventude, ciberativismo e religião**: um estudo sobre a movimentação de jovens umbandistas e candomblecistas nas redes sociais, orientada pelo(a) Prof(a). **Sônia Regina Lages**. O motivo que nos leva a realizar essa coleta de dados é a realização de uma pesquisa e a escrita de uma tese de doutoramento, de Gilciana Paulo Franco, matrícula **103010195**, denominado aqui como "Pesquisador", responsável pelas entrevistas e autor do trabalho. Nesta pesquisa pretendemos "Analisar as ações protagonizadas por três grupos de jovens afro-religiosos que utilizam as redes sociais (*Instagram, Facebook e Whatsapp*) como um espaço de diálogo, de valorização das religiões de matriz africana e de mobilização em prol da luta contra as violências impostas pelo racismo estrutural e religioso".

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: algumas entrevistas para melhor conhecer o jovem, a história do grupo de jovens a qual o mesmo pertence, os seus objetivos, ações e metas a serem conquistadas. As entrevistas ocorrerão de modo online, através de questionários que deverão ser respondidos pelos formulários Google forms. Esta pesquisa envolve um baixo risco, entre eles a exposição da imagem, a revisitação de alguma memória que possa afetar o psicológico do entrevistado. A todo o momento será respeitado os limites dos interlocutores, procurando sempre preservar a sua integridade. Por se tratar de um trabalho que envolve memórias relacionadas ao contexto do racismo, pode ser que algum participante não queira continuar a falar sobre o assunto, por mexer com dores guardadas na memória. Logo, o mesmo terá o seu posicionamento respeitado. A pesquisa pode ajudar a conhecer as demandas que estão sendo debatidas pela juventude de terreiro e com a pesquisa algumas políticas públicas poderão ser implementadas em prol das comunidades tradicionais de terreiro e em prol da juventude afrobrasileira.

Para participar deste estudo você não terá qualquer custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano advindo das atividades realizadas nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou não. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O(A) pesquisador(a) não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo(a) pesquisador(a) responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. O pesquisador tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Como se trata de uma pesquisa online, os envolvidos na pesquisa deverão sinalizar no formulário a aceitação de participarem ou não do processo.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

Nome do Pesquisador Responsável: Gilciana Paulo Franco

O CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, a proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPP

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.propesq@uff.edu.br

1



Campus Universitário da UFJF
 Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião
 CEP: 36036-900
 Fone: (32) 99822-4398
 E-mail: cep.propesq@uff.br

ANEXO C – Carta de Princípios da Juventude de Terreiro do Espírito Santo

1



CARTA DE PRINCÍPIOS DA JUVENTUDE DE TERREIRO DO ESPÍRITO SANTO

QUEM SOMOS

O Movimento da Juventude de Terreiro é uma iniciativa formada por jovens voluntários de todo o Brasil, que atuam de forma plural, apartidária e independente na defesa, proposição, discussão e construção de políticas públicas para os jovens e povos tradicionais de Matriz Africana.

No Espírito Santo, o Movimento da Juventude dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, ou Movimento da Juventude de Terreiro (JT-ES), foi organizado em 20 de dezembro de 2019. É uma sociedade civil sem fins econômicos, apartidária, democrática, pluralista, antirracista e antissexista.

A JT-ES congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação e desigualdades, defendendo o protagonismo da juventude de terreiro. Além disso, propõe ações para melhorar a qualidade de vida da população jovem de terreiro, estimulando sua participação no controle social de políticas públicas.

A JT-ES tem origem em organizações que resistem ao autoritarismo, promovem novos sujeitos políticos e movimentos sociais, lutam contra desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis, combatem o racismo religioso, propõem e constroem políticas públicas para os povos de Matriz Africana, universalizam e constroem novos direitos, e consolidam espaços democráticos de poder.

Assim como nossos Orixás, Nkises, Voduns e encantadas/os, que permeiam nossas trajetórias com seus itãs e lendas, nós construímos e transformamos permanentemente nossa história. Como jovens de terreiro, acreditamos que a única alternativa para nossa própria continuidade é unir todas as nossas forças e ocupar todos os espaços para sermos ouvidos.

PRINCÍPIOS QUE DEFENDEMOS

Considerando nossa origem e o contexto histórico atual, a JT-ES defende e busca vivenciar uma nova cultura política baseada nos seguintes princípios:

IGUALDADE: buscamos o reconhecimento de que todas as pessoas e grupos são iguais, mesmo sendo diversos, e têm o direito à livre organização para lutar por essa igualdade. Nosso conceito de igualdade se opõe a todas as formas de desigualdades, sejam elas econômicas, políticas, sociais, geracionais, territoriais, culturais, religiosas ou de expressão sexual.

DIVERSIDADE: afirmamos as diferenças decorrentes de aspectos da vida, como gênero, geração, raça/cor, etnia, orientação sexual, deficiências, entre outros. A diversidade não se opõe à igualdade, mas complementa e interliga com ela.



SOLIDARIEDADE: defendemos relações baseadas na cooperação, superando a concorrência, a exploração e as hierarquias.

PLURALIDADE: reconhecemos a diversidade de opiniões, estilos de vida e posições políticas como manifestações legítimas da humanidade e da complexidade da sociedade.

AUTONOMIA: valorizamos a autonomia de nossos membros e da JT-ES em relação ao Estado, governos, religiões e partidos políticos. Defendemos também a autonomia das pessoas em relação a seu corpo, crenças, orientação e expressão sexual.

RESPEITO: reconhecemos a tradição hierárquica de respeito e zelo, mas junto com a pluralidade e a liberdade, todos os integrantes são iguais e zelam pelo respeito e igualdade.

GRATIDÃO: valorizamos o respeito pelos mais velhos, que são fontes de sabedoria e memória do passado que pode iluminar o presente na construção de um futuro harmonioso. Valorizamos o conhecimento e humanismo que cada pessoa mais velha conserva.

TRANSPARÊNCIA: defendemos o acesso universal às informações, tanto as produzidas por nós quanto as do poder público. Prezamos pela transparência em todas as atividades da JT-ES.

PARTICIPAÇÃO: incentivamos a participação da sociedade civil nos espaços de decisão, por meio de mecanismos de democracia direta ou participativa. A participação pressupõe a construção de uma cidadania ativa.

LIBERDADE: defendemos a livre expressão igualitária de diferentes grupos e indivíduos, assim como a liberdade de organização, soberania popular e pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual.

SUSTENTABILIDADE: promovemos alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a igualdade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações. Incluímos o respeito aos direitos humanos nessa concepção de sustentabilidade.

DEMOCRACIA: buscamos a construção de uma verdadeira democracia, que vá além dos processos eleitorais formais e não se restrinja à vida pública. Esses princípios devem ser incorporados em todas as dimensões, dando corpo ao projeto político que defendemos para o Brasil.

HORIZONTALIDADE: valorizamos a construção de relações horizontais de poder, respeitando as diferenças e a diversidade, visando evitar hierarquias nas relações.



NOSSOS OBJETIVOS

A Juventude de Terreiro do Espírito Santo tem os seguintes objetivos:

1. Promover a inclusão das demandas e questões da juventude de terreiro nos espaços de decisão das políticas públicas no Espírito Santo, com especial atenção à equidade de gênero e ao empoderamento das mulheres.
2. Garantir a qualificação e ampla disseminação de informações sobre a Política Nacional de Juventude para a população adolescente e jovem de terreiros no estado, valorizando e preservando as práticas culturais e religiosas de matriz africana.
3. Fortalecer o protagonismo da juventude de terreiro, proporcionando espaços de empoderamento, participação, liderança e capacitação, visando ao desenvolvimento integral dos jovens.
4. Realizar ações concretas nas áreas de educação, saúde, segurança alimentar, emprego, saneamento, mobilidade, renda e combate ao racismo religioso, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população jovem de terreiro no Espírito Santo, incluindo o acesso à moradia digna.
5. Estimular e promover a participação ativa dos jovens de terreiro no controle social de políticas públicas, para garantir a representatividade, a defesa de seus direitos e o combate ao discurso de ódio e à intolerância religiosa.
6. Reivindicar, preservar e valorizar o direito à tradição, reconhecendo a importância da ancestralidade dos terreiros e promovendo a conscientização sobre a diversidade cultural e religiosa.
7. Defender um novo modelo de desenvolvimento baseado em modos de vida sustentáveis, que considere a proteção dos ecossistemas e promova a justiça socioambiental, reconhecendo a interconexão entre a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades de terreiro.
8. Combater todas as formas de discriminação, criminalização das lutas populares e desigualdades, promovendo a justiça social, os direitos humanos e a igualdade de gênero.
9. Articular-se com organizações e movimentos estaduais, nacionais e internacionais comprometidos com transformações estruturais, visando à construção de redes de apoio e parcerias para fortalecer as pautas da juventude de terreiro e a valorização da diversidade religiosa e cultural.
10. Defender os direitos humanos como perspectiva fundamental na construção de uma sociedade igualitária, solidária, livre de preconceitos e discriminações, promovendo o diálogo e a cooperação internacional.
11. Garantir a liberdade de associação da sociedade civil e o acesso legítimo a recursos públicos para a implementação de ações e projetos em benefício da juventude de terreiro.

3



12. Contribuir para o fortalecimento institucional dos membros e das organizações afins, visando à sua sustentabilidade política, financeira e promovendo a visibilidade das lutas, demandas e conquistas da juventude de terreiro, sensibilizando a sociedade sobre a importância da diversidade religiosa e cultural.

ONDE ESTAMOS

De acordo com dados do Censo, em 2010 havia aproximadamente 260 mil jovens até 29 anos entre os quase 600 mil adeptos das religiões afro-brasileiras no Brasil. Essa adesão demonstra a forma de organização sociocultural e comunitária dessas religiões. Os jovens de terreiro assumem publicamente suas identidades, enfrentando a intolerância religiosa e contribuindo para o resgate religioso e cultural de suas tradições de fé. Além disso, eles se inserem no mercado de consumo das novas tecnologias de informação, fortalecendo a identidade afro-brasileira e rompendo com a marginalização imposta pelas religiões hegemônicas e o modelo capitalista.

As desigualdades continuam sendo estruturantes da sociedade brasileira, seja no acesso à renda e aos recursos, nas desigualdades de gênero, raça e entre regiões. A violência e a insegurança ainda são altas nas cidades, onde a ocupação é desordenada, e aumenta a pressão sobre o meio ambiente nas áreas urbanas e rurais devido ao modelo de desenvolvimento baseado no produtivismo, no incentivo ao consumo, na monocultura e no extrativismo mineral para exportação.

Essas desigualdades se manifestam especialmente quando consideramos a perspectiva racial e de gênero, uma vez que o racismo no Brasil é um fenômeno arraigado e vigente, presente em conflitos que ocorrem nas ruas, escolas, ambientes familiares, territórios religiosos e no trabalho. Diante disso, é necessário enfrentar os postulados da suposta "democracia racial", denunciando todas as formas de discriminação e lutando por políticas públicas afirmativas que promovam a igualdade étnico-racial. Além disso, reafirmamos a luta contra o extermínio do povo negro e o feminicídio, expressões da desigualdade de gênero presentes desde o âmbito doméstico até os espaços de representação política, majoritariamente ocupados por homens.

No que diz respeito à democracia participativa, houve ampliação dos espaços de incidência, mas há desapontamento quanto às reais possibilidades de influenciar as políticas públicas por parte da sociedade civil.

No Espírito Santo, não há um conselho estadual que abarque as causas específicas dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, e é necessário discutir o financiamento da participação e do controle social, bem como analisar se os conselhos são efetivamente espaços de controle social ou apenas referendam decisões pré-acordadas.



Também é importante destacar os impactos da influência política de religiões que distorcem a filosofia religiosa dos Povos de Matriz Africana.

Nesse contexto, é fundamental atentar para a assistência às Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana, garantindo o acesso equitativo a bens básicos e o cumprimento de sua função social. A luta pela homologação de terras indígenas e quilombolas, que também são expropriadas pelo agronegócio, faz parte desse contexto.

Por fim, o Brasil aumentou significativamente seu poder de influência na geopolítica mundial nas últimas décadas. A força econômica, as alianças com países da América Latina e África, a ação coordenada com outros países emergentes e o reconhecimento de programas inovadores na área social e participação social atraem a atenção e as expectativas internacionais em relação ao governo e à sociedade civil brasileira.

As organizações da sociedade civil brasileira - ONGs, sindicatos e movimentos sociais - foram protagonistas das mudanças que o país atravessa e também são produto dessas mudanças. Para permanecerem vivas e vigorosas como agentes de transformação social e renovar suas bases de sustentação social, política e financeira, as ONGs devem compreender seu tempo, renovar estratégias e captar os sinais das urgências, dos riscos e das possibilidades para avançar em um projeto de sociedade baseado nos direitos humanos, na democracia e no cuidado dos bens comuns.

O QUE FAZEMOS

A Juventude de Terreiro do Espírito Santo, como coletivo formado por membros da sociedade civil, realiza as seguintes ações no cumprimento de seus objetivos:

ARTICULAÇÃO com movimentos sociais no Espírito Santo e no Brasil para fortalecer os sujeitos e as lutas em prol dos direitos humanos, da democracia, da justiça social e da defesa da juventude e dos povos tradicionais de matriz africana, acreditando que "um outro mundo é possível".

INTERLOCUÇÃO com os poderes constituídos, em nível estadual e nacional, na defesa do fortalecimento dos povos tradicionais, da democracia, da justiça social e da busca incansável pela igualdade e radicalização da equidade.

POSICIONAMENTO como sujeito político apartidário, defendendo a democracia e a liberdade de expressão em todos os debates.

MOBILIZAÇÃO e CONTRIBUIÇÃO para a organização da sociedade em geral em torno das temáticas e questões consideradas prioritárias pelas associadas, assembleias e demais colegiados.

FORTALECIMENTO e potencialização do debate político sobre o acesso da juventude e dos povos tradicionais de matriz africana a recursos públicos, em



colaboração com diferentes forças políticas e a necessidade de um novo instrumento jurídico para regular esse acesso.

DEFESA das organizações da sociedade civil como sujeitos importantes na promoção, manutenção e fortalecimento da democracia, defendendo seu direito de serem financiadas pelo Estado com critérios democráticos e transparentes.

AFIRMAÇÃO do debate sobre a sustentabilidade política e financeira das associadas, considerando que sua existência e pleno funcionamento contribuem para a democracia e a justiça no país.

DEFESA dos interesses comuns dos filiados e das associadas.

FOMENTO do diálogo e da cooperação internacional, atuando como articulador desse diálogo entre a sociedade civil do Espírito Santo, do Brasil e do âmbito internacional.

Para alcançar seus objetivos, a JT-ES desenvolve uma linha de produção e difusão de conhecimento, reconhecendo sua contribuição para a sociedade brasileira, especialmente nas temáticas prioritárias de seu trabalho. Além disso, valoriza a produção de suas associadas, dando-lhes visibilidade pública.

O QUE QUEREMOS

A JT-ES, como movimento de luta, defende:

- a. O fim de todas as formas de imperialismo.
- b. A participação popular nas políticas com uma sociedade civil forte e plural.
- c. A igualdade étnica e racial.
- d. O respeito às diversidades da juventude e dos povos tradicionais de matriz africana.
- e. A garantia de habitação, transporte, mobilidade e segurança pública.
- f. A justiça e a igualdade para as mulheres.
- g. O fim das guerras e dos ataques aos espaços religiosos.
- h. A educação pública, de qualidade, gratuita e laica para todas as pessoas.
- i. Que a água e a energia sejam declaradas bens da humanidade.
- j. A acessibilidade da juventude aos mecanismos governamentais.
- k. Que a vida não seja tratada como uma mercadoria.
- l. A defesa dos direitos humanos com igualdade e justiça social.
- m. O reconhecimento de que o trabalho digno é um direito.
- n. A liberdade afetiva e sexual para todas as pessoas.
- o. O reconhecimento de que a comunicação é um direito e que a informação não deve ser tratada como mercadoria.
- p. Que lutar por direitos não seja considerado crime, reafirmando o lema #NenhumDireitoaMenos.



Referências:

FRANKL, Victor E. Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração. Tradução Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. 25ª ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANKL, Victor E. Sede de Sentido. Tradução Henrique Elfes. 3ª ed. São Paulo: Quadrante, 2003.

FREITAS, Ricardo O. de. Jovens de axé: construção de (auto)imagens, estética afro e identidade religiosa. Revista Antropolítica, n. 40, Niterói, 1º sem, 2016, p. 81-104. Disponível em: <www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/download/433/269>. Acesso em: 11 Ago. 2018.

FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2002.

TINOCO, Dandara. Jovens de religiões afro-brasileiras dão continuidade à tradição ancestral. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/jovens-de-religoes-afro-brasileiras-dao-continuidade-tradicao-ancestral-13568893>. Acesso em: 13 Ago. 2018.

Fonte: Movimento Juventude de Terreiro do Espírito Santo (2023).